

População, Sistema Econômico e Poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial – Barbacena – 1791/ 1822.

Adriano Braga Teixeira

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Jucá de Sampaio

Rio de Janeiro
Abril de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

População, Sistema Econômico e Poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial – Barbacena – 1791/ 1822.

Adriano Braga Teixeira

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada por:

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Jucá de Sampaio
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. João Luís Ribeiro Fragoso
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professora Dr^a. Cláudia Maria das Graças Chaves
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino (Suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professora Dr^a. Carla Maria Carvalho de Almeida (Suplente)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Rio de Janeiro
Abril de 2007.

Ficha Catalográfica

TEIXEIRA, Adriano Braga.

População, Sistema Econômico e Poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial – Barbacena – 1791/ 1822./ Adriano Braga Teixeira. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2007.

xiii, f 189.: il, 31 cm.

Orientador: Antônio Carlos Jucá de Sampaio

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007.

Referências Bibliográficas: ff. 179-189.

1 – Vila de Barbacena. 2 – Minas Gerais. 3 – População. 4 – Sistema Econômico. 5 – Poder. I – Sampaio, Antônio Carlos Jucá de. II – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social. III – Título: População, Sistema Econômico e Poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial – Barbacena – 1791/ 1822.

À memória de minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradecer nem sempre é uma tarefa das mais fáceis. Corremos o risco de deixar pessoas importantes de lado, uma vez que, ao término de uma etapa tão importante de minha vida, muitos foram os que possibilitaram o nascer deste trabalho. Arriscarei agradecer a todas estas pessoas.

Em primeiro lugar, agradeço à CAPES, pelo auxílio financeiro concedido nos dois anos de curso. A bolsa, em muito, facilitou as idas e vindas de Minas ao Rio de Janeiro, assim como cobriu as despesas no intercurso mineiro.

A todos os funcionários dos arquivos que pesquisei devo especial agradecimento. Apesar de todas as dificuldades existentes no serviço público, pude contar com a valiosa colaboração daqueles que ainda fazem a coisa funcionar.

Ao Professor Antônio Carlos Jucá de Sampaio (Jucá) tenho que fazer um agradecimento à parte. Sua paciência, disponibilidade, confiança, os comentários críticos e pertinentes foram essenciais para a conclusão desta dissertação. Sem o seu respaldo, o trabalho seria muito mais árduo.

Aos professores Manolo Florentino, João Fragoso, Ana Rios, Mônica Grin e Mônica Ribeiro, devo agradecer as importantes discussões feitas durante as disciplinas que cursei. Serviram, em muito, para o amadurecimento enquanto historiador e de muitos aspectos presentes no trabalho.

A professora Carla Almeida e o professor João Fragoso fizeram importantes sugestões durante o exame de qualificação. Ao professor João agradeço também a presença da defesa deste trabalho, assim como a professora Cláudia Chaves que, mesmo sem me conhecer pessoalmente, respondeu e-mails sobre dúvidas de algumas fontes do APM e agora está presente na banca de defesa.

A professora Edna, dos tempos de graduação e, hoje, amiga de profissão, agradeço a iniciação ao mundo dos arquivos e, principalmente, o desenvolvimento do interesse pela história de Minas. Com certeza, se este trabalho hoje floresceu, deve-se à semente outrora lançada por ela.

Aos amigos Fábio Pinheiro e Kelmer Mathias devo agradecer o constante incentivo ao meu trabalho. As esperas na rodoviária, o almoço no Rio, as discussões nas disciplinas, me fez ter a certeza de ter valido muito a pena a empreitada na UFRJ.

Fátima, Erlaine, Alessandra, Amanda Martins e Iriana: agradeço a vocês pela ajuda em diferentes momentos na coleta e organização das fontes. O apoio de vocês foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

Fábio, Eliane, Wanderlan, Elizângela, Goreti, Janeti, Paulinho, Valéria, Lulu, Luiz, Valéria, Thelma, Miguel, Sidiclei: amigos de longas e recentes datas. Agradeço o apoio e entusiasmo sempre constante. Quando eu não acreditava que daria conta do serviço, vocês sempre estiveram por perto para dar consolo.

A dona Vilma agradeço por ter me recebido como um filho em sua família, assim como seu esposo Marcos e sua filha Roberta. A maior contribuição, talvez, tenha sido a existência de sua outra filha: Vilmara.

A Vilmara devo toda a dedicação e amor. Na alegria e na tristeza, com ou sem tempo, no nervosismo ou não, lá estava ela, sempre disposta a ajudar. Como historiadora, escutou, discutiu e sugeriu caminhos para o trabalho. Não tenho dúvida que fizemos uma união perfeita....a melhor de nossas vidas.

Por fim, agradeço a minha família. Meus pais e irmãos que souberam entender minhas ausências e sempre me apoiaram em tudo que fiz. À minha mãe, que ainda pôde acompanhar o início desta caminhada, espero que possa ser motivo de orgulho. Seus ensinamentos nunca esquecerei e, nas dificuldades, sempre me espelharei nela.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	08
LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS	09
RESUMO	12
ABSTRACT	13
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – Vila de Barbacena: formação e expansão.	21
1.1 – Minas e a Vila: trajetória de povoamento.	22
1.2 – Contornos administrativos.	26
1.3 – Crescimento e diversificação populacional na passagem do século XVIII para o XIX.	29
1.4 – A preocupação com a estatística e os dados sobre a Vila.	34
1.5 – A população da vila contada.	39
1.6 – Os homens e o espaço da vila de Barbacena.	49
1.7 – Produção, consumo e exportação: a integração com o mercado.	64
CAPÍTULO II – O sistema econômico em funcionamento e a produção de suas hierarquias.	70
2.1 – Perspectiva historiográfica e teórica.	70
2.2 – Traços gerais do sistema econômico.	76
2.3 – A população escrava.	117
2.4 – A distribuição e hierarquização da riqueza.	130
CAPÍTULO III – Poder e privilégios: a criação da vila de Barbacena e a inserção econômica de sua nobreza.	138
3.1 – As Câmaras Ultramarinas como instituição de poder.	138
3.2 – A criação da vila.	145
3.3 – Os melhores da terra.	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
ANEXOS	170
FONTES E BIBLIOGRAFIA	179

LISTA DE SIGLAS

AHMAS – Arquivo Histórico Municipal “Prof. Altair José Savassi”.

APM – Arquivo Público Mineiro

AN – Arquivo Nacional

CC – Casa dos Contos

SG – Secretaria do Governo

MP – Mapas de População

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

SC – Seção Colonial

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS.

- TABELAS

TABELA 01 - Registro de sesmarias do termo de Barbacena 1791-1822.	24
TABELA 02 - Crescimento da população total e % de escravos da capitania de Minas Gerais por Comarca (1767-1821)	29
TABELA 03 – População da Comarca do Rio das Mortes e seus Termos (1808-1835).	32
TABELA 04 – Crescimento anual da População da Comarca do Rio das Mortes e seus termos (1808-1835)	32
TABELA 05 – População do Termo de Barbacena – 1808-1819	39
TABELA 06 – Média do Número de Habitantes por Fogos no Termo de Barbacena – 1809-1819.	42
TABELA 07 – Segmentos Populacionais da Freguesia da Vila de Barbacena. 1809-1819.	44
TABELA 08 – Razão Homem/ Mulher – Freguesia da Vila de Barbacena – 1809-1819.	46
TABELA 09 – Número de Filhos de Inventariados casados e viúvos da Freguesia da Vila de Barbacena (1791-1822).	53
TABELA 10 – Naturalidade dos Inventariados.	53
TABELA 11 – Inventários segundo sua distribuição no espaço geográfico. Vila de Barbacena – 1791-1822.	57
TABELA 12 – Inventários por tipo de propriedades. Vila de Barbacena – 1791-1822.	58
TABELA 13 – Produção, consumo e exportação das Paróquias do Termo da Vila de Barbacena (1806).	65
TABELA 14 – Participação dos Ativos no Montante da Riqueza – 1791-1822.	78
TABELA 15 – Tipologia e representatividade dos Instrumentos Profissionais (1791-1822).	84
TABELA 16 – Distribuição, presença, número médio e percentual de animais. (1791-1822).	91

TABEÇA 17 – Distribuição do gado vacum por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas na CRM – 1750-1822.	95
TABELA 18 – Distribuição do gado bovino por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas – Barbacena (1791-1822).	96
TABELA 19 – Distribuição do gado bovino por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas na CRM – 1750-1822.	104
TABELA 20 – Distribuição do gado suíno por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas – Barbacena (1791-1822).	104
TABELA 21 – Número de teares por faixa de posse de escravos.	111
TABELA 22 – Tipos de relações de crédito nos inventários com referência a dívidas. (1791-1822).	112
TABELA 23 – Estrutura de posse de escravos entre os inventariados (1791-1822).	119
TABELA 24 – Variação da estrutura de posse de escravos em Barbacena por sub-períodos (1791-1822).	120
TABELA 25 – Estrutura de posse de escravos, segundo as faixas de tamanho de plantéis para Barbacena, Magé, Curitiba, sul de Minas e Recôncavo Baiano.	122
TABELA 26 – Escravos: divisão por sexo – Barbacena (1791-1822).	125
TABELA 27 – Escravos: divisão por origem – Barbacena (1791-1822).	126
TABELA 28 – Escravos: divisão por sexo e faixa etária – Barbacena (1791-1822).	127
TABELA 29 – Escravos: divisão por faixa etária e origem – Barbacena (1791-1822).	127
TABELA 30 - Distribuição da riqueza e do plantel na freguesia da vila de Barbacena por faixas de fortuna – 1791-1822.	131
TABELA 31 – Participação (%) dos ativos por faixas de fortunas – Barbacena (1791-1822).	133
TABELA 32 – Monte-mor em libras por grupos de proprietários das pessoas que pediram a elevação do arraial à vila.	153
TABELA 33 – Participação (%) das atividades e bens econômicos nos inventários <i>post-mortem</i> das pessoas que pediram a elevação do arraial à vila.	157

- QUADROS

QUADRO 01 – Quadro de propriedades rurais com menção às terras e % de unidades com mais de uma porção de terras. 80

QUADRO 02 – Escravos enviados para Minas – Família Ferreira Armonde. 101

- GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Crescimento Populacional das Freguesias do Termo de Barbacena – 1809-1819. 41

GRÁFICO 02 – Participação dos ativos no montante da riqueza – 1791-1822. 78

RESUMO

O presente estudo analisa a formação e consolidação sócio-econômica da vila de Barbacena no universo colonial escravista, em fins do século XVIII e início do século XIX. Para tanto procurou inserir a trajetória de povoamento intensificado desta região no contexto de decadência da extração aurífera na capitania de Minas Gerais. No mais buscou entender os mecanismos pelos quais o sistema econômico vigente se reproduzia tentando apreender as principais características de concentração da riqueza na região. Tomando por base a sociedade então existente do tipo pré-industrial verificou-se que por fim último a reprodução da hierarquia sócio-econômica perpassava pela busca na demarcação das desigualdades de qualidade dos indivíduos. Diferenças estas, que ficaram visíveis com a necessidade da incorporação do aparelho administrativo da Coroa, a saber, a elevação do arraial à condição de vila com a conseqüente criação da casa de câmara.

Palavras-chave: vila de Barbacena, Minas Gerais, população, sistema econômico, poder.

ABSTRACT

The present study analyses the formation and the social-economic consolidation of the village of Barbacena in the colonial slavish universe, in the end the XVIII century and beginning of the XIX. To do so, we tried to insert the trajectory of the intense settlement in that region in the context of the auriferous extraction decline in the captaincy of Minas Gerais. In addition, we tried to understand the mechanisms of reproduction of the effective economic system, trying to apprehend the main characteristics of the wealth concentration in that region. Taking as a basis the pre-industrial society existent then, we verified that at the end the reproduction of the social-economic hierarchy passed over the search for a demarcation of the inequality of the individuals. Such differences became clear with the necessity of the incorporation of the Crown's administrative apparatus, which means the elevation of the hamlet to the condition of village with the consequent creation of the City Hall.

Keywords: village of Barbacena, Minas Gerais, population, economic system, power.

INTRODUÇÃO

A dinâmica populacional, a distribuição e hierarquização da riqueza e os agentes nobres na formação de uma região, na transição do século XVIII para o XIX são o centro das discussões que pretendemos desenvolver a partir desta dissertação. Para analisarmos essas questões, escolhemos uma sociedade colonial, nos seus momentos finais: a vila de Barbacena, entre os anos de 1791 e 1822.

Em 1791, o antigo arraial da Igreja Nova de Campolide é elevado à condição de vila a pedido dos povos da freguesia, por conter toda a capacidade de vila, uma numerosa população e boa localização na estrada geral do comércio e viajantes¹. A partir dessa constatação, colocamo-nos algumas proposições: quais os fatores de desenvolvimento da dita região que levaram à criação da vila na província mineira entre os séculos XVIII e XIX? De que forma e, até que ponto, esse processo esteve relacionado tão somente a fatores puramente econômicos e/ou também a relações políticas e sociais que imbricaram em tal procedimento? Que características sócio-econômicas perpassaram a vila mediante o período final da sociedade colonial? Qual a inserção sócio-econômica dos agentes que pediram a elevação do arraial a vila?

A história da capitania de Minas Gerais, na transição do século XVIII para o XIX, constantemente, tem sido alvo da análise de historiadores. Os estudos estão consolidando, cada vez mais, a idéia de uma Minas setecentista e oitocentista economicamente diversificada e regionalmente diferenciada. Mas é importante que qualifiquemos melhor esta afirmação².

Recentes trabalhos têm destacado um modelo de economia colonial mais dinâmica, apontando para um grau de autonomia em relação às flutuações externas³. No que tange à economia colonial mineira na transição do século XVIII e XIX, tal autonomia fez com que o declínio da extração aurífera não atingisse a economia como um todo. Esta, através de outros mecanismos, foi capaz de se reproduzir. Dessa forma, desde a década de oitenta do século passado, muito se tem apontado para uma capitania dinâmica e regionalmente diferenciada. Inserimos a pesquisa que desenvolvemos no contexto de consolidação desse quadro.

¹ Ver : Autos da criação da Vila de Barbacena na Comarca do Rio das Mortes. RAPM – ano 1. n .1. jan./março. Ouro Preto, 1986. (Anexo I).

² PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP 1996. (Tese de Doutorado). Op. cit. p. 12.

³ No primeiro item do capítulo II discutiremos sobre os pressupostos historiográficos.

Nesse novo quadro historiográfico, a escolha da vila de Barbacena não se fez de forma aleatória. Primeiramente, a localidade foi criada pouco mais de meio século depois que outras foram autorizadas pela coroa, num momento bem peculiar das transformações sócio-econômicas da capitania. Durante seu desenvolvimento, Barbacena teve uma importância destacada na história política brasileira, participando de momentos decisivos de nossa história. Ainda no século XVIII, abrigou alguns inconfidentes, proprietários de fazendas na região.⁴ No século XIX, seus moradores posicionaram-se a favor do Príncipe Regente acerca dos acontecimentos que marcaram o processo de independência. A câmara municipal enviou um Manifesto de apoio a D. Pedro II, obtendo, com esse gesto, o título de “Nobre e mui leal Vila” para Barbacena⁵. Também, nas primeiras décadas do século XIX, Barbacena, ao lado de São João Del Rei, era um pólo comercial, que centralizava o fluxo de mercadorias de diversas regiões. Situadas numa região de entreposto: “São João Del Rei drenava a maior parte das exportações de subsistência mineira, ao passo que Barbacena concentrava principalmente as exportações de algodão”.⁶

A partir desses aspectos e das conformações da capitania no período em voga, consideramos esta localidade de extrema relevância para a pesquisa histórica. Trata-se de uma vila com características comuns a outras regiões mineiras que também tiveram sua formação nesse período. Portanto seu estudo pode nos revelar aspectos de um contexto maior. Giovani Levi, ao escolher a pequena aldeia de Santena e o tosco padre Giovan Battista Chiesa para estudo, diz que:

(...) é exatamente esta cotidianidade de uma situação vivida por um grupo de pessoas envolvidas em acontecimentos locais, mas, ao mesmo tempo, interligada a fatos políticos e econômicos que fogem a seu controle direto, a nos colocar problemas bem interessantes(...).⁷

Sendo assim, com o estudo da vila de Barbacena, pretendemos traçar o perfil sócio-econômico que perpassará a localidade, tentando perceber de que modo e até que ponto este novo espaço geográfico e político reproduziu o sistema escravista vigente na colônia. Para

⁴ Os padres Manoel Rodrigues da Costa e José Lopes de Oliveira, José Ayres Gomes e Joaquim Silvério dos Reis. MASSENA, Nestor. *Barbacena. A Terra e o Homem*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1985. v. 2. p. 123-167.

⁵ MASSENA, Nestor. Op. cit. P.287. Ver também: *As Câmaras Municipais e a Independência*. Vol. II. Ed. Conjunta do Conselho Federal de Cultura (MEC) e do Arquivo Nacional (Ministério da Justiça) em Comemoração ao Sesquicentenário da Independência. 1973.

⁶ LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil.- 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

⁷ LEVI, Giovani. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.46-47.

isso, consideramos suas particularidades, assim como as características da riqueza da região nos três primeiros decênios de sua formação. Associado a essas questões, tentaremos perceber os motivos de elevação do arraial à condição de vila, tendo como pano de fundo as trajetórias das pessoas que participaram de tal processo. Nesse momento, pretendemos verificar o perfil econômico dessas pessoas frente ao da região e a ligação entre riqueza e nobreza. Assim, através desse estudo regionalizado, poderemos contribuir para a melhor compreensão da história da capitania de Minas Gerais.

A escolha do marco cronológico inicial dá-se por convergir com a elevação do arraial da Igreja Nova da Borda do Campo a vila (de Barbacena). Assim, concomitantemente com o decréscimo da mineração surge, na província, uma nova vila, o que pressupõe a necessidade de um crescimento demográfico e a criação de novos mecanismos de abastecimento e sobrevivência. Enfim, está implícita nesse dado uma perspectiva de desenvolvimento e não de estagnação econômica, como se costumou entender esse período. Além do mais, o nascimento de uma nova vila na capitania, num período de redirecionamento das atividades econômicas, apresenta-se para nós como uma proposição do destaque da região.

A delimitação cronológica final de nossa pesquisa está demarcada no ano de 1822. Nosso objetivo é o de acompanhar a concentração dos bens e atividades econômicas que conformavam a vila ao longo do tempo. Como estamos tratando de uma região que, em fins do século XVIII e início do século XIX, teve seu povoamento intensificado, pois se apresentava ainda como de fronteira aberta, resolvemos tomar como delimitação final o fim das concessões de sesmarias. Durante todo o período colonial, o acesso regular à terra dava-se através dessas concessões. Conseqüentemente, as pessoas que estavam dirigindo para ou já habitavam essa região, procuravam legitimar a posse das terras. Possuir terras na localidade era um dos principais meios de procurar se inserir, economicamente, nas principais atividades desenvolvidas. Portanto, ao analisarmos a estrutura produtiva da região até 1822, estaremos estudando, pelo menos no que diz respeito ao acesso à terra, um período de intensificação do pedido de cartas até a data final de sua concessão. Após essa data, durante anos, não havia nenhum instrumento legal que regulamentasse o acesso à terra, a não ser a posse pura e simples⁸.

Para proceder, então, à análise que propomos, valeremo-nos principalmente, da documentação judicial do período (inventários *post-mortem*), mapas de população, décima urbana, documentação avulsa da secretaria do governo, relatório de presidente de província,

⁸ FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 121.

além de documentos avulsos ao Arquivo Ultramarino e relatos de viajantes estrangeiros. Na análise dessas fontes, procuramos conjugar os métodos mais tradicionais da história econômica e social, através da utilização de fontes massivas, capazes de ter um tratamento serial, com o tratamento mais qualitativo das mesmas fontes, tendo, em alguns momentos, o nome como fio condutor. Segundo Carlo Ginzburg:

Se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries, documentais, podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia ao investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome⁹.

O esforço em apreender as características sócio-econômicas da vila de Barbacena, seria em vão, caso não pensássemos seu surgimento e desenvolvimento a partir de uma perspectiva teórica que valorizasse não apenas seus aspectos locais, mas sua integração a um conjunto de relações ainda maior.

Partimos de um referencial que justificasse o que estaríamos entendendo por região. Assim, a noção de região que resolvemos adotar está muito próxima do conceito proposto por Ciro Flamarion Cardoso, ao relacionar região à História da Agricultura. O autor propôs, então, que a região seja definida operacionalmente, ou seja, “de acordo com certas variáveis e hipóteses, sem pretender que a opção adotada seja a única maneira correta de recortar o espaço e de definir blocos regionais”¹⁰.

Por ser o espaço que elegemos para estudo uma região de fronteira aberta, ainda por ser explorada em fins do século XVIII, na construção da análise nos remeteremos a uma história econômica e social do mundo rural. Nesse sentido, segundo Maria Yedda Linhares¹¹, a análise histórica deve contemplar elementos que se associam para que seja possível uma explicação inteligível do processo histórico na agricultura. Tais elementos tratam do sistema socioeconômico em questão, das condições de acesso à terra, das normas jurídicas que regem a propriedade, do meio geográfico, das condições de uso da terra, do perfil demográfico, do universo profissional e das hierarquias sociais.

Todavia, para proceder ao estudo desses elementos, um dos conceitos que nortearão a pesquisa será o entendimento dessa sociedade como inserida numa economia pré-industrial.

⁹ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989. p. 173-174.

¹⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982. P. 73.

¹¹ LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 165-184

Abstraiamos essa percepção de Karl Polanyi, segundo a qual as relações econômicas do homem são, antes de nada, relações sociais¹². Estamos, aqui, diante de uma sociedade em que os bens materiais só são valorizados, na medida em que servem a propósitos específicos. Para Polanyi:

Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas¹³.

Atrela-se a essas características de uma economia pré-industrial o fato de estarmos nos referindo a uma sociedade que, recentemente, tem sido entendida pelos historiadores, pelas suas conexões com o Antigo Regime¹⁴. Tal percepção nos auxiliará no melhor entendimento de sua configuração populacional, na sua distribuição das riquezas originando a estratificação econômica e, sobretudo, social dos indivíduos nessa sociedade. Esse conceito norteador nos chama a atenção para o fato de que a análise desse tipo de sociedade deve partir das representações que estas tinham de si mesmas. Talvez seja este um dos maiores desafios colocados ao historiador de hoje.

Em vista do que apresentamos, incorporamos à pesquisa a noção de regimes demográficos, sugerida por Sérgio Odilon Nadalin¹⁵. Segundo o historiador, o regime colonial define restrições e oportunidades demográficas semelhantes e diferenciadas se forem considerados os distintos aspectos regionais e as configurações econômicas locais. Ainda, o regime apresenta distinções possíveis entre as diversas camadas sociais, no limite entre a fronteira aberta e a população extremamente móvel¹⁶. Assim, o conceito de regime demográfico, segundo Ana Maira Goldani¹⁷, propõe modelar os processos ou o modo como as pessoas organizam seus eventos vitais e suas relações no interior de uma sociedade, em que tanto os princípios de organização social como individual são importantes.

¹² POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980. P. 61-62.

¹³ Idem.

¹⁴ Sobre os desdobramentos desta percepção ver: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁵ NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004. p. 133.

¹⁶ Idem. P. 136.

¹⁷ GOLDANI, Ana Maria (Verbete). IN: NADALIN, Sérgio Odilon. Op. cit. p. 174.

Partindo dessa definição, Nadalin propõe alguns modelos de regimes demográficos que teriam perdurado no Brasil, pelo menos até o início do XIX. Como o próprio autor comenta, esses modelos são incompletos e, em muitos casos, podem se sobrepor. Contudo, adotamos alguns deles. Do regime demográfico da escravidão, consideramos tanto a complexidade da produção do cativo e custo do tráfico, a relação entre fluxo e volume, como as razões de masculinidade e a estrutura etária da população como indicadores da sua organização. Quanto à demografia da elite, pensaremos no fato de que ela tinha um patrimônio a zelar, a transmitir, além de, quando possível, aumentá-lo. Observaremos um regime demográfico das economias de subsistência, relacionado às famílias e grupos que dedicavam-se a viver do que plantavam e, esporadicamente, vender o excedente nos povoados e fazendas mais próximos. Notaremos, ainda, um regime demográfico das economias urbanas. Em relação a essas economias, no caso mineiro, o estudo desenvolve-se em função de algumas especificidades regionais muito características como, em nosso caso, a partir da decadência da extração do ouro.

Assim, ter esses modelos em mente nos auxiliará a melhor compreender as determinações da estrutura populacional, produtiva e de sua distribuição e reprodução.

Por fim, aquilatar o peso das conformações teóricas que aventamos para a sociedade que elegemos como análise, sempre que possível, passará pelo teste histórico da plausibilidade e força explicativa através da comparação. Como afirmamos desde o início, nosso conceito de região parte do pressuposto que uma determinada localidade está relacionada a uma estrutura maior, somente perceptível através da comparação.

Dessa forma, estruturamos nossa dissertação em três capítulos. No primeiro, procuramos traçar um esboço da história da capitania de Minas, inserindo, em seu desenvolvimento, a vila de Barbacena, ao considerar alguns aspectos sobre o povoamento, formação, emancipação e expansão da vila. O objetivo principal desse capítulo será o de apontar o crescimento e a importância que a vila e seu termo adquirem ao longo da segunda metade do século XVIII, características que se consolidam no início do século XIX. Para entendermos essas questões, utilizaremos fontes capazes de auxiliar a verificar o crescimento populacional e traçar, ainda que de forma incipiente, um mapeamento geral da economia, considerando a distribuição dos homens no meio urbano e rural e as atividades desenvolvidas através da verificação do que se consumia, produzia e exportava.

No segundo capítulo, analisaremos as características da economia da vila de Barbacena a partir de uma série documental, a saber, inventários *post-mortem*. Perceberemos, ao longo do período, as formas de investimentos e a distribuição social da riqueza produzida

com todas as suas implicações sociais dentro de um regime escravista. Recorreremos à constituição e conformação dos ativos que constituíam a riqueza da vila através das faixas de fortunas da hierarquia, aquilatando seus pesos para cada grupo, principalmente dos ativos de maior importância (bens de raiz, escravos e dívidas). Tentaremos, em suma, perceber de que forma essa sociedade se reproduzia.

No terceiro e último capítulo da dissertação, uma vez entendido o desenvolvimento da vila de Barbacena, nas décadas iniciais de sua criação, apreenderemos os pressupostos que estariam atrás do fato de esta região ter sido agraciada com o título de vila. Um título nada desprezível na América Portuguesa, em que características sociais de Antigo Regime faziam-se presentes. A partir disso, verificaremos a inserção econômico-social de alguns indivíduos que solicitaram a criação da vila e que, por ocasião da mesma, foram remetidos como a nobreza da vila e seu termo. A análise destacará que o sistema econômico vigente na vila reproduzia-se também pelo desejo de perpetuar as diferenças existentes através do mando político.

CAPÍTULO I

Vila de Barbacena: formação e expansão.

Ao falarmos em História do Brasil do século XVIII e XIX, podemos considerar que Minas Gerais ocupa um lugar de grande destaque. De certa maneira, a exploração em massa de recursos minerais no início do século XVIII, bem como o processo de ocupação dessa região determinaram grandes mudanças e transformações na colônia e na metrópole¹⁸.

Se pensarmos na fase *pós-boom* da exploração aurífera, a partir da segunda metade do setecentos, percebemos importantes reorganizações, políticas e econômicas, também em ambos os lados do atlântico. Esse período será marcado por um revigoramento agrícola diversificado muito importante para o mercado interno colonial. Representa ainda o início da inversão das relações econômicas entre Brasil e Portugal no momento em que a balança fica deficitária para a metrópole. No final do XVIII, contaremos com o movimento da Inconfidência, além de, no plano das idéias, observarmos um momento de expansão de uma prerrogativa antipombalina e antimercantilista¹⁹.

No que diz respeito aos aspectos econômicos, essas transformações resultaram na reordenação das atividades econômicas com o maior desenvolvimento e concentração em outras regiões da capitania que não a do centro aurífero. Carla Almeida²⁰, numa tentativa de periodização, afirma que o período de 1780 a década de 1810 pode ser considerado o momento em que as atividades agropecuárias passaram a ser o eixo principal da economia mineira, em detrimento da queda da mineração.

Dessa forma, acompanhar a criação e o desenvolvimento sócio-econômico da vila de Barbacena significa reduzirmos nossa escala de análise para podermos averiguar questões que são pertinentes não só a esta localidade, como a todo o território mineiro nesse contexto. Por todas as suas características peculiares, esta vila torna-se para nós um referencial analítico de questões pertinentes ao período final da condição colonial do Brasil.

Dentre os vários aspectos a serem abordados neste capítulo, daremos destaque para a formação e expansão da vila de Barbacena e seu termo, dentro da trajetória da capitania de

¹⁸ PAIVA, Eduardo França. *Venda Nova: Séculos XVIII e XIX – Um Estudo de História Regional*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 22.

¹⁹ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Melhoramentos no Brasil: Integração e Mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. Niterói: UFF, 2001. (Tese de Doutorado). p. 68.

²⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750 – 1822*. Niterói: UFF, 2001. (Tese de Doutorado). p. 73.

Minas, informando sobre as principais atividades econômicas desenvolvidas na região, além de apresentarmos dados gerais sobre a sua estrutura social e demográfica.

1.1 – Minas e a Vila: trajetória de povoamento

O povoamento do território das Minas Gerais começou com a bandeira de Fernão Dias Pais, no último quartel do século XVII, principalmente com a descoberta do primeiro ouro manifestado por Antônio Rodrigues Arzão em 1692. Em poucos anos, os descobertos auríferos atraíam pessoas de todas as partes, sobretudo da Bahia e do Rio de Janeiro, que eram, naquele instante, as regiões mais populosas da América portuguesa e também de Portugal.

Nesse primeiro momento, os desbravadores não tinham acesso direto do Rio de Janeiro as Minas. Até o fim do seiscentos, somente se conhecia o Caminho do Rio São Francisco, que ligava a cidade da Bahia às minas do rio das Velhas, e o Caminho Geral do sertão, outrora Caminho Velho. Deve-se ao bandeirante Garcia Rodrigues Pais, filho do sertanista Fernão Dias Pais, a picada primitiva do Caminho Novo a partir de 1698.²¹ Segundo descrição de Geraldo Guimarães:

O Caminho Novo partia do Rio de Janeiro, atravessava a baixada fluminense, transpunha a serra, cortava os rios Paraíba e Paraibuna, onde posteriormente foram criados registros, atingia as hoje cidades de Matias Barbosa e Juiz de Fora. Já nas encostas da Mantiqueira, o pouso de João Gomes (hoje Santos Dumont). No alto da serra cruzava o Rio das Mortes em suas cabeceiras, depois de passar por Borda do Campo. Atingia a região do posterior Arraial da Igreja Nova (hoje Barbacena). Continuava pela Ressaca e Carandaí, indo entroncar com o já falado Caminho Velho em Amaro Ribeiro (próximo a Conselheiro Lafaiete). Daí os viajantes seguiam pelo Caminho Velho para as minas de Ouro Preto, Carmo e Rio das Velhas.²²

Para esse autor, ao longo do novo caminho, Garcia Rodrigues Pais instalou-se em várias áreas que, posteriormente, foram reconhecidas pelas autoridades em forma de sesmarias. Uma dessas localidades fora a Borda do Campo, nome dado pelos caçadores de esmeraldas, pois se podia distinguir nitidamente a diversidade natural entre as matas e os

²¹ Sobre os caminhos que levavam à região das Minas, vale a pena conferir, por exemplo: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. São Paulo: USP/FFLCH, 2002. (Dissertação de Mestrado). Especialmente no capítulo I, o autor discute a formação do Caminho Novo e o povoamento de Minas, resgatando autores que também discutiram o tema.

²² GUIMARÃES, Geraldo. *O Caminho Novo*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del-Rei, v. 4, p. 27-43, 1986. p. 29.

campos durante toda a viagem pela região. Ao ser construído o Caminho Novo, objetivava-se chegar às minas. Para isso, Garcia Rodrigues Pais foi orientado no sentido de alcançar um lugar na Borda do Campo onde se localizava a Igreja do Campolide, passando pela Fazenda da Caveira, isto é, pelo local da Borda do Campo em que iria se situar Barbacena. Essa região fora conhecida como arraial da Igreja Nova de Campolide, devido à construção da atual Igreja de Nossa Senhora da Piedade, que data de 1738²³. Nessa região, instalara-se o registro que mais tarde passou a ser conhecido como Registro Velho, posto de fiscalização da Coroa portuguesa.

A partir dessas considerações, percebemos que o início da povoação da Borda do Campo pode ser considerado conseqüência da abertura do Caminho²⁴. Logicamente, no momento da abertura, o Caminho tinha por finalidade principal unir o centro aurífero (Vila Rica) ao Rio de Janeiro, encurtando a distância e melhorando a fiscalização. A ocupação observada nessa região, em seu princípio, não acompanhou em número a verificada no centro minerador. Contudo, o interessante a destacar é que durante o século XVIII, ao contrário do que já se pensou, além da mineração, havia em Minas várias atividades articuladas com o setor minerador, tanto na região das próprias Minas, como nas áreas que surgiram ao longo do Caminho Novo²⁵. Enfim, o que queremos destacar é que a vila de Barbacena integrava uma região de ocupação antiga que, durante o século XVIII, ligava-se à atividade nuclear mineradora, mas também estava relacionada às atividades econômicas impulsionadas por esta, principalmente a agricultura²⁶.

Em sua dissertação de mestrado, André Figueiredo Rodrigues procedeu a uma análise das concessões de sesmarias para a freguesia da Borda do Campo durante todo o século XVIII. Pesquisou também relatórios de posseiros residentes nos sertões proibidos da Mantiqueira, elaborados por capitães de patrulha-do-mato a mando de D. Rodrigo José de Meneses em 1780. O autor procurou perceber a atividade produtiva nas sesmarias doadas na Borda do Campo e nas posses da Mantiqueira. É interessante notar que o conjunto geográfico dessa análise (Borda do Campo e Mantiqueira) constitui, na posterior criação da vila de Barbacena, as freguesias do termo da vila. Enfim, o que o autor pôde perceber, através das 174 cartas levantadas, é que 76,19% das atividades produtivas nas sesmarias estavam

²³ MASSENA, Nestor. Op. cit. p. 268.

²⁴ GUIMARÃES, Geraldo. Op. cit. p. 37.

²⁵ A esse respeito, a pesquisa de GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. *Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750)*. Belo Horizonte: UFMG, 1986; é exemplar ao demonstrar a concomitância de atividades agrárias no período de auge de extração aurífera. Vale a pena conferir ainda PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: USP/FFLCH, 1996. (Tese de Doutorado), especialmente o Capítulo II, quando a autora trata da trajetória de ocupação de Minas Gerais.

²⁶ PAIVA, Clotilde Andrade. Op. cit. p. 33.

relacionadas à agricultura, assim como em 50% dos casos de posse na Mantiqueira²⁷. Rodrigues revelou ainda que, em segundo lugar, a atividade mais praticada era a associação da agricultura com a pecuária.

Tais dados nos informam a configuração econômica dessa região no período de sua formação. Entretanto, é o final do século XVIII que talvez marque as transformações mais profundas.

Mônica Ribeiro de Oliveira²⁸ empreendeu o estudo da caracterização do sistema sócio-econômico que se desenvolveu no termo de Barbacena no período de 1780 a 1850. A historiadora partiu do pressuposto de que a origem da acumulação prévia de capitais que proporcionaram a montagem do sistema agrário cafeicultor da Zona da Mata deu-se através de inversões de capitais de comerciantes do próprio interior mineiro, como a região da vila de Barbacena. Para melhor acompanhar o processo de ocupação dessa região, a autora procedeu a um levantamento sumário das cartas de sesmarias concedidas no período de 1791 a 1822. O resultado a que chegou seguiu conforme a tabela abaixo.

Tabela 01: Registro de sesmarias do Termo de Barbacena 1791/ 1822.

Período da doação	Número de títulos doados
1791 a 1800	72
1801 a 1810	36
1811 a 1820	352
1821 e 1822	71
Total	531

Fonte: Cartas de Sesmaria – Seção Colonial/ APM. Apud: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit. p. 44.

Ao se comparar o número das concessões para o período de 1791 a 1822 com as que foram efetuadas pelo historiador André Figueiredo (174 concessões) para todo o século XVIII, uma primeira constatação nos salta aos olhos. No mesmo período de consolidação das atividades agropastoris como eixo central da economia mineira, a região do termo da vila de Barbacena passa a ter sua ocupação intensificada, principalmente na década de 1810. Apesar de ser uma região de ocupação antiga, como mencionamos anteriormente, ao longo do século XVIII, sua ocupação se deu de forma esparsa e, até, lenta, pelo menos no final do setecentos.

Segundo Mônica Oliveira, o considerável número de concessões no período de 1811 a 1820, podendo ainda somar até 1822, está atrelado à vinda da família real para o Brasil em

²⁷ RODRIGUES, André Figueiredo. Op. cit. p. 168 e 182.

²⁸ Ver especialmente o capítulo I e II. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias: Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870*. Niterói: UFF, 1999. (Tese de Doutorado).

1808 e ao processo de interiorização da metrópole montada por Dom João²⁹. Além disso, a autora considera que esse maior número de concessões esteve relacionado à capacidade dessa região atrair grupos sociais da tradicional região mineradora.

Acreditamos, até mesmo pelo que a autora demonstra, que algumas famílias da região aurífera realmente chegaram a migrar para outras regiões que se apresentavam mais prósperas no período de transição do século XVIII para o XIX. Contudo, temos que destacar ainda o fato de pessoas de regiões exteriores à capitania também serem atraídas à vila de Barbacena, mediante a nova conjuntura sócio-econômica que se aventava. A integração e a importância da capitania de Minas nos quadros do Império Português, no alvorecer do XIX, fez com que não somente a localidade em análise, mas várias regiões da capitania, continuassem a atrair pessoas, numa sociedade colonial que era extremamente móvel³⁰.

Observamos também outros dados indicadores da possibilidade atração fora da capitania. Percebemos pesquisas que demonstram como antigos centros mineradores como Mariana³¹, no entremear de 1750 – 1850, permaneceram com características sócio-econômicas demográficas do período do auge da extração aurífera. Além disso, Minas adentrar o século XIX como a maior importadora de escravos desembarcados da praça carioca³², superior, até mesmo à agroexportação fluminense. Aliás, para além dos atrativos econômicos, esse processo migratório deve ser entendido, a partir da própria conquista do território mineiro na passagem do século XVII para o XVIII, como o fato que, de acordo com um recente artigo João Fragoso, ressalta a necessidade de reprodução da sociedade colonial, através de uma lógica de Antigo Regime nos trópicos³³.

Ao destacar o papel da nobreza da terra no custeio das expedições em busca de metais, o autor revela a constante necessidade que os núcleos colonias possuíam de alcançarem novas conquistas para alojar os novatos das famílias nobres. Nas novas conquistas uma sociedade hierarquizada era reproduzida tal qual na comunidade de origem. Diferenciados pelos seus cabedais, o nobre conquistador contrapunha-se ao mais pobres e

²⁹ Ibidem. p. 46.

³⁰ Sobre as possibilidades de migração no período colonial ver: FARIA, Sheila de Castro Faria. *A Colônia em Movimento*. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Principalmente o capítulo II.

³¹ Ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750/1850*. Niterói: UFF: 1994. (Dissertação de Mestrado).

³² Ver: FRAGOSO, João Luís Fragoso. *Homens de grossa aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1998. Principalmente capítulo III.

³³ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra supracapitanias, no Setecentos. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIN, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (orgs.). *Optima Pars*. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 139.

acabava por dar conta da organização política das novas áreas³⁴. Como decorrência de tais movimentos, João Fragoso destaca que:

(...) temos a criação de redes parentais entre frações das elites de diversos recantos da América portuguesa. Uma vez constituído o novo povoado, os seus conquistadores, agora na condição de nobreza da nova terra, tendiam a mater laços, via casamentos, com seus domicílios de origem. Assim, a América lusa não era simplesmente uma colcha de retalhos de vilas isoladas; suas elites, de geração em geração, reconstituíam teias de alianças parentais, o que com certeza, dá uma nova imagem ao Antigo Regime nos trópicos; a expansão territorial da sociedade colonial implicava na formação de malhas de alianças parentais de facções da nobreza da terra de distintas áreas.³⁵

Por ser a região da vila de Barbacena, uma área de ocupação antiga, ou seja, que remonta ao início da conquista do território mineiro, percebemos como as primeiras terras ocupadas relacionaram-se com a recompensa política do desbravamento. O bandeirante Garcia Rodrigues Pais recebeu, por ter desbravado a mata e construído o Caminho Novo, uma sesmária de terra nas paragens da Borda do Campo, na qual o seu cunhado, o coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, fundou uma fazenda de cultura com o nome de Borda do Campo³⁶. Tal fazenda, juntamente com a fazenda do Registro Velho, que tinha como assistente do registro Manuel de Sá e Figueiredo, sobrinho do coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, vai se constituir no núcleo originário de povoamento dessa região.

Interessante destacar que, ao longo do século XVIII, após ter passado por vários proprietários com ligações familiares, a fazenda da Borda do Campo, já no final do século, pode ser considerada como uma das maiores propriedades da já então vila, a partir de 1791. Nessa época, seu proprietário era o grande potentado e inconfidente João Aires Gomes³⁷. Dessa forma, ao final do século, num momento em que a vila de Barbacena e seu entorno torna-se um local atrativo a pessoas de vários segmentos sociais, podemos considerar que os novos emigrantes encontraram um nobreza da terra já arraigada.

1.2 – Contornos administrativos

A conformação jurídico-administrativa de Minas tem sua origem remontada a 1709, quando é fundada, de acordo com a carta-régia de nove de novembro, a nova capitania de São

³⁴ Ibidem. p. 140.

³⁵ Ibidem. p. 141.

³⁶ RODRIGUES, André Figueiredo. Op. cit. p. 29.

³⁷ No último capítulo desenvolveremos melhor a relação de João Aires Gomes com os primeiros proprietários da Borda do Campo.

Paulo e Minas do Ouro, desmembrada da capitania do Rio de Janeiro. Esse fato se dá dentro dos acontecimentos finais da Guerra dos Emboabas³⁸. Em 1720, temos a criação da capitania de Minas Gerais, com a separação da região das minas da capitania de São Paulo. Nesse momento, a capitania mineira é dividida em comarcas. As cinco comarcas em que, ao longo do período colonial, a capitania mineira foi dividida eram: em 1714 foram criadas as de vila Rica, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro Frio; em 1815, a de Paracatu³⁹. Em todo o período colonial foram criadas, em Minas, 16 vilas e uma cidade.

Segundo João Antônio de Paula, a sonegação do “status” de cidade àqueles dinâmicos núcleos urbanos mineiros foi expressão de política geral que o poder metropolitano tentou praticar em Minas Gerais. Tal política resultava de uma tentativa de manutenção do controle da região, uma vez que o estatuto de cidade dava privilégios que o de vila não proporcionava. A única cidade então criada fora a de Mariana (1745), por abrigar a sede do Bispado⁴⁰. A constituição das vilas, segundo o mesmo autor, pode ser segmentada em três momentos: o primeiro e o segundo vão da formação dos primeiros núcleos à consolidação do centro minerador, no período de 1711 a 1729. O terceiro momento, passados 60 anos, corresponde à fase de decadência da atividade mineradora e, portanto, marca a criação de sete vilas. Todas essas vilas apresentam uma forte vocação agrária⁴¹, como no caso da vila de Barbacena (1791), nosso objeto de estudo. É o que revela os apontamentos de sesmarias anteriormente mencionados no texto.

No decorrer da segunda metade do século XVIII, com a crise do ouro, a tendência à diversificação econômica presente desde os primórdios da ocupação passou a desempenhar papel preponderante na economia da capitania. Minas reordenou-se para o suprimento da cidade do Rio de Janeiro, cujo crescimento populacional era perceptível desde o início do setecentos⁴².

Ao contrário do que a historiografia até então informava, ao analisar a capitania fluminense, o historiador Antônio Carlos Jucá de Sampaio observou que não havia uma “crise geral” na agricultura, por muitos delimitada para a América Portuguesa. Para o autor, a crise observada nesse momento deve ser matizada, uma vez que a rápida abertura de novas áreas de povoamento no interior do território colonial já refletia em razoáveis transformações na

³⁸ PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Ocupação do espaço, formas de produção e território: uma nota sobre a formação territorial de Minas Gerais*. Revista Científica da FAMINAS. – v. 1, n. 2 (maio/ago.) 2005. p. 263.

³⁹ Ibidem. p. 267.

⁴⁰ PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37.

⁴¹ Ibidem. Apud: PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Op. cit. p.267.

⁴² A esse respeito conferir principalmente a Introdução e o Capítulo I. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

sociedade fluminense. Há que se levar em conta ainda que este período final do setecentos está relacionado também ao movimento conspiratório da Inconfidência Mineira.

Ao revisitar a historiografia sobre o tema, e mesmo as fontes já trabalhadas, João Pinto Furtado⁴³ examinou as condições materiais de existência dos protagonistas do movimento, procurando, a partir de objetos e fragmentos relacionados à sua existência cotidiana, evidências dos possíveis modos de vida. Empreendeu esse trabalho com a finalidade de entender seus interesses econômicos através de percepções diferenciadas da viabilidade e de motivações distintas para o feito. Quando analisa o dinamismo que a comarca do Rio das Mortes apresentava naquele momento e a grande participação de inconfidentes daquela região, o autor sugere que:

Não está afastada, portanto, a possibilidade que mesmo ao aventarem uma nova ordem, os inconfidentes não estivessem atentos à não desprezível possibilidade de recuperação de um arcabouço institucional que lhes assegurasse algum nível de representação no mundo luso-brasileiro. A república por eles aventada, de fato, teria “vários parlamentos”, mas, segundo indicam as evidências, distribuídos entre a capital São João Del Rei, e as principais localidades que polarizavam a economia das Minas Gerais. Provavelmente, os parlamentos seriam distribuídos entre os principais pólos regionais, tradicionais e consolidados (...) e, ainda, alguns emergentes. Nessa última categoria, provavelmente se destacariam o Arraial da Igreja Nova, que foi logo depois elevado à condição de Vila de Barbacena, em 1791⁴⁴.

João Pinto Furtado destaca que, na condição de vila, a localidade passava a ter o direito, não desprezível na ordem setecentista, de constituir câmara. Essa condição possibilitava a representação direta à coroa na forma de petições e requerimentos que pudessem ser apresentados à revelia dos governadores⁴⁵.

Enfim, tais considerações são resultados de uma ocupação mais intensa e sistematizada em regiões ligadas ao terceiro momento de criação das vilas na capitania mineira, anteriormente mencionado, fato ocorrido no *pós-boom* minerador. Torna-se, agora, necessário perceber melhor o dinamismo dessa população em crescimento com ritmos diferenciados.

⁴³ FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope*. História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Sobre as condições matérias dos inconfidentes ver principalmente o Capítulo II.

⁴⁴ *Ibidem*. p. 157.

⁴⁵ *Ibidem*. p. 159.

1.3 – Crescimento e diversificação populacional na passagem do século XVIII para o XIX.

A diversificação econômica fora uma característica da capitania de Minas desde os primórdios, com o crescimento e redirecionamento populacional. Na segunda metade do século XVIII, essa característica deve ter se intensificado, principalmente a partir da década de 1770, quando a média anual de arrecadação do ouro, que já fora de 86 arrobas na década anterior, caiu para 68 arrobas⁴⁶. Verificamos com isso, que o movimento de crescimento populacional entre as comarcas tenha se diferenciado e intensificado a partir de então.

Utilizando-se de dados gerais relativos à população da capitania, já levantados por outros historiadores, visualizamos melhor esse crescimento, conforme segue nas tabelas 02, 03 e 04.

Tabela 02
Crescimento da população total e % de escravos da capitania de Minas Gerais por Comarca (1767-1821)

Comarcas	1767			
	Pop. total	% da Pop. total	Pop.escrava	% de escravos
CVR	60.249	28,88	38.647	64,1
CRM	49.485	23,72	26.891	54,3
CRV	69.328	33,24	43.027	62,1
CSF	29.538	14,16	18.038	61,1
Capitania	208.600	100	126.603	60,7
Comarcas	1821			
	Pop. total	% Pop. total	Pop.escrava	% de escravos
CVR	75.573	14,70	26.936	35,6
CRM	213.617	41,55	84.995	39,8
CRV	141.312	27,49	45.297	32,1
CSF	83.592	16,26	24.640	29,5
Capitania	514.094	100	181.868	35,4

Fonte: Apud: ALMEIDA, Carla M. C. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*. Niterói: UFF, 2001. (Tese de doutorado). p. 53. CVR: Comarca de Vila Rica; CRM: Comarca do Rio das Mortes; CRV: Comarca do Rio das Velhas e CSF: Comarca do Serro Frio.

⁴⁶ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Almeida. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*. p. 05.

De acordo com essa tabela, podemos perceber e confirmar a reorganização do número da população por comarca, pela qual a capitania mineira passou na transição do século XVIII para o XIX. Realmente fica claro que a comarca de Vila Rica, que no auge aurífero chegou a comportar a maioria da população da capitania, no final do setecentos e início do oitocentos, se caracterizava como a região de menor população no espaço mineiro. Por outro lado, a região de maior crescimento populacional é a da comarca do Rio das Mortes. A comarca quase quadruplicou sua população, não somente em relação à camada livre como também à escrava, não obstante podendo ser observado que a população livre na região aumenta em importância, atingindo uma taxa de crescimento de 305,17%, enquanto a escrava cresce 43,65%.

Segundo Carla Almeida, esses dados revelam a importância cada vez maior que a mão-de-obra livre passou a ter na capitania, apontando para a existência de um grande número de unidades produtivas atuando com base na mão-de-obra familiar⁴⁷. Esse fato, ao que parece, não foi uma característica somente de uma ou outra comarca. Se observarmos o percentual dos escravos em relação à população total de todas as regiões, percebemos uma relação muito próxima entre elas, girando em torno de 60% da população, em 1767, e de 35%, em 1821, para todas as regiões.

Minas encerra o século XVIII como a capitania mais populosa da América portuguesa, e avança pelo oitocentos sustentando essa posição. Essa condição acabou por ser, muitos anos depois, uma evidência incômoda às posições historiográficas de uma prolongada e vigorosa decadência econômica da capitania após o auge do ouro. À luz de novas fontes de estudo e sob novas perspectivas de abordagem, Roberto Borges Martins e Robert W. Slenes, no início dos anos 80, abriram a possibilidade de uma revisão historiográfica para o período de transição do século XVIII para o XIX⁴⁸.

Com uma economia estagnada com o declínio da mineração, Minas apresenta uma grande concentração de escravos, nesse período. Dessa forma, a maior de todas as províncias da colônia no início do século XIX revela uma relação contraditória à decadência econômica. Assim, Roberto Borges Martins e Amílcar Martins Filho atentam ainda que, ao contrário do que se afirmava até então, esses escravos não eram herança da decadência das áreas mineradoras, mas sim o resultado de importações recentes. Portanto, por Minas não possuir economia de *plantation* e ser a maior importadora de escravos, os autores, ao falar da

⁴⁷ Ibidem. p. 52.

⁴⁸ MARTINS, Roberto Borges e MARTINS FILHO, Amílcar. *A escravidão numa economia não Exportadora: Novas Perspectivas sobre Minas Gerais no Século XIX*. SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*.

economia mineira, caracterizam-na pela existência de unidades auto-suficientes produzindo para o autoconsumo e para venda de excedentes para o mercado local. Nas Minas oitocentistas, as importações de escravos não se relacionariam com a evolução de um único produto, setor ou região, mas com a demanda conjunta de vários setores de uma economia diversificada. Os autores sustentam seus dados com base em centenas de documentos até então inéditos do Arquivo Público Mineiro, gerados por autoridades municipais, paroquiais e distritais, que atendiam às tentativas de recenseamento feitas pelo governo provincial mineiro. Suas novas estimativas sobre a população de Minas superaram as até então existentes.

Em contrapartida, Robert W. Slenes⁴⁹, sem desconsiderar a contribuição dos Martins para os novos estudos sobre Minas Provincial, contestou alguns aspectos dessa pesquisa. A maior polêmica talvez tenha sido o fato de que, se a economia mineira não estava ligada ao mercado fora da província, como esta conseguiria absorver tantos escravos?

Para Slenes, esse fato se explica pela ligação dessa província a mercados externos, principalmente no abastecimento da corte e das regiões cafeeiras de São Paulo e Rio de Janeiro. Na primeira metade do século XIX, longe de ser uma região pouco voltada para fora, como os Martins afirmavam, a economia mineira era de exportação e bastante significativa. Destaca-se desse quadro a importância da capitania na manutenção de um mercado interno capaz de se auto reproduzir, já que as exportações eram para fora da capitania e, depois, da província e não para fora da colônia.

Portanto, a maior contribuição do trabalho de Slenes foi a de demonstrar a importância de Minas como um centro dinâmico e os efeitos multiplicadores sobre o resto da economia, o que para esse historiador explicava o apego dos mineiros à escravidão durante boa parte do século. Sendo assim, podemos perceber que, afora as divergências em alguns pontos, Martins e Slenes muito contribuíram para uma renovação da historiografia mineira sob a perspectiva de desenvolvimento dessa província no *pós-boom* minerador, e não de estagnação econômica nesse período.

O movimento de rearticulação populacional do espaço mineiro que tentamos demonstrar manifestou-se tanto entre as comarcas, quanto no interior delas. Analisando a composição populacional dos diversos termos da comarca do Rio das Mortes, percebemos melhor essa situação e também podemos atentar para a conformação populacional do espaço que elegemos para a pesquisa, a vila de Barbacena.

⁴⁹ SLENES, Robert W. Op. cit.

Tabela 03: População Comarca do Rio das Mortes e seus Termos (1808-1835).

Termo	População					
	1808	%	c.1820	%	1835	%
São João Del Rei	25.441	16,43	44.354	18,73	44.899	14,28
São José Del Rei	21.488	13,87	17.170	7,25	36.608	11,64
Barbacena	16.237	10,48	29.155	12,31	36.361	11,56
Campanha	55.375*	35,76	49.246	20,79	64.543	20,52
Baebendi			30.902	13,05	45.373	14,43
Jacuí			15.229	6,43	32.545	10,35
Tamanduá	16.030	10,35	28.029	11,84	29.441	9,36
Queluz	20.298	13,11	22.734	9,60	24.725	7,86
Total	154.869	100	236.819	100	314.495	100

* Inclui os totais relativos a Baependi e Jacuí.

FONTE: Apud: CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica – São João Del Rei: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de Mestrado). p. 303.

Tabela 04: Crescimento Anual da População da Comarca do Rio das Mortes e seus termos (1808-1835).

Termo	Crescimento Anual		
	1808-1820	1820-1835	1808-1835
São João Del Rei	4,63	0,08	2,10
São José Del Rei	-1,87	5,05	1,97
Barbacena	4,88	1,47	2,99
Campanha	-	1,80	0,57
Baebendi		2,56	
Jacuí		5,06	
Tamanduá	4,66	0,33	2,25
Queluz	0,94	0,56	0,73
Total	3,54	1,89	2,62

FONTE: Apud: Cunha, Alexandre Mendes. Op. cit. p. 203.

Apesar de trabalharmos com o período de 1791 a 1822, infelizmente não possuímos dados relativos à população dos termos da comarca do Rio das Mortes anteriores a 1808. Por isso, consideramos a sistematização feita por Alexandre Mendes Cunha uma montagem de muita valia para emprendermos as modificações populacionais nesse espaço.

Pelas taxas de crescimento anual, podemos perceber que, de uma forma geral, no período apreendido, o crescimento ocorre em todos os termos, com exceção para o termo de São José Del Rei no período de 1808-1820. Contudo essa taxa negativa deve ser matizada e

não compreendida somente como um esvaziamento da população dessa região. Afonso de Alencastro Graça Filho chama a atenção, em um artigo, para a confusa política administrativa adotada em Minas na primeira metade do século XIX. Tal confusão gerou uma sobreposição dos níveis de competência e um constante desmembramento, reagrupamento, supressão e reinstalação de distritos, vilas e comarcas⁵⁰. Assim, não temos como saber se essa taxa negativa nesse período não pode significar o desmembramento e reagrupamento de arraiais e distritos.

Podemos perceber ainda que o ritmo de crescimento varia de um termo para o outro. Interessante também é observarmos que, no intervalo de 1808-1820, o termo de Barbacena apresentava maior crescimento dentre todos os outros da comarca do Rio das Mortes, apesar de possuir nesse período, de 10 a 12% da população da Comarca. Note-se ainda que, mesmo não mantendo a maior taxa de crescimento anual no segundo período (1820-1835), o termo permanece na análise geral (1808-1835) como o que anualmente crescia mais. Nesse caso, também devemos atentar para o fato de o crescimento poder significar rearticulações de arraiais e distritos.

Com relação ainda à tabela 04, acreditamos poder inferir que o crescimento da região estudada já ocorria desde a última década do setecentos. Corrobora essa assertiva o pedido dos povos da região ao governador em que: *“postrados omildemente aos pés de V. Ex.^a (...) imploram com suspeiros o oportuno remédio na grandesa de V. Ex.^a facultando-lhes a graça da criação de huma nova Villa no arrayal da Igreja nova da Borda do Campo (...) por conter aquele d.^o arrayal toda a capacid.^o p.^a hua numeroza Povoação, situado em Estrada geral do comercio dos viandantes do Rio de Janeyro (...).⁵¹”* A comarca, que contava com 14 dos 24 principais inconfidentes, em pleno processo de devassa, tem elevado à condição de vila o arraial que abrigava pelo menos quatro destes. Um desses inconfidentes, José Aires Gomes, era o maior possuidor de terras na Borda do Campo e um dos maiores de Minas Gerais. Dentre outros, ele assina o pedido acima citado encaminhado ao Governador.

Não pretendendo fechar esse jogo das sobreposições administrativas. Cabe-nos, pelo menos, tentar explicitar melhor a conformação da população do termo ao qual a vila de Barbacena pertence.

⁵⁰ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Jogando Caxangá: notas sobre as divisões jurídico-administrativas na Comarca do Rio das Mortes durante o século SIS*. Vertentes, São João Del-Rei, n. 7, p. 29-37. jan./jun. 1996. p. 29.

⁵¹ Autos da criação da Villa de Barbacena na Comarca do Rio das Mortes. RAPM. Ano 1. jan./mar. 1896. Ouro Preto, 1896. p. 119-120.

1.4 – A preocupação com a estatística e os dados sobre a Vila.

Segundo Maria Luiza Marcílio⁵², a tradição dos primeiros ensaios de censos nacionais na metrópole portuguesa remonta ao século XVI, mais precisamente em 1527, quando foi feito um primeiro levantamento dos fogos de Portugal. Afirma a autora que os próximos levantamentos teriam ocorrido em 1636 (somente população masculina adulta) e já no século XVIII (1732, 1768, e 1798) com três contagens da população. O último levantamento obteve aperfeiçoamentos que seriam aplicados em todas as possessões ultramarinas.

Já a preocupação em se conhecer sistematicamente a população da colônia brasileira se dará principalmente a partir da época de Pombal num período que, segundo Marcílio,

Insere-se na fase das novas orientações da política metropolitana, em que as estatísticas demográficas passaram a ser consideradas como instrumento de ação do Estado português no sistema colonial. Sendo essa fase proto-estatística (1750-1872) a que apresenta as primeiras estatísticas censitárias, os estudos de Demografia Histórica brasileira praticamente são possíveis a partir dessa época⁵³.

O que a autora chama de fase proto-estatística é subdividida em três momentos, a saber: de 1765 a 1797; de 1797 a 1830 e de 1830 a 1872. Iremos nos deter mais precisamente no segundo momento (1797 a 1830), por ser o que melhor se enquadra em nosso recorte cronológico. Nesse período, a autora destaca que os mapas possuíam uma forte vocação militar, e, por meio, deles a coroa portuguesa poderia conhecer o número de adultos disponíveis para pegar em armas. Esses dados, portanto, passaram a ser menos militares e mais econômicos e de política populacional.

Em um artigo intitulado “Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais”, a pesquisadora Maria do Carmo Salazar Martins⁵⁴ também pondera que, em meados do século XVIII, a coroa portuguesa exigia que se realizassem levantamentos sistemáticos dos habitantes. Segundo a autora, essa preocupação tinha por objetivo conhecer a população livre e adulta apta a ser usada na defesa do território. Em maio de 1776, Martinho de Melo e Castro enviou às capitanias uma circular em que solicitava a remessa anual da relação do seu número

⁵² MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista – 1700/ 1836*. São Paulo: HUCITEC, 2000. p. 31.

⁵³ *Ibidem*. p. 33.

⁵⁴ MARTINS, Maria do Carmo Salazar Martins. Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (et al.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001. p. 185-204.

de habitantes “*ponto de tanta importância, como é o de saber Sua Majestade o número de vassallos que habitam seu domínio*”.⁵⁵

As preocupações com a quantificação e controle estatístico sobre a população e as produções são intensificadas principalmente a partir do momento em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho assume o cargo de Ministro e Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos em 1796⁵⁶. Segundo Cláudia Chaves:

O incentivo à elaboração de mapas estatísticos sobre população, consumo, importação e exportação possibilitou um conhecimento mais abrangente das potencialidades coloniais, num momento em que se estreitavam as relações entre a colônia e a metrópole, no sentido de uma organização imperial e da formação de um único “mercado nacional”, uma vez que os produtos brasileiros assumiam uma posição privilegiada nos mercados externos e o mercado consumidor de manufaturados deveria ser preservado no Brasil⁵⁷.

A autora destaca que a função de promover esse levantamento ficou como atribuição de um novo órgão que se criou em 1788 com a denominação de Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação. Essa junta deveria contar com a ajuda das Câmaras Municipais, instituições locais, para a realização do trabalho. Enfim, ao final do século XVIII e início do XIX, população, produção e consumo eram as preocupações estatísticas do reino⁵⁸. Se os planos de sistematização elaborados a partir dos dados levantados pela coroa nesse período prosperaram, diz Cláudia Chaves, pouco se verificou na prática. Entretanto todos os relatos produzidos por contemporâneos do momento de que tratamos são importantes para a percepção do território, da produção e da população que conformava o Brasil de então e do que se pretendia que fosse⁵⁹.

Interessante perceber, na análise da autora, a concepção de que Minas Gerais e sua economia colonial estavam inseridas num conjunto maior de integração, daí por consequência a documentação produzida nesse período estar *condicionada a um procedimento de “racionalização” do comércio e da produção do Império Luso-brasileiro*⁶⁰.

À procura de dados produzidos no contexto acima aventado, vistoriamos o Fundo Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro e os documentos avulsos da Seção Colonial do

⁵⁵ Ibidem. P. 188

⁵⁶ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Melhoramentos no Brasil: Integração e Mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. Niterói: UFF, 2001. (Tese de Doutorado). p. 216.

⁵⁷ Ibidem. p. 227-228.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Ibidem. p. 274-275.

⁶⁰ Ibidem. p. 14.

Fundo Secretaria do Governo. Nestes, acabamos por encontrar mapas de população do termo de Barbacena para os seguintes anos: 1808, 1809, 1813, 1814, 1815 e 1819⁶¹. Esses mapas trazem o número de homens e mulheres, livres e escravos, casados e solteiros, dos segmentos de brancos, pretos e mulatos, além do número de pessoas que nasceram e morreram. Todas essas informações estão divididas pelas freguesias que compõem o termo, o que nos auxilia mais ainda a perceber os contornos de nosso objeto de estudo e, conseqüentemente, melhor visualizar a conformação de sua população no intervalo de 1808 a 1819⁶².

Tudo indica que esses mapas estavam sendo realizados anualmente, e no caso da comarca do Rio das Mortes, desde o final do século XVIII, eram até motivo de contendas. Em ofício datado de janeiro de 1800, o ouvidor da comarca do Rio das Mortes reclamava ao seu superior que:

Tendo enviado, tanto às câmaras como aos vigários e capitães mores desta comarca, cartas dos quais remeti as cópias a V.EX.^a, em que lhes intimava as ordens de V. Ex.^a emanadas de Sua Majestade remetendo-lhes com elas os modelos dos mapas que me vão mandar em janeiro do presente ano, para irem a presença de V.EX.^a tende-lhes tudo entregue, o que consta dos recibos que cada um me passou e existem em meu poder, só obedeceram as ditas ordens, as Câmaras e Vigários constante dos mapas que ponho na presença de V. Ex.^a.⁶³

Ao término, o ouvidor lista as câmaras, capitães e paróquias que não devolveram os mapas e pede algum tipo de punição a estes, lembrando que aquela poderia ser vista como a comarca de habitação dos levantados, para quem não havia nem lei nem rei. Esse relato nos coloca diante de um embate entre instâncias administrativas que deveriam auxiliar-se mutuamente no sentido de facilitar o levantamento ao governo. Demonstra-nos ainda que, mesmo antes de 1808, já havia sido realizado algum levantamento. A título de constatação, nota-se que o mapa do termo de Barbacena deve ter sido feito, uma vez que não consta na relação que o ouvidor elaborou.

Percebemos, assim, tratar-se de uma fonte oficial que tinha por finalidade atender um objetivo específico, como mencionamos. Dessa forma, são dados passíveis de conter

⁶¹ Anexo (p. 171) colocamos a montagem destes Mapas tal como aparece nos originais. Ao longo do texto, trabalharemos com tabelas elaboradas a partir de seus dados.

⁶² O Mapa de 1808 é somente do Termo da Vila de Barbacena, não estando dividido por freguesias, além de ser o único dividido por faixas etárias. Não traz também o número de fogos, nascimento, óbito e de rapazes capazes de pegar em armas. Segundo Maria do Carmo Salazar Martins. Op. Cit. P. 191, em 16 de março de 1808, D. Rodrigo de Souza Coutinho, então Ministro dos negócios da Guerra, mandou efetuar um inquérito sobre a população. Como resultado deste inquérito foram localizados no APM, mapas estatísticos de 13 Termos da capitania. Apenas para o Termo de Campanha não foi encontrada informação. No decorrer da análise, quando estivermos trabalhando com os dados por freguesia não utilizaremos o mapa de 1808.

⁶³ APM – SG – Caixa 47, Documento 64.

omissões, erros. Não apresenta, por exemplo, a discriminação dos distritos e arraiais dos quais foram retiradas as informações, nem explica como o capitão responsável por cada um deles os obteve. Só para citar um exemplo de omissão, em 1817, o mineralogista e botânico John Emanuel Pohl⁶⁴, em sua viagem do Rio de Janeiro a São João Del Rei, passando por Barbacena e estando nessa vila, relata que, segundo um capitão, a população da Paróquia de Barbacena (possivelmente estaria falando de toda a Freguesia), totalizava 14.064 almas. Na subdivisão por grupo social, aparece o número de índios que somam 302. Em nenhum dos mapas é feita menção a esse grupo social e, ao que tudo indica, algumas dessas comunidades ainda habitavam a freguesia.

Vale considerar ainda que, ao compararmos os dados sobre a população da vila e termo de Barbacena, contidos nesses mapas, com os números colocados nas tabelas 03, de Alexandre Mendes Cunha, percebemos algumas discrepâncias. O mesmo ocorre quando comparamos os dados do número de habitantes da comarca do Rio das Mortes na tabela 02, retirado do trabalho de Carla Almeida, com os também colocados na tabela 03. Na realidade, em ambos trabalhos, as fontes das quais foram retiradas as informações são diversas, o que por si só pode trazer algumas incoerências nos dados. Ainda temos que considerar a possibilidade de um sub-registro, uma vez que não sabemos ao certo, como já alertamos, qual fora o procedimento realizado na coleta das informações. Enfim, ao utilizarmos os mapas de população em nossa pesquisa, fazemo-lo com muito cuidado, principalmente para a finalidade para a qual fora feito e o que era necessário aos seus contemporâneos visualizar a partir de suas informações. A relação destes dados com os das tabelas anteriormente citadas são feitas com muitas ressalvas, portanto.

Conscientes dessa questão, acreditamos que explorar essa fonte nos trará uma valiosa conformação da sociedade em foco.

Associados aos mapas de população acima mencionados, a preocupação estatística do período tratou de elaborar mapas de consumo, produção e exportação de produtos. Segundo Cláudia Chaves, são registros com efeito menos estatístico, e mais esclarecedor da tentativa de racionalizar as produções dos hábitos de consumo e produção de cada região. Para a autora, ao analisar diversas correspondências trocadas entre autoridades da colônia e metrópole, é possível perceber:

⁶⁴ POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil (1817-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 84. In: Quarta Secção: Viagem do Rio de Janeiro à São João Del Rei, passando por Barbacena.

Que há um grande interesse em se incentivar as produções coloniais, sua diversificação e sua comercialização e que a produção de informações estatísticas estão muito ligadas a uma preocupação em mensurar os mercados internos. Por isso, os mapas de consumo/ produção/ exportação, elaborados pelas Câmaras Municipais, tornaram-se comuns.⁶⁵

Quando verificamos alguns mapas de população nos documentos avulsos da seção colonial do Arquivo Público Mineiro presentes no fundo Secretaria do Governo, conseguimos localizar para os anos de 1805 e 1806, mapas referentes à produção, consumo e exportação das paróquias da vila de Barbacena⁶⁶. Esses documentos nos serão úteis para adentrarmos no universo produtivo da vila. Mais adiante nos voltaremos à análise de seus dados. Por enquanto, destacamos o universo no qual os mapas, tanto o de população quanto o de produção, foram elaborados e suas funções de o serem no período em destaque.

Atentemo-nos, no momento, à conformação populacional do termo e da vila de Barbacena.

⁶⁵ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Op. Cit. p. 235-236.

⁶⁶ Agradeço à Professora Cláudia Maria das Graças Chaves a disponibilidade em ajudar ao ceder informações sobre a localização destes documentos no APM.

1.5 – A população da vila contada

O crescimento populacional da comarca do Rio das Mortes e do termo da vila de Barbacena já observamos anteriormente. Queremos, nesse momento, entender como que internamente ao termo essa população se distribuía. Para percebermos essa situação, montamos a tabela abaixo.

Tabela 05: População do Termo de Barbacena / 1808 – 1819.

ANO	1808		L= 9890		60,87%		E= 6357		39,13%	
Freguesias	1809		1813		1814		1815		1819	
	L	E	L	E	L	E	L	E	L	E
Vila de Barbacena	6484	3759	6878	3938	6839	4117	7941	4497	5123	3003
%	63,30	36,70	63,59	36,41	62,42	37,58	63,84	36,16	63,04	36,96
Outras Freguesias*	2477	1621	3648	2066	3901	2032	3724	2284	8041	5159
%	60,44	39,56	63,84	36,16	65,75	34,25	61,98	38,02	60,92	39,08
Total Freguesia da Vila	10243		10816		10956		12438		8126	
%	71,43		65,43		64,87		67,43		38,10	
Totais Outras Freguesias	4098		5714		5933		6008		13200	
%	28,57		34,56		35,13		32,57		61,90	
Total Geral	14341		16530		16889		18446		21326	

L = Livres; E = Escravos.

*Outras Freguesias = Engenho do Mato, Simão Pereira, Rio Pomba, Parte da Freguesia de Prados e somente no ano de 1819 a Freguesia de Ibitipoca.

Fonte: Para o ano de 1808: APM, SG, Caixa 77, Doc. 84. De 1809 a 1819: Mapa de População, Fundo CC do APM - Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

Ao focalizarmos a população total para cada ano, uma primeira constatação necessita ser realizada: o decréscimo observado do ano de 1808 para o ano de 1809. O fato de o mapa de 1808 não trazer a divisão das freguesias que considerou no levantamento faz-nos supor a presença de um sub-registro justamente nesse critério. Para os outros anos em que aparecem as subdivisões por freguesia, estas também não são tão homogêneas e seguras em sua delimitação. Percebe-se isso, quando verificamos a denominação “parte” como, por exemplo, “parte da freguesia de Prados”, para algumas denominações. Os arraiais que compõem cada freguesia nos variados anos também não aparecem, conforme já alertamos anteriormente.

De qualquer forma, a partir dessa tabela, mesmo não possuindo dados para o final do século XVIII, podemos confirmar algumas proposições e aquilatar outras. O crescimento populacional observado para a comarca do Rio das Mortes, na virada do século XVIII para o

XIX, fez-se no interior de seus termos. No período 1809 para 1819, a população do termo de Barbacena aumentou de 14.341 pessoas para 21.326, ou seja, um crescimento percentual de 48,70%.

Outra constatação é sobre o número da população livre. Como verificamos através dos dados de Carla Almeida, esta acompanhou em importância o crescimento da comarca. Para o caso do termo, podemos perceber que, enquanto a população livre aumentou 46,90%⁶⁷ no período, a população escrava teve um aumento de 51,71%. Acreditamos que esse fator não contradiz a questão do gradual aumento e importância da população livre, contudo nos informa que a mão-de-obra escrava nessa região tem um lugar de destaque. O redirecionamento das atividades econômicas ocorridas no final do século XVIII não significou, para essa região em formação, o desmantelamento da escravidão como fator de participação nas atividades desenvolvidas. Talvez a sobreposição percentual da população escrava em relação à livre seja um fenômeno unicamente setecentista.

Já o peso da participação da população livre e escrava no total levantado para cada ano, propicia-nos constatar que para todo o período os escravos responderam por um terço do total de habitantes, seja no termo ou nas freguesias, com algumas pequenas nuances no período.

Esse quadro reflete uma característica peculiar do período para toda a população brasileira. Tarcísio Rodrigues Botelho⁶⁸, ao analisar a população no Brasil durante o século XIX, demonstra que, no ano de 1818, da população brasileira que fora estimada em 3,60 milhões de habitantes, os escravos ainda representavam 30% do total. Situação esta muito parecida com a estimada para o ano de 1808, quando a representatividade era de 31%. Apesar de falar em população de todo o Brasil, o autor destaca que nesse contexto cinco províncias já tinham reduzido seus cativos a 20% ou menos, com o Rio Grande do Norte chegando a cerca de 12%. Para o caso de Minas Gerais, através dos dados do autor, verifica-se que os escravos continuaram a responder por um terço do total de habitantes até pelo menos 1833 – 1835⁶⁹.

Outro fator peculiar na divisão dessa população é perceber a importância da freguesia da vila de Barbacena dentro do termo. Por estarem divididos por freguesias, os mapas nos possibilitam a comparação. Nos mapas de 1809, 1813, 1814 e 1815, o termo de Barbacena acha-se dividido em cinco freguesias. São elas: a freguesia da vila de Barbacena, a freguesia

⁶⁷ Novamente consideramos o intervalo de 1809 a 1819.

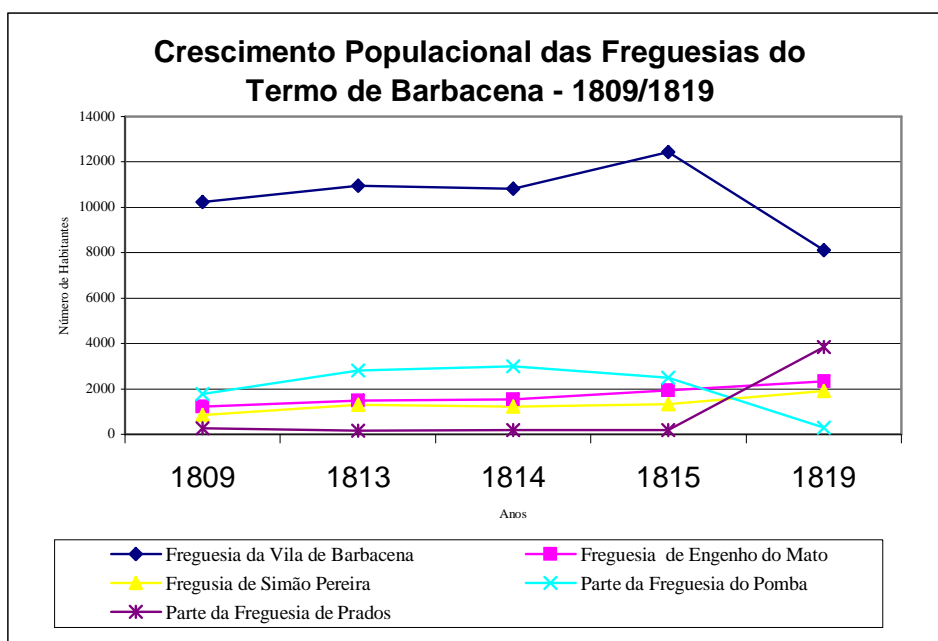
⁶⁸ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e Nação no Brasil do século XIX*. São Paulo: FFLCH, 1999. (Tese de Doutorado). p. 138-139.

⁶⁹ *Ibidem*. p. 77.

de Simão Pereira, a freguesia de Engenho do Mato, a freguesia de Rio Pomba e parte da freguesia de Prados. Já, no mapa de 1819, aparece mais uma freguesia, a de Ibitipoca.

De acordo com a Tabela 04, verificamos que, até 1815, a freguesia da Vila era a que possuía maior população. E isso de uma forma categórica, pois percebemos que, mesmo somando as outras freguesias, ela se mantinha nessa posição. Em 1819, a freguesia da vila de Barbacena continua sendo a de maior população, contudo, somadas todas as outras, ela perde o posto. Torna-se interessante destacar também que o último ano do período, para a freguesia da vila, é marcado por um decréscimo em relação ao período anterior. Parece que, em finais da década de 1810, o ritmo de crescimento dentro do termo de Barbacena acelera-se em direção a outras freguesias, que não a da vila.

Gráfico 1:



*Não colocamos a Freguesia de Ibitipoca neste gráfico por possuímos dados somente para o ano de 1819.

Fonte: Mapa de População, Fundo CC do APM - Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

O decréscimo observado no gráfico acima da população da freguesia da vila de Barbacena, no final do período, tem que ser relativizado. Acreditamos que este pode se originar de deslocamento de famílias para as outras freguesias e, até mesmo, para outros termos da capitania, além também da chegada de pessoas de outras regiões para as freguesias

em crescimento. Contudo, no mapa de 1819, notamos diferenças administrativas conforme já indicamos.

Com a criação da freguesia de Ibitipoca, que arraiais passaram a lhe pertencer? E, ainda, a quem eles pertenciam até então? Parece que esse desmembramento, agrupamento e reagrupamento de distritos e arraiais realmente interferiram na conformação dos dados. Por exemplo: como explicar, através do que também observamos no gráfico anterior, a total inversão no número de habitantes que ocorreu em parte da freguesia de Prados e parte da freguesia do Rio Pomba?

Até o ano de 1815, os mapas indicam a freguesia do Rio Pomba como um todo. A denominação “parte” só aparece no mapa de 1819, justamente no momento em que há um grande decréscimo de sua população. Em contrapartida, nesse mesmo contexto, a “parte” da freguesia de Prados tem um considerável crescimento. Enfim, essas constatações esclarecem uma preocupação que já apontamos: o cuidado quando estivermos falando de crescimento populacional, mediante esse jogo de “vai-e-vem” de sobreposições administrativas.

Para tanto, fica claro que a freguesia da vila de Barbacena possui, às vésperas da Independência do Brasil, a maior população dentro do termo de Barbacena, chegando a ser três vezes maior do que a que viria em segundo lugar.

Outro aspecto que se apreende dos mapas diz respeito aos detalhes sobre a conformação dos domicílios das pessoas que habitam o termo. O número de fogo e a média de habitantes seguiram conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 06: Média do Número de Habitantes por Fogos no Termo de Barbacena – 1809/1819

ANOS	1809	1813	1814	1815	1819
Nº de Fogo da Vila de Barbacena	1308	1428	1388	1666	1012
Nº de Fogo das Outras Freguesias	496	665	653	710	1428
Média da Vila de Barbacena	7,83	7,57	7,89	7,46	8,02
Média das Outras Freguesias	8,26	8,59	9,08	8,46	9,24
Média Geral	8,04	8,08	8,48	7,96	8,63

Fonte: Mapa de População, Fundo CC do APM - Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

Sobre o número de fogos, o que já havíamos percebido para o número de pessoas também procede, ou seja, até 1815, o número de fogos da freguesia da vila de Barbacena continua sendo maior que todas as outras juntas e, em 1819, só é maior se consideradas as outras freguesias separadamente. Uma relação direta com o fato de ter a maior população.

Já a média de habitantes por fogo, na freguesia da vila, manteve-se, para todo o período, abaixo da média das outras, além das variações que ocorreram não terem sido tão notáveis. Interessante perceber que a média dos habitantes do termo de Barbacena é superior à média da comarca do Rio das Mortes como um todo. Segundo Sílvia Brugger⁷⁰, o número médio de habitantes por fogo em 1767, na comarca, era de 6,52, passando para 7,60 no ano de 1821.

Comparando com outras regiões, podemos melhor relativizar esses dados. Maria Luiza Marcílio, ao levantar o número médio de pessoas por domicílio na capitania de São Paulo, para o período de 1798 a 1818, encontrou uma média de aproximadamente seis indivíduos por fogo⁷¹. Para a cidade do Rio de Janeiro, Baltazar da Silva Lisboa indica uma média de 7,83 habitantes por fogo em 1749⁷². A partir desses dados, percebemos que a média de habitantes por fogo da vila era explicitamente maior que a da capitania de São Paulo, além de ser um pouco maior do que a da cidade do Rio de Janeiro. O mais impressionante é que Barbacena era uma área fundamentalmente rural e seus dados se assemelham aos de uma cidade como o Rio de Janeiro, o que parece indicar plantéis escravistas médios bastantes reduzidos.

Outra questão importante de ser notada através dos mapas é a conformação dos segmentos populacionais que compunham essa sociedade. Nos mapas trabalhados até agora, as pessoas aparecem sub-divididas em grupos de livres (brancos, pretos e mulatos) e escravos (pretos e mulatos). Através dessa divisão, montamos a tabela que segue. Resolvemos analisar somente os dados concernentes à freguesia da Vila, por ser este o espaço que estaremos priorizando no próximo capítulo.

⁷⁰ BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*. Família e Sociedade (São João Del Rei, séculos XVIII e XIX). Niterói: UFF, 2002. (Tese de Doutorado) p. 37.

⁷¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. Op. cit. p. 97.

⁷² LISBOA, Baltazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Seigret-Plandrer, 1834. vol. 1. p. 176-179.

Tabela 07: Segmentos Populacionais da Freguesia da Vila de Barbacena – 1809/1819.

LIVRES	1809		1813		1814		1815		1819	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Branços	3749	57,64	3914	56,91	3853	56,34	4483	56,45	2687	53,37
Pretos	588	9,05	581	8,45	534	7,81	583	7,35	358	7,12
Mulatos	2167	33,31	2383	34,64	2452	35,85	2875	36,20	1989	39,51
TOTAL	6504	63,37	6878	63,59	6839	62,13	7941	63,84	5034	62,48
ESCRAVOS										
Pretos	3308	88,00	3513	89,20	3767	90,40	4071	90,52	2711	89,70
Mulatos	451	12,00	425	10,80	400	9,60	426	9,48	311	10,30
TOTAL	3759	36,63	3938	36,41	4167	37,87	4497	36,16	3022	37,52

Fonte: Mapa de População, Fundo CC do APM - Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

Nos dados que os mapas de população trazem, é interessante atentarmos para a conformação da população na sociedade.

A princípio, percebemos que, no mundo dos livres, de grande representatividade para o período, o segmento branco comportou nunca menos de 53%. Para a comarca do Rio das Mortes, Sílvia Brugger chamou a atenção para essa intrigante característica da população, não só da comarca, mas das Gerais como um todo. A partir da indicação dessa marca da população mineira, já mencionada por outros historiadores, a autora pôde constatar esse aspecto num mapa de população de 1776 e em relatos de viajantes estrangeiros⁷³. Em 1776, a população da comarca caracterizada como branca perfazia 36,15% do total. Se considerarmos a freguesia da vila como representante dessa região, podemos auferir que essa localidade teve sua capacidade de atrair pessoas de outros lugares aumentada com o alvorecer do século XIX.

Em contrapartida, o percentual no mundo dos livres de não brancos é bem significativo, na medida em que pelo menos 42% desse segmento era composto de pretos e mulatos. Fica claro, a partir da tabela acima, que a crescente importância da população livre fez-se através do peso da escravidão nessa sociedade, uma vez que os segmentos não brancos são descendentes do cativo. Dessa forma, a força da sociedade dita escravista não está somente demarcada na proporção de escravos existentes, mas também nos descendentes destes na população livre.

Ao mesmo tempo podemos dizer que a necessidade de mão-de-obra cativa fazia-se presente, como que quase totalmente abastecida via tráfico africano. Percebemos esse fato, quando verificamos que nunca menos de 88% dos escravos estavam denominados como

⁷³ Ibidem. p. 39

“pretos”. Segundo Sheila de Castro Faria⁷⁴, para todos os lugares em que há pesquisas sobre a temática, o termo “preto” era sinônimo de escravo nascido na África⁷⁵. Por outro lado, a proporção de mulatos indica uma população cativa já razoavelmente estabilizada. De qualquer forma, parece que, por essa região apresentar-se em fins do século XVIII como ainda sendo de fronteira, além de atrair pessoas de outras regiões, a vila de Barbacena reproduziu o modo de reprodução escravista.

Sheila de Castro⁷⁶, analisando Campos dos Goitacazes no Rio de Janeiro, pondera que, em regiões onde havia a implantação e/ou ampliação das atividades fossem ou não para exportação, esta pressupunha aquisição de mão-de-obra africana. Esse aspecto nos faz indagar se as atividades que estavam sendo desenvolvidas no espaço em estudo foram capazes de reproduzir essa lógica escravista. Percebemos, então, no nosso caso, que a região da vila de Barbacena, criada em 1791, e sua freguesia espera por ter desvendada a conformação das atividades sócio-econômicas que foram capazes de ditar tal realidade. Esperamos elucidar melhor essas características no próximo capítulo, quando trabalharemos com a riqueza da região.

Se partirmos do pressuposto, mesmo que duvidoso, que o termo “preto” está se referindo ao africano, aparentemente, os mapas de população trabalhados incorporaram os libertos à população livre. Isso porque, além de brancos e mulatos, no segmento dos livres também aparece o termo “preto”. Dessa forma, quando empregado ao campo dos livres, creio podermos falar que são libertos. Não podemos conceber que um africano não tenha sido escravo. O segmento mulato dentro dos livres estaria englobando algum liberto, mas nesse caso não temos como generalizar, uma vez que “quase sempre o termo mulato indicava um indivíduo já livre e esta talvez tenha sido a denominação que mais se referia à mestiçagem”⁷⁷. Portanto, vale ressaltar aqui que os termos “preto”, “crioulo”, “pardo”, “cabra”, “mulato”, mais do que designarem pigmentação de pele, estão se referindo a proximidade ou não de um indivíduo com a África, com o cativo e com a inserção social desses indivíduos quando libertos.

Para tanto, como os mapas não trazem explicitamente referência aos forros, a partir dessas constatações podemos considerar que, no mínimo, 8% da população livre da freguesia

⁷⁴ FARIA, Sheila de Castro. *O Cotidiano dos Negros no Brasil Escravista*. Madri: Fundación Tavera. (no prelo).

⁷⁵ Não temos como afirmar com certeza que o termo “preto” esteja relacionado ao africano. Dessa forma, a utilização desta referência se faz com bastantes ressalvas. O mesmo serve para o caso dos mulatos, entendidos aqui como escravos ou ex-escravos nascidos no Brasil, o que comumente é referido como “crioulo”. Infelizmente não conseguimos adentrar de uma forma mais concisa nos critérios de classificação dos mapas.

⁷⁶ _____. *A Colônia em Movimento*. Op. cit. p. 296-297.

⁷⁷ _____. *O Cotidiano ...* Op. cit.

da vila de Barbacena, entre os anos de 1809-1819, era composta de pessoas que se libertaram do cativo. Em contrapartida, o grupo de africanos forros representava 13,65% da população nascida na África, entre livres e escravos.

Segundo Afonso de Alencastro Graça Filho e Douglas Cole Libby⁷⁸, em 1795, na freguesia de São José, os africanos forros representavam 7% em relação à população nascida na África. Os autores chegam a essa constatação a partir da análise de um Censo Eclesiástico, no qual puderam perceber também que, 84,20% dos casos de alforria estavam relacionados a nascidos no Brasil.

O fato de os africanos forros na freguesia da vila de Barbacena representarem praticamente o dobro dos da freguesia de São José não anula a confirmação de que não eram os africanos que mais conseguiam alforrias. Apesar da comparação de dados de anos diferentes, não possuímos informações sobre a população forra nativa.

Quanto ao gênero desses forros, os dados parecem indicar um equilíbrio entre os segmentos masculinos e femininos. Em 1809, por exemplo, dos 588 pretos que estamos considerando como forros, havia 285 homens e 303 mulheres. Já, em 1814, as mulheres somavam 262, enquanto os homens 272. Enfim, as oportunidades que essa sociedade configurava aparecem contemplando ambos os sexos. Na análise da composição das riquezas da freguesia da vila, poderemos tentar associar o contexto sócio-econômico com a possibilidade dos cativos angariar pecúlio para conseguirem sua alforria⁷⁹.

Para finalizar a análise da caracterização da sociedade em foco, cabe mencionar a proporção entre homens e mulheres nela presentes. Assim, como o observado por Brugger⁸⁰ para a comarca do Rio das Mortes, termo e vila de São João Del Rei e alguns distritos, o maior desequilíbrio entre os sexos se dá entre os cativos. Podemos perceber que a presença de africanos é diretamente proporcional à razão homem/mulher entre escravos.

Tendo percebido essa mesma conformação para Campos dos Goitacazes, Faria atribuiu o fato da maior presença de homens a dois fatores. Primeiramente, o que tradicionalmente é apurado como motivo dessa preferência: o interesse dos senhores no Brasil por aquela força que aos seus olhos eram os plenamente aptos à produção. Por outro lado, associado a essa preferência, os senhores também encontravam na África as mulheres com o

⁷⁸ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. *Reconstruindo a Liberdade*. Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. Belo Horizonte: Varia História – Revista do Departamento de História da UFMG, 2003. N. 30. julho 2003. p. 112-151.

⁷⁹ A não análise dos dados disponíveis sobre os mulatos pode distorcer a estatística.

⁸⁰ BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. Op. cit. p. 41.

preço mais elevado que o dos homens. Isso porque a mulher significava possibilidade de procriação.

Sobre este último aspecto, Manolo Florentino⁸¹ argumenta que o reflexo dessa situação seria a maior valorização das escravas africanas no mercado brasileiro. Contudo, ao analisar inventários post-mortem do meio rural do Rio de Janeiro entre 1790 e 1835, o autor pode perceber que, em média, os escravos africanos eram 13% mais caros do que as africanas. Dessa forma segundo Manolo Florentino

Estes dados sugerem ter sido a empresa o vetor determinante da configuração demográfica do tráfico. Eles demonstram a generalização (ao menos dno que se refere às áreas marcadas por alto grau de integração ao mercado) de um determinado tipo de lógica demográfica empresarial que tinha no comércio negreiro o seu veículo maior. Isto significa que as empresas escravistas se beneficiavam dos baixos preços pagos pelos africanos, o que as permitia centrar suas estratégias de reprodução econômica no encurtamento do intervalo entre o dispêndio da compra do escravo e sua amortização⁸².

Na realidade, o que emerge é uma associação das características da produção do escravo na África com as necessidades e a lógica da empresa escravista no Brasil.

⁸¹ FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 59-60.

⁸² Idem.

Tabela 08: Razão Homem/ Mulher – Freguesia da Vila de Barbacena – 1809/1819.

Ano	Grupo Social	Homens	Mulheres	Razão homem/mulher
1809	Todos	5556	4707	118
	Livres	3306	3198	103
	Escravos	2250	1509	149
1813	Todos	5821	4995	116
	Livres	3437	3441	99
	Escravos	2384	1554	153
1814	Todos	5981	5045	118
	Livres	3384	3455	97
	Escravos	2597	1590	163
1815	Todos	6581	5857	112
	Livres	3856	4085	94
	Escravos	2725	1772	153
1819	Todos	4239	3817	111
	Livres	2505	2529	99
	Escravos	1734	1288	134

Fonte: Mapa de População, Fundo CC do APM - Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

Paralelo a essa situação, a razão homem/mulher entre o seguimento livre é, durante todo o intervalo de tempo, mais equilibrado, chegando, até mesmo a ser negativa.

Novamente, quando verificamos dados sobre outras regiões para o mesmo período percebemos algumas semelhanças. Segundo Tarcísio Botelho, em 1808:

As razões de sexo eram equilibradas entre os livres, exceto nas províncias do Rio Grande do Sul, Piauí e Maranhão, onde predominavam os homens, e nas províncias de Mato Grosso e Goiás, onde predominavam as mulheres. Também São Paulo, Paraná e Santa Catarina mostravam um predomínio feminino, embora menos acentuado. Com relação aos cativos, o forte desequilíbrio era a grande marca. Apenas no Paraná e no Amazonas havia um equilíbrio entre sexos, e no Pará, Rio Grande do Norte e Paraíba havia um menor acento no predomínio masculino⁸³.

De qualquer forma, a razão para toda a capitania nesse ano fora de 98 entre os livres e 152 entre os escravos. Já, no ano de 1818, continuava de 98 entre os livres e 148 entre os escravos⁸⁴. Essas razões, com as devidas oscilações para os anos de nossa amostragem, estão muito próximas da realidade que demonstra a freguesia da vila de Barbacena.

Feita a caracterização do povoamento da capitania de Minas Gerais, do termo de Barbacena e sua freguesia, observamos que, se o povoamento da capitania teve seu início em

⁸³ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Op. cit. p. 138.

⁸⁴ Ibidem. p. 139-140.

fins do século XVII, a região da freguesia da vila de Barbacena acaba por ter a intensificação de seu povoamento em fins do século XVIII, justamente num momento em que a atividade mineradora já não mais era o carro chefe da economia mineira. Nas primeiras décadas do século XIX, essa região já se encontrava perfeitamente integrada ao universo escravista, além de aparecer como um “locus chamariz” de pessoas de outras localidades e, até mesmo, do reino.

Dessa forma, cabe-nos, agora, auferir sobre a organização dos homens no espaço da vila de Barbacena. Acreditamos que tentar recompor, mesmo que minimamente, o cenário em que se apresentava a vila e no qual a população estava inserida, nos auxiliará, mais adiante na pesquisa, a confrontar a riqueza que essa região aventava, assim como as relações sociais aí existentes.

1.6 – Os homens e o espaço na Vila de Barbacena.

Pensar na organização e distribuição dos homens que viveram na vila de Barbacena no período de 1791 a 1822 pode auxiliar na compreensão das nuances históricas que envolveram a sua ocupação ao longo do século XVIII e as atividades econômicas e sociais desenvolvidas na vila ao longo das três primeiras décadas de sua criação.

Os mapas de população analisados trouxeram à mostra quantos eram os que habitavam a freguesia da vila para o período final do nosso recorte. Interessante seria perceber a constituição dessas famílias. Apesar de termos referências de que esses censos foram realizados de forma nominal, ao que parece essas listas nominativas não sobreviveram ao tempo e à ação do homem. No entanto, algumas características das famílias que viviam à época estudada e a percepção que aquela sociedade possuía do espaço geográfico no qual estava inserida, como seus limites e as fronteiras entre o urbano e o rural, podem aqui ser apreendidos pela documentação cartorial. Essa documentação constituía-se de inventários *post-mortem*, além das décimas urbanas, um documento de origem fiscal sobre os prédios urbanos.

Os inventários utilizados nesta pesquisa são pertencentes ao Arquivo Histórico Municipal da cidade de Barbacena. Arrolamos todos os documentos referentes ao nosso período de estudo (1791-1822). Para fazer esse levantamento, a primeira questão, depois do estabelecimento da cronologia, foi a de definir o que seria compreendido como o espaço da vila de Barbacena. Conseqüentemente, restou-nos saber quais documentos seriam verdadeiramente dessa localidade. Isso porque, conforme já mencionamos anteriormente,

quando o antigo arraial da Igreja Nova da Borda do Campo foi elevado à condição de vila, esta passou a ser o centro de todo um território da comarca do Rio das Mortes denominado de termo de Barbacena.

A princípio, procurando informações sobre a sub-divisão do termo de Barbacena, recorremos à Corografia Histórica de Minas Gerais de 1837⁸⁵, realizada por Raimundo José da Cunha Matos. Esse trabalho possuía informações mais próximas e precisas em relação ao nosso período de estudo. Vale ressaltar, contudo, que nesse ano, a vila de Barbacena já não pertencia à comarca do Rio das Mortes. Em 1833, o termo de Barbacena é desmembrado e passa a fazer parte da então criada comarca do Rio Paraibuna, da qual a vila seria a sede. Para tanto, segundo a corografia informava, o termo de Barbacena achava-se dividido em quatro grandes distritos: o distrito da vila de Barbacena, o distrito de Engenho do Mato, o distrito de Ibitipoca e o distrito de Simão Pereira. Além dessa divisão, para cada um dos distritos havia arraiais sob sua jurisdição.

A partir dessa constatação, resolvemos não trabalhar com os inventários que indicassem ser dos distritos de Simão Pereira, Engenho do Mato e o de Ibitipoca. Esses distritos posteriormente formariam o que se conhece como região sul da Zona da Mata mineira, para nós uma região que seria um caso distinto a ser estudado.

Como essa divisão remetia a um período no qual a vila já pertencia à comarca do Rio Paraibuna, procuramos comparar os topônimos dos arraiais pertencentes ao distrito da vila com o levantamento da relação feita pelo “Registro das instruções e formalidades oferecidas pelo Desembargador Provedor da Real Fazenda desta Capitania para administração do contrato dos dízimos por conta de Sua Majestade”, de 1766⁸⁶, quando a região da vila ainda tinha denominação de Borda do Campo. Esse cruzamento nos instigou a tentar perceber, na divisão de 1837, o que era remanescente do final do período setecentista.

Após termos localizados os mapas de população, os quais já utilizamos, tivemos um melhor entendimento dessas divisões mediante a divisão das freguesias. Os mapas só vieram a corroborar na delimitação a que já havíamos nos proposto. Portanto, o que denominamos de vila de Barbacena compõe-se do distrito da vila e de arraiais, paragens, aplicações e povoados ao seu redor, enfim, o que os mapas de população chamavam de freguesia da vila de Barbacena.

⁸⁵ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1981.

⁸⁶ Arquivo Público Mineiro, CC 159, fls 4v-5. In: CARRARA, Ângelo. *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (Tese de Doutorado). Anexo I. p. 236

Feitas essas concordâncias, arrolamos no referido arquivo, para o período de 1791 a 1822, 302 documentos referentes às 1º e 2º Secretarias de Vara Cível. Nota-se que para afirmarmos que todos esses documentos eram referentes à vila temos que abri-los, pois alguns não trouxeram a informação na capa e, ao lermos o seu interior, eles indicam pertencer a alguma localidade das outras freguesias não abarcadas pela análise.

Um inventário nos permite captar a existência de um indivíduo no momento final de sua vida. Já o conjunto de inventários de um determinado período, analisado juntamente, nos possibilita compreender a dinâmica de determinada parcela de uma sociedade. Dessa forma, para a análise aqui desejada, coletamos os dados de todos os documentos⁸⁷.

Trezentos e dois inventariados são representantes de uma parcela mínima da população da vila. Só se inventariava a vida daqueles que tiveram algum bem quando de sua morte. Assim, se o inventário é uma fonte plural, não é, contudo, através dele que podemos apreender a vida da maior parcela da população constituída de homens e mulheres pobres, livres e libertos.

Enfim, através dos inventários, analisaremos a vida de famílias como a de Francisco Gonçalves Viana⁸⁸, cujos bens somavam 105\$048 réis, sem bens de raiz e que possuía apenas algum dinheiro e animais, morando provavelmente na fazenda de outra pessoa. Por outro lado, no ponto oposto, foi possível encontrar também pessoas com avolumada riqueza e escravaria. Manoel Carvalho Duarte⁸⁹ teve seu patrimônio avaliado em aproximadamente 15 contos de réis. Entre seus bens, identificamos, além de 48 escravos, uma mobília, utensílios de cozinha e roupas requintadas. Possuía três fazendas e “uma morada de casas citas na Vila de Barbacena, no largo da Praça forradas e assoalhadas com pátio e quintal”. A fazenda denominada Boa Vista do Jacó possuía casas de vivenda de sobrado cobertas de telha, moinho, monjolo, rancho, terras de criar, onde provavelmente se encontrava seu rebanho composto por 384 cabeças de gado bovino, além de contar com cavalos, mulas e ovelhas. O patrimônio era grande, possibilitando a diversificação das atividades econômicas. Nos instrumentos profissionais é possível perceber ferramentas de ferreiro, forno de cobre para torrar farinha, tear. Manoel Carvalho Duarte também fornecia crédito a 23 pessoas.

Portanto, quem eram essas pessoas que viveram na vila?

As características dos inventariados de nossa mostra podem ser entendidas pelos dados apresentados a seguir. Optamos por começar destacando os primeiros informes desse grupo, a

⁸⁷ Para o presente trabalho, integralizamos a coleta de somente 214 processos.

⁸⁸ Inventário *post-mortem* de Francisco Gonçalves Viana. AHMAS; Código: 1SVC; Caixa: 22; Ordem: 19.

⁸⁹ Inventário *post-mortem* de Manoel Carvalho Duarte AHMAS; Código: 1SVC; Caixa: 45.;Ordem: 04

saber: situação matrimonial, residência, grau de parentesco entre inventariados e inventariantes, atividade (ofício) exercida, naturalidade, enfim, procuramos vislumbrar o entorno das vidas destas pessoas. O perfil desses moradores é revelador. Primeiramente, dos inventariados analisados, 184 (61%) são do sexo masculino, portanto sua maioria. Aproximadamente 237 (78,48%) dos inventariados ao morrerem eram casados, deixando esposa ou esposo vivos. Do restante, 48 (15,89%) já eram viúvos e somente seis pessoas eram solteiras ao falecer. Para quatro casos não tivemos informação. Aparentemente, a associação dos preceitos da Igreja Católica à vida das pessoas que possuíam bens a serem inventariados na vila se fez muito presente. Esse fator denota a importância do matrimônio para a constituição do patrimônio, uma vez que a maior parte dos inventariados havia constituído família ao longo de sua vida.

A ligação do inventariante com o falecido também é um dado que os inventários nos informam. Dos inventariados casados, 87,76% destes tiveram como inventariante o cônjuge e os outros, 12,24%, apesar de não serem os viúvos, estavam divididos entre filhos, genros e cunhados. Seis inventários não trouxeram informações. Os falecidos que já eram viúvos no momento de sua morte, em 100% dos casos com informação, tiveram como inventariante os filhos e/ou genros e noras. Realmente essa função de se proceder ao inventário apareceu como uma função da família, principalmente dos parentes mais próximos.

O momento de se proceder a um inventário gerava muita incerteza para a família. Poderia significar um sério risco para o cônjuge sobrevivente e mesmo para os herdeiros. Para Sheila de Castro Faria⁹⁰, a sobrevivência da família dependia da manutenção do conjunto. Assim, o viúvo mantinha o controle sobre o total dos bens da unidade doméstica, ocorrendo a partilha de fato, quando da morte do último cônjuge.

Perceber isso nos inventários não é tão fácil assim. Por ser um documento oficial, pelo menos no papel, a partilha era feita de modo igualitário. Mesmo mantendo-se a unidade integral, o falecimento de um dos cônjuges trazia uma diminuição do conjunto dos bens, pois a hora da morte significava um momento de prestação de contas do falecido. As dívidas, as despesas com funerais, doações testamentárias (quando fosse o caso) e o acerto com os credores eram compromissos que dificilmente ficariam para serem acertados depois⁹¹. Conjugava-se a esse respeito o número de filhos a dividirem a herança.

⁹⁰ FARIA, Sheila de Castro Faria. *A Colônia*. Ver Capítulo IV. Item IV. 4. p. 256-265.

⁹¹ Idem. Trabalharemos com a representatividade das dívidas no próximo capítulo.

Tabela 09: Número de Filhos de Inventariados casados e viúvos da Freguesia da Vila de Barbacena (1791-1822)

FILHOS	Nº	%
Nenhum	09	2,98
Até 02	71	23,51
De 03 a 05	92	30,46
De 06 a 10	102	33,77
11 ou mais	28	9,28
Total	302	100

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Pela tabela acima, podemos perceber que a grande maioria dos inventariados possuía uma prole em torno de um a cinco filhos sobreviventes. Somadas essas faixas, chegamos ao percentual de 53,97%. O falecido que deixou maior número de filhos contava com 16. Não deixa de ser significativo também o percentual dos que possuíam acima de seis. Podemos perceber que 43,05% se encaixaram nesse padrão. Portanto, verificamos que, primeiramente, quase todos os inventariados, ao morrerem, deixaram filhos. Pelas faixas de concentração, notamos que a média era bem concentrada, podendo, dessa forma, juntamente com as dívidas e despesas, significar uma expressiva fragmentação da herança, quando fosse procedida a partilha, e isso principalmente no caso da morte do último cônjuge.

Ao contextualizarmos a transição do século XVIII para o XIX, falávamos do redirecionamento das atividades do centro minerador para outras regiões. Esse fenômeno marcou também o movimento de pessoas de uma Comarca para outra, assim como a incorporação de novas pessoas à Capitania. Apesar de 127 inventários não apresentarem informações sobre a naturalidade das pessoas, podemos perceber que os que informaram conformaram a tabela abaixo.

Tabela 10: Naturalidade dos Inventariados

LOCAL	África	Portugal e Ilhas	Outras Capitánias	MG - Freguesia da Vila de Barbacena	MG – Outras Comarcas	Total*
Nº	03	54	08	75	35	175
%	1,71	30,86	4,57	42,86	20	100

* Total de inventários com informação sobre naturalidade.

Fonte: Inventários *post-mortem*. AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Os inventários não são as melhores fontes para se analisar as tendências da naturalidade predominante na população de uma dada sociedade. Para esse tipo de investigação, a documentação mais adequada são os registros paroquiais, principalmente os de batismo e de casamento. Por estarem relacionados ao momento final da vida de uma pessoa, o inventário não retrata um processo migratório que pode ter ocorrido em anos anteriores⁹². Mesmo assim, não deixa de ser interessante notar essa caracterização.

Parece que a freguesia da vila de Barbacena foi uma região que, no período em foco, apesar de atrair pessoas vindas do reino e até mesmo de outra capitania, no caso a do Rio de Janeiro, conformava uma população um pouco mais enraizada. É significativa a presença de homens e mulheres com nascimento na capitania de Minas. Somadas a região da freguesia da vila mais a de outras regiões da capitania, chegamos à cifra de 62,86%. Essa era uma tendência já observada para a comarca do Rio das Mortes.

Segundo Carla Almeida⁹³, no período de 1780-1822, 46,4% das pessoas inventariadas eram de origem da própria capitania. Para a autora, isso revela que essa região de Minas Gerais não era mais um pólo de atração para a população livre colonial. Para nós, a conformação dos dados acima demonstra justamente o contrário. Primeiramente, um movimento migratório interno à capitania, mediante o percentual de nascidos em outras regiões da mesma, e, paralelamente a isso, a vinda de pessoas tanto de Portugal, quanto de outra capitania.

Outra questão a ser notada é a presença do segmento africano no conjunto da população inventariada. Apesar de se mostrar apenas três casos, não deixam de ser representativos quanto às possibilidades que essa sociedade desigual e hierárquica abria aos ex-cativos. Os casos que conseguimos apreender nesta análise demonstram que, uma vez livres, essas pessoas puderam, ao menos, conseguir uma ascensão econômica⁹⁴. Através do inventário de Vitória da Silva⁹⁵, preta forra, de naturalidade da Costa da Mina, viúva, mãe de duas filhas, uma já falecida que deixara dois netos, podemos perceber que a mesma, apesar do baixo valor de seu monte-mor (293\$700 réis), conseguiu reproduzir uma lógica da sociedade escravista. Seu bem mais valioso era um escravo. Possuía ainda uma casa coberta de telhas situada na rua São Francisco de Paula. Possuía bens que indicam uma possível atividade comercial. Ela possuía uma quarta e meia de madeira de medir, dois tachos de cobre, duas conchas de folha

⁹² ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p.208.

⁹³ Ibidem. p. 210

⁹⁴ Sobre a inserção de africanos forros nesta região ver: TEIXEIRA, Vilmara Lúcia Rodrigues. *Negras Senhoras: As mulheres africanas forras e sua inserção sócio-econômica na comarca do Rio das Mortes (1750-1810)*. Rio de Janeiro: IFCS/ UFRJ, 2006. (Dissertação).

⁹⁵ Inventário *post-mortem* de Vitória da Silva. AHMAS; Código: 01; Caixa: 20; Ordem: 08.

de balança, uma balança de pesar ouro com marco de meia libra e pesos miúdos com sua caixa, tabuleiro, um termo de medidas e um copo de folhas. Para mais percebemos a presença de adornos como um par de botões, uma par de brincos, um caixilho, uma fivela, um espelho e uma frasqueira.

O caso de Maria Rodrigues⁹⁶, preta forra que faleceu no ano de 1809, demonstra uma história de maiores conquistas. Maria era de origem angolana e casara aqui com o também preto forro Francisco Gomes. Quando do seu falecimento, possuía uma riqueza no total de 807\$000 réis, concentrada principalmente no sítio de campos e capões de plantas (que possuía casas de vivenda coberta de telha e paiol coberto de capim), além da posse de dois escravos. Estes dois exemplos demonstram a diversidade de opções abertas aos forros: no caso, o comércio e a atividade agrícola.

Outras características dos inventariados também são pertinentes. Parece que informar a ocupação não era uma prática recorrente ao período, uma vez que encontramos poucas menções, a saber: um ajudante, um carpinteiro, um padre. Já a distinção através dos títulos se faz mais presente. Dentre o universo levantado, temos um coronel, dezessete capitães, treze alferes, dois furriéis, quatro tenentes e vinte e três mulheres referidas como donas. O que significaria a denominação de “dona”, uma vez que nem todas as mulheres as recebem? Aparentemente, por entendermos tratar de uma insígnia que demonstre status social, computamos como título, mas a questão ainda fica em aberto.

Outros dados devem ser considerados também para entender a presença de testamentos. Testar para bem morrer, essa foi a finalidade à qual Sheila de Castro Faria atribuiu a feitura do testamento na região de Campos dos Goitacazes no Rio de Janeiro colonial do século XVIII⁹⁷. Segundo a autora, os testamentos apresentaram, até o início do século XIX, uma forma homogênea. Valorizava-se, nesse documento, a preocupação de estar em paz com a consciência, a crença na intercessão dos santos para salvar a alma, além de determinações de legados e do destino da terça. A preocupação de livrar-se dos pecados e especificar alguns legados foi recorrente em 63 casos, nos quais os inventariantes declaram que o falecido tinha testamento e o mesmo foi anexado ao inventário. Para essa pesquisa, não chegamos a verificar, por exemplo, se a data do testamento esteve próxima à da morte do moribundo. Recorrendo a essa fonte anexa aos inventários foi possível conseguir identificar a naturalidade. Na maioria dos testamentos, essa informação esteve mais bem descrita do que na declaração do inventariante.

⁹⁶ Inventário *post-mortem* de Maria Rodrigues. AHMAS. Código: 2; Caixa: 55; Ordem: 07.

⁹⁷ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em...* Ver Capítulo IV. Item IV. 5. p. 265-277

Como forma de melhor visualizarmos a composição e a residência de nossos inventariados, procedemos a uma divisão entre os documentos levantados, classificando-os como urbanos ou rurais. Consideramos ser difícil fazer tal distinção para esse período, uma vez que casas de dentro do perímetro dito “urbano” da vila podiam possuir algumas benfeitorias comuns a fazendas e sítios. Acreditamos, que nesse meio, os costumes são comungados como um só, além do que se considera como meio rural estar localizado à beira dos caminhos de entrada e saída de pessoas e mercadorias, espaço de interação e convívio. No entanto, essa divisão foi operacionalizada da seguinte forma: por urbano, estamos entendendo pessoas que moram dentro do distrito da Vila, nas ruas do entorno da Igreja Matriz e da Câmara Municipal; por rural, toda unidade localizada em algum arraial, paragem, aplicação e povoado ao redor da Vila e do alcance de sua Freguesia.

A delimitação do que seria urbano e rural está bem próxima do que a sociedade em foco entendia como essa divisão. Por força de alvará, no dia 27 de junho de 1808, o Príncipe Regente criava o imposto da décima sobre os prédios urbanos⁹⁸. Também tinha como princípio cobrar, anualmente, uma taxa de 10% sobre as edificações que estivessem em estado de serem habitados. O alvará previa que o entendimento do que seria a área urbana das determinadas cidades, vilas e lugares do reino ficaria a cargo das respectivas câmaras.

A partir dessa constatação, podemos perceber que a décima urbana tornou-se sinônimo de área urbana. As informações contidas nos livros em que eram lançadas as cobranças servem para auxiliar na reconstituição de sua tessitura. No momento, vale destacar, então, que a separação feita dos inventários em urbanos e rurais seguiu não uma percepção anacrônica da realidade vivida pela sociedade analisada, mas sim a percepção de seus contemporâneos.

Ao sistematizar, portanto, as informações contidas nos inventários sobre o local de residência dos inventariados, chegamos ao resultado da tabela abaixo.

⁹⁸ Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 6973.

Tabela 11: Inventários segundo sua distribuição no espaço geográfico. Vila de Barbacena – 1791/ 1822.

ANO	1791-1801		1802-1812		1813-1822		1791-1822	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Urbano	03	4,35	12	12,5	12	8,75	27	8,94
Rural	45	65,21	55	57,29	89	64,96	189	62,58
Misto*	05	7,26	04	4,17	08	5,85	17	5,63
SI**	16	23,18	25	26,04	28	20,45	69	22,85
TOTAL	69	100	96	100	137	100	302	100

* Misto = Urbano e rural

**SI = Sem informação. Consideramos sem informação aqueles processos nos quais o inventariado não possuía bens de raiz.

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

A tabela foi feita considerando urbano, rural ou misto de acordo com os bens de raiz que os inventariados possuíam. Nesse sentido, constatamos que, em 69 casos para todo o período, os processos não indicavam a posse de bens de raiz, apesar da abertura do documento fazer referência a alguma localidade. Este fora o caso, por exemplo, do inventário de Antônio Pinto Nunes⁹⁹. Ele faleceu no ano de 1809, deixando bens a serem inventariados num total de 788\$865, concentrados principalmente em escravos (675\$000) e não possuía bens de raiz. No entanto, na abertura do documento, encontramos referência que o inventário fora realizado na fazenda denominada “O Gerais da Ressaca”, termo da vila de Barbacena e comarca do Rio das Mortes.

Muito provavelmente o senhor Antônio residia nessa fazenda, mesmo não sendo ele seu proprietário, mas, ao observarmos a divisão auferida na tabela 10, consideramos a localização somente quando a pessoa era proprietária do imóvel. Da mesma forma que nesse inventário que apresentamos a pessoa não possui imóvel, embora indicasse o possível lugar de residência, outros que também não possuem imóveis não o fazem. Este é o caso do inventário de Manoel Vieira da Rocha¹⁰⁰, que faleceu em 1820. Esse morador não possuía imóvel algum e, na abertura do inventário, o escrivão faz referência que o documento foi escrito na vila de Barbacena, Minas, comarca do Rio das Mortes.

Dessa forma, após as ponderações, percebemos que para todo o período analisado há uma grande concentração das propriedades nas áreas rurais¹⁰¹. Nunca menos do que 57% das propriedades eram rurais. Essa constatação, feita a partir de inventários, sugere que a riqueza

⁹⁹ Inventário *post-mortem* de Antônio Pinto Nunes. AHMAS. Código 2; Caixa: 55; Ordem: 08.

¹⁰⁰ Inventário *post-mortem* de Manoel Vieira da Rocha. AHMAS. Código: 2; Caixa: 171; Ordem: 07.

¹⁰¹ Na elaboração da tabela, dividimos em três períodos, sendo os dois primeiros de 11 anos e o último de 10 anos, a fim de tentar perceber se ocorreu, e quando, algumas mudanças na estruturação da Vila.

aventada na vila esteve muito relacionada às atividades desenvolvidas no campo, relacionadas aos bens de raiz propriamente ditos.

Outra maneira de testarmos a importância do campo e das atividades econômicas nele desenvolvidas é apreender os tipos de propriedades que possuíam os inventariados. Sistematizando esses dados chegamos à tabela 12.

Tabela 12: Inventários por tipo de propriedades. Vila de Barbacena 1791/ 1822

ANO	1791-1801		1802-1812		1813-1822		1791-1822	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fazenda	25	23,58	27	23,89	54	27,41	106	25,48
Sítio	21	19,81	11	9,73	07	3,55	39	9,36
Terra	39	36,79	32	28,32	66	33,50	137	32,93
T/B*	08	7,56	10	8,85	21	10,66	39	9,36
T/M**	--	--	04	3,54	--	--	04	0,96
Chácara	--	--	06	5,31	08	4,06	14	3,37
Casa	13	12,26	23	20,35	41	20,82	77	18,54
TOTAL	106	100	113	100	197	100	416	100

*Terras com benfeitorias e casa.

**Terras Minerais.

Fonte: Inventários post-mortem do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Através da tabela acima também podemos perceber como os tipos de propriedade que são mais característicos de áreas rurais são maioria no universo dos bens imóveis, em todo o período. Ao considerarmos os dados de 1791 a 1822 e somarmos o percentual de fazendas, sítios e terras, chegamos à cifra de 67,77% de propriedades tipicamente rurais.

A grande representatividade das terras nos chama a atenção. Nunca menos de 28% das propriedades estavam relacionadas com a propriedade da terra, o que sugere a ligação direta com a agricultura e pecuária. Nos inventários analisados, foi muito comum encontrar expressões como “terras de cultura” e “campos de criar”. Vale ressaltar que procedemos a divisão pelos tipos de propriedade através das expressões contidas nos documentos.

Em muitas das “terras” que arrolamos apareciam a presença de casas de vivenda, o que nos indicou que a pessoa ali residia. Por isso a relacionamos na tabela de forma separada. Exemplificamos essa situação com o caso da senhora Maria Antônia¹⁰², que ao falecer no ano de 1808, era proprietária de uma porção de terras de cultura na aplicação do Quilombo, em que possuía casas de vivenda com paiol, ambos cobertos de telha. Outro tipo de terra que

¹⁰² Inventário *post-mortem* de Maria Antônia. AHMAS. Código: 1; Caixa: 65; Ordem: 02.

apareceu nos documentos foram dois casos de terras minerais, o que demonstra que esta região, mesmo que de forma incipiente possuía algumas lavras.

Além de nos demonstrar a percepção do espaço, essa divisão em urbano/ rural e por tipos de propriedade, revela a desigualdade presente nessa sociedade. Conforme já falamos, os termos utilizados, principalmente nos tipos de propriedade, foram dados à época. Tais termos são grandes indicadores dos diferentes tipos de utilização do imóvel, assim como de sua grandeza e valor.

O que auferimos da documentação nos faz perceber que a maioria dos imóveis tipicamente rurais (sítio, terras e fazendas) vinham denominados como fazendas que apresentavam maior valor e o maior conjunto de benfeitorias. Ao constatarmos que esse tipo de propriedade representa 25,48% referente ao total, verificamos que, apesar de boa parte da vida econômica da vila ser produzida no meio rural, este se faz em diferentes níveis de espaço, com um número não tão alargado de grandes unidades.

A concentração de atividades na área rural da vila evidencia o que relatamos no início do capítulo sobre o grande número de concessões de sesmarias para o termo de Barbacena, principalmente para a década de 1810 até o ano de 1822. De fato, eram as possibilidades agrárias e pastoris, numa região com fronteiras e terras ainda por serem exploradas, que justificavam a procura por regulamentar a posse da terra nessa região.

Destaca-se desse quadro que, durante o período analisado, o meio rural expande-se de forma mais notável. Aliás, essa característica foi comum para outras áreas do território colonial no final do século XVIII. Carlos de Almeida Prado Bacellar¹⁰³, ao estudar a vila de Sorocaba entre o final do século XVIII e início do XIX, também percebeu que, enquanto o núcleo urbano pouco se desenvolveu ao longo das décadas por ele analisado, a tríade econômica gado, comércio e açúcar assegurou o crescimento populacional e sócio-econômico do meio rural dessa vila no mundo colonial.

Em contrapartida a vila também contava com um vigoroso centro urbano. Este deve ter passado por um crescimento um pouco mais intensificado no período inicial de nosso estudo, quando da criação da vila. No início do século XIX, o perímetro considerado urbano, manteve-se estável. Em sua viagem pela capitania de Minas, o viajante Robert Walsh, ao passar por Barbacena, relatou que:

¹⁰³ Ver Capítulo I. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*. Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2001.

A circunstância que conferiu maior importância à cidade foi a sua localização na estrada que liga a capital à Província de Minas Gerais, no ponto onde se bifurcam as estradas que vão para São João Del Rei e Vila Rica, tornando-se assim um centro de ligação entre as mais importantes regiões da província, convergindo para ali sal e artigos manufaturados tanto nacionais quanto estrangeiros.¹⁰⁴

Mesmo com um centro urbano não se desenvolvendo conforme o meio rural, torna-se interessante saber qual era a dimensão daquele espaço. Como falamos anteriormente, a câmara municipal definia o que seria considerado urbano para a cobrança das décimas dos prédios urbanos. No fundo da Casa dos Contos em Ouro Preto¹⁰⁵, encontram-se os microfilmes dos livros de registro da cobrança desse imposto para a vila de Barbacena¹⁰⁶. Coletamos as informações para os anos de 1810 até 1820¹⁰⁷.

Através dessa documentação é possível conhecer a vila e, digamos, caminhar por ela, por suas ruas e casarões. Pode-se, ainda, saber quem eram seus moradores, as propriedades mais valiosas. Quando da concepção do projeto, esperávamos acompanhar um possível crescimento ao longo do tempo, com a abertura de novas ruas e casas. Mas, já tratamos, as fontes nos revelaram uma certa estabilidade nesse período. Supomos que o real desenvolvimento urbano ocorreu somente no período do império.

No ano de 1810, havia na vila as seguintes ruas: do Largo da Matriz, do Rosário, do Jogo da Bola, do Facão, das Gerais, da Boa Morte, Nova da Boa Vista, da Olaria, de São Francisco e subúrbio. Essas ruas totalizavam 240 prédios. Já, no ano de 1820, a única rua que surge é a rua do Areão, que, aliás, surge já no ano de 1811, sem que haja um efetivo aumento no número de casas. Nesse ano, a vila estava constituída de 231 prédios e algumas ruas nem possuíam lançamento de cobrança do imposto. Isto provavelmente porque os prédios estariam em condições inabitáveis. Interessante destacar na composição das ruas, a referência ao subúrbio. Tal referência de indicar um espaço intermediário entre as duas principais categorias de moradias – as urbanas e as rurais, revela que essa posição era reconhecida pela sociedade. Na documentação cartorial, a indicação do subúrbio, por vezes, apareceu nos inventários.

¹⁰⁴ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1985. p. 115.

¹⁰⁵ Sobre a documentação fiscal da Casa dos Contos e principalmente sobre as décimas, ainda pouco usada pelos historiadores, ver: CARRARA, Ângelo Alves. *A real fazenda de Minas Gerais: guia de pesquisa da coleção Casa dos Contos de Ouro Preto*. Ouro Preto: UFOP, 2003; CARRARA, Ângelo Alves. *Espaços urbanos de uma sociedade rural*. Minas Gerais, 1808-1835. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 25, jul/01, p. 144-164.

¹⁰⁶ Sobre a implementação da Décima Urbana no Brasil e as características desta fonte, ver: CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. A vida e a construção da cidade. Da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. Principalmente, na terceira parte do livro (p. 259-283), o autor utiliza dados das décimas da corte para apresentar uma configuração da cidade.

¹⁰⁷ Ainda estão faltando os anos de 1821 e 1822.

O inventariado José Antônio dos Santos, ao falecer no ano de 1809, deixou entre seus bens:

Uma chácara de campos de criar cercada de valos com casas de vivenda cobertas de telhas, nos subúrbios desta vila (...)¹⁰⁸

Esse espaço intermediário poderia ser considerado os arredores da vila, localizados na chegada dos principais caminhos de acesso a ela. Os diferentes espaços geográficos podem também estar relacionados aos diferentes tipos de propriedade. Apesar de mais voltada para as atividades rurais, a unidade inventariada acima foi descrita como uma chácara, ou seja, uma propriedade com característica rural bem próxima ao centro urbano.

Poderíamos, ainda, perpassar a tessitura da organização da vila em cada ano dos lançamentos, porém resolvemos trabalhar somente com o primeiro (1810)¹⁰⁹ e último (1820)¹¹⁰ ano para os quais obtemos informações. Nosso objetivo aqui é balizar as características desse espaço e suas possíveis nuances.

Torna-se necessário destacar que os dados não foram lançados de forma homogênea para todos os anos. Para o ano de 1810, por exemplo, verificamos a indicação da tipologia das residências no que se refere a casas térreas ou assobradadas. Tal fato já não ocorre em alguns outros anos, como no de 1820. Também não encontramos, em nenhum ano, referências sobre o tipo de uso do imóvel: se poderia ser residencial, comercial ou misto. Tentamos apreender a finalidade do imóvel (se era de aluguel, de uso próprio, cedido, inabitável, fechado ou outros), apesar dos termos usados não aparentarem grande precisão, o que faz das considerações aqui auferidas uma aproximação da verdadeira composição.

Dessa forma, os dados que conseguimos apreender fazem-nos corroborar o que alguns viajantes estrangeiros, como August Saint-Hilaire, relataram ao passar por Barbacena, quando da sua viagem do Rio de Janeiro a Minas. Segundo Saint-Hilaire:

Essa vila foi edificada sobre a crista de duas colinas alongadas, uma das quais termina perpendicularmente ao meio da outra. Sua forma é aproximadamente a de um T, e aí se contam duas ruas principais que são bem traçadas e bastante largas; uma delas é calçada em toda a largura, e as outras o são unicamente em frente às casas. Estas são, em geral, pequenas e baixas, e a maioria não consta de mais que o rés-do-chão; mas são todas caiadas, seus tetos pouco elevados são cobertos de telhas, e apresentam,

¹⁰⁸ Inventário *post-mortem* de José Antônio dos Santos. AHMAS. Código: 01; Caixa: 74; Ordem: 01, grifos nossos.

¹⁰⁹ CC. Décima urbana. Rolo 112. Volume 1908. Fotogramas 237-259.

¹¹⁰ CC. Décima urbana. Rolo 112. Volume 1944. Fotogramas 935-953.

exteriormente, um aspecto de limpeza que agrada á vista. Ass portas e janelas são menos multiplicadas que no Rio de Janeiro, e suas esquadrias pintadas de cinza ou amarelo contrastam agradavelmente com a brancura das paredes. Algumas janelas têm caixilhos, porém a maioria é feita de um gradeado cruzado obliquamente.¹¹¹

De fato, ao analisarmos a referência das tipologias dos imóveis para o ano de 1810, percebemos que, dos 240 prédios, sete foram descritos como sobrados, um como sobrado e ranchos e outro como casas e ranchos. Os outros 230 (95,83%) dos imóveis não tiveram sua tipologia mencionada. Entendemos que esses imóveis eram casas térreas, porque, se não o fossem, seriam especificadas.

Outro viajante que também relatou a tipologia das casas foi Johann Emanwel Pohl. Segundo Pohl, a vila de Barbacena contava, por volta de 1817, com 300 casas, dos quais poucas seriam os prédios assobradados¹¹². Percebemos que a estimativa do número de casas não foi tão discrepante. Saint-Hilaire estimou cerca de 200 casas¹¹³, e Robert Walsh também calculou 300¹¹⁴. Nota-se que a predominância de imóveis térreos foi uma característica comum no período estudado, até mesmo em centros urbanos maiores como em São Paulo (86,45% dos prédios)¹¹⁵. Essa característica reforça o fato de serem os bens rurais que concentravam os maiores investimentos da elite local. Conforme vimos anteriormente a maior parte dos imóveis inventariados são rurais.

Em relação à finalidade da propriedade dos imóveis, é possível verificar, no ano de 1820 que a maioria das casas da vila eram residenciais e próprias (51,95%). Depois observamos um significativo percentual de casas cedidas (31, 17%). Já as casas alugadas representaram somente 3,46%. Provavelmente, boa parte das casas cedidas eram destinada a parentes próximos ou até mesmo para abrigar escravos. É o caso de uma casa de propriedade do senhor José Alves de Oliveira, localizada na rua do Areão, que estava habitada por Inês parda e outros escravos¹¹⁶. Esse aspecto aponta para a quase inexistência de um mercado de aluguel urbano.

Alguns outros dados poderiam ser extraídos das informações contidas nos livros das décimas, como o valor dos imóveis, as áreas mais valorizadas ou a concentração dos imóveis em determinadas ruas. Contudo, nosso objetivo não se deteve nessas questões.

¹¹¹ SAINT-HILAIRE, August. *Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 62.

¹¹² POHL, Johann Emanwel. *Viagem no interior do Brasil (1817 – 1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 83.

¹¹³ SAINT-HILAIRE, August. Op. cit. p. 61.

¹¹⁴ WALSH, Robert. Op. cit. p. 114.

¹¹⁵ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809*. Anais do Museu paulista. São Paulo. V. 13. nº 01. p. 59-97. jan.-jun. 2005. p. 66.

¹¹⁶ CC. Décima Urbana. Rolo 112. Volume 1944. Fotografia 935-953.

Resta-nos, ainda, uma última constatação: uma concentração dos imóveis nas mãos de um diminuto número de proprietários. Ao analisarmos anteriormente as tipologias dos bens de raiz levantadas nos inventários, já havíamos sugerido a difusão dessa herança entre os que possuíam riqueza, porém uma concentração das maiores e melhores unidades.

Através das décimas, averiguamos, para os imóveis urbanos, a seguinte conformação: em 1810, dos 208 proprietários de imóveis, apenas 24 (11,54%) detinham cerca de $\frac{1}{4}$ (56 prédios) dos 240 (que foram cadastrados), sendo que 20 proprietários possuíam duas casas, um possuía três, dois possuíam quatro e um único proprietário era dono de cinco imóveis. Essa concentração parece ter se mantido durante todo o período do qual obtemos informações.

No ano de 1820, dos 200 proprietários de imóveis, apenas 29 (14,5%) também detinha $\frac{1}{4}$ (60 imóveis) dos 231 cadastrados, mas 90 % possuíam dois imóveis e os 10% restantes eram donos de três.

Apesar de uma aventada concentração, os dados não são tão extremos quando comparados com a concentração em São Paulo ou na corte. Na cidade de São Paulo em 1809, dos 748 proprietários arrolados, apenas 24 (3,21%) detinham 302 imóveis dos 1281 inventariados. Já, no Rio de Janeiro, dos 7.549 imóveis arrolados, 6.535 (86,57%) estavam nas mãos de 2.585 proprietários particulares¹¹⁷.

Assim, até este ponto do trabalho podemos constatar que, com um forte vínculo agrário e pastoril, a maior parte da população da vila de Barbacena pertencia à área rural. Entretanto, essa população não deixou de constituir um núcleo urbano estratégico, inclusive do ponto de vista geográfico, já que centralizava outros fatores de seu cotidiano colonial, seja no plano religioso ou no comercial, seja no de representação política. Mesmo nas diferentes formas de se habitar, ao que parece, a desigualdade foi uma característica presente todo o espaço da vila, aliás, acreditamos que também em todo o território colonial.

Após entendermos, mesmo que de uma forma geral, as características do contorno administrativo e político da população, bem como os espaços de habitação, faz-se necessário analisarmos as peculiaridades dos hábitos de produção e consumo da vila.

¹¹⁷ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Op. cit. p. 77 e 93.

1.7 – Produção, consumo e exportação: a integração com o mercado.

A preocupação com a estatística no Império português não ficou restrita, no período em voga, a um levantamento de dados sobre a população. A produção e o consumo também foram motivos de levantamentos sistemáticos que, ao que parece, deveriam acompanhar os mapas de população que eram realizados.

Segundo Cláudia Chaves:

Essa perspectiva se efetiva em algumas localidades a partir da elaboração dos mapas de consumo, produção e exportação. Os poucos registros, neste sentido, dão-nos uma pequena mostra de seus objetivos. São registros esparsos que têm, neste momento, um efeito menos estatístico, e mais esclarecedor da tentativa de “racionalizar” as produções através dos hábitos de consumo e produção de cada região.¹¹⁸

A partir de referências da própria autora, localizamos no Arquivo Público Mineiro, “mapas comparativos das produções, consumo e exportação das Paróquias do Termo da Vila de Barbacena”, para os anos de 1805 e 1806, que sintetizamos na tabela abaixo¹¹⁹.

¹¹⁸ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Op. cit. p. 229.

¹¹⁹ Relacionamos somente os dados do último ano que temos informação (1806), por tratar de uma análise mais qualitativa e ilustrativa dos hábitos de consumo da vila.

Tabela 13: Produção, consumo e exportação das Paróquias do Termo da Vila de Barbacena (1806).

Produtos	Produções				Consumo					Exportação				
	Arroba	Alqueire	Número	Dúzias	Arroba	Alqueire	Número	Dúzias	(%)	Arroba	Alqueire	Número	Dúzias	(%)
Algodão	800				800				100					
Açúcar	4200				500				11,90	3700				88,10
Goma	30				30				100					
Café	160				60				37,50	100				62,50
Porcos	5600				3000				53,57	2600				46,43
Tabaco	50				50				100					
Linho	70				70				100					
Milho		500000				460000			92	40000				08
Feijão		6060				6060			100					
Arroz		9000				9000			100					
Gado			5000				500		10			4500		90
Couros			500				200		100					
Atanados*			300				300		100					
Cavalos			200				120		60			80		40
Muares			300				100		33,33			200		66,67
Ovelhas			1150				1150		100					
Madeira em Taboado**				200				200	100					

*Couro curtido em casaca de carvalho

**Tipo de palha para esteiras.

Font: APM – SG. Cx. 69. Doc. 12.

Interessante notar que os dados constantes na tabela refletem características do que era produzido e consumido na vila. Primeiramente é possível verificar que dos 17 itens produzidos, setes estão na pauta dos que também são exportados, sendo que quatro destes itens (açúcar, café, gado e muares) possuem um consumo interno inferior à exportação, sobretudo o gado que tem 90% de seu rebanho exportado. Esse dado é muito significativo no entendimento das atividades mais rentáveis da vila.

A presença do cultivo de café no período é muito interessante. Podemos até considerar esse cultivo como o princípio do desenvolvimento dessa cultura. Pela abrangência do significado de “termo”, que, como já vimos, englobava outras freguesias além da vila e conseqüentemente suas paróquias, acreditamos que o grosso dessa produção estava concentrada nas freguesias que vão compor a Zona da Mata Mineira. Na década de 1850, essa região despontava como a maior produtora de café da então província mineira. De qualquer

maneira, os dados sugerem que a expansão do mesmo não foi um simples avanço da fronteira fluminense ou paulista para Minas. Embora modesto, essa cultura já existia antes do surto de meados do século XIX.

Os inventários por nós arrolados não abrangem todo o termo de Barbacena, mas somente o que consistia na freguesia da vila. Nesses processos encontramos somente dois processos que indicam o cultivo de café. Tal constatação corrobora nossa assertiva anterior, quanto à região dentro do termo que estaria desenvolvendo esse cultivo. Mesmo assim, não há uma discriminação à parte para esse produto. Em ambos os casos, foram listados juntamente aos bens de raiz.

Um desses processos foi o de Maria Josefa da Conceição, que faleceu no ano de 1821. Ela era casada com João Rodrigues Cruz e residia na vila de Barbacena, mas o inventário não trazia a referência da localização exata. De um monte-mor no valor de 838\$510 réis, 550\$000 réis era referente a:

Uma fazenda de agricultura que é parte de uma sesmaria demarcada judicialmente, composta de casas de vivenda, paiol, chiqueiro coberto de capim, monjolo de socar farinha, pomar de árvores de espinho, bananal, café, algodão, capoeiras e matos virgens (...) ¹²⁰.

Também encontramos referência ao cultivo no processo de Francisca Bernarda do Nascimento, que faleceu no ano de 1822. À época, era casada com Luis Manoel Rodrigues de Avelar, o qual, ao realizar o inventário de sua falecida esposa, relacionou no valor de 50\$000 réis, frente aos 628\$315 réis de monte-mor:

Uma chácara de morada que se compõe de casas de capim inferiores, com terreiro e quintal tudo cercado de madeiras, com árvores de espinho, cafezais e bananal (...) ¹²¹.

Observando esses dois casos, acreditamos que a produção do café no espaço da vila e sua freguesia fazia-se exclusivamente para o consumo local. Assim, a quantidade exportada em 1806, mesmo que pequena, deveria ser produzida nas freguesias de Simão Pereira, do Engenho do Manto ou nas de Ibitipoca. Mônica Ribeiro já alertou ,em sua tese, que as

¹²⁰ Inventário *post-mortem* de Maria Josefa da Conceição. AHMAS. Código: 01. Caixa: 08. Ordem: 06, grifos nossos.

¹²¹ Inventário *post-mortem* de Francisca Bernarda do Nascimento. AHMAS. Código: 02. Caixa: 180. Ordem: 27.

primeiras propriedades voltadas para o café na zona da mata mineira teriam surgido nas duas primeiras décadas do século XIX¹²².

Outro fator interessante de se destacar é o consumo de milho e porco ser superior à exportação. No caso do milho, 92% dos alqueires produzidos eram consumidos localmente, enquanto em relação aos porcos, esse percentual era de 53,57%.

No caso do milho, a princípio, poderíamos pensar na sua grande utilização para consumo próprio. Porém, no século XIX, Auguste de Saint-Hilaire já observava que:

Todos os agricultores plantam milho, não só porque sua farinha substitui o pão, como ainda porque ele é para os animais de carga, o que é para nós a aveia, e é empregado também para engordar as galinhas, e, sobretudo os porcos.¹²³

Chama-nos a atenção o destaque dado pelo viajante ao animal de carga. De fato, pela sua localização privilegiada no Caminho Novo, a vila de Barbacena contava com significativos ranchos de passageiros. Saint-Hilaire, passando por Barbacena, relatou que:

Depois de dez, doze, ou mesmo, quinze dias através de matas, os tropeiros compram sempre alguma coisa na primeira cidade que encontram, e os que vêm de diversas partes da província das Minas para se dirigirem ao Rio de Janeiro, procuram prover-se em Barbacena dos artigos que lhes faltam, porque sabem que mais longe não acharão o menor curso.¹²⁴

Já, no retorno à corte, ao passar por Barbacena novamente, observava que várias caravanas estavam paradas na Borda do Campo¹²⁵ se organizando para prosseguir viagem. Nas paradas nos ranchos, Daniel Kidder destaca que os proprietários preocupavam-se mais em fornecer o rancho gratuitamente e em vender o milho para o alimento dos animais. Segundo o autor, por ser pesado, o milho não era levado com as tropas. Os tropeiros eram sortidos por aguardente, feijão e toucinho¹²⁶. Portanto o milho era exportado não diretamente, mas através dos animais que o consumiam. Em outras palavras, um grande consumo interno de milho é o pressuposto para uma grande exportação de animais.

Os ranchos eram comuns tanto no núcleo urbano, como nas áreas rurais, principalmente naquelas que eram cortadas por importantes caminhos. Na cobrança da décima

¹²² OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit. p. 154.

¹²³ SAINT-Hilaire, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Apud: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 145-146.

¹²⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Op. cit. p. 62

¹²⁵ Fazenda que compõe o núcleo originário da vila de Barbacena.

¹²⁶ KIDDER, Daniel P. Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Sul do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 195. Apud: GUIMARÃES, Elione Silva. *Tropas e Tropeiros na Minas Gerais Oitocentistas*. Francisco Garcia Matos – Um tropeiro na Zona da Mata mineira. p. 08.

urbana de 1810, encontramos três imóveis que possuíam ranchos. Já, nos inventários de propriedades rurais, foi possível notar a presença de alguns casos.

A título de ilustração, citamos o caso da viúva Francisca Rosa da Conceição que, ao morrer no ano de 1798, era proprietária de duas fazendas no valor de 3:040\$000 contos de réis. A fazenda denominada Lavras, avaliada em 2:240\$000 contos de réis, era composta de:

(...) casas de sobrado, paiol, moinho, engenho de fazer farinha, rancho de passageiros, casa de ferreiro, tudo coberto de telha, senzalas cobertas de capim, casa, terreiros cercados de pedra com quintal, com árvores de espinho, com campos, matas virgens, capoeiras e todos os seus logradouros (...).¹²⁷

Esse exemplo é bem esclarecedor do que um rancho para tropeiros poderia comercializar. No inventário de Francisca, não encontramos referência à cultura de milho, mas a presença do paiol, do monjolo e do engenho de fazer farinha demonstram a utilização do produto na fazenda, mesmo que não fosse cultivado. O que, aliás, demonstra outra forma de utilização desse produto: o comércio interno na vila. No caso específico desse inventário, a referência à casa de ferreiro torna-se bem esclarecedora das necessidades dos tropeiros que deveriam ser satisfeitas num rancho. Após dias de viagem por caminhos tortuosos, um ferreiro para ferrar os animais de carga era algo muito recorrente no cotidiano desses homens.

Os porcos, como mencionamos, têm uma relação entre o consumo e exportação mais equilibrada, o que demonstra a comercialização tanto local quanto externa à vila.

O açúcar é outro produto com grande margem de exportação: 88,10%. Apesar da recorrência da produção para o mercado, quando nos debruçamos sobre os inventários coletados para a pesquisa, não percebemos a presença de muitos canaviais e, nem mesmo, de engenhos. Entretanto eles aparecem em pequeno número. É bem provável que a montagem desse empreendimento estivesse ao alcance de grandes unidades que, como vimos anteriormente, não estava nas possibilidades de todos.

Ainda é interessante perceber o consumo de ovelhas. Provavelmente a fabricação da lã estaria na pauta das produções. Associado à produção, o total consumo na vila do algodão e linho, revela a capacidade de se auto suprir de tecidos, pelo menos dos mais rústicos.

Por fim, o que esses produtos acima mencionados e os outros 10 itens produzidos e consumidos integralmente nas paróquias demonstram é o caráter policultor da vila, já percebido por outros trabalhos para a comarca do Rio das Mortes¹²⁸.

¹²⁷ Inventário *post-mortem* de Francisca Rosa da Conceição. AHMAS. Código: 01. Caixa: 58. Ordem: 13.

¹²⁸ ALMEIRA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos...*Op. cit.

Assim, a partir da caracterização que até aqui aventamos, podemos dizer que a vila de Barbacena, que teve seu povoamento remontado ao início do povoamento da capitania de Minas, na transição do século XVIII para o XIX, passa por um processo de desenvolvimento mais acelerado dentro dos quadros políticos, sociais e econômicos que se apresentava. Nas primeiras décadas do século XIX, a região já se encontrava perfeitamente integrada ao universo escravista, além de destacar-se como um local de atração de pessoas de outras localidades, inclusive do reino. A conformação econômica da vila se deu, sobretudo, a partir do desenvolvimento de atividades agro-pastoris, que foram capazes de fazer suprir demandas internas e integrar a vila na produção para mercados externos. A vila também contava com um significativo centro urbano que dinamizava ainda mais seu desenvolvimento econômico.

Uma vez feitas essas constatações, acreditamos que se trata, assim, de buscar entender as determinações decorrentes da estrutura e dinâmica da economia mineira, no período colonial. Interessa-nos, então, sabermos como determinadas estruturas de propriedades produtivas, de distribuição de renda e aplicações da riqueza determinaram, propiciaram e consolidaram um processo complexo e multifacetado, de que são expressões a criação da vila em fins do século XVIII, a consolidação da rede urbana e a diversificação da estrutura social em Minas. Estes são alguns pontos a partir dos quais pretendemos dar continuidade à pesquisa.

CAPÍTULO II

O sistema econômico em funcionamento e a produção de suas hierarquias.

No capítulo anterior, procuramos esboçar o desenvolvimento da vila de Barbacena, dentro da história da capitania de Minas. Para tanto, foram considerados aspectos sobre a formação, o contorno administrativo, o crescimento e a diversificação populacional, assim como a organização dos homens e da produção no espaço da vila. Dessa forma, verificou-se o crescimento e a importância que a vila e seu termo adquiriram ao longo da segunda metade do século XVIII, consolidando-se no início do século XIX em conformidade com a sociedade escravista colonial. Neste capítulo, pretendemos analisar as características do sistema econômico em funcionamento, como as formas de acumulação e distribuição da riqueza.

Mais uma vez, os 302 inventários post-mortem serão a base documental que auxiliará nossa análise. Primeiramente, procuramos inserir o estudo desenvolvido dentro da produção historiográfica sobre o assunto. Depois, analisamos os traços gerais do sistema econômico a partir da participação dos ativos no montante da riqueza (e esse estudo foi capaz de apresentar as formas de produção e reprodução engendradas na região), assim como observamos a força das atividades agropastoris. Na terceira parte do texto, pesquisamos o peso da mão-de-obra escrava presente em grande parte dos processos. Por fim, através da agregação da riqueza em grupos de fortuna, estabelecemos um perfil aproximado dessa sociedade e das relações estabelecidas entre os diversos grupos aí existentes, montando um painel das hierarquias sociais engendradas nessa sociedade.

2.1 – Perspectiva historiográfica e teórica

Os modelos mais tradicionais da historiografia mineira consideraram Minas Gerais uma província marcada pela tríade crescimento, apogeu e decadência do ouro¹²⁹, negando, ou mesmo desprezando, outras atividades e a diversidade das regiões da capitania. Assim, percebemos como a historiografia acerca da sociedade mineira, no entremear da passagem dos séculos XVIII para o XIX, em muito, esteve relacionada à perspectiva de ordem externa da colonização.

¹²⁹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit. p.09

A base dessa percepção fora incorporada da obra de Caio Prado Júnior¹³⁰, na qual o traço fundamental da economia colonial era a organização da produção e do trabalho (escravo) para o mercado externo. No que se aplicou à província mineira, a preocupação desse autor foi a de entender os mecanismos utilizados pela coroa para controlar a exploração dos metais preciosos, geradores de acumulação de capitais na Europa. Com a decadência desse setor, a economia mineira só recuperaria o seu dinamismo com a agricultura de grande propriedade, com um único produto e trabalho escravo: o café, a partir da década de 1820.

Vale lembrar, entretanto, que Caio Prado fez exceção à pecuária colonial: *a única, afora as destinadas aos produtores de exportação, que tem alguma importância*¹³¹. Em seu estudo, destacou três grandes áreas de criação: os sertões do norte, a parte meridional de Minas Gerais e a região sul do país¹³². Interessa-nos aqui, ressaltar a participação da parte meridional de Minas, que vai constituir-se na parte sul da capitania, como uma área propícia para a criação de animais.

Já Celso Furtado¹³³, apesar de considerar dinâmica a economia mineira, também analisa esse período a partir de um atrelamento às estruturas externas, tornando a decadência inevitável. Esse mesmo viés interpretativo, ainda na década de 70, fazia-se presente na historiografia colonial. A obra de Fernando Novais, apesar deste não tratar especificamente de Minas Gerais¹³⁴, baseou-se na noção de Antigo Sistema Colonial na época do chamado capitalismo comercial. A função da colônia seria a de estimular a acumulação primitiva de capitais na Europa através do exclusivo comercial, em que a burguesia metropolitana se apropriava do sobretrabalho colonial. Quanto ao regime de trabalho, este teria que ser compulsório, e a opção pela escravidão africana se explicava pela lucratividade do tráfico de escravos: é a partir do tráfico negreiro que se poderia entender a escravidão africana colonial, e não o contrário.

A partir dessas análises, Laura de Mello e Souza¹³⁵, num trabalho inovador na historiografia mineira, mostra que a distribuição da riqueza na sociedade mineira não era democrática. A historiadora revela que a pobreza mineira, no século XVIII, por vezes era ofuscada pelo fausto do ouro que a autora demonstrou ser falso. Apesar disso, não rompeu

¹³⁰ JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹³¹ *Ibidem*. p. 187.

¹³² Para conferir as análises de Caio Prado Júnior faz da pecuária no território do Brasil, ver o item “Pecuária” de sua obra. p. 186-210.

¹³³ FURTADO, Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. 18 ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. p. 84-86.

¹³⁴ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1888)*. São Paulo: Hucitec, 1984.

¹³⁵ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro*. A pobreza mineira no século XVIII. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

com a perspectiva dicotômica de colônia/ metrópole contida nos estudos anteriormente abordados. Antes, discuti sua análise na ordem da desclassificação social entendida dentro do processo de exploração colonial que, desde o início, estaria baseada na grande propriedade agrícola de cunho comercial e escravista. Tratava-se, assim, de uma colônia de exploração que visava favorecer ao máximo a acumulação de capital nos centros hegemônicos europeus¹³⁶. Dessa forma, no que tange à mineração, ela atenderia a esse mesmo pressuposto externo. Portanto, no momento em que a extração do ouro entra em decadência, a economia mineira estaria relegada ao mesmo destino.

No entanto, e sem negar a questão da decadência aurífera, Maria Yedda Linhares, no final dos anos 70, chamou a atenção para a abordagem da temática de mercado interno e a natureza da escravidão que, via de regra, tinham sido entendidos, até então, através de modelos que sintetizavam a realidade de um amplo território de diversidades. A autora afirma:

A decadência está aí presente, sem dúvida. É óbvio que houve esgotamento dos veios. Terá sido ela tão súbita e inexorável como nos afirmam os economistas? Ou terá sido ela matizada e diferenciada pelos “bons e maus frutos” cujas sementes a economia mineradora plantou? Em outras palavras, a *decadência* teria sido tão inexorável e definitiva no Sul de Minas como no Nordeste da Capitania? Como poderemos sabê-lo, enquanto nos faltarem pesquisas básicas mais pormenorizadas¹³⁷

Nessa mesma linha, sem desconsiderar a importância da mineração para a formação da Capitania de Minas Gerais os trabalhos de Alcir Lenharo, Roberto Borges Martins, Robert Slenes e Douglas Cole Libby¹³⁸, a partir do final da década, de 1970, apresentaram, no que se refere à historiografia mineira, uma economia dinâmica, diversificada e mercantilizada, evidenciando outros modelos de análise. O debate entre Roberto Borges Martin e Robert Slenes, discutimos no capítulo anterior. Em confluência com as considerações desses autores, o trabalho de Alcir Lenharo¹³⁹ documentou a importância do Sul de Minas como fornecedor de gado e outros mantimentos para a cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX, destacando a importância da Comarca do Rio das Mortes, pois:

¹³⁶ *Ibidem*. p. 61.

¹³⁷ LINHARES, Maria Yedda. O Brasil no Século XVIII e a Idade do Ouro: A Propósito da Problemática da Decadência. In: *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979. p. 162.

¹³⁸ LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação* (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808/1842). MARTINS, Roberto Borges e MARTINS FILHO, Amílcar. *A escravidão numa economia não Exportadora: Novas Perspectivas sobre Minas Gerais no Século XIX*. SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹³⁹ LENHARO, Alcir. Op. cit. 89-90.

O centro das exportações mineiras tinha como sede a praça comercial de São João Del Rei, que, juntamente com Barbacena constituiu os dois pólos do comércio atacadista, servindo-se de verdadeiros entrepostos regionais. Situados na entrada das Gerais centralizavam o fluxo das mercadorias das diferentes regiões, até mesmo de Goiás e Mato Grosso. São João Del Rei drenava a maior parte das exportações de subsistência, ao passo que Barbacena concentrava principalmente as exportações de algodão¹⁴⁰

Sendo assim, podemos perceber que, afora as divergências em alguns pontos, Martins e Slenes muito contribuíram para uma renovação da historiografia mineira sob a perspectiva de desenvolvimento desta província no pós “boom minerador”, e não de estagnação econômica.

Devemos levar em consideração também que essa economia diversificada que os autores acima expostos apresentaram não foi uma característica tão somente do período de declínio da extração aurífera. A pesquisa de Carlos Magno Guimarães e Liana Reis¹⁴¹ também foi inovadora ao comprovar que, mesmo na primeira metade do século XVIII, não houve uma exclusividade da economia do ouro. Ao analisar cartas de sesmarias concedidas para as minas no século XVIII, os autores demonstraram a inconsistência das teses que negam a existência ou importância da agricultura na capitania ou consideraram o desenvolvimento da agricultura a partir da decadência da mineração. A análise revelou a associação da atividade agrícola com a mineração, utilizando-se mão-de-obra escrava em quantidade expressiva na agricultura. O estudo demonstrou também o desenvolvimento de unidades agrícolas de caráter escravista e mercantil, viabilizando a montagem e a expansão da atividade mineradora, na medida em que atendia a demanda dos centros mineradores.

A partir desse debate, mais recentemente, outros trabalhos acadêmicos tentaram demonstrar a diversidade da economia mineira¹⁴². Esses estudos optaram, claramente, pela busca de uma lógica interna da economia colonial, mas esta matriz teórica inicial foi desenvolvida por João Fragoso e Manolo Florentino¹⁴³. Principalmente, o primeiro desses

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/ 1750)*. Revista do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte, 1 (2): 7-36, jun.. 1986.

¹⁴² GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais (1831-1888)*. Belo Horizonte: Annablume, 2002. ALMEIDA, Carla Maria Almeida de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineira...* Op. cit. ALMEIDA, Carla Maria Almeida de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Op. cit. ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Fortuna, família e poder no Império do Brasil: Minas Gerais – Campanha da Princesa 91799-1850*. Niterói: UFF, 2005. (Tese de Doutorado).

¹⁴³ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790/ 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

autores¹⁴⁴, ao desenvolver trabalhos sobre os comerciantes na praça do Rio de Janeiro nos séculos XVII, XVIII e início do XIX, pôde observar que os ritmos da colônia não se equivaliam às conjunturas internacionais. Por isso, trabalhou com as possibilidades de criação de acumulações endógenas pelo mercado interno, gestação de um capital mercantil residente e ação de uma forte elite mercantil nas origens da produção agroexportadora. A soma de todos esses elementos configurou uma formação social que controlaria, em grande medida, seus próprios mecanismos de reprodução.

Do avanço historiográfico exposto até aqui, emerge o entendimento da sociedade colonial como não dependente das conjunturas econômicas internacionais. Muito pelo contrário, no momento de depressão do mercado internacional, a colônia foi capaz de continuar a reproduzir e expandir seu sistema econômico. Esse entendimento da historiografia a partir dos anos de 1980, só foi possível com a percepção de que a sociedade colonial dos séculos XVIII e XIX conformava uma estrutura não capitalista. Para o estudo dessa estrutura, deveriam ser criados outros mecanismos de investigação, diferentes de uma análise capitalista em um tipo de mercado perfeito. Segundo João Fragoso:

Estamos diante de um mercado restrito, característico de economias não-capitalistas. Na verdade, tal traço decorre da natureza das relações de produções vigentes. Se nos detivermos na economia escravista, verificaremos que, apesar de seu alto grau de mercantilização, o escravismo é portador de sérios limites à “mercantilização geral”, típica do capitalismo. Ao contrário deste, aqui o processo de produção não é determinado por mecanismos auto-reguladores, do que deriva a necessidade estrutural da coerção extra-econômica.¹⁴⁵

A existência desse tipo de mercado na economia colonial explica o fato de no momento de decadência da extração aurífera na capitania de Minas, não ter ocorrido uma crise generalizada. Em vez disso, o que percebemos é justamente o desenvolvimento de uma economia bem mais dinâmica e diversificada capaz de se reproduzir. Nesse cenário, insere-se, como demonstramos no capítulo anterior, a criação e o desenvolvimento da vila de Barbacena. Dessa maneira, diante das inúmeras especificidades que marcaram a sociedade mineira setecentista e oitocentista, podemos dizer que o conhecimento mais adequado de sua

¹⁴⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1998.

¹⁴⁵ *Ibidem*. p. 181-182.

história será viável somente com a realização de estudos regionalizados, os quais possibilitarão a análise das ações e interações entre o homem e o território por ele ocupado¹⁴⁶.

Sendo assim, para a compreensão das estruturas sócio-econômicas de produção e alocação da riqueza na vila, utilizamos as considerações de Witold Kula. Em seu trabalho sobre a teoria econômica do sistema feudal, o autor adverte que não se pode utilizar de métodos capitalistas nas análises feudais. Por isso, na procura de instrumentos investigativos que mais se adequassem à realidade por ele estudada, Kula desenvolveu o conceito de sistema econômico, o qual para o autor:

(...) é um conjunto de relações econômicas internamente ligadas, que precisamente por estarem ligadas surgem mais ou menos simultaneamente, e também quase simultaneamente cedem o lugar a outras relações. O aparecimento e o desaparecimento dessas relações, que se podem datar empiricamente, permitem definir os limites cronológicos de um sistema econômico. A construção de uma teoria de um sistema econômico consistem em definir (mais uma vez empiricamente) o conjunto mais rico possível de relações que nele aparecem e em explicar os nexos recíprocos existentes entre essas relações.¹⁴⁷

Para tanto, na construção da teoria de um sistema econômico, é necessário levar em consideração que os atos da opção econômica são sempre socialmente condicionados, têm caráter reiterativo e manifestam determinadas regularidades entre as quais existem determinadas relações¹⁴⁸.

Uma sociedade, como a da região da vila de Barbacena, em que a abertura de novas fronteiras agrícolas, foi responsável pela constante movimentação de seus homens e a reprodução de seus sistemas sócio-econômico nos novos espaços, é um lugar privilegiado para a análise e compreensão das formas como a sociedade colonial escravista brasileira se produziu e reproduziu em áreas de fronteira. No mais, as peculiaridades dessa nova área, que conformou seu próprio sistema, tornam-se um referencial no conjunto da análise da economia colonial.

Através da análise seriada dos *inventários post-mortem*, conheceremos os traços gerais do sistema econômico vigente na medida em que as regularidades emergirão da análise. Por

¹⁴⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 72-73.

¹⁴⁷ KULA, Witold. *Teoria Econômica do Sistema Feudal*. Lisboa: Presença, 1979. p. 172.

¹⁴⁸ *Ibidem*. p. 161.

tratar-se de um espaço cronológico de apenas 31 anos, não será possível analisar a dinâmica a longo prazo dessa sociedade¹⁴⁹, fato que também fugiria aos objetivos da nossa pesquisa.

2.2 – Traços gerais do sistema econômico

No primeiro capítulo, verificamos através das concessões de sesmarias, no período da análise aqui abarcada (1791-1822), o aumento expressivo do número de concessões, isso sem contar as apropriações da terra que não passaram por esse veículo oficial. Ao estudarmos os inventários *post-mortem*, percebemos que a maior parte das propriedades arroladas estavam localizadas no meio rural da vila. Do total, 62,58%, sendo que, em 22,84% dos processos analisados, não estavam registrados bens imóveis. Esse fator foi corroborado quando verificamos a tipologia das propriedades. Somadas as tipologias relacionadas ao meio rural (fazenda, sítios e terras), verificou-se que estas corresponderam a 77,47% das propriedades. Esses dados nos revelaram uma sociedade em que o principal mecanismo de reprodução esteve ligado ao acesso à terra.

Na busca de uma melhor caracterização desse sistema agrário, torna-se importante analisarmos o conjunto das aplicações produtivas passíveis de serem quantificadas através dos inventários. Para essa investigação, os dados dos inventários foram coletados sistematizando os seguintes grupos dos bens materiais: pertences e utensílios, que englobou utensílios de cozinha como tachos, panelas, pratos, roupas, acessórios; o mobiliário; dinheiro (ouro em pó); jóias (ouro lavrado); mercadorias (referente à loja de secos e molhados, botica etc.); instrumentos profissionais (enxadas, machados, foices, rodas de fiar, tear); equipamentos (outros instrumentos que não se encaixavam nos anteriores como, carro, sela, martelo, relativo aos ofícios de carpinteiro, sapateiro, forno, lambique, engenho entre outros); outros, quando não conseguimos agrupar; roças e colheitas (seja plantada ou colhida); animais (bois de carga, bois, suínos, eqüinos, muares, caprinos, ovinos); escravos; bens de raiz - imóveis (fazenda, casas, terras, benfeitorias, sítios, chácaras) e, por fim, dívidas ativas e passivas.

Perceber a participação desses ativos no montante da riqueza ajuda-nos a fechar o quadro da conformação sócio-econômica da vila de Barbacena, de sua criação até o ano de 1822. Isso porque, ao verificarmos os ativos privilegiados como investimento, podemos

¹⁴⁹ Segundo Witold Kula a teoria econômica de um determinado sistema deveria explicar as leis que regem o volume do excedente econômico e sua apropriação, as leis que regem a repartição das forças e meios de produção, as leis que regem a dinâmica de curta duração, as leis que regem a dinâmica de longa duração, em especial os mecanismos de desagregação de um dado sistema que o fará passar a outro. O presente trabalho baseia-se nas três primeiras perspectivas. Cf. KULA, Witol. Op. cit. p. 11-12.

sugerir as atividades desenvolvidas que foram capazes de fazer com que o povoamento dessa região fosse intensificado desde o fim do século XVIII, mais precisamente quando a mineração já não mais conformava-se como atividade nuclear. Momento em que a localidade angariou o título de vila.

Para tanto, ao sistematizarmos os dados, a princípio fizemos uma divisão já auferida em alguns momentos do capítulo anterior: dois sub-períodos de 11 anos (1791-1801 / 1802-1812) e um sub-período de 10 anos (1813-1822). Esse procedimento nos pareceu pertinente para verificarmos a reiteração, ao longo do tempo, das principais inversões produtivas. Por se tratar de um curto espaço de tempo, incorporamos também uma análise agregada dos valores para todo o período (1791-1822), o que nos auxiliará no esforço de síntese das características gerais da estrutura produtiva em análise.

Outra questão a ser notada é a opção, nesta parte do trabalho, por trabalhar com os valores nominais, tal como aparece nos documentos, a saber, em mil réis. Mesmo com a possível desvalorização da moeda incidindo sobre os valores dos bens, e uns sendo mais valorizados ou desvalorizados do que outro, esta primeira conformação nos interessa mais na recorrência aos ativos do que seus valores propriamente ditos.

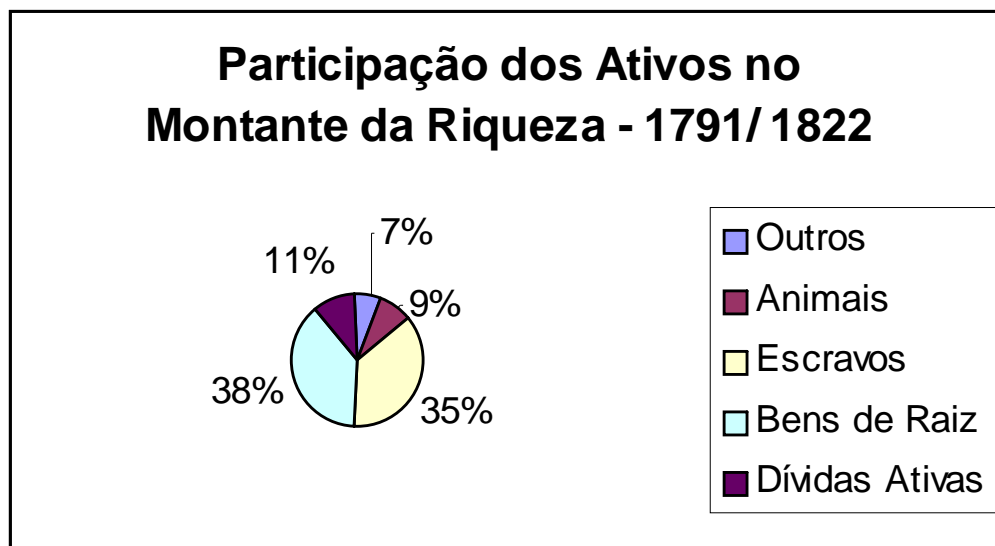
Como nossa atenção se volta para a presença de certos ativos no patrimônio das pessoas, metodologicamente, ao coletar as informações, consideramos como o monte-mor da pessoa a soma desses ativos. Dessa forma, algumas divergências ocorrem em relação ao valor descrito no documento que, além de contar as despesas ocorridas para se proceder ao inventário, geralmente incide no erro de soma, que interfere no valor final da riqueza a ser repartida.

Assim, o que mais era valorizado nessa sociedade? O padrão de riqueza estava associado a que tipo de bens? Que tipos de atividades desenvolvidas foram capazes de gerar a integração dessa localidade a economia escravista?

Tabela 14: Participação dos Ativos no Montante da Riqueza – 1791-1822.

ATIVOS	1791/1801		1802/1812		1813/1822		1791/1822	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pertences e Utensílios	2330915	1,11	3432115	1,4	3966119	1,05	9729149	1,16
Mobiliário	1450346	0,69	1208820	0,48	1893420	0,5	4552586	0,53
Dinheiro	1676366	0,8	3444700	1,4	4575537	1,21	9696603	1,15
Jóias	863922	0,41	481137	0,2	566305	0,15	1911364	0,3
Inst. Profissionais	918216	0,44	732783	0,3	1137955	0,3	2788954	0,32
Equipamentos	2117485	1	2569250	1,05	3327300	0,88	8014035	0,96
Roças/Colheita	3311860	1,57	1981075	0,81	3249340	0,86	8542275	1,02
Animais	13511188	6,42	19449550	7,91	40252831	10,65	73213569	8,78
Escravos	80500200	38,28	80701200	32,85	128756529	34,06	289957929	34,76
Bens de Raiz	77915030	37,05	101927005	41,48	146708302	38,81	326550337	39,15
Dívidas Ativas	25459057	12,11	29701025	12,09	33944514	8,98	89104596	10,68
Mercadorias	65650	0,03	0	0	9538170	2,52	9603820	1,15
Outros	183150	0,09	66250	0,03	135025	0,03	384425	0,04
Total Monte-mor	210303385	100	245694910	100	378051347	100	834049642	100
Nº de Inventários	69		96		137		302	

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Gráfico 02:

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS – 1º e 2º Secretaria de Vara Cível * O segmento outros neste gráfico refere-se à junção dos outros ativos da tabela 10, que não aparecem no gráfico.

A tabela e o gráfico anterior foram montados com a finalidade de nos auxiliar a estabelecer considerações mais gerais sobre o sistema econômico em questão e também avaliar o peso dos ativos que compunham a riqueza da região.

Como podemos observar na composição geral do patrimônio da vila de Barbacena, os bens de raiz (casas, fazendas, terras, sesmarias, benfeitorias de propriedades rurais, etc) contabilizaram a maior parcela (39,15%). Apesar de no período de 1801/1811, observarmos que o principal ativo constitui-se dos escravos, este bem se destacou na análise geral de todo o período. Na seqüência, temos 34,76% concentrados em escravos. E, na terceira posição, com 10,68%, as dívidas ativas, seguida dos animais que representaram 8,78% do percentual da riqueza dessa sociedade. Os outros bens patrimoniais como pertences e utensílios, mobiliário, dinheiro, jóias, instrumentos profissionais, equipamentos e roças/colheita, que foram agrupados no gráfico 02, somaram 6,63% da riqueza dos inventariados. Cabe analisarmos, então, o significado da presença dos diversos fatores constitutivos do patrimônio inventariado da região. Na medida em que conseguirmos estabelecer a lógica de sua recorrência, possuiremos uma melhor compreensão do sistema em vigor.

Os dados acima confirmam a maneira através da qual essa sociedade foi capaz de reproduzir-se. O sistema vigente dependia da incorporação de terras e de mão-de-obra para garantir seu desenvolvimento. De fato, a região da vila apresentava-se, no final do século XVIII como uma região de fronteira aberta que atraiu muitas pessoas mediante a potencialidades agropastoris desenvolvidas de forma extensiva.

Saint-Hilaire, viajante inglês, em uma de suas viagens de volta ao Rio de Janeiro no ano de 1818, relatou que

Logo após deixar Barbacena, o viajante que vem de uma região descoberta começa a perceber a aproximação da região das florestas; encontra morros um pouco menos arredondados, vales mais profundos e tufos de matas mais numerosos¹⁵⁰.

Ainda segundo o viajante, as matas virgens eram de tamanha majestade que lhe causavam uma profunda impressão. Ao analisarmos mais detidamente as descrições dos bens imóveis das áreas rurais e mistas (inventários que possuíam bens imóveis urbanos e rurais), foi significativo, em todo o período, a referência a matas virgens e capoeiras. Para melhor visualização dessa realidade, montamos o quadro abaixo.

¹⁵⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1974. p. 118.

Quadro I

Quadro de propriedades rurais com menção às terras e % de unidades com mais de uma porção de terras.

Período – 1791-1801		
	Nº	%
Número total de inventários no período	69	100
Número de inventários com unidades rurais	50	72
Total de propriedades arroladas (fazendas, sítios e terras)	91	100
Menção a matos virgens	40	44
Menção a capoeiras	40	44
Menção a campos de criar	04	04
Menção a terras de cultura	19	21
% de unidades com mais de uma porção de terras	32	

Período – 1802-1812		
	Nº	%
Número total de inventários no período	96	100
Número de inventários com unidades rurais	50	52
Total de propriedades arroladas (fazendas, sítios e terras)	90	100
Menção a matos virgens	32	36
Menção a capoeiras	39	43
Menção a campos de criar	18	20
Menção a terras de cultura	24	27
% de unidades com mais de uma porção de terras	25,86	

Período – 1813-1822		
	Nº	%
Número total de inventários no período	137	100
Número de inventários com unidades rurais	97	71
Total de propriedades arroladas (fazendas, sítios e terras)	154	100
Menção a matos virgens	46	30
Menção a capoeiras	52	34
Menção a campos de criar	26	17
Menção a terras de cultura	50	32
% de unidades com mais de uma porção de terras	32,63	

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Pelo levantamento acima auferido, fica clara a disponibilidade de terras virgens apropriáveis. Tal característica denota uma forma extensiva de uso da terra, ou seja, sempre que fosse necessário expandir a produção ainda havia uma reserva a ser derrubada. Além disso, boa parte das unidades produtivas possuíam mais de uma porção de terra, o que facilitava a ampliação de novas áreas. Esse sistema de produção valeu-se da prática agrícola de pousio. Corrobora essa assertiva a também constante referência nos inventários de unidades rurais da vila, de capoeiras, campos de criar e terras de cultura. As capoeiras eram um tipo de vegetação que nascia no lugar onde já tivesse existido matas virgens derrubadas. Geralmente depois de seu uso, essa área passava por um período de descanso. Enquanto isso, outras áreas eram cultivadas, o que justifica a presença significativa das terras de cultura mencionadas nos inventários, além da área reservada para a criação em algumas unidades.

Ao analisar as unidades produtivas de Mariana, Carla Almeida observou que após duas colheitas consecutivas em uma região, que, primeiramente, fora aberta através das práticas de queimadas, deixava-se o terreno descansar por um período de cinco a sete anos, até que o mato crescesse o suficiente para ser novamente queimado¹⁵¹. Em sistemas de pousio longo, nas áreas reservadas para cultivo, as próprias cinzas eram usadas como adubos, sendo deixadas no solo. A combinação de cinzas, solo fértil e clima favorável era capaz de assegurar

¹⁵¹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras...* Op. cit. p. 167.

uma boa produção¹⁵². Ao que parece, essa prática foi recorrente em todo período abarcado por nossa pesquisa. Entretanto, vale destacar algumas nuances entre os sub-períodos.

Se percebemos a menção a matos virgens nas propriedades rurais para todo o período, é verdade também que sua representação percentual esteve em declive. Das 91 propriedades rurais arroladas nos inventários do primeiro sub-período do quadro 01 (um), 44% fizeram referência a matos virgens. Já no período de 1813 a 1822, o percentual foi de 36%. Dessa forma, os dados denotam uma queda na referência de área florestal nas unidades, o que demonstra a expansão contínua e extensiva do uso desse território. Também esteve em queda, porém em menores proporções, a representatividade das capoeiras nas propriedades. Do primeiro período para o último, os percentuais foram de 44% e 34%, respectivamente.

No caminho oposto, estiveram os campos de criar e as terras de cultura que contaram com um relativo aumento percentual quanto às suas menções nas propriedades arroladas. Somadas, do total de propriedades dos três sub-períodos, as unidades continham referência em 25%, 47% e 49%, respectivamente. Diante desses dados, observamos algumas alterações, ainda que incipientes, na estruturação do uso da terra na região analisada. Assim, apesar do sistema de pousio estendido ainda fazer parte da paisagem da região, pelo aumento das áreas cultiváveis e de pastoreio, podemos perceber uma intensificação do uso do solo da área ocupada.

De imediato, tais características nos propiciam considerar, em Ester Boserup, alguns elementos de reflexão sobre o sistema agrário em análise¹⁵³. Em seu estudo sobre crescimento populacional e produção de alimentos, a autora realizou uma intensa análise sobre sistemas de uso da terra. Sua perspectiva partiu do pressuposto de que o crescimento populacional é fator determinante nas mudanças observadas na agricultura, ou seja, a fertilidade da terra é vista, pela autora, como um fator humano, historicamente criado. Para tanto, foi considerado um contínuo de tipos de uso da terra, sendo examinados em conjunto as ferramentas, métodos e sistemas de cultivo. A partir dessa análise, a autora chega a cinco grupos, que foram divididos de acordo com o *continuum* de intensidades de uso da terra. São eles: cultivo com pousio longo ou florestal, cultivo com pousio arbustivo, cultivo com pousio curto, cultivo anual e cultivos múltiplos¹⁵⁴.

¹⁵² BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 24.

¹⁵³ *Idem*.

¹⁵⁴ *Ibidem*. p. 13-14.

Desses grupos, consideremos o segundo, a saber, o cultivo com pousio arbustivo. Nesse sistema, há uma intensificação, ainda que incipiente, do uso do solo, de modo que o período de pousio gira em torno de seis a dez anos. Segundo a autora:

Nenhuma floresta verdadeira crescerá num período tão curto, mas a terra cobrir-se-á gradualmente de arbustos e pequenas árvores. Os períodos de cultivo ininterrupto variam consideravelmente. Podem não se estender por mais de um ou dois anos (como no sistema anterior) e podem ser tão longos como o período de pousio, isto é, de seis a oito anos.¹⁵⁵

As considerações de Ester Boserup permite-nos constatar que o aumento de áreas cultiváveis e de pastoreio, juntamente com as áreas de capoeiras, indicam o tipo de pousio arbustivo, ainda que, segundo a própria autora, para muitos não há diferenças entre este e o conhecido pousio longo ou cultivo itinerante¹⁵⁶. Entretanto tendemos a não optar por uma generalização sobre o espaço analisado pela pesquisa, ao dizer simplesmente que se trata de um sistema agrícola com forma extensiva de produção e uso de sistemas de pousio longo. Apesar de não estarmos trabalhando com a perspectiva de um longo período, demarcar essas variações apontam para os caminhos da evolução do sistema em análise.

Para corroborar essa perspectiva, é interessante destacar o tipo de pousio arbustivo, a análise da composição dos instrumentos profissionais utilizados nas unidades rurais. Através da tabela 14, percebemos a baixíssima representatividade desse ativo no montante da riqueza inventariada¹⁵⁷. Em todo o período, os instrumentos representaram somente 0,32% das riquezas. Desse percentual foi possível perceber que não houve uma especialização do tipo de instrumentos utilizados. Eles eram, na sua maioria, a conjugação de machados, foices e enxadas. Nenhum outro tipo de ferramenta, que indicasse uma intensificação do uso do solo como o arado, foi encontrado em grande número¹⁵⁸. Percebemos, então, que, pela disponibilidade de terras existentes não era preciso o dispêndio de maiores cuidados com a área ocupada, fato muito significativo para indicar o sistema de pousio. Entretanto, mesmo de pequena representatividade, vale a pena considerar a tipologia desses equipamentos, conforme segue na tabela abaixo.

¹⁵⁵ Ibidem. p. 14.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Vale destacar que, neste item, englobamos os instrumentos de maior frequência nos inventários, a saber: machados, enxadas, foices, roda de fiar e tear.

¹⁵⁸ Encontramos somente dois arados numa mesma unidade. Vale lembrarmos que era uma das maiores propriedades da pesquisa.

Tabela 15: Tipologia e representatividade dos Instrumentos Profissionais (1791-1822).

Períodos	1791-1801	1802-1812	1813-1822
% de Inventários com Instrumentos	79,7	75	83,9
Total de Instrumentos	1026	707	1239
% de machado	15,40	14,43	15,25
% de enxada	40,74	41,16	41,40
% de foice	43,86	44,41	43,35

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Percebemos, pelos dados da tabela 15, uma grande presença dos instrumentos profissionais arrolados nos inventários para todo o período, tendo em vista que no período de menor representação percentual, encontramos a presença significativa desses instrumentos em 75% dos casos. Apesar de não encontrarmos instrumentos mais especializados como o arado, temos três tipologias de instrumentos capazes de colaborar na análise do funcionamento desse sistema com pousio.

A presença de machados pode indicar o desbravamento de novas áreas, já que ele seria utilizado na derrubada de árvores. As foices demonstram a presença de uma área já desbravada que passou por um período sem uso (pousio), as chamadas capoeiras, como demonstramos anteriormente. Quando das novas roçadas, as foices seriam um instrumento indispensável. Já a enxada indica o caráter mais avançado nas técnicas utilizadas no uso do solo do período. A terra trabalhada com a enxada demonstra a intensificação da utilização de algumas áreas. Podemos considerar ser um aperfeiçoamento das técnicas e o primeiro indício da transição de um sistema de pousio longo para um mais curto¹⁵⁹ ou como chamamos atenção, de um pousio arbustivo.

O percentual da presença desses instrumentos arrolados nos inventários revela-nos claramente essa situação. Em ordem de importância, verificamos, na média, estar em primeiro lugar a foice (43,87%), depois as enxadas (41,40%) e, por último, os machados (15,02%). Tais percentuais, conjugados com a finalidade de cada instrumento, vão ao encontro da análise do quadro I, anteriormente visto, onde verificamos o maior aumento de áreas cultiváveis e de campos de criar juntamente com as capoeiras. Portanto, se por um lado

¹⁵⁹ BOSERUP, Ester. Op. cit. p. 24.

percebemos a não especialização dos instrumentos profissionais, vemos, de outro, através de sua tipologia, as nuances da forma como era utilizada a terra, não obstante tratar-se de uma forma extensiva de produção que perduraria por tempos ainda, como percebemos no relatório do presidente da província de Minas do ano de 1837.

Segundo o relatório que trata de toda a província:

Muito se tem clamado, posto que em vão, contra a destruidora rotina de nossos lavradores; eles entendem que não podem colher com vantagem os produtos da agricultura, sem que se tenha derrubado, e queimado uma grande porção de madeiras; em sua opinião as melhores terras dentro de pouco tempo se tornarão irremediavelmente cansadas, abusando assim de um princípio, aliás verdadeiro, mas tomado em uma generalidade sem limites. O lavrador inteligente, e abastado costuma tem em reserva uma parte de suas terras; mas sabe prepará-la de antemão para ser vantajosamente cultivada em ocasião oportuna. (...).¹⁶⁰

Através desse relatório, fica patente o caminho pelo qual o uso da terra na província acabaria por passar: do uso extensivo para a intensificação de áreas já exploradas com a diminuição de novas áreas derrubadas. Entretanto tais mudanças, ainda na primeira metade do século XIX, não teriam se processado efetivamente, apesar das conseqüências do uso indiscriminado do solo já ser uma preocupação das autoridades. O relatório fala também que o lavrador inteligente e abastado reserva uma parte de suas terras. Esse aspecto demonstra o fato do pequeno agricultor se ver logo obrigado a intensificar o uso do solo ou abandonar sua propriedade, enquanto o maior teria mais facilidade em deixar uma parte em pousio. Tal fato já delineia as diferenças socioeconômicas presente na vila.

Esse tipo de sistema econômico foi capaz de gerar e captar riquezas para a freguesia da vila. O principal mecanismo de acumulação de riqueza na região da vila de Barbacena esteve relacionado ao acesso à terra, seja para cultivo, seja para a criação de animais. No entanto, como percebemos pelas divisões dos bens de raiz, verificamos que essa acumulação também não estava ao alcance de todos. Via de regra, nos documentos que analisamos são nas fazendas que encontramos as benfeitorias como paiol, monjolo e moinho. Essa constatação indica que tal tipo de unidade estava envolvida na produção de alimentos para consumo e mantinha diferentes vínculos com o mercado, além de possuírem terras destinadas à criação

¹⁶⁰ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837 pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto. Ouro-Preto, Typ. do Universal, 1837. Versão disponível na Internet, site: www.crl.edu/areastudies/lamp/index.htm. Consultado em 12/2006.

(8,78% dos ativos). A criação, em termos percentuais, teve maior participação do que as roças e colheitas (1,02% dos ativos) e, provavelmente, foi um tipo de recurso mais destinado à exportação.

Nesse sistema econômico foi a atividade agropecuária que adquiriu grande importância. Ficou patente que todas as unidades produtivas estavam diretamente ligadas à produção de alimentos e/ ou à criação de animais.

Os únicos produtos cultivados que encontramos nos inventários foram o milho, o arroz e o feijão. Este último nunca aparecia sozinho. Parece-nos que o milho e o feijão constituíam a base da alimentação dessa população, além do milho também ser recorrente para a pecuária. Outros tipos de cultura, com certeza, existiram e talvez não foram menos importantes. Percebemos, nos aparelhamento de alguns inventariados, a presença de forno para torrar farinha, além de alambique e engenho, o que denota a produção da mandioca e da cana-de-açúcar. Aliás, se voltarmos à tabela 13 do capítulo I, verificamos que esses produtos estavam na pauta de produção do termo da vila, além ainda de um incipiente cultivo de café e da presença de algodão.

Ao analisar a região de Mariana, Carla Almeida encontrou situação parecida e concluiu que o mecanismo de articulação entre agricultura e pecuária parece ter sido o da diversificação da primeira para o abastecimento familiar e para o mercado interno mineiro, conjugada com uma grande exportação de gados, porcos e toucinho¹⁶¹. Dessa forma, apesar do baixo valor das roças e colheitas, devemos considerar a “exportação indireta desse produto, em lombo de porco”¹⁶², como no caso do milho. Certamente, no valor dos animais exportados para fora da capitania, iam embutidos os gastos de sua dieta alimentar.

Exemplar desse tipo de unidade produtiva agropastoril, parece ter sido o caso de Antônio Fernandes Fagundes¹⁶³. Português, casado, pai de duas filhas, morador na Fazenda Ribeirão de Alberto Dias, na freguesia e termo da vila de Barbacena, falecera no ano de 1822, deixando um monte-mor de aproximadamente 12 contos de réis, valor elevado para a realidade da região. Seu bem de maior valor era sua fazenda que se compunha de casas de sobrado, com rancho de tropas e várias casas anexas, além de estribarias e mais benfeitorias, tudo coberto de telha, com terreiro cercado de pedra, com campos de criar e alguns matos virgens. Possuía 20 escravos (o que também podemos considerar um grande plantel), um rebanho de 209 cabeças de gado, 70 de porcos, uma mula e 21 cavalos. Além de alguns

¹⁶¹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750/1850*. Niterói: UFF, 1994. (Dissertação de Mestrado) Ver principalmente o capítulo IV.

¹⁶² MARTINS, Roberto Borges. Op. cit. p. 32.

¹⁶³ Inventário *post-mortem* de Antônio Fernandes Fagundes. AHMAS; Código: 1; Caixa: 117; Ordem: 18.

pertences e utensílios, mobiliário e equipamentos, contava ainda com 15 machados, 15 enxadas e 04 foices e também de 600 alqueires de milho. Por fim, só nas dívidas ativas, via seu patrimônio concentrado em 26,94%, num valor de 3:152\$415 contos de réis, com 12 pessoas como devedoras.

A conformação do patrimônio de Antônio Fernandes, mediante a diversificação das atividades, parece poder nos exemplificar a associação entre a agricultura e a pecuária anteriormente mencionada, como a atividade que maior liquidez poderia gerar nessa sociedade. O milho colhido demonstra claramente a sua associação com o grande rebanho que possui, mas também poderia ser consumido internamente ou revendido localmente. A presença de moinho nas fazendas indica a transformação desse produto em seu derivado: contemporaneamente, o conhecemos como fubá.

Uma presença tão grande de gado e porco, logicamente, não poderia ser para o consumo interno da fazenda. A própria presença de rancho de passageiro na fazenda demonstra como essa unidade poderia e, provavelmente, estava ligada ao mercado, comercializando sua criação. Os ranchos de passageiros, segundo Carla Almeida,

Eram locais onde os intermediários, tropeiros, mascates ou mercadores, se hospedavam quando andavam pelo interior recolhendo a produção para ser comercializada nas cidades ou oferecendo as mercadorias trazidas de lá. Por vezes, as duas coisas eram feitas conjuntamente. Nestes ranchos cobrava-se a estadia de quem ali se hospedava e os artigos consumidos por estes e por seus animais¹⁶⁴.

Esse tipo de rancho complementava as atividades desenvolvidas, fazendo com que o proprietário conseguisse aumentar a lucratividade de sua empresa nas portas de sua própria fazenda.

As próprias dívidas são um outro mecanismo de afirmação econômica, de ampliação de laços e relações, principalmente quando se concede crédito a um número considerável de pessoas. Além do número de devedores, chama atenção o motivo das dívidas ativas de Antônio Fernandes. Dos lançamentos que continham o motivo, encontramos um arrendamento de fazenda, quatro créditos, um bilhete e três devedores de empréstimos. Percebemos, através dessa caracterização, as várias frentes abertas para o enriquecimento desse homem. As pessoas com as quais possuía créditos a receber também nos dizem muito das relações abertas. Além disso, em algum momento de sua vida, elas poderiam lhe servir. Das doze pessoas, duas possuíam o título de alferes, um de sargento-mor e um de capitão-

¹⁶⁴ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos...* Op. cit. p. 110

mor. Não queremos menosprezar o valor social dos outros indivíduos que contraíram dívida com esse inventariado, somente estamos atentando para o indício de que, através dos que possuíam algum título, Antônio Fagundes gozava de boas relações entre seus conterrâneos.

Enfim, estamos diante de uma propriedade de base agro-pastoril. A conformação dessa fazenda fez com que seu proprietário e sua esposa pudessem conseguir gerar excedente suficiente para permitir ao casal auxiliar os novos núcleos familiares que estavam montados. As várias casas anexas à fazenda sugerem que as filhas casadas, juntamente com seus esposos, poderiam viver nela. Também a acumulação gerada com a agropecuária permitiu que Antônio Fernandes desse em dote para suas filhas juntas o equivalente a 1:810\$000 conto de réis.

Logicamente, estamos falando de um dos poucos inventariados com mais de 12 contos de réis nessa sociedade¹⁶⁵. Parece que a possibilidade de diversificação econômica esteve a alcance maior dessas pessoas. Contudo, queremos destacar que a atividade agro-pastoril provavelmente foi o mecanismo buscado pela maioria das pessoas que habitavam as paragens, aplicações, arraiais, povoados e os limites mais agarrados à vila, para conseguirem se manter, sobreviver e, até mesmo, enriquecer. Observamos uma sociedade agro-pastoril mercantilizada, capaz de valer-se da localização estratégica da vila e fazer com que a comercialização dos produtos produzidos na vila não fosse atividade a cargo exclusivamente de um grupo social.

Nesse sentido, serve de exemplo o caso do inventário de Francisco Gonçalves Viana¹⁶⁶, aberto no ano de 1805. O inventariado possuía um monte-mor dos menores coligidos no valor de 105\$048 réis. Seus bens estavam distribuídos da seguinte forma: 49\$848 réis em dinheiro e 55\$200 réis em animais, sendo 08 cabeças de gado bovino e 10 mulas.

Interessante perceber como criar gado sem possuir terra. O inventário indica que, embora morasse na fazenda João Marques no termo da vila de Barbacena, não era dono da mesma, uma vez que ela não foi inventariada. Provavelmente, teria terras arrendadas. Mas parece que o fato de possuir dinheiro, num contexto em que percebemos a baixa participação desse ativo, aliado também com o significativo número de mulas, sugere que ele estaria envolvido em outras atividades. Pode ser que esse morador estivesse envolvido com tropas. Dessa forma, ele poderia estar transportando, levando e trazendo produtos, até mesmo, do proprietário da fazenda onde residia. Colabora com essa assertiva a constatação de que, dos 126 proprietários de mula coligidos através dos inventários para todo o período, 53% deles

¹⁶⁵ Dos 302 inventários arrolados, somente 19 possuíam monte-mor superior a 10 contos de réis.

¹⁶⁶ Inventário *post-mortem* de Francisco Gonçalves Viana. AHMAS; Código: 1; Caixa: 22; Ordem: 19

serem proprietários de uma a cinco mulas. Podemos conjecturar, assim, que a posse de mais de cinco mulas seria um indicativo de uma atividade mais especializada, até mesmo porque, no caso desse inventariado, ele não possuía muitos outros bens. Entretanto, tal fato foi impedimento para que ele possuísse oito cabeças de gado bovino.

Detendo-nos na composição desse pequeno rebanho, percebemos que se trata de um empreendimento ainda incipiente. O inventário trouxe a informação de tratarem-se todos de novilhas, sendo a mais velha de apenas quatro anos. Sem possuir gado em idade de procriar, esse rebanho demonstra ser de uma aquisição recente, uma nova frente de investimento que não fosse especificamente sua tropa. Mas poderia se valer dessa atividade e comercializar sua criação, se ele não morresse.

Pouco mais de um ano depois da abertura do inventário de Francisco Gonçalves Viana, era aberto, no ano de 1806 ainda, o inventário de sua viúva Felizarda Maria de Almeida¹⁶⁷. Por essa ocasião, foi inventariante o irmão de seu falecido marido, seu cunhado Antônio Gonçalves Viana. A análise desse inventário completa os indícios da procura da diversificação, e mais, da mercantilização das atividades nessa sociedade.

O monte-mor de Felizarda não diferiu tanto daquele do seu marido. Seus bens somaram 121\$773 réis, enquanto o de Francisco havia somado 105\$048 réis. Entretanto, na descrição de seus bens, percebemos indícios de outras atividades que essa família praticava a fim de manter seu sustento. Nos instrumentos profissionais, encontramos um tear e uma roda de fiar, além de um escaroçador, indícios de uma atividade têxtil. No conjunto de seus pertences e utensílios, encontramos quase que exclusivamente, em nove peças de roupas, quatro côvados de tafetá azul. Pela presença de roupas de algodão percebemos o uso do escaroçador, da roda de fiar e do tear. Apesar de não podermos provar empiricamente a comercialização de peça, com certeza, esse ofício fez parte dos meios de sustento dessa família.

Como não encontramos no inventário do Francisco nenhum desses bens, percebemos que eles faziam parte das estratégias de sobrevivência dessa viúva após, a perda do homem da casa, uma vez que sua filha mais velha tinha apenas 10 anos. Ao que parece, se observarmos que seu falecido marido vivia de sua tropa, Felizarda já não possuía esses bens também. Mais um indício da mudança de ofício ou da congregação de outros. Isso porque, agora, não possuíam mais mulas, entretanto, o rebanho bovino aumentou, inclusive com vacas parideiras. Ao falecer, Francisca deixou 34 cabeças de gado entre vacas, boi, garrotes e

¹⁶⁷ Inventário *post-mortem* de Felizarda Maria de Almeida. AHMAS; Código: 2; Caixa: 66; Ordem: 27.

novilhas. Se a atividade com a tropa tornou-se inviável com a morte de seu marido, a criação ainda constituía-se numa alternativa a ser conjugada ao serviço doméstico.

O caso de Francisco e Felizarda demonstra que fora justamente a diversificação das atividades e seus diferentes vínculos com o mercado que possibilitaram o enriquecimento, ou melhor, a manutenção de suas famílias, numa região que, em fins do XVIII, ainda apresentava-se como de fronteira. É isso que pode ter justificado a intensificação de seu povoamento e a conformação econômica que então abordamos. Fica patente a importância da participação do comércio tanto para os mais ricos, como demonstramos no caso do Antônio Fagundes, quanto para os mais pobres, ligado ao transporte e comercialização dos produtos locais.

Das atividades econômicas auferidas até aqui, percebemos que a criação de animais foi de grande representatividade, mesmo para aqueles que não possuíam terras próprias. Aparentemente, o rebanho também não precisava ser dos maiores para ser compensatório. Entretanto, a pecuária bovina, foi a de maior rebanho.

Como mencionamos no item 2.1 deste capítulo, quando discutimos os pressupostos teóricos sobre a decadência de Minas depois do *boom* minerador, a grande exceção que a vertente historiográfica do sentido da colonização voltada para mercados externos à colônia foi em relação à pecuária. Em sua obra, Caio Prado Júnior, precursor dessa vertente, deixou clara a importância da pecuária para a economia colonial. Nesse sentido, ao considerar as três regiões mais importantes na criação de animais, destacou a parte meridional da capitania de Minas. Nela estava inserida a então comarca do Rio das Mortes, região onde se situava a vila de Barbacena. Segundo o autor, a comarca congregava várias características importantes para a disseminação dessa atividade, tais como:

Rios volumosos, como o rio Grande e seus principais afluentes, Mortes, Sapucaí, Verde, ramificados todos numa densa rede de cursos d'água, todos ao contrário dos do Nordeste, perenes; uma pluviosidade razoável e bem distribuída, fazem desta região, em oposição à outra, uma área de terras férteis e bem aparelhadas pela natureza para as indústrias rurais. (...) A vegetação também o favorece, particularmente para os fins da pecuária. A densa mata que cobre a serra a leste sul, e que vem desde o litoral, interrompe-se nestas altitudes que oscilam em torno dos mil metros, e dá lugar a capões apenas que se refugiam nos fundos úmidos e abrigados, deixando os altos descobertos, com uma vegetação herbosa que dá boa forragem.¹⁶⁸

¹⁶⁸ JÚNIOR, Caio Prado. Op. cit. p. 197-198.

Seja o rebanho bovino ou não, fato é que a região da comarca do Rio das Mortes foi um local propício para a disseminação de atividades de criação. Podemos perceber a importância da criação de animais nessa região pela tabela abaixo.

Tabela 16: Distribuição, presença, número médio e percentual de animais (1791-1822).

Rebanho	Número de Animais	Número de Proprietários	Média de posse	% em relação ao total de animais
Bovino	8655	206	42	44,93
Suíno	5438	112	48,6	28,23
Eqüino	1422	193	7,37	7,4
Muar	1085	126	8,61	5,63
Bois de Carga	1114	129	8,64	5,78
Ovino	1139	42	27,2	5,91
Caprino*	409	24	17,04	2,08
Total	19262			

* Aqui referimo-nos somente ao carneiro, uma vez que, as ovelhas estão separadas.

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretaria de Vara Cível.

Dos 302 processos coligidos, os animais tiveram presentes em 258 (85,43%). Uma disseminação também muito significativa, quando percebemos que o ativo de maior representação, os bens de raiz, estiveram presentes em 231 inventários. A média relativamente elevada (42) e a posse disseminada do rebanho bovino indicam a importância econômica dessa criação para a região, despontando, assim, como o principal rebanho (44,93%).

Fizemos distinção dos bois de carga, por estes provavelmente não serem tão recorrentes no mercado, e sim utilizados internamente. Esse rebanho servia, em fazendas com roças e colheitas, como puxadores dos carros-de-boi para levar o milho da roça para o paiol, como força motriz nas unidades que percebemos a constituição de lambique e engenhos, provavelmente com canavial. Também eram utilizados como transporte para levar alguns produtos das fazendas até os mercados mais próximos.

A pecuária bovina de Minas Gerais, além de contar com as condições climáticas e de relevo favoráveis a seu desenvolvimento, também possuía uma série de outros fatores que a distinguiu das criações de outras regiões. Havia uma superioridade técnica. Segundo Caio Prado, as instalações eram mais complexas, contando com currais, ou seja, dependências

adequadas para tornarem o leite próprio para o comércio. A fazenda era dividida internamente, o que proporcionava pastos diferentes para vacas e touros e, por consequência, era possível controlar melhor as crias¹⁶⁹. O solo também era melhor cuidado, uma vez que, as queimadas chegavam a ser substituídas pelo chamado capim gordura, propício para a alimentação do gado ou, então, utilizava-se a divisão em quatro partes, queimando alternadamente a vegetação.

Por ser uma região também agrária, o gado podia contar com um suplemento alimentar como o milho. Já analisamos que foi muito comum a consorciação destas duas atividades no território analisado. O gado contava ainda, com o sal que era distribuído regularmente, já que o solo dessa região não era salitre. Um benefício duplo, segundo Caio Prado Júnior. Além de não ingerir o barro que viria com o sal do solo, o ato de conceder sal aos animais facilitava sua domesticação, pois eles passavam a se habituar com os currais, com os coxos e, principalmente, com os homens que faziam sua distribuição¹⁷⁰. Mas, ao que parece, nem sempre foi o rebanho bovino que predominou na criação dessas paragens.

Em sua tese de doutorado, Carla Almeida analisou comparativamente os rebanhos das comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes¹⁷¹. As análises da autora em muito ajudam a percebermos a dinâmica aventada em nossa região, que não deixa de fazer parte do Rio das Mortes. Sua pesquisa constatou que no período de 1750 a 1779, houve predomínio do rebanho suíno nas duas comarcas. Já entre 1780 a 1822, na comarca do Rio das Mortes, passou a predominar o rebanho bovino, enquanto na de Vila Rica o predomínio de suínos aumentou em detrimento do bovino. Segundo Carla Almeida:

A comarca de Vila Rica, não contando com grandes extensões de campos adequados a uma produção em grande escala, estava mais apta a incrementar a produção mercantil de suínos que exigia menos do meio geográfico. A criação de suínos não dependia da existência de pastos naturais¹⁷².

Para autora, o amplo predomínio do rebanho suíno no primeiro período abordado nas duas comarcas, justifica-se, porque, nesse período, a criação ainda estava voltada principalmente para o abastecimento dos núcleos mineradores. Entretanto o alargamento do mercado do Rio de Janeiro fez aumentar a necessidade e a procura pelo rebanho bovino, modificando, drasticamente os dados sobre esse rebanho na comarca do Rio das Mortes. De

¹⁶⁹ Ibidem. p. 198-201.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 122-132.

¹⁷² Ibidem. p. 124.

38% de representatividade dos rebanhos entre 1750 e 1779, o rebanho bovino passou a representar 51,1% entre 1780 a 1822. Em caminho oposto, e em queda acentuada estiveram os suínos que representavam 50,4%, no primeiro período, e passaram para 22,7%, no segundo período.¹⁷³

Os dados referentes à freguesia da vila de Barbacena informam que desde 1791, o rebanho bovino já predominava. No período de 1791 a 1801, primeiro sub-período de nossas análises, encontramos a seguinte conformação: dos 69 inventários levantados, 41% apresentavam-se com rebanhos de bovinos totalizando 2119 cabeças, enquanto encontramos 38% de inventariados proprietários de suínos com 1493 animais. Para o último sub-período (1813-1822), chegamos ao seguinte resultado: dos 137 inventários, 65% eram proprietários de 4360 cabeças de bovinos, enquanto 45% eram proprietários de 2898 cabeças de suínos.

Dessa forma, percebemos que houve um aumento na criação de ambos os rebanhos, apesar do aumento do bovino ter sido mais significativo. Esses dados mostram a grande vocação pecuarista da região, com a criação mais voltada para o gado bovino e sua importância cada vez maior, como observou Carla Almeida. Se voltarmos na tabela 13 do capítulo I¹⁷⁴, no mapa de produção, consumo e exportação do termo da vila de Barbacena, realizado no ano de 1806, verificaremos que o gado ocupava o topo da pauta de exportação, com uma estimativa de 90% da criação daquele ano não consumida no termo da vila. Já os porcos (suínos) representaram 46,43%. Desde a segunda metade do século XVIII, a capitania de Minas, particularmente a comarca do Rio das Mortes, já fornecia gado para o Rio de Janeiro¹⁷⁵. No início do século XIX, principalmente após a chegada da Corte, em 1808, a demanda de gado mineiro, porcos e derivados só fez aumentar. Por isso, percebemos o aumento percentual em ambos rebanhos (bovinos e suínos).

Vale destacar que Alcir Lenharo, em trabalho pioneiro, conseguiu demonstrar a importância do Rio de Janeiro como “o pólo drenador de gêneros de abastecimento do Centro-Sul”¹⁷⁶, em especial o sul de Minas. Ao cruzar os dados estatísticos elaborados por Eschwege com os relatos dos viajantes e os códices sobre tropeiros, do Arquivo Nacional, o autor conseguiu demonstrar a proeminência desse comércio, ou seja, “havendo mercado, havia produção que crescia correspondentemente à sua dilatação”¹⁷⁷.

¹⁷³ Ibidem. p. 126.

¹⁷⁴ Ver p. 65.

¹⁷⁵ JÚNIOR, Caio Prado. Op. Cit. p. 198

¹⁷⁶ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 41. Mais recentemente João Fragoso reforçou esta ligação. Ver: FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura...* Op. cit.

¹⁷⁷ Ibidem. p. 85.

Embora a diversificação tenha marcado o cenário da economia mineira, algumas comarcas se especializaram na produção de certos gêneros, que tinham como destino o mercado de outras capitânicas. Pelo que podemos aventar, a partir do nosso e de outros trabalhos já citados na pesquisa, a comarca do Rio das Mortes tinha na pecuária e em seus derivados os gêneros de maior importância destinados ao mercado do Rio de Janeiro. Em sua tese de doutorado, Cláudia Chaves destaca as “vantagens comparativas” que marcaram o território mineiro. A partir de relatos, memórias e cartas administrativas sobre relações comerciais, a autora pondera que a produção e comercialização das várias regiões do território mineiro foram marcadas por diferenças oriundas dos “obstáculos derivados da dificuldade de acesso, de um equivalente universal de troca e de sua divisão interna recoberta por barreiras alfandegárias”¹⁷⁸. Esse aspecto foi responsável pelo surgimento de, apesar da diversificação em Minas Gerais, diferenças com relação às produções, suas especificidades e formas de acesso a mercados¹⁷⁹.

No tocante ao gado, encontramos uma justificativa para a efervescência do comércio desse rebanho na região em estudo. Além de ser de melhor qualidade, pelas condições anteriormente aventadas no texto, o gado da região da comarca do Rio das Mortes, chegava ao Rio de Janeiro mais em conta em relação aos de outras regiões de Minas. Isso em virtude das distâncias e também pelas variações na cobrança de direitos de entrada, uma vez que os criadores do Rio das Mortes eram isentos dessa taxa sobre seus rebanhos¹⁸⁰.

Outra forma de percebermos o grau de mercantilização da produção pecuarista, em especial do gado bovino na região, é analisarmos o tamanho médio dos rebanhos. Pela tabela 16, percebemos que a média dos rebanhos bovinos foi de 42 cabeças por proprietário. Esse número é bem expressivo para indicar a mercantilização dessa produção. Apesar de não chegar ao número médio de 76 cabeças, para a comarca do Rio das Mortes¹⁸¹ (encontrado por Carla Almeida no período de 1780 a 1822) e de 73 cabeças encontrado para a vila de Campanha da Princesa¹⁸² na primeira metade do século XIX, esses dados não deixam de revelar um grande número para as conformações da região. A título de comparação, apesar

¹⁷⁸ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Melhoramentos no Brasil: Integração e Mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. Niterói: UFF, 2001. (tese de doutorado). p. 305-316.

¹⁷⁹ *Ibidem*. p. 306

¹⁸⁰ *Idem*.

¹⁸¹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p 139. Aqui vale destacar que apesar do trabalho da autora fazer referência à comarca do Rio das Mortes, Carla Almeida trabalhou, especificamente, com os termos de São João Del-Rei e de São José. Sobre os termos que compunham a comarca do Rio das Mortes, conferir o item 1.3 do primeiro capítulo.

¹⁸² ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Niterói: UFF, 2005. (tese de doutorado). p. 97. A vila de Campanha da Princesa vai compor o termo de Campanha na comarca do Rio das Mortes.

das diferenças de espaço e tempo, podemos citar para o período de 1850-1888 o estudo de Hebe Castro para Capivari no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma área produtora de café e, em nenhum dos casos analisados, a autora encontrou fazendas que possuíssem rebanhos bovinos com pretensões comerciais. A maioria apresentava-se quase toda ligada à produção doméstica de leite e ao transporte (carros de boi)¹⁸³. Desta forma, a média de gado vacum nas fazendas de Capivari foi de 15,2 cabeças, nas fazendas, e de 7,2, nos sítios, num município que continha 15.584 almas em 1856¹⁸⁴, enquanto, no ano de 1819, toda a freguesia da vila de Barbacena era composta de 8.126 almas. Portanto, percebemos ser a média de 42 cabeças de bovinos um indicativo do grau mercantil dessa produção, mesmo não sendo maior do que outros termos da comarca.

Pelas tabelas 17 e 18, também podemos testar o grau de mercantilização da criação de gado bovino, através da distribuição por faixas de tamanho do rebanho.

Tabela 17: Distribuição do gado vacum por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas na CRM* – 1750/ 1822.

Tamanho do rebanho	Nº de Ups**	% do total	Nº total do gado	% do total	Nº médio de cabeças
1 a 10	31	25,6	170	1,8	5
11 a 30	39	32,2	704	7,7	18
Mais de 30	51	41,2	8.318	90,5	163
Total	121	100	9.192	100	76

*CRM – Comarca do Rio das Mortes

** Ups – Unidades Produtivas

Fonte: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 139

¹⁸³ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 50.

¹⁸⁴ *Ibidem*. p. 17.

Tabela 18: Distribuição do gado bovino por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas – Barbacena (1791-1822).

Tamanho do rebanho	Nº de Ups	% do total	Nº total do gado	% do total	Nº médio de cabeças
1 a 10	96	46	449	5,18	4,67
11 a 30	51	25	970	11,20	19,01
Mais de 30	59	29	7236	83,40	122,64
Total	206	100	8655	100	42,01

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretaria de Vara Cível.

A tabela 17 nos traz a conformação do rebanho da comarca do Rio das Mortes, através do trabalho de Carla Almeida. Segundo as conclusões da própria autora:

(...) na Comarca do Rio das Mortes, predominavam os rebanhos com mais de 30 cabeças que representavam 41,2% das unidades produtivas com presença destes animais. Nesta comarca, uma parcela significativa das fazendas (32,2%) possuía de 11 a 30 cabeças concentrando não mais que 7,7% do gado vacum. Somente 25,6% dos proprietários eram criadores de menos de 11 cabeças e concentravam uma ínfima parte do rebanho, 1,8%. Em outras palavras, o mais surpreendente nesta comarca era a imensa concentração do rebanho principalmente se comparada com a comarca de Vila Rica. No Rio das Mortes, 57,8% das unidades produtivas detinham não mais que 9,5% do gado, enquanto 41,2% concentravam 90,5% dos animais.¹⁸⁵

Esse predomínio de extensas propriedades com criação de gado bovino que concentravam grande parte dos animais são indicadores de uma prática pecuária para o mercado. Em comparação com Vila Rica, onde a pecuária bovina era predominantemente para o consumo doméstico, 80% dos proprietários eram detentores de plantéis de até 10 animais e concentravam 40% dos bovinos¹⁸⁶.

A partir desses dados, montamos a tabela 18 para a vila de Barbacena. Em tal vila, havia maior predomínio dos rebanhos nos grandes plantéis, demonstrando sua clara vinculação com a comercialização deste. Entretanto os dados chamam a atenção para a maior concentração de gado nas mãos de menos proprietários. Em Barbacena, 71% dos proprietários detinham 16,38% do gado, enquanto 29% de criadores concentravam 83,40% dos animais. Confirma esse caráter concentrador o fato de que 29 proprietários (14,07%) possuíam mais de

¹⁸⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 133-134.

¹⁸⁶ Idem.

100 cabeças, sendo que estes detinham 64,51% (5.584) de todo o rebanho bovino. Uma concentração maior até mesmo do que a dos grandes proprietários do sul de Minas.

Marcos Andrade analisou os 64 maiores proprietários da vila de Campanha da Princesa. Constatou que 12 (19%) destes possuíam rebanho acima de 100 cabeças e concentravam 59% (2.879) do gado bovino¹⁸⁷. Portanto, o caso de Barbacena demonstra claramente que, nessa região, apesar de disseminada a criação de gado bovino, poucos foram os grandes proprietários que conseguiram aventar um alto grau de rentabilidade a partir da pecuária. Assim, embora existisse possibilidades de riqueza na região (cujo sistema econômico se reproduzia valendo-se da forma extensiva por causa da disponibilidade de terras), não observamos as mesmas condições de enriquecimento para todos os indivíduos. De qualquer forma a criação, mesmo para os pequenos, era uma via de acumulação. Vejamos a composição da riqueza do maior criador de gado bovino na vila de Barbacena.

Francisco Ferreira Armonde, alferes, natural e batizado na freguesia de Nossa Senhora da Piedade da vila de Barbacena, faleceu do dia 03 de maio de 1814 e era morador na fazenda Moinhos, no termo da vila. Estava no seu segundo consórcio com Felizarda Maria Francisca de Assis e tinha 12 filhos. Sabemos que sua primeira esposa teve inventário realizado no ano de 1775, um indício de todos os filhos serem da segunda núpcias, uma vez que o mais velho estava com 37 anos em 1814, ou seja, uma diferença de 39 anos depois da abertura do inventário da primeira esposa de seu pai¹⁸⁸. No seu inventário, foram registrados 525 cabeças de gado vacum, 46 de bois de carro, 250 cabeças de suínos, 71 cabeças de muares, 76 cabeças de eqüinos e 90 cabeças de ovinos. Trata-se do maior rebanho encontrado na pesquisa. Toda a criação representava 17,65% do monte e alçava o valor de 3:976\$180 contos de réis.

Além dessa avolumada criação, o alferes Francisco Ferreira Armonde também possuía o segundo maior plantel de escravos da região e a segunda maior riqueza, que somava 22:515\$440 contos de réis. Sua unidade possuía 81 escravos que representavam 33,15% da riqueza, enquanto os bens imóveis representavam 39,08%, congregando a maior parte dos investimentos da família, divididos em duas fazendas. A fazenda denominada Muinho que se compunha de “(...) *casas de vivenda, moinho, monjolo, paiol, senzala, tudo coberto de telhas, quintal com benfeitorias tudo cercado e murado de pedra, que se compõem de campos de criar e terras de cultura (...)*”¹⁸⁹, foi avaliada em 5:200\$000 contos de réis. A outra fazenda, denominada de Bairros, localizada abaixo da serra ao pé da Mantiqueira, na freguesia e termo

¹⁸⁷ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Op. cit. p. 96.

¹⁸⁸ Inventário *post-mortem* de Francisco Ferreira Armonde. AHMAS; Código: 2; Caixa: 20; Ordem: 18.

¹⁸⁹ Idem.

de Barbacena, era composta de “(...) *terras de cultura e casas de telha térreas, com moinhos coberto de telha e monjolo coberto de capim com dois paióis de pedra cobertos de telha com quintal cercado de madeira com árvores de espinho e outras benfeitorias*¹⁹⁰ (...)”. Esta propriedade foi avaliada em 3:600\$000 contos de réis.

Pela descrição das propriedades, podemos perceber que essa unidade produtiva conjugava a agricultura com a pecuária, já que, na realização do inventário, foi relatado que, em ambas fazendas, havia terras de culturas, apesar de não termos localizado a descrição de nenhuma produção agrícola. Entretanto, além da menção às terras de culturas, encontramos a presença de 46 bois de carga. Como já mencionamos, esses animais eram importantes para o transporte das plantações da unidade até os paióis e, até mesmo, para mercados bem próximos à fazenda. Como não encontramos a descrição de nenhum produto agrícola, é bem provável que sua produção estivesse reduzida ao consumo interno da unidade, seja para o trato dos animais, seja para o consumo doméstico. Um indício deste último é a presença de dois fornos de torrar farinha. Apesar de já estarem velhos, demonstram que a unidade se dedicava à produção de mandioca e ao seu beneficiamento em farinha.

Muito provavelmente essa produção se relacionava diretamente ao grande número de escravos, os quais tinham neste alimento sua dieta básica. Os próprios moinhos presentes nas fazendas demonstram a plantação do milho e seu beneficiamento em fubá, ou seja, revelam mais uma produção para consumo próprio, retirados a fração da plantação destinada aos animais. A propriedade contava ainda com seis rodas de fiar e um tear que, provavelmente, se destinavam à fiação da matéria prima fornecida pela presença de 90 cabeças de ovelhas presente entre os animais desta unidade.

Salta da conformação da riqueza dessa unidade uma base forte na pecuária com a diversificação de várias outras atividades. O elevado número de muares também indica o grau de mercantilização que a própria unidade era capaz de aventar, uma vez que sugerem a formação de tropas e, assim, a relação com mercados mais distantes. Pelo observado na pesquisa, a grande possibilidade de diversificação era a lógica que movia a geração de riqueza.

Segundo Witold Kula, (...) *a maioria dos artigos a produzir não são para vender, mas sim para não ter de os comprar, ou seja, para aproveitar melhor o dinheiro obtido pelos únicos produtos que interessam verdadeiramente: os produtos exportáveis* (...) ¹⁹¹. Acreditamos que podemos proceder a uma análise semelhante ao modelo do feudalismo

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ KULA, Witold. Op. cit. p. 35.

polonês de Kula para a sociedade em foco. Já demonstramos que as possibilidades de enriquecimento e mercantilização das atividades estiveram abertas aos vários extratos da sociedade. Entretanto, as pessoas que não tiveram acesso privilegiado à terra restringiram-se a mercados puramente locais com menor índice de entesouramento. O caso do alferes Francisco Ferreira Armonde exemplifica bem o fato das possibilidades de diversificação e, por consequência, o acesso a atividades de âmbito mercantis maiores serem privilégios de poucos. Esses poucos estavam ligados ao acesso da terra desde os primórdios da ocupação da região. A partir de um levantamento das sesmarias concedidas ao longo do século XVIII para a freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo (vila de Barbacena), realizado pelo historiador André Figueiredo¹⁹², encontramos a concessão da sesmaria de meia légua de terras na fazenda do Moinho na Borda do Campo no dia 21 de janeiro de 1760. Por ocasião da concessão, o beneficiário dessa mercê foi o senhor Manuel Ferreria de Armond. Pelo alcance desta pesquisa não foi possível estabelecer o parentesco direto com o inventariado Francisco. Entretanto, pelo mesmo sobrenome e o nome da mesma fazenda em ambos os documentos (sesmaria e inventário), podemos considerar tratar-se da mesma unidade produtiva e da mesma família.

Apesar da concessão ter ocorrido no início do ano de 1760, consta ser uma propriedade de posse antiga e estar relacionada à agricultura. Portanto, podemos dizer que essa unidade provavelmente passou de núcleo produtor de alimentos para abastecimento da então região mineradora em meados do século XVIII, para a maior unidade agropecuarista da região no início do século XIX. Dentro do que propúnhamos demonstrar nesta parte do texto, exemplifica a importância da pecuária e, principalmente, do rebanho bovino, para os mercados externos à capitania. Com uma criação tão grande, o gado bovino era remetido para o abastecimento da Corte. Atividade esta capaz de gerar um grau de liquidez muito maior do que a comercialização meramente local.

Chama a atenção, nessa propriedade, o grande número de escravos. Carla Almeida encontrou, para os dois maiores proprietários de gado bovino dos termos de São João Del-Rei e São José, uma baixa inversão em mão-de-obra escrava em relação à pecuária. Numa unidade produtiva de 800 cabeças de gado vacum, existiam somente nove escravos, sendo quatro crianças e dos adultos somente dois eram do sexo masculino¹⁹³. Para a autora, essa conformação veio confirmar a associação feita pela historiografia sobre a baixa relação rebanho/ mão-de-obra escrava. Em nosso caso, a propriedade acima analisada, além de ser a

¹⁹² APM. SC 127, flz. 73-74v. Apud: RODRIGUES, André Figueiredo. Op. cit. p. 308.

¹⁹³ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 135-137.

de maior rebanho, é a segunda maior em número de escravos, totalizando 81 cativos. Com uma posse de escravos tão alta, podemos dizer que as considerações sobre baixa inversão de mão-de-obra escrava na pecuária devem ser matizadas.

Marcos Ferreira de Andrade também ressaltou o caso da vila de Campanha da Princesa, onde, segundo o autor, mesmo as unidades mais voltadas para a produção agropastoril demandavam grande contingente de cativos¹⁹⁴. Segundo Andrade, muitas vezes, as conclusões de baixa inversão são retiradas de uma leitura apressada dos viajantes e, mesmo, dos documentos oficiais¹⁹⁵. De fato, se atentarmos para algumas passagens do botânico Saint-Hilaire, em suas viagens no início do século XIX por Minas, encontramos afirmações do tipo: “*onde se explora a pecuária os escravos são, com efeito, bem menos necessários do que naquelas onde se extrai o ouro e se cultiva a cana-de-açúcar*”¹⁹⁶. Em outras descrições, ele afirma ser “*desnecessários tantos braços para a criação dos rebanhos e além disso existem menos escravos nos lugares em que menos se envergonham os homens livres de trabalhar*”¹⁹⁷. Entretanto, Alcir Lenharo já revelara as contradições de Saint-Hilaire, em relação à mão-de-obra empregada na pecuária. Segundo o autor, ainda que o viajante relegue o trabalho escravo somente para engenhos e lavras de ouro, Saint-Hilaire acaba por demonstrar o papel relevante que os escravos ocupavam tanto na criação de gado, na agricultura de subsistência ou na de exportação para Minas.

Em nossa pesquisa, dos 29 maiores criadores de gado bovino¹⁹⁸ foi possível perceber que a média de posse de escravos era de 25 cativos por proprietário. Uma média bastante elevada para Minas, onde dois terços dos proprietários de escravos eram possuidores de cinco ou menos cativos¹⁹⁹. Aqui, poderíamos levar em consideração a variável sexo e idade para averiguar o percentual de homens adultos dessas escravarias os quais realmente estariam aptos a trabalharem na pecuária, mas, mesmo sem efetivar este cálculo, já demonstramos a importância dos escravos na pecuária. Ainda que a média de posse de cativos fosse bem menor, ela estaria dentro do padrão para a sociedade mineira.

¹⁹⁴ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Op. cit. p. 96.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagens às nascentes do Rio São Francisco. Apud: ANDRADE, Marcos Ferreira de. Op. cit. p. 96.

¹⁹⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822). Apud: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 137.

¹⁹⁸ Consideramos aqui os que possuíam acima de 100 cabeças.

¹⁹⁹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 98.

O caso da unidade do alferes Francisco Ferreira Armonde apresenta outra característica que muito chamou a atenção para a possibilidade da mercantilização de sua produção. Através dos códices de despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, encontramos sete de seus filhos remetendo escravos diretamente do Rio de Janeiro para Minas entre os anos de 1809 e 1830 através de suas tropas. Esses dados nos indicam que eles comercializavam diretamente seus produtos no mercado carioca. Anteriormente, já havíamos mencionado o grande número de muars. Entretanto, esse comércio não era de mão única, ou seja, ao mesmo tempo em que se levava a carne, o toucinho, o queijo, o excedente era investido em escravos, mão-de-obra para a produção e, até mesmo, comercialização regional dos cativos.

Não somente a família Armonde participou do tráfico de escravos da Corte para Minas, como esteve presente no grupo de maiores despachos. Ao analisar o tráfico de escravos para Minas Gerais através dos códices da Intendência de Polícia, Fábio Pinheiro procedeu a uma filtragem dos códices, considerando os despachos acima de 20 cativos numa única remessa e que estiveram presente mais de uma vez. Todos os irmãos enviaram mais de 20 cativos, conforme o quadro abaixo, e um deles, Marcelino José Ferreira Armonde, despachou escravos nos anos de 1816 e 1828²⁰⁰. Estar nesse grupo significava estar entre os grandes escravistas mineiros. Segundo João Fragoso e Roberto Guedes, para se formar um engenho de cana-de-açúcar típico do Rio de Janeiro, seriam necessários 51 cativos²⁰¹.

Quadro 02: Escravos enviados para Minas – Família Ferreira Armonde.

Nome da Família	Numero de escravos enviados para Minas Gerais
Marcelino José Ferreira Armonde	337
Honório José Ferreira Armonde	195
Simplício José Ferreira Armonde	133
Mariano José Ferreira Armonde	83
Lino José Ferreira Armonde	70
Joaquim José Ferreira Armonde	60
Antônio José Ferreira Armonde	39
Total	917

Fonte: ARQUIVO NACIONAL. Intendência de Polícia. Códices 421 e 424. Apud: PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c. 1809-c. 1830*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007. (Dissertação de Mestrado). p. 143.

²⁰⁰ PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c. 1809-c. 1830*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007. (Dissertação de Mestrado). p. 141-144.

²⁰¹ FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto Guedes. *Tráfico de escravos, mercadores e fianças, dois bancos de dados* (despachos de escravos, passaportes e licenças). Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social (LIPHIS): UFRJ, S/D. Disponível em cd-rom. p. 64.

Além do avolumado número de escravos, vale destacar que Joaquim José, Marcelino José e Simplício José tiveram relações com um dos maiores vendedores de escravos e negociante de grosso trato do Rio de Janeiro, Antônio José Moreira Pinto²⁰². No ano de 1829, este comerciante vendeu 60 cativos para Joaquim José²⁰³; em 1828, 62 para Marcelino²⁰⁴ além de ter sido abonador do Simplício José em 1826, quando este despachou 93 escravos²⁰⁵. Juntos, todos os irmãos totalizaram 917 escravos. Além das relações com grande comerciantes do Rio, o caso dessa família demonstra como foram importantes as relações familiares nesse tipo de mercado, que acabou por formar uma rede comercial. Ao que parece, as remessas de escravos em anos diversos favoreceu todos os membros da família. Apesar do pai, Francisco Ferreira Armonde, ter falecido no ano de 1814, até o ano de 1828 a partilha dos bens do casal ainda não havia sido realizada, conforme consta de uma notificação feita à viúva, no ano de 1826. Essa notificação pedia que a viúva desse conta do estado dos bens do casal²⁰⁶. Tal fato demonstra que ainda havia um núcleo comum, no qual girava as ações da família.

Segundo Fernand Braudel, um circuito mercantil relaciona-se com uma ação de reciprocidade. Assim, cada trajeto de ida, com certas mercadorias, derivava uma volta com outras mercadorias, sucedendo várias operações de compra e venda e formando uma rede. Para o autor:

Uma rede comercial liga entre si um certo número de indivíduos, de agentes pertencentes ou não à mesma firma, situados em vários pontos de um circuito ou de um feixe de circuitos. O comércio vive destes pontos, desses concertos e ligações que vão se multiplicando pó si só com o crescente sucesso do interessado.²⁰⁷

Pelo que constatamos da família do alferes Francisco Ferreira Armonde, foi justamente a inserção nessa rede mercantil que ligava Minas à Corte que proporcionou enormes possibilidades de acumulação, fazendo com que essa família chegasse ao topo da hierarquia social desse sistema agrário estudado. Nesse sentido, as colocações de Alcir Lenharo são totalmente pertinentes. Segundo o autor, nessa sociedade:

²⁰² Idem.

²⁰³ ARQUIVO NACIONAL. Intendência de Polícia. Códice 424, v. 3, p. 170v.

²⁰⁴ ARQUIVO NACIONAL. Intendência de Polícia. Códice 424, v. 2, p. 266.

²⁰⁵ ARQUIVO NACIONAL. Intendência de Polícia. Códice 424, v. 1, p. 122.

²⁰⁶ Inventário *post-mortem* de Francisco Ferreira Armonde. AHMAS; Código: 2; Caixa: 20; Ordem: 18.

²⁰⁷ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII. Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 118. Apud: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/ 1870*. Niterói: UFF, 1999. (tese de doutorado). p. 63.

Observa-se, não raro, um caráter de complementaridade entre fazenda, rancho, venda, pastagens, postos em serviço de modo integrado. Produção, venda e atendimento a homens e animais constituíam um conjunto de ofertas que permitiam a seus proprietários converter o comércio à beira de estradas numa prática lucrativa, apesar da precariedade de suas bases de organização.²⁰⁸

Segundo Lenharo surge uma categoria de “proprietários/ tropeiros”. O autor ressalta ainda que a organização das práticas econômicas se mantinha através dos vínculos de parentesco: “*O aspecto marcante é o seu confinamento ao universo da família proprietária, onde a especialização de funções é menor e a organização do trabalho é rotativa e mais descentralizada entre os membros da família*”²⁰⁹. De fato, a produção mercantil com vínculos diretos com o mercado consumidor (a Corte) vai dando resultado na trajetória de sucesso social e político da família Ferreira Armonde. Sabemos que, no período regencial, dois de seus filhos vão ser deputados provinciais (Mariano José Ferreira Armonde e Antônio José Ferreira Armonde), além de um outro (Marcelino José Ferreira Armonde) ser agraciado com o título de 1º Barão de Pitangui. O filho do 1º Barão de Pitangui, Camilo José Ferreira Armonde, futuro Conde de Prados, pertenceu ao Conselho de Estado do II Reinado, entre os anos de 1879 a 1882, ano de seu falecimento²¹⁰.

A historiadora Maria Fernanda Vieira Martins demonstrou, ao estudar as relações de poder no Estado imperial brasileiro, através da análise da elite reunida no segundo Conselho de Estado (1842-1889), que a base das fortunas pessoais dos conselheiros foram, em grande medida, herdadas de seus pais. No caso do Conde Prados, neto do alferes Francisco Ferreira Armonde, podemos dizer que a riqueza da família remonta ao início do século XVIII, quando essa família vai viver da agricultura e da pecuária na região da vila de Barbacena. Portanto, este caso por nós explorado revela a capacidade de angariar recursos, sejam econômicos, sociais e políticos engendrados pela região em análise a partir de atividades ligadas à terra.

Depois dessa longa digressão sobre a importância do gado bovino na composição do sistema econômico em voga, pensemos, agora, no rebanho suíno. Em várias partes do texto, sua importância, associada ao rebanho de bovinos, já ficou clara. Das 258 unidades que apresentaram animais, o rebanho suíno esteve presente em 112 (48,6%) e representaram 28,23% do total de animais. Um percentual menor do que o rebanho bovino que esteve presente em 80% das unidades com animais, representando 44,93% do total de animais.

²⁰⁸ LENHARO, Alcir. Op. cit. p. 77.

²⁰⁹ Ibidem. p. 110.

²¹⁰ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2005. (tese de doutorado). p. 238.

Apesar dessa diferença, o número médio de posse dos suínos foi maior do que o de bovinos, o que indica haver um excedente comercializado além do mercado local. Vejamos o padrão de distribuição do gado suíno, através das tabelas abaixo.

Tabela 19: Distribuição do gado bovino por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas na CRM* – 1750/ 1822.

Tamanho do rebanho	Nº de Ups**	% do total	Nº total do gado	% do total	Nº médio de cabeças
1 a 10	16	18,0	84	1,7	8
11 a 30	20	22,5	650	13,2	33
Mais de 30	53	59,5	4.176	85,1	79
Total	89	100	4.910	100	55

*CRM – Comarca do Rio das Mortes

** Ups – Unidades Produtivas

Fonte: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 139

Tabela 20: Distribuição do gado suíno por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas – Barbacena (1791-1822).

Tamanho do rebanho	Nº de Ups	% do total	Nº total do gado	% do total	Nº médio de cabeças
1 a 10	17	15,17	104	1,91	6
11 a 30	45	40,17	905	16,64	20
Mais de 30	50	44,64	4429	81,44	89
Total	112	100	5438	100	48,55

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretaria de Vara Cível.

Novamente, analisamos a distribuição do gado suíno em comparação com a comarca do Rio das Mortes. Em ambas tabelas, percebemos a predominância de rebanhos na maior faixa (mais de 30 cabeças). Na comarca do Rio das Mortes, essa faixa concentrava 85,1% do rebanho, enquanto em Barbacena 81,44%. Encontramos essa mesma conformação para o rebanho bovino, o que nos leva a considerar que, assim como na comarca do Rio das Mortes, na vila de Barbacena, tanto a pecuária bovina quanto a suína eram direcionadas ao mercado. Confirma esse caráter concentrador o fato de que 15 proprietários (13,4%) possuíam mais de 100 cabeças, sendo que eles detinham 44% (2.392) de todo o rebanho suíno.

Apesar dessa concentração, em comparação com a tabela 18, no que se refere à distribuição do rebanho suíno entre as faixas de 1 a 10 e de 11 a 30 cabeças de animais, a vila de Barbacena demonstrou uma maior distribuição com uma concentração menos acentuada do que a comarca como um todo. Vejamos agora a composição da riqueza da unidade com a maior criação do rebanho de suínos.

Félix Gonçalves da Costa era natural da freguesia e termo de Barbacena²¹¹. Quando da realização de seu inventário, por ocasião de sua morte, deixou como viúva e inventariante a senhora Joana Martins de Jesus e mais onze filhos, dos quais seis já estavam casados. Eram moradores na paragem em um sítio chamado o Quilombo de Nossa Senhora das Dores da freguesia e termo da vila de Barbacena. Em seu inventário, foram registrados 483 cabeças de suínos, 12 de bois de carga, 27 de gado vacum, 03 muares, 20 eqüinos e 08 ovinos. O rebanho representava 5,96%, totalizando 825\$400 réis, do monte-mor que alçava o valor de 13:836\$514 contos de réis. O casal possuía 21 escravos que representavam 19,37% do valor dos bens.

Era nos bens imóveis que estavam concentrados a maior parte dos investimentos do casal. Nada menos que 64,25% de toda a riqueza inventariada. Suas propriedades consistiam em:

uma fazenda denominada o Gram Magor no distrito de Quilombo, que se compõe de duas sesmarias de matos e capoeiras, casas de vivenda de sobrado, paiol, moinho e chiqueiros, tudo coberto de telhas com arvoredos de espinho; uma morada de casas citas nesta paragem ao pé da capela ou ermida de Nossa Senhora das Dores do Quilombo, cobertas de telha as quais pertence ao casal a metade, e assim também um engenho imediato, as ditas casas cobertas de telhas com ferragens de aguilhões e moendas, assoalhado de tábua com moinho e sua ferragem e dois pições e assim um rancho mais junto ao dito engenho coberto também de telha, e mais benfeitorias e cercos; uma sesmaria de matos e capoeiras cultivadas sem benfeitorias citas neste distrito de Quilombo; duas sesmarias citas no distrito do Quilombo na paragem chamada Boa Vista do Serrote, que se compõem de matos e capoeiras cultivadas com paiol, chiqueiro coberto de telha, moinho e monjolo descoberto, cujas terras também benfeitorias de arvoredos de espinho; umas terras de cultura que compreendem mais de uma sesmaria e meia parte de duas, citas na paragem e lugar chamado Quilombo da capela de Nossa Senhora das Dores, que consta de matos e capoeiras de cultura; um território da referida ermida de Nossa Senhora das Dores, que consta de um pequeno terreno de capoeiras no meio das ditas terras declaradas das duas sesmarias do quilombo em que no dito território de logradouros da sobredita ermida tem o casal a metade²¹².

²¹¹ Inventário *post-mortem* de Félix Gonçalves da Costa. AHMAS; Código: 1; Caixa: 36; Ordem: 13.

²¹² *Idem*.

Pela descrição dos bens imóveis, percebemos que, em torno da grande criação de suínos, essa unidade produtiva congregava várias outras atividades. Além das várias terras de cultura em diferentes locais, dos chiqueiros, Félix contava, em uma de suas propriedades, com um engenho e rancho de passageiros na mesma localidade, demonstrando a produção e a comercialização dentro da unidade. Pelo reduzido número de muares que possuía, apenas três, a maior parte de sua produção, deveria ser comercializada na própria unidade. O que era exportado para fora da capitania seria transportado por tropas de terceiros ou mesmo as suas, uma vez que elas vêm descritas no documento como “bestas arreadas de cargas”. Apesar de possuir 20 cabeças de equinos, na sua maioria eram ainda pequenos, sendo 10 potros, 09 éguas parideiras e um cavalo. A discriminação de éguas parideiras e de potros chama a atenção também para uma criação voltada para a comercialização.

Por possuir um rancho, essa unidade congregou outros ofícios que pudessem ser executados para as pessoas que por ali passassem ou, até mesmo, para a localidade. Além do engenho, que produziria o açúcar, encontramos na descrição dos bens móveis um alambique, demonstrando a produção de aguardente. Também encontramos várias ferramentas relacionadas ao ofício de ferreiro, como bigornas, barra de ferro, forno de ferreiro e ferramentas de carpintaria como serras, formões, enxó e juntoura²¹³. Notamos, ainda, a presença do número expressivo de 145 carros de milho estocado, além de uma grande lavoura, que juntos representaram 2,22% da riqueza inventariada. Essa média era bem superior a presença de roças e colheitas para a região: em torno de 1% para todo o período da pesquisa²¹⁴. Pelo que podemos aventar, a presença de roças e colheitas descritas em separado nos inventários, sem contar quando estas apareceram embutidas nos bens imóveis, caminham para uma constante considerável, quando se tratar de uma maior presença de rebanhos suínos. Dos 112 proprietários arrolados com suínos, 50% destes apresentaram roças e colheitas, enquanto das 206 unidades com gado bovino, apenas 29,61% apresentaram esse ativo.

Acreditamos que o maior consórcio da agricultura com a criação suína deva-se ao fato de que a área de terra utilizada para esse tipo de rebanho ser bem menor do que a área necessária para a criação de gado bovino. Dessa forma, parece que podemos dizer que, nas unidades mais especializadas nesse tipo de criação, a diversificação das atividades esteve em maior evidência. Podemos até indagar sobre o menor tempo gasto no trato com os suínos em relação aos bovinos.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Ver tabela 16. p. 91.

De qualquer forma, a unidade produtiva acima analisada demonstra o caráter multiplicador que a criação de suínos era capaz de promover nas propriedades. Além disso, a presença de um grande plantel de escravos também apareceu como um imperativo. Nesse caso, apesar de carecermos de comprovações, podemos indagar se os escravos estavam, em sua maioria, dedicados à criação de suínos. Muito provavelmente, revezavam-se nas várias frentes de trabalho que essa unidade congregava, seja agrícola, seja de ofício mecânico, no rancho ou no engenho.

O exemplo do maior proprietário de bovinos e o maior de suínos nos chama a atenção para a diferença de riqueza engendrada entre ambos. Essas diferenças demonstra o caráter diversificado tanto da agricultura quanto da pecuária local, a qual permitia igualmente uma grande diversidade nas opções de investimentos.

Além do rebanho de bovinos e suínos, devemos também analisar a estrutura apresentada pela tabela 16 com relação aos eqüinos e suínos. Essa tabela revela um maior rebanho de eqüinos do que muares. Segundo Carla Almeida, dois fatores devem ser considerados para explicação da maior presença de eqüinos do que muares, na comarca do Rio das Mortes. Apesar de o gado luar se destacar por ser mais resistente e ser utilizado preferencialmente como meio de transporte de cargas e, muitas vezes, como tração animal, devemos considerar a existência de uma criação de eqüinos para serem comercializados. Depois, a maior proximidade com o Rio de Janeiro e as melhores condições do relevo desta comarca em relação a outras parte de Minas podem ser o indicativo da maior presença de eqüinos²¹⁵. Entretanto, segundo a mesma autora, apesar do gado luar não ultrapassar o eqüino, houve um surpreendente aumento da presença deste entre os proprietários nos dois períodos analisados em sua pesquisa.

Entre os anos de 1750-1779, o gado luar estava presente em apenas 2% dos rebanhos da comarca. Já entre 1780 a 1822, passou para a marca de 22%. Para os mesmos períodos, os eqüinos representaram 54,9% e 56,3%, respectivamente, ou seja, quase não houve alteração, enquanto o gado luar cresceu significativamente. Assim, os dados demonstram a crescente mercantilização da produção agropecuária de Minas no início do século XIX, uma vez que a demanda por esse tipo de animal cresceu concomitantemente com a dinamização da produção destinada ao mercado do Rio de Janeiro²¹⁶.

A fim de testar essa conformação para a região que analisamos, procedemos à análise do percentual do gado luar e eqüino para o primeiro (1791-1801) e último (1813-1822) sub-

²¹⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons....* Op. cit. p. 118 e 131.

²¹⁶ *Ibidem*. p. 129.

períodos da nossa pesquisa. Os dados que encontramos foram os seguintes: enquanto o rebanho eqüino apareceu em 74% dos processos de inventários, no primeiro, e em 81%, no segundo período, o gado muar saiu da casa de 37%, no período de 1791 a 1801, para a faixa de 58%, no último período da pesquisa, ou seja, a vila de Barbacena acompanhou a dinâmica apresentada para a comarca do Rio das Mortes.

Outros grupos de animais apareceram na pesquisa, a saber, os carneiros e ovelhas. Para Caio Prado Júnior, a criação desses animais era bastante difundida em Minas, pois os mineiros se utilizavam principalmente da lã. Dela, teciam-se panos grosseiros com que se vestiam os escravos, “*e que se usa também na confecção destes chapéus de abas largas e copa reduzida, característica dos mineiros*”²¹⁷. Das 258 unidades produtivas com presença de animais, encontramos 66 (26%) com presença de ovelhas e carneiros²¹⁸. Dessas unidades, 64% criavam ovelhas e 36% criavam carneiros, sendo que não encontramos nenhuma unidade que congregasse os dois tipos. Juntos, os dois rebanhos representavam 8% de todos os animais da freguesia de vila²¹⁹. Apesar do menor número, se comparado aos rebanhos bovinos e suínos, esse tipo de criação tinha grande importância na dinamização das atividades do sistema econômico. O fato de não encontrarmos ovelhas e carneiros no mesmo rebanho pode ser explicado pelo papel desempenhado por cada um dos animais.

Se formos aos mapas de importação e exportação de Minas Gerais, com informações para o primeiro quartel do século XIX, encontraremos, em alguns (Mantiqueira, Porto do Cunha, Rio Preto), a presença de exportação de carneiros a unidade e, em nenhum caso, notaremos a presença de ovelhas sendo exportadas²²⁰. Nas “Notícias e Reflexões Estatísticas da Província de Minas Gerais”, de autoria de Von Eschwege, também encontramos a presença de carneiros sendo exportados em cabeças nos anos de 1818 e 1819²²¹. Nessa fonte, também não encontramos menção à exportação de ovelhas. Portanto, o que queremos sugerir é que houve na região estudada uma produção de carneiros menos voltada à produção da lã e mais voltada para sua comercialização em cabeça.

²¹⁷ JÚNIOR, Caio Prado. Op. cit. p. 202.

²¹⁸ Apesar de serem da mesma família (a ovelha é a fêmea do carneiro), optamos por trabalhar com os dados de cada sexo em separado, pois, em nenhuma unidade, encontramos os dois tipos criados conjuntamente, o que pareceu ser uma especificidade. Para os termos de São João Del-Rei e São José da comarca do Rio das Mortes, Carla Almeida trabalhou somente com a denominação genérica de caprinos. Ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. Cit.p. 114-140.

²¹⁹ Ver tabela 16. p. 91.

²²⁰ Mapas de importação e exportação de Minas Gerais. Documentos avulsos: Presidência da Província e Casa dos Contos. APM. Apud: CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Melhoramentos do Brazil...* Op. cit. Ver anexo I. p. 322-339.

²²¹ LENHARO, Alcir. Op. cit. p. 78-81.

Caio Prado Júnior faz referência às impressões de dois viajantes com relação ao consumo de carne de carneiro. Segundo o autor, Saint-Hilaire notou que, no Brasil, só excepcionalmente comia-se a carne de carneiro. Já Luccock “*observa que no Rio de Janeiro era só a colônia inglesa que a incluía na sua dieta, o que, aliás, provocou nos arredores do Rio, depois da abertura dos portos e afluência de estrangeiros, um certo progresso da criação daqueles animais*”²²².

A criação de ovelhas esteve mais relacionada ao incremento da produção têxtil em Minas Gerais, uma vez que o mapa de produção, consumo e exportação das paróquias do termo da vila de Barbacena do ano de 1806²²³ demonstrou que todas as ovelhas da produção não foram exportadas, sendo utilizadas internamente. Esse aspecto indicia que as ovelhas eram geradoras de matéria-prima para a indústria têxtil. De qualquer modo, para a comarca do Rio das Mortes, o rebanho de caprinos²²⁴ teve um aumento surpreendente nas unidades produtivas.

Entre 1750-1779, apareceu em 3,9% das unidades com animais e passou para 23,3% entre 1780 a 1822²²⁵, um percentual muito próximo ao encontrado em nossa pesquisa (26%). De fato, para a vila de Barbacena percebemos um incremento na criação de caprinos e ovinos entre 1791 a 1822. No primeiro sub-período da pesquisa (1791-1822), das 62 propriedades com animais, 9,67% possuíam caprinos e 17,74% possuíam ovinos. Já entre 1813 e 1822, das 115 unidades produtivas inventariadas com criação, 14,78% possuíam carneiros e 15,65% possuíam ovelhas. Por meio desses dados, não percebemos, com relação aos caprinos, um aumento percentual e, em relação às ovelhas, um decréscimo. Entretanto, somados carneiros e ovelhas, notamos um aumento geral de 27,41% para 30,43% no último período. Poderíamos considerar esse aumento sem significância, já que pouco aumentou em números percentuais as unidades que criavam esses animais. Entretanto, aliado a esse relativo aumento de unidades produtivas, houve um crescimento dos rebanhos. De uma média de 11 carneiros e 18 ovelhas por proprietário (1791-1801), passamos para 18 e 30 cabeças destes animais, respectivamente, entre 1813 a 1822, ou seja, as unidades incrementaram suas criações.

Dessa forma, uma variável que ajudou a compreender a ligação desses animais à produção têxtil foi a presença de teares e rodas de fiar nos inventários coligidos. Encontramos teares em 104 (34,44%) processos, totalizando 108 aparelhos, além de rodas de fiar, em 34

²²² JÚNIOR, Caio Prado. Op. cit. p. 202.

²²³ Ver tabela 13. p. 65.

²²⁴ Lembrando que os dados para a comarca do Rio das Mortes não especificam se caprinos se referem somente a carneiros. Trabalhamos com a idéia que o trabalho conjugue carneiros e ovelhas.

²²⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 129.

processos (11,25%), com um total de 77 rodas. Vale ressaltar que 27 processos (68%) com roda de fiar estavam relacionados também à presença de teares. Do total de inventários com a presença desses instrumentos (111), 36% (40) apresentaram a criação de ovinos em 90% dos casos, sendo os outros 10% de caprinos. Tais dados sugerem a ligação da criação do rebanho de ovino à atividade têxtil, como no caso do inventariado Manoel Carvalho Duarte²²⁶. No ano de 1813 foi realizado o levantamento dos bens deixados por esse senhor que era casado, pai de onze filhos e o proprietário do segundo maior rebanho de bovinos abarcados pela pesquisa. Além desse rebanho, Manoel possuía, quando da sua morte, 53 cabeças de ovelhas. Encontramos, ainda, na descrição de seus bens, um tear e sete tesouras de tosar ovelhas, o que demonstrou a finalidade do rebanho de ovinos: através da tosa, fornecer a lã necessária para o trabalho no tear.

Por outro lado, percebemos que a atividade têxtil não se desenvolveu somente a partir da criação de caprinos. O algodão foi uma outra matéria-prima amplamente utilizada nessa atividade. É certo que, para o nosso período, não percebemos, nos inventários, plantações de algodão, contudo acreditamos que essa atividade fora recorrente, uma vez que, como foi bem observado por Luccock, em 1818, e Robert Walsh, era manufaturada por mão-de-obra livre e escrava, unindo-se a um comércio exportador muito desenvolvido. John Luccock, quando esteve em Barbacena, dirigiu-se à localidade de Registro Velho, onde *o objetivo principal de minha (sua) visita ao lugar era o de examinar a Fábrica de Tecidos de Algodão e Lã que por cinqüenta anos estivera em funcionamento, produzindo mercadorias afamadas por sobre grande extensão do território brasileiro*²²⁷. Entretanto, o fato de não encontrarmos grandes plantações de algodão em nossa pesquisa não significa que a atividade têxtil ficasse prejudicada. Segundo Douglas Cole Libby²²⁸, a produção têxtil doméstica não dependia da produção próxima do algodoeiro. Minas Gerais possuía uma ampla comercialização do algodão em rama dentro de seu próprio território, o que possibilitou a fabricação caseira em vários pontos da capitania. Essa era mais uma das várias atividades mercantis desenvolvidas em Minas.

Ao analisar mapas de população da capitania de Minas entre os anos de 1831 a 1840, Libby²²⁹ percebeu o grande dinamismo da atividade têxtil. Constatou o enorme número de fiandeiras e tecedeiras, sendo que algumas eram especializadas somente em um dos ofícios.

²²⁶ Inventário *post-mortem* de Manoel Carvalho Duarte. AHMAS; Código: 1; Caixa: 45; Ordem: 04.

²²⁷ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1975. P. 356.

²²⁸ LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. p. 194.

²²⁹ *Ibidem*. p. 186-208.

Raras eram as casas que não contavam com uma só artesã. Para o autor, a atividade têxtil desconhecia distinções por condição, idade ou grupo social, uma vez que o ofício era disperso por todas as classes sociais e regiões da capitania. Esse dinamismo tem origem, segundo o autor, no isolamento da região aurífera, em sua facilidade no cultivo do algodão (prática esta desenvolvida pelos indígenas há séculos) e, talvez a mais significativa delas, na necessidade imediata de abastecer as localidades de toda a província para fugir dos tecidos importados.

Como percebemos pelos nossos dados, essa atividade esteve presente na região da vila de Barbacena. Entretanto, para o nosso recorte cronológico e espacial, algumas considerações devem ser feitas. Como vemos somente em 34% dos processos de inventários é que encontramos teares e rodas de fiar, o que demonstra uma disseminação não muito grande. Entre 1791 a 1801, esse percentual foi de 30%, enquanto entre os anos de 1813 a 1822 esteve em 34%. Notamos, então, um pequeno crescimento. Todavia esse crescimento indica que, para o segundo quartel do século XIX, esses instrumentos podem ter sido mais disseminados na sociedade em foco. Outro fator a constatar dita sobre a posse desses instrumentos pela sociedade. Ao considerar a posse de escravos como um indicativo da riqueza dessa sociedade, podemos perceber se esses instrumentos eram dispersos por todos os grupos sociais no início do século XIX, como o foi posteriormente. Na sociedade mineira, pouco mais de dois terços dos proprietários de escravos possuíam cinco escravos ou menos²³⁰. Dessa forma, montamos a tabela abaixo, com a finalidade de fazer uma averiguação.

Tabela 21: Número de teares por faixa de posse de escravos

Faixa do plantel	1791-1801			1813-1822		
	Número de proprietário de escravos	Número de teares	% de teares por faixa de posse	Número de proprietário de escravos	Número de teares	% de teares por faixa de posse
01 a 05	21	03	14,28	60	15	25
06 a 10	13	08	61,53	38	11	28,94
11 a 20	16	06	37,5	21	12	57,14
Mais de 20	13	04	30,76	09	08	88,88
Total	63	21	33,33	128	46	35,93

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretaria de Vara Cível.

Através dos dados acima expostos, podemos auferir sobre a presença de teares pelos vários extratos sociais, seja no início do recorte temporal da pesquisa, seja em seu término.

²³⁰ Ibidem. p. 98.

Recorremos a tal metodologia para tentar perceber as mudanças e/ ou permanências do sistema vigente. Assim, verificamos a presença de teares em todos os níveis de faixa de posse de escravos, no primeiro e no segundo sub-período. Entretanto, a faixa que congregava pouco mais de dois terços dos proprietários de escravos mineiros apresentou-se como a faixa de menor presença desse instrumento em ambos os períodos. No primeiro período, a faixa com maior presença de tear ficou entre 06 a 10 cativos, sendo que 61,53% de escravistas dessa faixa possuíam o instrumento.

Recorrente também era a presença de produtos estrangeiros nas vendas da vila. Tal presença explica-se, segundo Alcir Lenharo, por a cidade estar inserida nos circuitos mercantis mineiros, exportando para o Rio de Janeiro toucinho, queijo, algodão, gado bovino, mulas, galinhas e distribuindo dentro da comarca mercadorias européias, sobretudo portuguesas e inglesas como chitas, panos, rendas, utensílios de ferro, vinho, cerveja, licores entre outros²³¹.

Em nossa pesquisa, encontramos o inventário de Manoel da Costa Silva²³² que falecera no ano de 1819. Residente em uma morada de casas repartida em duas cobertas de telha, assoalhadas com terreiro e quintal e possuidor de outra morada de casas citas no arredor da vila, coberta de telhas, Manoel era possuidor de um patrimônio que totalizava aproximadamente três contos de réis. Pela composição de sua riqueza, tudo nos leva a crer tratar-se de um comerciante. Em seus bens, encontramos a descrição de “Fazenda Seca”. Segundo Cláudia Chaves, essa denominação referia-se a mercadorias que não eram produzidas em Minas²³³. Através da descrição desses bens, realmente podemos corroborar a assertiva de Luccock, pois entre os mais de 40 itens listados notamos a presença de côvados de chita inglesa fina, dentre várias outras mercadorias do gênero de roupas, ferramentas e utensílios. Ainda segundo Chaves²³⁴, esses gêneros faziam parte do consumo da população mais rica das Minas Gerais e eram encontrados à venda nos principais centros urbanos da época. Para a autora, aos pobres e escravos, havia no mercado produtos locais que supriam as necessidades básicas alimentares, assim como de vestuário, pois eram produzidos em Minas tecidos de algodão e calçados mais rústicos.

É interessante perceber como a produção local era remetida para essas lojas. Na descrição do dinheiro que Manoel possuía, podemos perceber que ele havia remetido uma

²³¹ LENHARO, Alcir. Op cit. p. 73.

²³² Inventário *post-mortem* de Manoel da Costa Silva. AHMAS; Código: 01; Caixa: 73; Ordem: 04.

²³³ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes*. Mercadores das Minas Setecentistas. São Paulo: Annblume, 1999. P. 89

²³⁴ *Ibidem*. p. 90.

quantia a José Antônio de Castro Guimarães, para a feitura de um caixão de chapéu. Dessa forma, verificamos outras atividades que poderiam ser menos rentáveis do que a agricultura e a pecuária, mas que se faziam presentes, principalmente, dentro do espaço urbano da vila. Atividades como o ofício de carpinteiro, fornecendo à loja de “secos”, apresentam uma clara vinculação com a importância mercantil que a vila possuía.

A informação vem confirmar que, provavelmente, uma série de outros produtos eram produzidos localmente e postos à venda em estabelecimentos como estes, principalmente no que se refere a produtos alimentícios. Através da sua comercialização, comerciantes conseguiram adquirir escravos. Talvez também tenha sido lucrativo esse ponto para os fornecedores locais. Enfim, conseguimos aqui apreender outras atividades que não estavam ligadas propriamente à terra, mas que geraram liquidez suficiente para a reprodução de uma lógica escravista.

Podemos aferir também um dinheiro que Manoel remetera ao Rio de Janeiro para pagamento de várias remessas de fazenda seca para a loja, confirmando, mais uma vez, a ligação com mercados exteriores à capitania. Agora, por quem ele teria enviado esse dinheiro? Será que poderia ser por algum dos dez escravos que possuía? Pensamos nisso, ao tentar entender qual a finalidade desse bem para um comerciante. Nenhum dos escravos, aparentemente, possuía algum ofício declarado que pudesse estar ligado com a loja. Não há presença de terras. Somente uma outra casa. Dos escravos, sete eram do sexo feminino, apesar de três serem crianças.

Nas dívidas, podemos perceber que o crédito era generalizado na sociedade. Trinta e uma pessoas eram devedoras de Manoel, e a descrição do inventário nos revela serem por conta, por rol e por bilhete. Já, aparentemente, o inventariado não possuía dívidas com ninguém, mesmo mantendo contato com a praça do Rio de Janeiro para a aquisição de sua mercadoria. Isso vem corroborar o que a historiografia recente tem afirmado. Assim como existia a presença significativa de um mercado interno que possibilitaria a retenção de parte de excedente colonial, existia também “uma elite mercantil, originária de tais acumulações endógenas à qual caberia a apropriação e controle de parte do excedente retido na formação social”²³⁵. Raphael Santos²³⁶, em recente dissertação de Mestrado, nos fala que:

A explicação para o endividamento generalizado não está, muitas vezes, na impossibilidade financeira de saldar a dívida, mas no emaranhado de significados que

²³⁵ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura...* p. 157.

²³⁶ SANTOS, Raphael Freitas. “*Devo que pagarei*”: sociedade, mercado e práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas – 1713/ 1773. Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Mestrado) P. 135.

um ato de conceder/ contrair crédito possuía naquela sociedade. Em muitos casos, inclusive, era preferível ter uma dívida falida, mas um devedor fiel e prestativo, do que alguns mil réis na bolsa e a reputação abalada.

Nesse sentido, é interessante percebermos, conforme a tabela 14, como o item dívida ativa foi muito significativo nessa sociedade (10,68% dos ativos). No caso do inventariado Manoel, ele possuía um motivo explícito para conceder e estabelecer relações creditícias, mediante a atividade que exercia. Mas e os outros? Certo é que eram raros os casos dos homens e mulheres que morriam sem nada estarem a dever ou sem nada lhes ser devido. No conjunto dos inventariados, observamos que 187 pessoas tiveram créditos, dívidas ou créditos e dívidas para serem pagas e/ ou recebidas por seus herdeiros.

Tabela 22: Tipos de relações de crédito nos inventários com referências a dívidas (1791-1822)

<i>Inventários</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Com créditos e débitos	78	41,70
Apenas com créditos	46	24,6
Apenas com débitos	63	33,7
Total de inventários com referências a dívidas	187	100

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Ao verificarmos o tipo de relações das dívidas que aparecem nos inventários, notamos que existe uma tendência dentro da sociedade da simultaneidade da posição de credor e devedor, em um mesmo indivíduo (41,70%). Essa situação indica movimento de concessão de crédito paralelo à formação de dívidas. Tal fato se dá pela multiplicidade de relações nas quais esses indivíduos estão envolvidos. Em contrapartida, percebermos maior número de devedores do que de credor indica uma certa concentração na concessão. Provavelmente, nem todos tinham algo para oferecer. De certa forma, os mecanismos de créditos, pelo menos os fornecedores dos maiores créditos, estavam restritos a um número pequeno de pessoas.

Poucas pessoas se destacaram como grandes credoras da vila. A esse respeito, podemos citar Antônio José Rabello Guimarães e sua esposa Maria Helena Bitencourt²³⁷. Ele, português, natural do termo de Guimarães Arcebispado de Braga, e ela, natural da vila de Barbacena. Ao morrerem em 1791, possuíam um monte-mor de aproximadamente 11 contos de réis. Deste, cerca de 75% estavam concentrados nas dívidas ativas, concedidas como a

²³⁷ Inventário *post-mortem* de José Rabello Guimarães e Maria Helena Bitencourt. AHMAS; Código: 02; Caixa: 120 ;Ordem: 02.

crédito a 30 pessoas. Mesmo que uma das dívidas fosse relativa à testamentária do falecido Domingos Pires no valor de 3:546\$226 contos de réis e que ele fosse devedor de nove pessoas, a composição dessa dívida indica que, através do fornecimento de crédito, provavelmente, Antônio José conseguiria algum tipo de renda. Logicamente, comungava de outras atividades em seu sítio de cultura com casas de vivenda e paiol, cobertos de telha e localizados da paragem chamada Pinheirinho, que confrontava com a fazenda do Registro Velho. Possuía 17 escravos, além de duas sesmarias e uma morada de casas na vila de Barbacena.

Talvez mais exemplar ainda da dedicação a esse tipo de atividade tenha sido Domingos Gonçalves Braga²³⁸. Outro português da região do Arcebispado de Braga radicado nas Minas, Domingos teve seu inventário aberto no ano de 1805. Quando falecera, já era viúvo, deixando três filhos todos casados, a saber, duas mulheres casadas (uma com um sargento-mor e outra com um capitão) além de um filho homem. Ao verificar a composição de sua fortuna, percebemos que cerca de 83,06% de sua concentração estavam nas dívidas ativas, concedidas a 31 pessoas. Seu patrimônio era de aproximadamente, 13 contos de réis. Possuía três escravos, três casas de morada na vila, dinheiro prestável, mais utensílios e pertences doméstico, e mais 12 cabeças de gado e 02 bestas velhas. É interessante de perceber que a possibilidade de diversificação de suas atividades foi menor do que as de Antônio José Rabello Guimarães. Provavelmente, Domingos estava mais integrado à rede de endividamento. Não possuía nenhum devedor e realizava serviços em outras praças para seus credores. João José Vaz Vimieiro o devia por uma execução na cidade do Rio de Janeiro. Tal fato nos sugeriu que, se grande parte dos créditos eram locais, os maiores distribuidores deles provavelmente, se serviam de outras praças para conseguí-los.

A presença disseminada das dívidas nos faz questionar o baixo índice que encontramos nos ativos de dinheiro (1,15%) e até mesmo de jóias (0,3%)²³⁹. Para a Comarca do Rio das Mortes, Carla Almeida²⁴⁰ também constatou um baixo percentual desses ativos, sendo 0,75% e 0,16%, respectivamente, apontando para uma economia com baixa liquidez e pequena circulação monetária. A falta de moedas, desde o século XVII, parece não ter sido superada no século XVIII e início do XIX. Segundo Antônio Carlos Jucá de Sampaio²⁴¹, apesar das torrentes de ouro extraídas da Capitania de Minas no século XVIII, os extratos

²³⁸ Inventário *post-mortem* de Domingos Gonçalves Braga. AHMAS; Código: 01; Caixa: 20; Ordem: 10.

²³⁹ Ver tabela 14. p. 78.

²⁴⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 174.

²⁴¹ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de Sampaio. *Crédito e Circulação Monetária na Colônia: o caso fluminense, 1650 – 1750*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica. Caxambu: ABPHE, 2003. p. 12

mais baixos de nossa sociedade não têm acesso a esse ouro. Segundo o autor, um dos grandes erros de parte de nossa historiografia é, sem dúvida, o de considerar que sociedades produtoras de metais preciosos encontram-se inundadas do mesmo. As moedas na sociedade estariam circulando num só sentido: das áreas mineradoras para o Rio de Janeiro.

Quando percebemos, então, que parte do dinheiro que encontramos na pesquisa está presente nas mãos de uma pessoa como Domingos Gonçalves, podemos melhor entender a ligação dessa região com a praça do Rio de Janeiro. Dessa forma, realmente parte substancial chegaria às mãos dos grandes comerciantes cariocas.

Segundo Sampaio, as aquisições de mercadorias, pelo menos aquelas do cotidiano, eram feitas quase sempre a prazo. Saldadas de tempos em tempos, o pagamento poderia, até mesmo, ser feito com mercadorias feitas pelo próprio devedor²⁴². Quando analisamos o inventário de Manoel da Costa Silva, percebemos que ele recorria à produção local. Nesse sentido, mesmo os indivíduos de extratos mais baixos, como artesãos, eram freqüentemente credores de outrem por serviços realizados e não pagos²⁴³. Só para citar alguns exemplos, em 1822, quando da abertura do inventário de Maria Dias da Silva²⁴⁴, na descrição das dívidas que possuía para com outrem, estava descrito que devia a Manoel Rodrigues, de seu ofício de carpinteiro. Antônio Rodrigues Gomes²⁴⁵, em 1797, endividara-se, na Fazenda do Medeiros, por gastos de mantimentos. Manoel Rodrigues da Costa²⁴⁶, em 1816, devia a Theodoro José da Fonseca de seu ofício de carpinteiro, além de dever a outras pessoas pela compra de animais, de algodão e de escravos.

Interessante perceber que, embora terra e escravos tivessem sido o meio mais difundido na riqueza da sociedade em foco, outras atividades também trouxeram enriquecimento e subsistência às pessoas. Na concessão de crédito, tanto é verdadeiro que os dois exemplos que apresentamos de inventariados que congregavam grande parte do total das dívidas representam fortunas que podemos levantar na pesquisa. No caso deles, a naturalidade chama a atenção. Ambos eram portugueses de uma mesma região de Portugal. Pela pequena amostra, não podemos generalizar, mas essas atividades que tinham o crédito como eixo (atividades provavelmente, comerciais) pelo menos as mais rentáveis, parecem ter sido possíveis a esse segmento. Talvez pela própria experiência.

²⁴² Idem

²⁴³ BARRETO, Daniela Santos. *A qualidade do artesanato: contribuição ao estudo da estrutura social e mercado interno na cidade do Rio de Janeiro, c. 1690 – c. 1750*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002 (Dissertação de Mestrado). Apud: SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Crédito e circulação*....P. 12.

²⁴⁴ Inventário *post-mortem* de Maria Dias da Silva. AHMAS; Código 01; Caixa: 34; Ordem: 23.

²⁴⁵ Inventário *post-mortem* de Antônio Rodrigues Gomes. AHMAS; Código: 02; Caixa: 154; Ordem: 31.

²⁴⁶ Inventário *post-mortem* de Manoel Rodrigues da Costa. AHMAS; Código: 01; Caixa: 18; Ordem: 14.

Pela tabela 20, a disseminação do passivo, ou seja, dos débitos foi maior que a de créditos, contudo estes representaram somente 13,09% do total da riqueza das pessoas. Foi possível perceber, ainda, assim como Mônica Ribeiro de Oliveira notou para todo o termo de Barbacena²⁴⁷, que, quanto maior o ativo, menor era a presença de dívidas passivas. Os débitos estiveram presentes, principalmente, no grupo de inventariados que possuíam de 01 a 05 credores.

Por fim, depois da caracterização da riqueza e da sua concentração na sociedade da vila de Barbacena, cumpre falarmos de um bem de grande disseminação, ao lado dos bens de raiz, que foram os escravos, como demonstramos no início deste item. Embora tenhamos observado, no capítulo anterior, através dos mapas de população, que a população livre tanto na comarca do Rio das Mortes, quanto para a freguesia da vila de Barbacena, era significativamente importante, no quadro geral da população, a escravidão continuou a ser o eixo central da economia mineira até, pelo menos, meados do século XIX. Esse aspecto explica por que Minas se tornou a maior importadora de escravos no período. Dessa forma, cumpre nos determos na análise da conformação interna da população.

2.3 - A população escrava

Percebemos, até aqui, que as atividades desenvolvidas na vila de Barbacena foram capazes de fazer com que a propriedade escrava fosse largamente difundida. Observamos através da historiografia, que, com a crise do ouro, Minas reordenou-se para o suprimento da cidade do Rio de Janeiro. Nesse momento, a comarca do Rio das Mortes obteve um surpreendente crescimento demográfico, assim como a região que estamos analisando. Essa região estava ligada ao abastecimento da praça carioca, através das atividades agro-pastoris. Em contrapartida, as Minas foram abastecidas também de gêneros que não produzia, propiciando o desenvolvimento de um ramo comercial também não menos lucrativo.

Além do exposto acima, outro fator compôs as características gerais da economia estudada, a saber, a grande participação dos escravos na composição da riqueza. Esse ativo representou 35% dos ativos levantados nos inventários para todo o período, e só era superado pelos bens de raiz. Nunca menos de 90% dos inventariados da região possuíam cativos, aliás

²⁴⁷ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit. P. 65.

tal situação também ocorria em outras regiões do Brasil²⁴⁸. De fato, a mão-de-obra escrava esteve presente nas Minas desde os primórdios da ocupação de seu território. A capitania foi capaz de ser a maior importadora de escravos dos principais portos brasileiros, tanto no século XVIII quanto no XIX.

Na primeira metade do século XVIII, o porto de Salvador era o principal responsável pelo abastecimento de mão-de-obra para a capitania de Minas. Segundo Alexandre Vieira Ribeiro, no mínimo, cerca de 6.000 cativos devem ter entrado nas Gerais entre 1739 a 1759, e a Bahia seria responsável por aproximadamente 35% do total desse volume²⁴⁹. Não obstante, mesmo tendo diminuído ao longo do século XVIII, preferencialmente os escravos remetidos eram africanos novos. Para a segunda metade do século, entre 1760 a 1770, o autor ressalta que, embora 60% dos escravos saídos da Bahia fossem direcionados para Minas, houve uma queda de mais de 50% dos envios, partindo do porto de Salvador.²⁵⁰

Esse declínio no comércio de escravos com a Bahia pode ser explicado pela crescente participação do Rio de Janeiro como fornecedor de mão-de-obra para as Minas. Utilizando dos dados de “registros de saída de tropeiros” existentes no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, João Fragoso constatou que, entre 1825 e 1830, dos 63.586 escravos para os quais tinha informações, 30.737 foram absorvidos por Minas Gerais, perfazendo 48,3% do total de africanos aportados naquela cidade. A cifra foi maior do que a de áreas como o Vale do Paraíba e Norte Fluminense, regiões agroexportadoras, que, juntas, importaram o montante de 38,4% desses cativos. Para Fragoso, esses dados “insinuam que os camponeses/ senhores de cativos da agropecuária de abastecimento de Minas absorviam mais escravos que o próprio escravismo colonial”²⁵¹.

Dessa forma, para completar a discussão dos traços gerais da economia estudada, há a necessidade de apreender o padrão de distribuição da posse dos cativos nas Minas. Essa investigação é necessária, porque um dos elementos de definição da estrutura sócio-econômica, certamente, passava pela posse de escravos. Entretanto, na análise aqui auferida, vale uma ressalva. Como vimos, 90% dos processos de inventários coligidos apresentam escravos. Tal informação não pressupõe, necessariamente, uma economia assentada no escravismo, isto porque, como já mencionamos no capítulo I, parcelas mínimas da sociedade

²⁴⁸ Para o Rio de Janeiro, cf: FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 28-30; e FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura...* Op. cit. p. 92-100.

²⁴⁹ RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c. 1680 – c. 1830*. Rio de Janeiro: UFRJ-IFCS, 2005. (Dissertação de Mestrado). p. 105.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura...* Op. cit. p. 177-178.

recorriam aos processos de inventários. Portanto, nada mais plausível que encontremos uma disseminação tão grande desse ativo nas riquezas inventariadas. Através da análise de fontes que abarcavam a maior parte da população mineira, a saber, censos demográficos do período de 1831 a 1840, Douglas Cole Libby constatou que a maior parte dos domicílios mineiros não contava com nenhum escravo. Segundo o autor, dos quase 20.000 domicílios levantados, 66,7% não tinham escravos²⁵². Em suas conclusões, Libby destaca que:

(...) a enorme massa de unidades familiares que não participava da posse da mais básica forma de propriedade do regime escravista – o escravo – relativiza de vez qualquer noção sobre um escravismo democrático que pode surgir, e não sem razão, quando se examina apenas a parcela proprietária de cativos. É mister ter em conta que a posse de escravos, pequena ou grande, foi na primeira metade do século XIX um privilégio de aproximadamente um terço da população livre²⁵³.

Portanto, as análises aqui desenvolvidas referem-se, exclusivamente, do grupo de proprietários. No tocante à divisão dos escravos entre os diferentes proprietários, havia, em Barbacena, por um lado, uma tendência à concentração da posse, apesar de, por outro lado, estar relativamente disseminada entre a população inventariada. Os proprietários situados nas faixas de 1 a 5 e de 6 a 10 representavam 70,96% dos inventários registrados, mas detinham apenas 32,81% dos escravos. Em contrapartida, os proprietários de plantéis acima de 20 escravos perfaziam 11,48% dos processos pesquisados e possuíam 41,48% dos cativos inventariados, conforme a tabela 23.

Tabela 23: Estrutura de posse de escravos entre os inventariados (1791/1822).

Faixas do plantel	1-5	6-10	11-20	+20	Total
Nº de Processos	126	72	49	32	279
Nº de Escravos	346	546	699	1128	2719
% aos processos	45,16	25,80	17,56	11,48	100
%ao nº de escravos	12,72	20,09	25,71	41,48	100

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

João Frago e Manolo Florentino notam a mesma situação no Rio de Janeiro no período de 1790-1840. Assim, concluem que:

²⁵² LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. p. 97.

²⁵³ Ibidem. p. 97-98.

O alto grau de concentração da propriedade escrava nos coloca não apenas diante de uma sociedade possuidora de escravos, mas, sobretudo ante uma sociedade escravista, definida como aquela na qual o principal objetivo da renda extraída ao escravo é a reiteração da diferença socioeconômica entre a elite escravocrata e todos os outros homens livres²⁵⁴.

Os dados corroboram o que, há tempo, a historiografia tem chamado a atenção: a noção da predominância de grandes propriedades escravistas no Brasil. Stuart Schwartz, ao estudar a população escrava do Recôncavo Baiano, uma área de grandes *plantations*, constatou que a estrutura da posse de escravos era muito mais reduzida do que se supunha e a escravidão muito mais difundida socialmente. Segundo o autor, na Bahia, percebemos “níveis relativamente baixos de concentração de escravos em grandes unidades, a predominância de plantéis pequenos e médios e a aparentemente ampla distribuição da propriedade de escravos entre a população livre”²⁵⁵.

Vejamus com um pouco mais de atenção as variações da estrutura de posse de escravos na região pelos sub-períodos. Em Barbacena, os donos de 1 a 5 escravos sempre representaram mais de 30% do total de proprietários. No entanto, nunca detiveram mais do que 17% dos cativos, sendo que no primeiro sub-período concentravam apenas 6,56%, enquanto que 20% dos proprietários com mais de 20 escravos, ficavam com 54,03% dos escravos.

Tabela 24: Variação da estrutura de posse de escravos em Barbacena por sub-períodos (1791-1822).

FTP	1791-1801		1802-1812		1813-1822	
	%	%	%	%	%	%
	Prop.	Escravps	Prop.	Escravos	Prop.	Escravos
1-5	33,85	6,56	50,57	16,39	46,46	14,76
6-10	20	10,82	24,14	19,18	29,92	27,94
11-20	26,15	28,57	13,79	21,47	16,54	27,48
+20	20	54,03	11,50	42,94	7,08	29,80
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

FTP: Faixas de tamanho de plantel

Prop.: Proprietários

²⁵⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. Op. cit. p. 88

²⁵⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 368.

Pela tabela 24, verificamos que houve um processo de desconcentração da posse de escravos que se evidencia no aumento numérico das faixas de pequenos plantéis (1-5 e 6-10) e no aumento de cativos detidos por elas. No período de 1791 a 1801, enquanto a faixa de 1 a 10 escravos possuía 53,85% de proprietários com posse de 17,38% dos cativos, 20% de proprietários possuíam 54,03% dos escravos. Já, no último sub-período, chegamos ao percentual de 76,38% proprietários na faixa de 1 a 10 com posse de 42,70% dos escravos e, na faixa de mais de 20 escravos, 7,08% de proprietários possuíam 29,80% dos cativos.

No decorrer do período analisado, a alteração mais profunda observada ocorreu na passagem do primeiro para o segundo sub-período, quando houve um grande crescimento do número de proprietários na faixa de plantel de 1 a 5, e na mudança do segundo para o terceiro sub-período com uma queda mais acentuada na faixa dos proprietários com mais de 20 escravos. Interessante destacar que o processo de desconcentração está, intimamente, ligado ao crescimento populacional observado no capítulo I, que, como foi visto, intensificou-se no início do século XIX, uma década depois da criação da vila.

Ao analisar a variação da estrutura de posse de escravos em Mariana no período de 1750 a 1850, Carla Almeida encontrou situação semelhante. A autora associou, para seu estudo, o processo de desconcentração da posse de escravos ao declínio da atividade mineradora²⁵⁶. Naquele momento, a economia da região se rearticulou internamente, e a agropecuária passou a exercer o papel de atividade principal. Neste tipo de atividade, a mão-de-obra escrava, com a presença de pequenos e médios plantéis, era mais recorrente, uma vez que não exigiam o mesmo contingente que a atividade extrativa. Em nosso caso, já demonstramos que foi, justamente, com o declínio da mineração que a Comarca do Rio das Mortes dinamizou ainda mais sua economia com bases numa agropecuária mercantilizada, dinâmica e capaz de gerar certo grau de acumulação de riqueza para um maior número de pessoas. Elas acabaram por ter acesso não somente a um investimento econômico, mas também a um elemento a mais de distinção na hierarquia social. Witold Kula²⁵⁷ adverte que, em economias não industriais, nem sempre os custos dos diferentes fatores envolvidos no processo produtivo eram regulados pelo mercado²⁵⁸.

Essa desconcentração na população escrava, não foi somente um característica de Mariana ou Barbacena. No segundo quartel do século XIX, Douglas Cole Libby demonstrou

²⁵⁶ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades...* Op. cit. p. 135 – 146.

²⁵⁷ KULA, Witold. Op. cit. p. 25-39.

²⁵⁸ Na própria oferta africana de escravos, encontramos fatores de natureza não econômica como a guerra e a procura de fortalecimento político de grupos nativos daquele continente. Ver: FLORENTINO, Manolo. Op. cit. p. 82-103.

que pouco mais de dois terço dos proprietários da já província mineira possuíam de 1 a 5 escravos e que 48,2% dos cativos viviam em plantéis de 1 a 10 escravos, ou seja, “podemos afirmar que a desconcentração da propriedade de escravos tenha servido de sustentação ao regime”²⁵⁹.

Apesar de toda a desconcentração observada na análise dos dados desagregados por sub-períodos, assim como em Mariana, a distribuição dos escravos entre os proprietários permanece ainda bastante concentrada. Em Mariana, no período de 1780 a 1810, 9% dos proprietários de mais de 20 escravos detinham 40,3% dos cativos, e 71,8% (proprietários da faixa de 1 a 10 escravos) não mais que 32,5%²⁶⁰ dos cativos. Já, em Barbacena, no período de 1813 a 1822 (Ver tabela 19), enquanto os 46,46% dos proprietários da faixa de 1 a 5 possuem 14,76% de escravos, 7,08% de proprietários (+ de 20 escravos) detêm 29,80% dos cativos.

Tabela 25: Estrutura de posse de escravos, segundo as faixas de tamanho de plantéis para Barbacena, Magé, Curitiba, sul de Minas e Recôncavo Baiano²⁶¹.

FTP	Barbacena 1791-1822		Magé 1850-1856		Curitiba 1804		Sul de Minas 1831-1838		Recôncavo 1816-1817	
	Escr.	Prop.	Escr.	Prop.	Escr.	Prop.	Escr.	Prop.	Escr.	Prop.
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
1-5	12,72	45,16	07	40	31,7	70,5	23,6	64	--	--
6-10	20,09	25,80	12	23	28,8	19,7	21,9	18,5	24,9	76,5
1-20	25,71	17,56	23	20	20	6,6	25,9	11,5	15,2	11,5
+20	41,48	11,48	58	17	19,5	3,2	28,6	6,0	59,9	12,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

OBS: No caso de Magé, a primeira faixa é de 1 a 4 escravos e a segunda de 5 a 10. Para o recôncavo açucareiro, as faixas de plantel são: de 1 a 9, de 10 a 19 e de 20 ou mais escravos.

FTP: Faixas de tamanho de plantel

Escr: escravo

Prop.: Proprietário

FONTES:

- Para Barbacena: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

- Para Magé, Curitiba, sul de Minas e Recôncavo ver: SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na Crise do Escravismo*. Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). Niterói: UFF, 1994. (Dissertação). p. 129.

²⁵⁹ LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. p. 107.

²⁶⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades...* Op. cit. p. 139.

²⁶¹ Para esta tabela, com exceção do caso de Barbacena, utilizamos dados apresentados por Antônio Carlos Jucá de Sampaio em sua dissertação de mestrado. Os comentários que teceremos sobre estas localidades são baseados em seu trabalho. O trabalho já citado de Carla Almeida (*Alterações nas unidades produtivas...*) faz uso dos dados de Antônio Carlos em comparação com Mariana, e também serão utilizados como base de argumentação para o caso de Barbacena.

Segundo Carla Almeida, “apesar de, com o processo de rearticulação da economia (...), em termos de cativos possuídos pelas várias faixas de tamanho de plantel, esta nunca alcançou os níveis encontrados em outras áreas pela historiografia”²⁶². A significância dos dados e a recorrência da estrutura de posse dos escravos acima explorados tornam-se mais inteligíveis quando comparadas com diversas localidades do território brasileiro.

Pela tabela 25, podemos comparar os dados de Barbacena com três áreas tipicamente dedicadas às produções agrícolas e pastoris, voltadas para o abastecimento, como a região do Recôncavo baiano, tipicamente de *plantations*. Ao relacionarmos os dados dos pequenos plantéis (faixa de 1 a 10) de Curitiba e Sul de Minas com os de Barbacena, verificamos que o percentual de escravos detidos nesta faixa para aquelas regiões é bem superior. Enquanto em Curitiba 90,2% dos proprietários possuem 60,5% dos escravos e no sul de Minas 82,5% possuem 45,5% dos escravos desta faixa, em Barbacena 70,96% dos proprietários possuem 32,81% dos cativos.

Baseando-se, como comparação na região de Magé, também produtora de alimentos, percebemos que a concentração aí, em contrapartida, é superior a de Barbacena e bem próxima da configuração aventada para o Recôncavo baiano. Magé possuía 63% dos proprietários (na faixa de 1 a 10 escravos), detendo apenas 19% dos cativos, enquanto os donos de grandes plantéis (da faixa de +20), que conformavam 17% do total de proprietários, concentravam 58% da mão-de-obra escrava. No Recôncavo, 12% dos maiores proprietários possuíam 59,9% dos escravos. Segundo Antônio Carlos,

A partir desses dados, vemos que a estrutura mageense de posse de escravos na segunda metade do século passado não assemelhava-se em praticamente nada ao que encontramos nas demais regiões produtoras de alimentos. Classificaríamos mesmo esta estrutura de inédita para regiões desse tipo, estando muito mais próxima do que encontramos para as regiões ligadas à agroexportação. Neste sentido, a comparação com as freguesias açucareiras do recôncavo baiano é exemplar, por ser esta uma área dedicada à agroexportação desde o século XVI²⁶³.

Pela caracterização de Magé, podemos dizer que a região da vila de Barbacena também pode ser enquadrada dentro deste quadro, assim como a região mineira de Mariana. Carla Almeida, em Mariana, também encontrou uma estrutura mais próxima a de Magé em que 72% dos proprietários de pequenos plantéis possuíam 33% dos escravos e, do lado

²⁶² Idem.

²⁶³ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na Crise do Escravismo*. Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). Niterói: UFF, 1994. (Dissertação). p. 132.

oposto, 8,4% de proprietários com mais de 20 escravos totalizavam 36,6% da posse de mão-de-obra escrava.²⁶⁴ Pelos dados acima expostos, temos que, no panorama geral, as regiões produtoras de alimentos, como a área mageense e agropastoris, como a região de Mariana, e a vila de Barbacena aparecem como importantes exceções, “uma vez que contam com uma estrutura de posse de escravos digna de regiões ligadas à exportação”²⁶⁵. Temos, no entanto, que levar em conta as devidas desproporções de cada área, como a maior participação do grupos de médios proprietários (11 a 20 escravos) em Barbacena em relação a Magé e, principalmente, ao Recôncavo. Em Barbacena os médios proprietários (11 a 20) representavam 17,56% e tinham a posse de 25,71%, enquanto, em Magé, as cifras eram de 20% de proprietários para 23% de cativos e, no Recôncavo, 11,5% de proprietários com a posse de 15,2% de mão-de-obra escrava.

A grande questão levantada por Antônio Carlos, em seu estudo sobre Magé, foi como poderia-se explicar tais diferenças. Comumente, a historiografia relaciona a estrutura de posse de escravos de uma região ao grau de mercantilização de sua economia. Assim, em áreas produtoras de alimentos e a que se diz de animais, haveria o predomínio de pequenos plantéis, uma vez que notara-se um baixo grau de comercialização feito através de esporádico excedente²⁶⁶. No entanto a saída para tal conformação está em entender as possibilidades abertas para a inserção da produção no mercado, ou seja, para a maior ou menor proximidade dos centros consumidores e abastecedores, capazes de gerar não “diferentes graus de mercantilização das diversas produções agrícolas, e sim de graus distintos de lucratividade”²⁶⁷.

Percebemos que a região da vila de Barbacena, desde sua origem no início do século XVIII esteve ligada aos circuitos mercantis que abasteciam o centro minerador. Sua localização no Caminho Novo a transformou num entreposto comercial, de que o mercado interno acabou por ser um importante consumidor da produção local. No período abordado pela pesquisa, já dimensionamos seu importante papel como abastecedora de mercadorias na Corte, o que também não diminui a comercialização feita ao longo dos caminhos que cortavam a região, nas próprias fazendas em seus ranchos de passageiros e na área urbana da vila. De qualquer forma, seu acesso à praça do Rio de Janeiro era algo garantido e, assim, a produção da região era escoada, permitindo o acesso, de parte de sua população, a outros tipos de mercadorias, a saber os escravos. A agricultura e a pecuária mercantil de subsistência

²⁶⁴ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades...* Op. cit. p. 143.

²⁶⁵ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na Crise do Escravismo...* Op. cit. p. 133.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Ibidem. p. 134.

empreendida na região gerou, mesmo que em menores graus de rendimento, acumulação suficiente capaz de reproduzir essa sociedade.

A diferença das regiões de Barbacena, Magé e Mariana, para as regiões de Curitiba e sul de Minas passam por dois motivos. Primeiramente, podemos dizer que Curitiba era uma área, exclusivamente, produtora de alimentos e, no mais, estava fora das rotas comerciais da região centro-sul. No caso do sul de Minas, a explicação corrente perpassa pela idéia de que, como essa área tinha a pecuária como principal atividade mercantil. (atividade que requer menos mão-de-obra), a maior parte dos proprietários de escravos estavam na faixa dos pequenos plantéis²⁶⁸. De qualquer forma, a estrutura de posse de escravos em Barbacena esteve mais próxima das estruturas de áreas ligadas ao mercado, como no caso de Magé com características próximas das observadas no Recôncavo, do que de uma estrutura típica de uma pequena produção escravista pouco integrada ao mercado.

Outros dados sobre os escravos são pertinentes de serem levantados para pensarmos no peso desse ativo e sua interação na economia local, além da distribuição pelas faixas de posse. Um primeiro ponto que pode ser apontado para isso é a origem e a divisão entre os sexos no universo de escravos arrolados nos inventários.

Através dos dados da tabela 26, constata-se uma preponderância do número de homens sobre o de mulheres: 62,18 e 37,82% respectivamente. Estudando todo o espaço de tempo também percebemos uma maior preponderância de crioulos em razão aos africanos. A conformação sobre os sexos, tínhamos visto, no primeiro capítulo, através dos mapas de população, que a razão de masculinidade sempre foi positiva em todos os anos para os quais obtivemos informações desta fonte. Esse aspecto foi uma característica da maior parte do sistema escravista brasileiro.

Tabela 26: Escravos: Divisão por sexo – Barbacena (1791-1822)

Sexo	Quantidade*	%
Masculino	1708	62,18
Feminino	1039	37,82

Fontes: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

* Refere-se ao total de referências encontradas nos inventários sobre a origem.

²⁶⁸ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades...* Op. cit. p. 145.

Tabela 27: Escravos: Divisão por origem - Barbacena (1791-1822)

Origem	Quantidade	%
Africanos	1105	42,37
Crioulos	1503	57,63

Fontes: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Chama a atenção nos dados acima, a menor presença de africanos em relação aos crioulos, uma vez que, nos mesmos mapas de população analisados anteriormente, percebemos um percentual bem maior de africanos. Entretanto, conforme explicamos, os mapas não trazem a divisão segmentada desta forma (africanos e crioulos), mas sim entre pretos e mulatos, o que por si só deve ser entendido com cuidado. De qualquer forma, não acreditamos que tais dados possam estar tão distorcidos da realidade vivida à época. Vejamos outras variáveis sobre a população cativa para melhor fundamentarmos nossa opinião.

Quanto ao sexo, analisado por faixas etárias, nota-se ainda que os do sexo masculino só não superaram as mulheres entre as crianças (até 14 anos), quando aquelas perfazem 15,59% do total de escravos, tendo, como contrapartida, o índice de 14,73, do sexo masculino. Nas demais faixas etárias, os homens sempre possuem números superiores aos das mulheres. Entre os de idade produtiva (15 a 49 anos), os cativos participavam com 36,05% do total de escravos e as mulheres com 20,23%; já, entre os que tinham mais de 50 anos de idade, os percentuais eram de 10,90% e 2,5%, respectivamente (Ver tabela 28).

Ainda pela tabela 28, percebe-se que 56,28% do total de escravos eram formados por adultos (15 a 49 anos), ou seja, escravos em idade produtiva. Esse fato demonstra a clara vinculação da utilização da mão-de-obra nas atividades empreendidas na região da vila. Como se não bastasse que essa faixa estaria concentrasse o grosso dos escravos, nela podemos encontrar uma alta razão de masculinidade, demonstrando o peso da procura por homens em idade adulta capaz de participar do processo produtivo empreendido.

Agrega-se esse dado o fato de, nesta faixa, os africanos representarem 52,41% dos escravos em idade produtiva (Ver tabela 29), enquanto os nascidos no Brasil perfazem 47,59%. Fica claro que essa sociedade dependeu em muito do tráfico de escravos para reproduzir a mão-de-obra, reforçada pela grande razão de masculinidade e alta presença de africanos na faixa etária de 50 anos ou mais. Os dados demonstraram uma presença de 82,94% de africanos idosos (Ver tabela 29). Esse fato demonstra que o tráfico teve uma

influência máxima até meados do XVIII, até mesmo pelo auto percentual de africanos em idade produtiva.

Tabela 28: Escravos: Divisão por Sexo e Faixa Etária – Barbacena (1791-1822).

FAIXA ETÁRIA	SEXO	QUANTIDADE	%	RAZÃO DE MASCULINIDADE
0-14	FEM	399	15,59	94,48
	MASC	377	14,73	
15-49	FEM	518	20,23	178,18
	MASC	923	36,05	
50 ou mais	FEM	64	2,5	435,93
	MASC	279	10,9	

Fontes: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Tabela 29: Escravos: Divisão por Faixa Etária e Origem – Barbacena (1791-1822).

FAIXA ETÁRIA	ORIGEM	QUANTIDADE	%
0-14	Africanos	24	3,26
	Crioulos	713	96,74
15-49	Africanos	728	52,41
	Crioulos	661	47,59
50 OU MAIS	Africanos	282	82,94
	Crioulos	58	17,06

Fontes: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Ao mesmo tempo, a presença significativa de 30,32% de escravos na faixa etária das crianças, sendo que destes 51,42% eram compostas por mulheres, na sua maioria, crioulas, indica que, ao lado da aquisição de escravos via o tráfico, nesta região das Minas, os proprietários puderam depender também da reprodução natural como fator de reposição da mão-de-obra. Confirma essa característica o fato de que, em traços gerais, a procura via tráfico dava-se por homens africanos em idade produtiva²⁶⁹. Acreditamos que esse fator

²⁶⁹ A questão foi também abordada em outros trabalhos como: LIBBY, Douglas Cole. Op. cit.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas...* Op. cit.

favoreceu a maior desconcentração de escravos na faixa de posse de 1 a 5 escravos, visto anteriormente.

Os mapas de população nos indicaram expressivo número de escravos do segmento africano, fosse para as mulheres ou fosse para os homens. Já os dados que encontramos nos inventários nos informam algo um pouco diferente. Parece que a preferência por escravos adultos, homens, realmente, se procedeu quando falávamos dos africanos. A razão homem/mulher deste segmento fora de 393 escravos africanos para 100 escravas africanas. Já, quando fechamos o cômputo para a razão de escravos nascidos no Brasil, essa razão fica negativa. Havia mais mulheres que homens, estando a razão em 99 homens para 100 mulheres.

Mediante a alta concentração da razão nos africanos, o cômputo geral fora de 100 mulheres, para 163 homens. Se as composições da origem dos escravos reveladas pelos inventários divergiram dos mapas de população, pelo menos a média geral da razão homens/mulher parecem estar próxima. Como era de se esperar, quanto maior a presença africana entre os cativos, maior a desproporção entre os sexos²⁷⁰. De qualquer forma, a preferência por africanos, homens e adultos esteve presente em ambas fontes. Nesse sentido, cremos que os dados que constam nos processos de inventários são menos passíveis de erros quanto à conformação da escravaria do que os mapas, pois aqueles trazem os dados desagregados por proprietário.

Outro dado indicativo da possibilidade de aquisição de cativos é perceber em que medida era garantida o fácil acesso ao centro fornecedor. Tal fator pode ser apreendido ao compararmos o preço de um africano adulto vendido no Rio de Janeiro com o valor da região da vila de Barbacena. Segundo Manolo Florentino, em 1810, o preço de um escravo africano, do sexo masculino, sem deficiência física e com idade entre 12 e 55 anos, era de 119\$000 e, em 1820, ficava em torno de 152\$000²⁷¹. Em Barbacena, para todo o período, um escravo com as mesmas características saía, em média, por 129\$985 mil réis. Como podemos perceber, o valor assemelha-se ao da praça carioca, o que indica o fácil acesso às rotas comerciais com o Rio de Janeiro.

Mesmo com essa diferença, podemos falar do relativo baixo custo dos escravos. No caso dos africanos, João Frago e Manolo Florentino chamam a atenção que, para o entendimento desse fator, trata-se de perceber o papel estrutural do tráfico na África. A produção social do escravo, que ocorria fundamentalmente via violência, fazia com que seu

²⁷⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas...* Op. cit. p. 113

²⁷¹ FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras...* Op cit. Apud: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas...* Op. cit. p. 144.

custo social nunca fosse repostado. Não havia uma equivalência. *“Como em uma cadeia de transmissão, essa não equivalência se transferia para as etapas de circulação da mercadoria viva na América, quando a compra do cativo pelo dinheiro não expressava seu real custo social”*²⁷².

Enfim, procuramos, nas páginas acima, apresentar as características gerais da economia em estudo: diga-se, uma economia com traços pré-industriais e marcada por grande desigualdade da riqueza. Corroborando o discutido no capítulo anterior sobre a trajetória populacional e administrativa de Minas e da vila de Barbacena em seu contexto, detectamos a maneira extensiva de reprodução desse sistema agrário, que teve nos bens rurais sua maior riqueza, além de fortes mecanismos de acumulação mercantil através das atividades agropastoris.

A participação de escravos nas fortunas registradas foi outro aspecto tratado. Constatamos, primeiramente, a grande presença de não-proprietários de escravos na sociedade mineira. Já entre os proprietários, chamamos a atenção para a enorme concentração de escravos nos grandes plantéis, apesar de estes serem compostos por poucos proprietários, em contrapartida há uma grande presença de proprietários com poucos escravos. Tentamos também entender como a escravaria era reproduzida. No geral, percebemos o vínculo com tráfico de escravos com preferência de africanos adultos, sem no entanto, negar o papel da reprodução natural.

O próximo e último passo deste capítulo será o de analisar a composição dos investimentos por faixas de fortunas. Tomando por base os aspectos gerais do sistema econômico em questão, visamos compreender como se deu a construção da hierarquia econômica na sociedade estudada que, em vários momentos deste capítulo, demonstrou ser muito desigual.

²⁷² FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. Op. cit. P. 144-148.

2.4 – A distribuição e hierarquização da riqueza.

Percebemos, quando falávamos sobre os inventários no capítulo anterior, que, através desses documentos, conseguiríamos apreender a vida de pessoas que podemos considerar terem vivido na riqueza e, ao mesmo, tempo a de outros que estavam mais próximos da pobreza, mesmo não sendo considerados os mais pobres da sociedade. Quem possuía bens passíveis de serem inventariados após sua morte era a minoria da população. Dessa forma, até no mundo dos que chegaram a possuir alguma coisa, a riqueza parece que não esteve distribuída de uma forma igualitária.

Para tentarmos visualizar a conformação e a hierarquização advinda dessa sociedade, resolvemos agrupar o total do valor da riqueza dos inventariados em faixas de fortuna. Para tanto, optamos em converter o valor do monte-mor dessas pessoas para libras esterlinas²⁷³. A explicação recorrente para a conversão seria o fato desta moeda estrangeira ter estado mais estável durante o período. Assim, seria possível corrigir a desvalorização sofrida pela moeda nacional, no período em voga. A utilização dessa conversão no presente estudo se fez possível pelo fato de podermos comparar a comarca do Rio das Mortes, analisada por Carla Almeida em sua tese de doutorado, com a vila de Barbacena, uma vez que a região da vila pertencia à dita comarca. A partir desse aspecto, poderemos analisar a vila dentro de sua região. Dessas conformações chegamos ao resultado da tabela 30, que reproduz a distribuição da riqueza na comarca do Rio das Mortes.

Para a análise consideramos a divisão de pequenos, médios e grandes proprietários conforme sugeriu Carla Almeida:

As duas primeiras faixas de fortuna englobam o que definimos como os pequenos proprietários, aqueles indivíduos possuidores de um patrimônio avaliado em até 500 libras esterlinas. Os médios proprietários tinham fortunas que oscilavam ente 501 e 2000 libras. Estaremos chamando de grandes àqueles possuidores de fortunas acima de 2.000 libras²⁷⁴.

²⁷³ Esta conversão foi baseada a partir da observação das faixas de fortuna definidas pela historiadora Carla Almeida. Tanto em sua dissertação de mestrado, quanto em sua tese de doutorado, já citadas anteriormente, a autora utilizou como parâmetro a tabela de flutuações cambiais do real no século XIX elaborada por Kátia Mattoso. Para o século XVIII usou a referência feita por Mircea Buescu dizendo que o valor do real ficou constante durante todo o século, à razão de 3,555 réis por libra esterlina-ouro. BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973, p. 106. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 254. Apud: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas....* Op cit. p. 74. Sabemos que o uso de parâmetros diferenciado para a conversão cambial pode dissimular os resultados. Entretanto, na dificuldade de utilizar outros métodos e da necessidade de comparação, acreditamos ser válido essa análise.

²⁷⁴ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos...* Op. cit. p. 192.

Tabela 30: Distribuição da riqueza e do plantel na Freguesia da Vila de Barbacena por faixas de fortuna – 1791/1822.

Faixa de Fortunas em libras	A	B	C
0 - 200	97	10.204,576	199
%	32,23	4,21	7,28
201 - 500	89	29.498,864	549
%	29,57	12,18	20,09
501 - 1000	48	33.656,895	454
%	15,95	13,90	16,61
1001 - 2000	33	46.230,71	497
%	10,96	19,09	18,19
2001 - 5000	29	83.044,897	803
%	9,63	34,29	29,38
+ de 5000	05	39.532,716	231
%	1,66	16,33	8,45
Totais	301	242.168,658	2733

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretaria de Vara Cível.

A – Número e % de inventários; B – Valor e % da faixa; C – Número e % de escravos da faixa.

Os dados apresentados, na tabela acima, indicam que estamos diante de uma sociedade em que as pequenas fortunas representavam 61,8% da população inventariada. Já, na outra ponta da hierarquia, a presença dos 11,29% grandes proprietários é bem pequena em relação às outras faixas. Esse resultado esteve muito próximo ao encontrado na Comarca do Rio das Mortes, onde os pobres representaram 62,3%, e os ricos, 10,3%. As informações servem para ratificar, novamente, o que há algum tempo a historiografia vem afirmando e o que já fora alertado por Carla Almeida, através dos dados para a comarca do Rio das Mortes²⁷⁵. Apesar do fausto propagado, a Minas setecentista era uma sociedade com poucas pessoas muito ricas e muitos homens muito pobres. Mesmo percebendo um percentual de inventariados que

²⁷⁵ Ibidem. p. 193-198.

podem ser considerados possuidores de uma média riqueza (26,91%), sugerindo uma distribuição menos desigual, tratou-se mais de uma distribuição de baixos níveis de fortuna.

Na contramão dos dados, percebemos uma forte concentração da riqueza nas mãos de poucas pessoas. Os dados indicam que 50,62% do valor inventariado estava concentrado nas mãos do pequeno grupo de grandes proprietários. Soma-se a isso o fato desse grupo também controlar 37,83% da posse de escravos. Já o grupo dos médios proprietários possuía 32,99% e os pequenos 16,39% das riquezas e 34,8% e 27,37% da posse de escravos, respectivamente. Enfim, notamos uma sociedade extremamente desigual, na qual poucos detêm muito, e grande parte reparte o pouco.

Essa característica fora recorrente para o encontrado na Comarca do Rio das Mortes, assim como em outras regiões. Para o Rio de Janeiro, no período de 1790 a 1840, por exemplo, João Fragoso e Manolo Florentino²⁷⁶ encontraram que os 10% mais ricos proprietários inventariados do meio urbano e rural controlavam pouco mais de dois terços do valor total das fortunas, enquanto aos cinco décimos mais pobres cabia entre 4% a 6% das riquezas.

Mesmo no final do século XVII e início do XVIII, a conformação hierárquica desigual parece ter se generalizado pela colônia, uma vez que percebemos que essa característica foi observada por Maurício Martins Alves para Taubaté no período de 1689 a 1729²⁷⁷. A vila de Taubaté, no final do século XVII, tinha sua economia voltada para a produção agrícola comercial a partir da exploração do trabalho de uns poucos escravos indígenas. Nas duas últimas décadas do seiscentos, apenas 11% das pessoas que deixaram inventários detinha de 40% a metade da riqueza arrolada; os 55% mais pobres tinham acesso a apenas 10% ou 20% do valor dessa riqueza. Com a descoberta de ouro em Minas Gerais, Taubaté especializou-se em prover a região mineradora de gêneros alimentícios, o que incentivou a mudança da mão-de-obra nativa para a africana e a instalação de *plantations* açucareiras. Independentemente das mudanças, a elite local seguiu representando 11% dos inventariados, que continuaram a deter de 40% a 55% da riqueza. Porém a introdução do ouro na economia gerou um empobrecimento relativo das faixas menos privilegiadas que, embora continuassem representar 57% dos inventariados, passaram a deter apenas 13% da riqueza.²⁷⁸

Parece que a sociedade em foco, apesar de toda a sua diversificação e abertura de possibilidades aos segmentos sociais, esteve reiterando tal característica. A consequência

²⁷⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. Op. cit. p. 271.

²⁷⁷ ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. (Dissertação de Mestrado).

²⁷⁸ *Ibidem*. p. 72-78.

imediate dessa desigualdade na distribuição da riqueza é a perpetuação da diferença. Diferença que não estava presente apenas na fronteira que separa ricos e pobres, como também na grande classe de médios proprietários. Dessa forma, as evidências encontradas para vila de Barbacena, mesmo tratando-se de dados locais, reiteram características de aspecto mais geral.

Partindo-se para a composição dos investimentos em cada uma das faixas de fortunas, pode-se começar a ver mais claramente os fatores que proporcionaram a construção da hierarquia econômica apontada.

**Tabela 31: Participação (%) dos Ativos por Faixas de Fortunas
Barbacena (1791-1822).**

ATIVOS	Pequenos Propr. 0 a 500 libras	Médios Propr. 501 a 2000 libras	Grandes Propr. Mais de 2001 libras
	%	%	%
Pertences e Utensílios	1,91	1,38	1,41
Mobiliário	0,75	0,54	0,47
Dinheiro	0,63	1,39	1,19
Jóias	0,33	0,20	0,21
Inst. Profissionais	0,54	0,39	0,21
Equipamentos	1,24	0,84	0,95
Roças/Colheita	0,57	1,35	0,94
Animais	10,85	8,83	7,93
Escravos	52,06	34,68	28,09
Bens de Raiz	25,52	39,51	43,68
Dívidas Ativas	5,23	9,91	13,29
Mercadorias	0,30	0,93	1,61
Outros	0,07	0,05	0,02
Total Monte-mor	100	100	100
Nº de Inventários	186	81	34

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretaria de Vara Cível.

Propr. = Proprietários

Os dados da tabela 31 informam que, na faixa dos pequenos proprietários, os ativos estão concentrados em escravos (52,06%), bens de raiz (25,52%), animais (10,85%) e dívidas ativas (5,23%), respectivamente. De um modo geral, tendo como referência a distribuição dos ativos feita no item 2.1 deste capítulo, chama a atenção a grande diferença na inversão ocorrida no padrão geral apresentado, no qual percebemos vigorar a maior presença de bens

de raiz (38%), escravos (35%), dívidas ativas (11%) e animais (9%). Os dados demonstram que era mais fácil aos pequenos proprietários possuírem escravos, em vez de terem algum tipo de bem de raiz, seja urbano ou rural. Como delineamos ao longo do capítulo, a principal forma de reprodução da riqueza engendrada na vila deu-se através do acesso à terra. Da terra surgiram as melhores oportunidades de investimentos, ou melhor, as mais lucrativas, uma vez que, como observamos, o padrão de investimento é aberto a todos os grupos variando somente o nível de lucratividade cada um. A explicação para a grande concentração de escravos, na faixa dos pequenos proprietários, reproduz uma característica da economia colonial como um todo, “na qual mesmo esses estratos pobres teriam acesso a fatores de produção bastante baratos”²⁷⁹, como o escravo. Sobre isso já discutimos anteriormente que a sua produção social na África não estava propriamente vinculada ao mercado.

Quanto à terra, apesar da região da vila de Barbacena ter se apresentado como de fronteira, o período em análise trata do momento da consolidação de sua ocupação, que vinha ocorrendo desde o início do século XVIII. Assim foram os primeiros habitantes que conseguiram as melhores áreas e as obtiveram em sesmaria primeiramente. Tal feito abriu melhores oportunidades àquelas pessoas que já contavam com algum cabedal ou fosse oriunda de famílias nobres de outras localidades. Tais requisitos, eram facilitadores da obtenção de uma sesmaria por mercê régia. Não seria, por isso, arriscado dizer que os grandes proprietários do período em análise, na pesquisa, remontam à abertura da povoação.

De qualquer forma, João Fragoso e Manolo Florentino já demonstraram, através do caso do Rio de Janeiro, que os mais ricos na hierarquia econômica possuíam maiores opções econômicas. Em nosso caso, o topo da hierarquia tende a ser ocupado pelo estrato da sociedade que conseguiu diversificar suas atividades a fim de obter maior lucratividade. Essas atividades eram voltadas ao meio rural.

Na faixa de médios proprietários, notamos que os bens de raiz já passam a ocupar o primeiro lugar nos investimentos (39,51%), seguidos dos escravos (34,68%), das dívidas (9,91%) e dos animais (8,83%). Verificamos, portanto, que não só os bens de raiz crescem na representatividade, como as dívidas ultrapassam os animais. Como vimos, a pecuária foi uma importante atividade desenvolvida na região. Entretanto o fato de as dívidas tornarem-se mais proeminentes nos médios e também grandes proprietários (13,29%) sugere a possibilidade de maior mercantilização da produção com geração de maior liquidez. Nos pequenos proprietários, percebemos que o valor das dívidas passivas ultrapassa, em muito, as da dívida

²⁷⁹ FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João Luís. Op. cit. p. 185

ativa. Para 7:661\$658 contos de réis de ativo, encontramos 22:008\$219 de passivo. Já entre os grandes proprietários essa relação foi bem mais equilibrada. Quase que os valores se sobrepuseram: 51:732\$250 contos de réis de ativo para 52:991\$033 de passivo. Tal averiguação reforça a idéia de que o grupo dos grandes proprietários detinha maior lucratividade em suas relações mercantis.

Portanto, comparando-se as riquezas compreendidas no grupo dos grandes proprietários com os de menores fortunas, notamos, sobretudo, a presença de propriedades rurais de maiores proporções e, assim, de produções que, sendo também destinadas à subsistência, visivelmente geravam excedentes comercializáveis, em sua maioria, frutos de atividades agropastoris. Entretanto nota-se a dificuldade de relacionar, de um modo geral, as pessoas dessa faixa a apenas um tipo de atividade econômica.

Como exemplificação, temos o processo de inventário de um grande proprietário, José Pereira dos Santos, morador na paragem e sítio, chamado a Roça do Paraibuna, no termo da vila de Barbacena, onde residia com sua esposa Quintiliana Maria Alves, inventariante por ocasião de seu falecimento. José era pai de oito filhos, os quais eram todos crianças. A mais velha tinha apenas 13 anos, em 1807, quando o inventário foi aberto. O grosso da sua riqueza estava concentrado em sua fazenda que era composta “de casas de sobrado, paiol, moinho, chiqueiro, rancho de tropas, ponte sobre o dito rio, coberta de telha e mais benfeitorias todos menos o monjolo que não está coberto de telha com capoeiras e matos virgens, caminho de carro, quintal com árvores de espinhos, bananal e mais uma sesmaria anexa a esta com estrada”²⁸⁰. Toda essa propriedade somava a quantia de 3:400\$000 contos de réis e representava 41,17% de sua riqueza. Era proprietário também de 23 escravos e eles representavam 34,77% dos ativos inventariados.

Chamam a atenção na propriedade desse senhor, as benfeitorias que compunham sua fazenda, principalmente o rancho de tropas. Ele mesmo possuía uma tropa com 23 bestas arreadas das melhores. Vemos tratar-se, então, de um produtor tropeiro, visto que, além da tropa, possuía uma roça de milho, 100 cabeças de porcos, 32 cabeças de bovinos, 10 ovinos e 09 animais cavallares. Possuía, ainda, ferramentas de carapina e de ferreiro, fazendo com que dispensasse gastos com pessoas de tal ofício. Apesar de não encontrarmos nenhum de seus escravos com especificação de profissão, tudo indica que essas tarefas eram realizadas por eles.

²⁸⁰ Inventário *post-mortem* de José Pereira dos Santos. AHMAS; Código: 01; Caixa: 50; Ordem: 11.

Claramente, as atividades desenvolvidas na fazenda eram destinadas ao mercado, mesmo ela sendo uma unidade rural. Aliás, a região da vila de Barbacena, pelo que vimos, destacou-se pela mercantilização nas áreas rurais. Como tropeiro, poderia agir como intermediador de outros proprietários que não contassem com esse aparato e, por conseqüência, tinha as oportunidades de lucratividade aumentadas.

Essa situação exemplifica claramente a tese de que

(...) a dinâmica de funcionamento do mercado não capitalista brasileiro conduzia os mais pobres homens livres ao investimento nas atividades de menor lucratividade, com o que se perpetuava a pobreza e a reiteração temporal da altíssima diferenciação social – do poder, enfim.²⁸¹

Desse modo, exemplificando a situação dos pequenos proprietários, temos o caso do processo de inventário de Antônio Joseph Coutinho²⁸² e de João Ferreira dos Santos²⁸³. Ambos faleceram no ano de 1820. Ambos eram casados e o primeiro tinha naturalidade portuguesa. Em seus inventários, basicamente, encontramos arrolados em seus bens a posse de quatro escravos para Antônio e de mais quatro escravos para João. Não há menção à atividade que desenvolviam ou a qualquer outro tipo de bens, entretanto não deixaram de ter escravos. Perguntamo-nos, então, como podemos explicar tal situação. Como já mencionamos, o sistema econômico abordado carrega características de uma economia pré-industrial. Nesta, a economia encontra-se perpassada pelas relações sociais travadas entre seus membros e não há uma busca motivada essencialmente pelo lucro. Portanto os interesses dos indivíduos estão sujeitos à proteção de sua situação social. Dessa forma, os processos de produção e circulação relacionam-se mais à manutenção do prestígio social e da subsistência²⁸⁴.

Esse tipo de sociedade é perpassada por uma frágil divisão social do trabalho. Tal característica revela que as aplicações dos excedentes econômicos visavam também a reiteração de uma hierarquia social desigual na qual a posse de escravos já diferenciava aquele sujeito dos demais que não tinham acesso a este bem. Entretanto, pela baixa liquidez perceptível através dos baixos índices de dinheiro, utensílios e jóias, em qualquer faixa de proprietários, poucos sujeitos possuíam condições econômicas de realizar investimentos para além de esferas bastante localizadas. Por isso, novamente reiteramos que é a capacidade de

²⁸¹ FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João Luís. Op. cit. p. 184.

²⁸² Inventário *post-mortem* de Antônio Joseph Coutinho. AHMAS; Código: 02; Caixa: 167; Ordem: 14.

²⁸³ Inventário *post-mortem* de João Ferreira dos Santos. AHMAS; Código: 01; Caixa: 09; Ordem: 22.

²⁸⁴ POLANY, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 62-75.

circulação e diversificação da produção o principal mecanismo de acumulação das maiores riquezas.

Ao chegarmos neste ponto, percebemos que, se a capitania mineira se reordenou na transição do século XVIII para o XIX, o espaço por nós estudado, em muito, singulariza as características das conformações sócio-econômicas das Minas nesse momento e nessa região. Integrada a esse universo, a vila de Barbacena não esteve simplesmente atrelada às características mercantis, agrícolas e pastoris. Reproduziu, ao mesmo passo, a desigualdade. Num momento em que, talvez, um maior número de pessoas pudessem ter tido acesso a uma parcela significativa da riqueza que esta região fora capaz de gerar, grande parte da população ainda era constituída de pequenos e médios proprietários que dividiam a menor parte das fortunas.

Se a forma de reprodução desse sistema econômico, como percebemos, foi extensiva, uma parcela significativa da população não teve fácil acesso aos mecanismos que possibilitassem grandes investimentos.

Nesse contexto, cumpre-nos, então, tentar perceber a recorrência de o antigo arraial da Borda do Campo ter sido elevado à condição de vila em fins do século XVIII. Se essa sociedade se comportou da maneira como apreendemos ao longo de todo o primeiro e segundo capítulo, ela o fez com a imposição do Estado, a partir do início de nosso recorte cronológico, em 1791. Mediante toda a conformação sócio-econômica pela qual Minas vinha passando (com a crise da extração do ouro), fazer-se mais e melhor representada numa área em expansão, como se apresentou essa localidade, parece ter sido os anseios da Coroa Portuguesa. Em contrapartida, dentro dessa sociedade que estudamos até agora, qual o nível de inserção de algumas pessoas que também requisitaram a constituição da vila à coroa? Esse é um dos pontos a que nos dedicaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

Poder e privilégios: a criação da vila de Barbacena e a inserção econômica de sua nobreza.

Vimos, no capítulo anterior, que a forma de reprodução do sistema econômico vigente em Minas Gerais, mais especificamente na vila de Barbacena, apresentou a possibilidade constante de anexação de terras de forma extensiva com o uso disseminado de mão-de-obra escrava. As atividades engendradas demonstraram ser altamente mercantilizadas, com diferentes vínculos com o mercado. Ao mesmo tempo, a hierarquização econômica também foi um fator intrínseco a esse modelo. Entretanto, a procura pela diferenciação não somente econômica como também social está no âmago das sociedades de tipo não industriais, como a que estudamos demonstrou ser. A reprodução desse sistema econômico, portanto, perpassou por um reconhecimento de prestígio e poder local, que nem sempre esteve ligado à riqueza material.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é tentar apreender essas nuances na sociedade em foco. Para tanto, analisarei os pressupostos responsáveis por fazer com que essa região fosse agraciada com o título de vila (um título nada desprezível na América Portuguesa, onde características sociais de Antigo Regime faziam-se presentes). Verificaremos a inserção socioeconômica de alguns indivíduos que solicitaram a criação da vila e que, por causa disso, podem ser considerados como a elite, inclusive nobreza local. Indagaremos a conformação desse grupo: se homogêneo ou não, quais as atividades por eles desenvolvidas, de qual riqueza se valiam e quais os tipos de relações engendraram no espaço da vila

3.1 – As Câmaras Ultramarinas como instituição de poder

O caminho percorrido, até aqui, demonstrou-nos que, da sua criação em 1791 até os idos de 1822, a região de Barbacena passou por um momento de intensificação de seu povoamento. A sociedade que se configurava foi capaz de se desenvolver e reproduzir-se, internamente, dentro de um regime escravista, em que o grosso da riqueza concentrava-se nas mãos de um pequeno grupo. Tais características nos fazem pensar que a elevação de Barbacena à categoria de vila foi de fundamental importância para o desenvolvimento da região. Mas também suscita algumas questões acerca dos motivos e da lógica sócio-econômica que teriam impulsionado a criação da vila em fins do século XVIII.

É sabido que durante o setecentos, dezesseis vilas são criadas em Minas Gerais. Nove delas são fundadas entre 1711 e 1730, respondendo à necessidade de fiscalização da produção aurífera e de controle da população turbulenta que se instalara na região. As demais são instituídas entre os anos 1789 e 1814. Com exceção de Paracatu, todas se localizam na comarca do Rio das Mortes. Parece que, com a queda na produção de ouro na parte central da capitania, as áreas periféricas, especializadas na produção e comercialização de gêneros de abastecimento, ganham um reforço em sua população formando dezenas de novos arraiais.

Podemos perceber, então a relação entre essas fundações e o contexto em que estavam inseridas, e quase caímos na tentação de afirmar que essas vilas só foram instituídas tendo por base o fator econômico. Porém esse aspecto não explicaria a ausência de novas vilas no intervalo entre 1730 e 1789, período de relativa prosperidade econômica em muitas regiões da capitania.

A historiadora Cláudia Damasceno Fonseca²⁸⁵ levantou duas hipóteses acerca dessa lacuna. A primeira, parte da análise da correspondência oficial que circulou entre Minas e Lisboa, a qual indica que as rebeliões fiscais e a insubordinação geral da população levaram os governadores a considerar que as vilas (leia-se câmaras) eram mais nocivas do que úteis aos interesses reais e que, portanto, não valia a pena multiplicá-las. Enfim, notamos uma tentativa centralizadora por parte da coroa. Quanto mais o poder estivesse restrito a um número reduzido de pessoas e localidades, maior facilidade de governabilidade. A segunda hipótese levantada pela historiadora trata da oposição de outras autoridades às quais o Conselho Ultramarino pedia pareceres. Os ouvidores e, principalmente, os oficiais das câmaras existentes não queriam ver seus territórios de jurisdição desmembrados.

Analisando essas hipóteses da autora, chegamos a um documento de 1798, que mostra a indignação da câmara de São José com o desmembramento do arraial da Borda do Campo de seu termo. Mesmo depois da criação da vila de Barbacena, os homens bons daquela localidade apresentaram, em uma carta dirigida ao governador, argumentos que comprovavam a incapacidade desse arraial de abrigar uma câmara.

(...) A recompensa do trabalho he dictame de equidade e justiça. E que coisas mais equidoza do que permitir-se a esta Câmara compreender no seu termo o descoberto e os arrayaes que nelle se crearão! (...) Agora estamos a risco de em um instante perder o fruto e premio de tantos annos de trabalho. (...) Não é esta a primeira vez que ella sofre e sustenta ataques de povos que pretendem dezaneixarçe. Os da Borda do Campo já recorreram a Sua Magestada para levantarem pelourinho com privilégio de Villa no

²⁸⁵FONSECA, Cláudia Damasceno. *Funções, hierarquias e privilégios urbanos: A concessão dos títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Varia História, n.º. 29, janeiro, 2003. p. 41-42.

Arrayal da Igreja Nova. A grandeza da sua povoação, a longitude e defeculidade dos Caminhos forão como hoje representadas com vivas cores para conseguirem o seu intento mas mandando Sua Magestade pella ordem de 1763 ouvornos foram dezatendidos.²⁸⁶

Assim, podemos observar que, durante a segunda metade do século XVIII, erigir um pelourinho na região das Minas envolvia mais do que questões econômicas. Tratava-se de um conflito de interesses e de uma constante disputa pelo poder, que colocava, de um lado, os principais da terra, a saber a elite e sua nobreza e, do outro, os oficiais de câmaras já existentes que diziam ter trabalhado durante anos para legitimarem seu poder na região. O documento vem endossar a segunda hipótese apresentada por Cláudia Damasceno Fonseca na medida em que demonstra os esforços da câmara de São José para impedir a criação da vila de Barbacena.

Porém o parecer apresentado nos deixa em dúvida quanto à existência de uma política clara de contenção do número de vilas por parte do Conselho Ultramarino, como quer a primeira hipótese da autora. A presença de pareceres ignorados, como é o caso deste da câmara de São José, nos mostra que a criação de vilas e a conseqüente instituição de câmaras não foram tão nocivas aos interesses da coroa. Pelo contrário, a presença do aparato administrativo metropolitano na região representaria a expansão da soberania do Estado português em Minas Gerais, que, às custas de interesses particulares – notadamente dos homens componentes da intitulada nobreza da terra – seguiu o projeto de implantação de uma sociedade ordenada e hierarquizada.

A expansão do Estado português se deu em função das especificidades da região de Minas. Diante de uma localidade com abundantes riquezas minerais que atraía toda a sorte de aventureiros em busca de enriquecimento fácil, tornava-se imperativo que a coroa adotasse formas diferenciadas de controle que abarcassem não apenas o âmbito material, mas também a vida social das pessoas que ali viviam. O Estado colonizador português transferiu para a região todo o seu aparato político, jurídico e administrativo. Entre as instituições características do império marítimo português, as quais se fizeram presente na capitania, destacam-se as Câmaras Municipais. Segundo Charles R. Boxer, as câmaras municipais foram instituições fundamentais na construção e na manutenção do Império Ultramarino. Elas podem ser descritas, junto com as Misericórdias, como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa, desde o Maranhão até Macau, pois constituíam um modelo quase

²⁸⁶ VELLOSO, Herculano. *Ligeiras Memórias sobre a Vila de São José nos Tempos Coloniais*. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955. p. 55.

universal e relativamente uniforme de organização local em todo o território da monarquia portuguesa e em suas conquistas.²⁸⁷

Dentre as características principais das câmaras, importa-nos ressaltar a de maior relevância para esse estudo. As câmaras se constituíam em um lugar privilegiado de negociação com o centro – a Coroa portuguesa – ou seja, funcionavam como um espaço de interlocução entre o poder local e o poder central e, dessa forma, tornavam-se veículos de nobilitação e obtenção de privilégios.

Estudos recentes têm demonstrado a importância da ocupação dos cargos políticos para a formação e consolidação da elite senhorial no Brasil Colônia. Esses trabalhos têm suas conexões com o que os historiadores portugueses também estão realizando, principalmente, no tocante às mudanças de referências na historiografia política e institucional da Europa meridional. António Manuel Hespanha destaca que categorias como as de “Estado”, “centralização” ou “poder absoluto” já não fazem parte das explicações dos estudos sobre a dinâmica do poder nas sociedades de Antigo Regime. Em um esforço de tentar sintetizar as principais conclusões das várias investigações monográficas, o autor destaca os seguintes pontos de vista:

O que resultou foi um conceito novo da monarquia portuguesa (pelo menos até meados do séc. XVIII), agora caracterizada como uma monarquia corporativa, em que: o poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia; o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (*ius commune*) e pelos usos e práticas jurídicos locais; os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes; os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real.²⁸⁸

Nesse sentido, poderes metropolitanos e elites senhoriais locais não constituíam pólos antagônicos, mas sim complementares. Atuavam dentro de uma mesma lógica, típica do Antigo Regime, marcada pela noção de privilégio e reciprocidade. Segundo Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, para além da dicotomia simplificadora entre metrópole e colônia, o poder estruturou-se, no Império português, tendo por base uma complexa “economia do dom”. Ainda de acordo com esses autores:

²⁸⁷ BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 286.

²⁸⁸ HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviaamentos correntes. In: *O Antigo Regime nos Trópicos...* Op. cit. p. 166-167.

Acto de natureza gratuita, o dom fazia parte, na sociedade de Antigo Regime, de um universo normativo preciso e detalhado que lhe retirava toda a espontaneidade e o transformava em unidade de uma cadeia infinita de actos beneficiais, que constituíam as principais fontes de estruturação das relações políticas.²⁸⁹

A “economia do dom” encontra-se definida a partir dos atos de dar e retribuir, constituindo redes de “amizade” desiguais. Segundo Godelier, o ato de dar institui uma relação de solidariedade, pois quem dá partilha o que tem ou o que é com aquele a quem dá. Trata-se de uma relação de superioridade, pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida com aquele que deu, encontrando-se sob sua dependência até o momento em que conseguir restituir o que lhe foi dado.²⁹⁰ Para o autor:

Dar parece instaurar assim uma diferença e uma desigualdade de status entre o doador e o donatário, desigualdade que em certas circunstâncias pode se transformar em hierarquia: se esta já existisse entre eles antes do dom, ele viria expressa-la e legitimá-la ao mesmo tempo. Portanto, dois movimentos opostos estariam contidos em um único e mesmo ato. O dom aproxima os protagonistas porque é partilha e os afasta socialmente porque transforma um deles em devedor do outro.²⁹¹

Se transportarmos essas questões para o nível da administração colonial, podemos observar que o monarca, na distribuição dos cargos políticos, estabelecia uma teia baseada na troca de prestígios e favores, que eram distribuídos como forma de recompensa por algum serviço prestado. Nessa medida, notamos a formação de uma escala hierárquica de transmissão de prestígio e poder: em troca das benesses recebidas, o concessor pretendia contar, sobretudo, com a fidelidade e a gratidão do beneficiado.

Parece que a colônia se apropriou muito bem do ter que partilhar o mando com a coroa. Minas Gerais demonstra ter sido um destes espaços no qual este jogo político esteve presente. Com toda a sua riqueza, os poderes metropolitanos não poderiam deixar de firmar alianças com os poderes locais. Concediam benesses, privilégios e cargos a potentados, buscando uma melhor organização da esfera social, econômica e militar da capitania. Convém destacar que o Estado português, desde a descoberta de jazidas minerais, esteve preocupado com o controle das Gerais, fato este bem retratado pela historiografia. Nas palavras de Carla Anastasia:

²⁸⁹ HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In MATTOSO, José. (org). *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 4. p. 382.

²⁹⁰ GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 23.

²⁹¹ Idem.

Apesar da forma pouco consensual com que a historiografia tem tratado a política colonizadora e a administração portuguesa, o sucesso na imposição da ordem pública nas Minas setecentistas e a eficácia do aparelho burocrático repressivo e fiscalizador na região estão sempre presentes.²⁹²

Essa onipresença do Estado nas Minas escondia uma dificuldade da coroa em exercer a dominação de todas as suas possessões. Assim, o monarca delegava poder de mando aos potentados, buscando inseri-los na ordem administrativa. Esses por sua vez, utilizavam os cargos e os ofícios que ocupavam, segundo interesses próprios, o que poderia gerar uma sensação de desordem. Segundo Júnia Furtado:

Nas Minas, tudo parecia estar fora do lugar. Mas, paradoxalmente, grande parte deste descontrole era resultado da maneira como o poder se organizava desde a Metrópole. A necessidade de se utilizar dos potentados para levar a autoridade à periferia, o excesso de poder de funcionários, a falta de uma hierarquia clara, o caráter pessoal do mando, tudo contribuía para, uma vez distante do centro, aumentar a confusão entre a esfera pública e a privada e imprimir a sensação de desgoverno.²⁹³

No entanto, ainda segundo Furtado, é necessário destacar que isso era apenas aparência, pois, mesmo exercendo o poder de maneira pessoal, esses homens se identificavam como vassalos do monarca, contribuindo para a efetivação do poder régio em todas as instâncias. Dessa forma, as elites coloniais puderam contar com diversos palcos de expressão política em suas relações com a metrópole e, com certeza as câmaras funcionaram como um desses importantes espaços, principalmente ao nível mais regionalizado.

Desempenhar cargos na câmara conferia privilégios que contribuía para aumentar o prestígio dos membros dessa elite e assegurar a hierarquia social vigente. Segundo Joaquim Romero Magalhães, nas mãos dos que compõem as vereações estava a essência da regulamentação da vida econômica das populações. E, em cada instância da sociedade, eles se faziam presentes: na organização e controle do funcionamento dos mercados, na taxação de preços e ofícios, na determinação das folhas de sementeira, na defesa das fronteiras, na guarda da saúde e no recrutamento militar.²⁹⁴

A participação da elite política na economia nos remete ao conceito de *economia do bem comum*, que foi bem sublinhado por João Fragoso. Para o historiador, essa economia encerrava uma forma particular de apropriação do excedente social, na medida em que os

²⁹² ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes: Violência coletiva nas Minas da primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 1998. p. 17.

²⁹³ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio. A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 148.

²⁹⁴ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve Económico (1600-1773)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 323.

bens e serviços eram concedidos pelo rei a apenas alguns eleitos. Tal privilégio era exercido na condição de monopólio. Dessa situação decorria a possibilidade de aqueles eleitos se apropriarem dos rendimentos de segmentos da produção social. Instituíam-se, assim, um mercado imperfeito, regulado pela política, cujo funcionamento não dependia somente da oferta-procura e nem dos preços dela derivados. Segundo o autor, esse tipo de estrutura favoreceu a existência de uma hierarquia social excludente e de uma estratificação própria do Antigo Regime, na qual a mobilidade passava por serviços prestados ao rei. Dessa forma, as pessoas originárias da pequena fidalguia ou mesmo do braço popular do reino puderam, por meio de seus serviços, transformar-se nas melhores famílias da terra. Porém, uma vez adquirido tal status, elas passariam, praticamente, a controlar as melhores dádivas do rei e da câmara.²⁹⁵

Pensando, portanto, a arquitetura política do Império português sob esse prisma, acreditamos que podemos afirmar que o ato de transformar um arraial em vila faz parte desse sistema de concessão de títulos, privilégios e funções (administrativas, religiosas, militares) que ilustram e enobrecem as localidades que os recebem. As aglomerações urbanas são, de certa forma, personificadas e podem ser assimiladas à nobreza que elas, por vezes, acolhem.²⁹⁶

Assim, tudo o que significava estar na condição de “vila” nas possessões ultramarinas fez com que a elite local do arraial da Igreja Nova da Borda do Campo solicitasse a criação da vila da Barbacena. A impulsão da economia, que observamos, estava dada e já era perceptível e a representação política era algo que se colocava em pauta. Porém, assim como na concessão de títulos às pessoas, eram analisados os serviços prestados ao monarca. Para a elevação de um arraial à condição de vila, alguns atributos precisavam ser avaliados, como os fatos gloriosos de seu passado, a “nobreza” de seus habitantes, a salubridade de seu sítio, a regularidade das suas ruas, a beleza de suas igrejas e a riqueza de seu território. Somente com todos esses argumentos favoráveis uma localidade poderia ter uma oportunidade de ser elevada à condição de vila, por isso torna-se necessário analisarmos se esses parâmetros foram apresentados para Barbacena e de que forma influenciaram o resultado positivo. É o que veremos a partir de agora.

²⁹⁵ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 47-49.

²⁹⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. Op. cit. p. 43.

3.2 – A criação da vila

Consta que a provável primeira petição feita pelos moradores da região da Borda do Campo, solicitando que o arraial fosse elevado à categoria de vila, tenha ocorrido nos idos do ano de 1773²⁹⁷. Ocorre que, somente em 1791, a população dessa região teria seu pedido atendido, provavelmente através de muito tempo de insistência.

Os argumentos utilizados pelas pessoas que assinaram o pedido perpassaram algumas questões que foram reconhecidas pela Coroa na pessoa do então governador visconde de Barbacena.

O primeiro argumento da petição diz respeito às distâncias e perigos que os povos daquela região experimentavam pelos caminhos do arraial. Não bastasse a dificuldade em se chegar à cabeça do termo para resolverem alguns problemas, o avultado valor das despesas com a justiça também foi relacionado pelos peticionários.

No pedido, ainda fora destacado que, se “*V. Ex.ª tem facilitado a outros povos menos remotos com esta incomparável graça*”²⁹⁸, não poderia deixar de atender ao referido arraial que, com certeza, ao olhar dessas pessoas, possuíam maior merecimento.

Além desses motivos, foram destacados a população, a localização, a necessidade da justiça mais presente e também a segurança aos viajantes para poderem “*girarem seguros nos ditos caminhos e não experimentarem tam execrandas mortes e roubos acontecidos na paraje da Mantiqueira e freguesia da Borda do Campo, como a V. Ex.ª he notório.*”²⁹⁹

Perpassando esses argumentos, podemos perceber como aquela sociedade se enxergava e dava conta de si. Sabia, exatamente, nos pontos a que deveria se referir para alcançar seus objetivos. Suas considerações, pelo que pudemos recuperar desse passado, passam pela prova do historiador do presente. Vimos como, realmente, aquela população estava crescendo. A sua localização no Caminho Novo era estratégica desde o início da povoação. Não obstante a todo o “desenvolvimento” trazido pelo novo caminho, os sertões do distrito da Mantiqueira ficaram esquecidos durante muito tempo. Dessa forma, segundo a Prof. Carla Maria Junho Anastásia, em recente obra que se originou de vários outros trabalhos:

²⁹⁷ OLIVEIRA, Pablo Menezes e. *A formação de vilas no final do século XVIII na Capitania de Minas Gerais*. Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-MG. Juiz de Fora, 2004. p.6.

²⁹⁸ Autos da criação da Villa de Barbacena na Comarca do Rio das Mortes. RAPM. Ano 1. jan./mar. 1896. Ouro Preto, 1896. p. 120. Ver anexos p. 170.

²⁹⁹ Idem.

O abandono do distrito da Mantiqueira pelas autoridades que o supunham, ou fingiam supor, povoado apenas pelas ferozes nações indígenas dos Xopotós, Puris e Ososós, favoreceu ação daqueles que eram e dos que foram considerados pelas autoridades os facinorosos das estradas.³⁰⁰

A quadrilha de salteadores da Mantiqueira não deixou de dar sua contribuição à elevação do arraial, já que as pessoas bem lembraram de ressaltar esses acontecimentos para justificar a presença do aparato administrativo na região.

Singular na percepção da validade dos argumentos é, propriamente, o discurso do então Governador e Capitão Geral da Capitania de Minas Gerais. Visconde de Barbacena, ao referir-se ao porquê da concessão do título de vila àquele arraial, pondera:

que tendo considerado a grande distancia (...) a cujos termos pertensem a qual em partes excede a trinta legoas (...) com a maior deserem muitas vezes obrigados a deixarem as suas accoens, e direitos por temerem as avultadas despezas (...) que atendendo também e principalmente ao bem, esocego publico que padesse com a falta de Polícia em que necessariamente devem viver os Povos (...) Sendo, esta falta de muitos maiores consequências no Territoria assima mencionando em rezão de ser atravessado pela Estrada que comonica esta Capitania, e as outas das Minas com a Cidade do Rio de Janeiro, cujas relações políticas, e comerciantesfazem hum objecto digno de toda a Contemplaço (...) que por todos estes motivos resolvera elle Excelentíssimo Senhor Visconde Governador deferir ao rquerimento dos moradores do sobredito Território o qual vai junto a este auto, Creando Villa este Arraial não so por ser o mais central, e populozo deste distrito, mas porque a sua tituação na extremidade do matto, e onde da estrada do Rio de Janeiro se dividem as das Comarcas desta Capitania, e as que encaminhão para a de Goiás, e Matto Grosso fazem mais necessárias, e interessantes neste Lugar a Polícia e Economia publica para segurança, e cômodo dos Viajantes, para bem e melhoramento do Comercio, o qual aqui tem como a sua chave. (...).³⁰¹

Confrontando a fala do Governador com o requerimento dos representantes do arraial e região, verificamos que todos os motivos pareciam bem plausíveis aos olhos do representante da coroa portuguesa nas Minas.

Ao rever a historiografia acerca da Inconfidência Mineira, João Pinto Furtado atesta o fato de que, na organização político-administrativa da capitania, a comarca do Rio das Mortes, a que mais crescia em termos econômicos e demográficos, estaria sub-representada, em fins do século XVIII, no que se refere ao número de câmaras existentes, em relação aos seus contingentes demográficos, às ligações comerciais e atividades econômicas ali empreendidas. Segundo o autor, provavelmente, este também terá sido, ao mesmo tempo,

³⁰⁰ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Geografia do Crime*. Violência nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 2005. P. 90

³⁰¹ Autos da criação da Villa de Barbacena na Comarca do Rio das Mortes. RAPM. Ano 1. jan./mar. 1896. Ouro Preto, 1896. P. 123.

motivo de descontentamento e um dos fatores de desagregação do movimento, principalmente, em localidades como Campanha do Rio Verde e arraial da Igreja Nova da Borda do Campo. Essas regiões foram importantes focos de descontentamento e constituíam lugares de maior inserção econômica de alguns dos líderes do levante. Por isso, não seria mera coincidência o fato de que, logo após a repressão do movimento, esses foram os primeiros (leia-se únicos) locais atendidos no seu antigo desejo de serem alçados à condição de vila. João Pinto Furtado acredita que a criação de tais vilas significava uma concessão do visconde de Barbacena aos interesses da elite local, que desejavam se ver melhor representada frente ao rei, já que as câmaras municipais estabeleciam relações diretas com a Coroa. Ele afirma que, ao criar e dar seu próprio nome a uma das vilas, o visconde estaria dando provas de sua ingerência no processo de devassa e reafirmando uma característica do seu governo, a aliança entre repressão e negociação.³⁰²

No entanto vimos que, nas solicitações de criação de vilas, alguns argumentos eram lançados para sensibilizar as autoridades metropolitanas, principalmente, aqueles que demonstravam apreço e fidelidade à Coroa. Uma das maneiras de se alcançar algum êxito era através do nome. Segundo Cláudia Damasceno Fonseca, as denominações das vilas eram elementos distintivos e emblemáticos ostentados pelas câmaras e podiam ser mais ou menos alusivos.³⁰³ Dessa forma, o fato de o visconde dar seu nome à vila de Barbacena nada tem haver com o seu governo, mas sim demonstra um forte apego às características do Antigo Regime.

Portanto, aos 14 dias do mês de agosto do ano de 1791, estava criada a vila de Barbacena que, a partir daquele momento, teria: *“todas as prerogativas, privilegios, izemçoens, honras, foros e liberdades, que nesta qualidade lhe pertencem, e ficam pertencendo, e para Ser governada por hua Câmara própria, Juizes ordinários, e mais Justiças, que lhe convem com toda a Jurisdicção”*³⁰⁴. Com esse ato, por tudo o que percebemos através de alguns apontamentos da historiografia, poderíamos dizer que *“referidos moradores, nobreza e povo que presentes estavam”*³⁰⁵ passaram, a partir de então, a estarem melhor representados politicamente.

Pela descrição dos que estavam presentes (moradores, nobreza e povo), podemos inferir que a criação da vila fora algo que mobilizou toda a população da região. Já o pedido

³⁰² FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 159.

³⁰³ FONSECA, Cláudia Damasceno. Op. cit. p. 47.

³⁰⁴ Autos da criação da Villa de Barbacena na Comarca do Rio das Mortes. RAPM. Ano 1. jan./mar. 1896. Ouro Preto, 1896. p. 122.

³⁰⁵ Idem. p. 123

de elevação, provavelmente, ficou a cargo da elite local, a saber, a nobreza presente no ato de criação da vila.

Essa constatação nos fez indagar sobre que tipo de nobreza seria aquela, e qual a sua inserção dentro de uma sociedade que, como vimos, consolidou-se desigual e hierarquizada economicamente. Tentemos nos ater melhor esse questionamento.

3.3 – Os melhores da terra

Visto a importância da criação da vila e, por conseguinte, da câmara da vila de Barbacena nos quadros da transição do século XVIII e XIX, como uma das formas de perpetuação da diferença através da possibilidade do mandonismo local, torna-se imperativo avaliar a inserção daquelas pessoas que manifestaram-se à Coroa em favor de tal feito. Na sociedade ultramarina de Antigo Regime, os indivíduos possuíam a visão de que o mundo, a “ordem natural das coisas” era hierarquizado; de que as pessoas, por suas “qualidades” naturais e sociais, ocupavam posições distintas e desiguais na sociedade, ou seja, a posição de um indivíduo na sociedade dependia de sua qualidade (leia-se de sua capacidade de mando na República³⁰⁶). Portanto a busca para a aquisição ou aumento dessa qualidade social era uma constante. Não obstante a acumulação econômica servia para reiterar uma determinada ordem social e política.

Não sem motivos, então, um grupo de moradores das freguesias da Borda do Campo, Engenho do Mato, Simão Pereira e outras paragens dirigiram-se, diretamente, ao governador das Minas com um pedido de ereção de casa de câmara e pelouro em Barbacena. Diante do crescimento populacional e econômico da região, era imperativo a presença dos “principais da terra”, dos nobres à frente de instituições como a câmara.

Entretanto, mesmo antes da criação da vila, existia um grupo que era reconhecido como a nobreza da região. Por ocasião do levantamento do pelourinho, o governador das Minas faz referência que encontravam-se presentes “a maior parte da nobreza e muito povo do dito arraial e sua freguesia”³⁰⁷.

Para o caso do Rio de Janeiro, João Fragoso percebeu que a expressão “nobreza da terra” estaria ligada à antiguidade da família no exercício do poder político-administrativo da cidade e à descendência dos conquistadores. Algo diferente do que ocorria no reino, onde a

³⁰⁶ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: *O Antigo Regime nos Trópicos...* Op. cit. p. 53.

³⁰⁷ Autos de criação da vila de Barbacena... Op. cit. p. 121.

noção de nobreza consistia na existência legal, “no sentido de uma posição hierárquica superior referendada pela lei, como ocorre na sociedade estamental européia”³⁰⁸. Como bem mostrou Nuno Gonçalo Monteiro, no decorrer dos séculos XVI e XVII, a sociedade portuguesa conheceu um alargamento do conceito de nobreza, em parte pelos casamentos entre a elite e os ramos das famílias secundárias da fidalguia, contribuindo para diminuição da distinção entre fidalgo e cidadão. Dessa forma, “para atribuir um estatuto diferenciado aos titulares destas novas funções sociais (...) a doutrina (jurídica) vai criar, ao lado dos estados tradicionais, um ‘estado do meio’ ou ‘estado privilegiado’, forjando-se assim, o conceito de nobreza civil ou política, diferenciando-se, portanto, da verdadeira nobreza derivada do sangue e herdada dos avós”³⁰⁹.

Pelas características do desenvolvimento sócio-econômica da vila de Barbacena, da importância das câmaras em todo império marítimo português e dos motivos e embates envolvidos na criação da vila, essa sociedade estava ciosa de sua própria hierarquia. Mesmo antes da existência da casa de câmara, já existia um grupo de indivíduos vistos como os melhores da terra. Até porque, antes desse aparelho burocrático ser montado, outras formas de poder já se faziam presentes nas regiões como por exemplo os cargos militares das Ordenanças. Entretanto seria a câmara a instância privilegiada para a perpetuação do poder local.

Assim, o que permitia àqueles indivíduos se reconhecerem e serem reconhecidos como a nobreza, aqui entendida como a nobreza da terra? Para o Rio de Janeiro, João Fragoso ressalta a combinação de pelo menos três ingredientes: a descendência com os conquistadores dos primeiros povoadores, o fato de exercerem os postos de mando, na câmara e na administração real, além de a conquista e o mando político lhes dar um sentimento de superioridade sobre os demais moradores³¹⁰.

Assinaram o pedido de elevação do arraial da Igreja Nova da Borda do Campo para vila 112 pessoas³¹¹, que, em sua maioria, também assinaram o auto de criação. Se a condição de vila dava o direito de se formar casa de câmara e essa formação concedia uma abertura de privilégios e possibilidades à região, numa sociedade hierarquizada como essa, se percebe que, muito provavelmente, os maiores beneficiários estariam sendo esse grupo denominado de

³⁰⁸ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: *O Antigo Regime nos Trópicos...* Op. cit. p. 52.

³⁰⁹ BICALHO, Maria Fernanda. A Cidade e o Império... Op. cit. p. 370.

³¹⁰ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: *O Antigo Regime nos Trópicos...* Op. cit. p. 52.

³¹¹ Falamos “aproximadamente” pois, devido à pontuação e a falta dela no documento, podemos ter feito algumas junções e/ou disjunções de nomes.

nobres. De início, eles já foram capazes de manter um contato direto com o centro da administração, no caso o governador, por terem assinado o pedido, provavelmente não por completos analfabetos (condição que já os diferenciava). Por mais que toda a população, desde a escrava, até os grandes senhores estivessem se beneficiando com essa situação, com certeza, esse grupo de pessoas tinha noção das oportunidades abertas, ou seja, a de legitimar suas qualidades mediante a sociedade através da capacidade de mando. O documento não faz menção explícita de que nobres eram os que assinaram o auto de criação, nem mesmo os que fizeram o pedido. Entretanto, nesse mundo de desiguais, cremos não ser possível que pessoas sem projeção social assinassem uma petição ao visconde de Barbacena. Em contrapartida, tal pedido não seria atendido, caso não fossem reconhecidos os nomes e as qualidades de quem solicitava.

Logicamente, esse fato não exclui a presença e participação do povo no ato. Apesar de nessa sociedade não podermos considerar que os corpos da vereança viriam a ser representantes da população, havia a certeza de que grandes acontecimentos, como esse, deveriam exprimir o consenso de toda a sociedade local, sob pena do poder destes não serem reconhecidos. Para o Algarve português, Joaquim Romero Magalhães, destaca que, apesar da realeza reconhecer a distinção entre os interesses da nobreza e do povo, a população tinha que ter algum tipo de participação. O autor chegou a citar exemplos que demonstram a participação de pessoas do povo na reforma das posturas de algumas vilas³¹².

Dessa forma, consideramos os nomes listados no pedido de elevação da vila uma fonte que pode nos mostrar quem eram os melhores dessa terra por volta do ano de 1791, os ciosos de terem uma maior circulação pelos mais novos cargos de mando abertos nessa sociedade. Cumpre analisarmos a inserção sócio-econômica desse grupo. Para responder a indagação sobre quem fazia parte da nobreza, o ponto de partida foi tentar localizar o momento em que as pessoas se instalam na região. Assim, cruzamos os 112 nomes da listagem, com o levantamento das sesmarias concedidas para a freguesia da Borda do Campo³¹³, ao longo do século XVIII, e também com a relação de posseiros da serra da Mantiqueira realizada no ano de 1780 pelo capitão comandante Manuel dos Santos e Castro. Esses levantamentos constam nos anexos do trabalho do historiador André Figueiredo. No cruzamento, procuramos verificar os nomes das famílias que se repetiram nos documentos. O resultado que emergiu foi

³¹² MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve Económico*. 1600 – 1773. Lisboa: Estampa. p. 327-328

³¹³ Para o levantamento das sesmarias o autor pesquisou o fundo do Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo Nacional e o Centro de Estudos Mineiros da FAFICH/ UFMG. Vale destacar que o grosso das sesmarias encontradas, encontram-se no fundo seção colonial do Arquivo Público Mineiro. Já a relação dos posseiros na serra da Mantiqueira, a fonte foi o APM – Seção Colonial – Códice 224 – fls. 41-48. Ver: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira...* Op. cit. p. 292-311. Anexos 01 e 02.

que, pelo menos 53% das pessoas que assinaram a petição ao visconde de Barbacena, já possuíam família presente nas paragens, entre o segundo quartel do século XVIII e o ano de 1780.

Consideramos esse percentual muito significativo, uma vez que as cartas de sesmarias, geralmente, eram conseguidas após o estabelecimento da família na região³¹⁴. Esse aspecto ratifica o fato de este grupo possuir uma trajetória nessas paragens desde os primórdios de sua ocupação. Dessa forma, o fato de serem percebidos como a nobreza da região nos faz aceitar as ponderações de João Fragoso para o Rio de Janeiro. O autor explica que essa nobreza da terra está relacionada aos primeiros conquistadores, diga-se, povoadores. Parece ter sido o caso em foco. Mesmo que o cruzamento tenha se realizado pelos nomes das famílias, uma vez que foram poucos os que encontramos os nomes explícitos, eles possuíam uma ascendência e se diferenciavam do restante da população mais recente. Por isso, entende-se que, pela trajetória de suas famílias já estabelecidas na região e com o crescimento demográfico da vila, perpetuar as diferenças sociais e de qualidade demandava um esforço político. Conforme adverte João Fragoso, “o domínio sobre a economia no Centro-Sul americano passaria pela política e mais pela dita nobreza e seus aliados”³¹⁵.

A origem dessas famílias relacionadas ao início da povoação da região, como também das Minas, está diretamente relacionado ao já mencionado no primeiro capítulo: a conquista de novas áreas possuía ligação com a reprodução da própria sociedade uma vez que, abria novas áreas para alojar os novatos das famílias nobres paulistas, fluminense ou nordestina³¹⁶. Portanto, não obstante ao desenvolvimento hierárquico observado na região da vila, elas poderiam ser mantidas e reproduzidas através da política.

Não temos como observar a procedência da entrada no poder desse grupo. Primeiramente, não contamos, para nossa região, com a documentação da câmara que não resistiu ao tempo. Sobre a composição das câmaras só temos dados de cronistas. Entretanto nem todos chegaram a integrar tal instituição e seus integrantes, com certeza, variaram no tempo com certa abertura para uma mobilidade social.

Para adentrarmos um pouco mais no universo dessas pessoas, enfatizaremos a caracterização do grupo quanto a sua inserção sócio-econômica na sociedade abarcada. Para

³¹⁴ Esta inferência não é válida para o documento de 1780 sobre os posseiros, uma vez que, a expedição que gerou este documento tinha por objetivo controlar as posses no sertão da Mantiqueira que não ocorriam via concessão de sesmarias.

³¹⁵FRAGOSO, João. Potentados coloniais e circuitos imperiais; notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.) *Optima Pars*. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005. (Estudos e Investigações – 36). p. 134.

³¹⁶ *Ibidem*. p. 139.

tanto, cruzamos os 112 nomes da petição, anteriormente mencionada, dessa vez, com o banco de dados do Arquivo Histórico Municipal da cidade de Barbacena. Cumpre destacar as atividades produtivas, nas quais estavam envolvidos, seus padrões de vida e como a riqueza se distribuía entre os diversos ativos que compunham suas fortunas. Assim, estaremos trabalhando com o total de 16 inventários *post-mortem*. Deste, 12 estavam na lista. São eles:

- Joaquim Marques da Silva
- José Antônio Ferras
- José de Souza Barreto
- José de Castro Pinto
- José Furtado de Figueiredo
- José Garcia Pereira
- José Ribeiro de Queirós
- José Vidal de Barbosa (pai)
- Manoel da Costa Silva
- Manoel de Sá Fortes de Bustamante de Nogueira
- Manoel Nunes de Abreu
- Manoel Pinto Loureiro

Resolvemos relacionar mais quatro indivíduos:

- Antônio de Miranda Magro
- João Aires Gomes
- João do Vale Amado
- José Vidal de Barbosa (filho)

Essa inclusão fez-se pelos seguintes motivos: o inventariado João Aires Gomes era filho do grande potentado da região e um dos inconfidentes condenados, José Aires Gomes. José Aires Gomes chegou a assinar o pedido. Muito de seus bens passou para as mãos do filho, mesmo depois de condenado pela inconfidência. Provavelmente, continuaram a ser uma das famílias mais abastadas da região. Outro que passamos a considerar foi o processo de Antônio de Miranda Magro. Português radicado nas Minas, era genro do inconfidente José Aires Gomes e, por consequência, cunhado de João Aires Gomes. A análise dos inventários dessa família demonstra o peso de suas posses.

Os outros dois são José Vidal de Barbosa, o moço, filho do brigadeiro José Vidal de Barbosa. O pai assinou a petição e também tem seu processo de inventário incluído nesta análise. Incorporamos, ainda, o filho, que morre logo depois do pai. Por fim, consideramos também o inventário de João do Vale Amado parente de Manuel do Vale Amado que também assinou a petição.

No geral, os quatro documentos que não estavam no cruzamento das fontes são importantes para apreendermos as relações familiares e a inserção da família, e não somente

dos indivíduos. Nessa sociedade hierarquizada, os descendentes carregavam a qualidade da família e as estratégias familiares eram muito importante para a manutenção da diferença.

Com a finalidade de tentarmos perceber a inserção desses homens na hierarquia sócio-econômica da vila, elaboramos a Tabela 32 com o monte-mor deixado quando faleceram. No capítulo anterior, dividimos os inventários do período em três faixas de fortuna. Consideramos como pequenos proprietários os que possuíam até 500 libras. De 501 a 2000 libras foram vistos como médios e acima de 2001 libras classificamos como grandes proprietários. Para a tabela abaixo, adotamos o mesmo critério.

A primeira observação relevante, na análise dos dados, é o fato de percebermos certa igualdade na distribuição desses homens por todas as faixas de fortuna: 25% estão na de pequenos proprietários; as faixas de médios e grandes proprietários representam 37,5% cada uma. Por outro lado, podemos considerar que o grosso dessa nobreza compõe-se de médios a grandes proprietários. Este é um fato interessante, pois, no capítulo anterior, vimos que 61,8% da população inventariada³¹⁷ estava concentrada na faixa de pequenos proprietários. Dessa forma, percebemos como a nobreza da terra da região foi capaz de angariar certa fortuna e chegarem ao final do século XVIII e início do século XIX, não somente como os melhores da terra pelos seus feitos desbravadores na área de fronteira, como também obtiveram as melhores oportunidades de estarem no topo da hierarquia econômica.

³¹⁷ Ver capítulo II. P. 131.

Tabela 32: Monte-mor em libras por grupos de proprietários das pessoas que pediram a elevação do arraial à vila.

NOME	Monte-mor em Libras	Monte-mor em mil réis	Ano
Pequenos – 0 a 500 libras			
José de Souza Barreto	136,287	484\$500	1804
José Furtado de Figueiredo	255,981	807\$300	1814
José Garcia Pereira	312,616	1:019\$400	1809
Manoel Nunes de Abreu	417,297	1:483\$492	1806
Médios – 501 a 2000 libras			
Manoel Pinto Loureiro	536,500	1:749\$455	1809
José Antônio Ferras	591,976	2:149\$384	1818
Joaquim Marques da Silva	689,155	2:449\$948	1806
Manoel da Costa Silva	711,848	2:955\$773	1819
José de Castro Pinto	951,186	3:381\$467	1793
José Ribeiro de Queirós	1618,424	5:753\$499	1801
Grandes – acima de 2001			
José Vidal de Barbosa – filho	2707,135	12:814\$842	1823
João do Vale Amado	3230,886	11:485\$800	1801
Antônio de Miranda Magro	3444,251	12:244\$314	1792
João Aires Gomes	3612,118	12:841\$080	1806
Jose Vidal de Barbosa - pai	5121,860	24:245\$491	1823
Manoel de Sá Fortes de Bustamante Nogueira	7502,744	24:465\$468	1809

Fonte: Inventários post-mortem. AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Logicamente, pertencer ao grupo não passava, necessariamente, pela riqueza auferida em sua trajetória de vida. Os 25% que compõem os pequenos proprietários desse grupo são um exemplo da afirmação. Assinaram o pedido de elevação do arraial à vila e são representantes da nobreza. Outros motivos, que não meramente os econômicos, possibilitaram que esses representantes estivessem em posição de melhor qualidade em relação ao restante da sociedade.

Para melhor adentrarmos nas estratégias empreendidas ao longo da história dessas famílias, outras fontes deveriam ser abarcadas na análise, como os registros paroquiais de casamento e batismo. Entretanto acreditamos que, por si só, essas análises demandariam um outro trabalho, o que fugiria dos nossos objetivos, no momento. De qualquer forma, temos como sinalizar que foram as estratégias familiares que levaram a tal reconhecimento, seja no grupo de pequenas posses, seja no de grandes riquezas. Na primeira faixa de proprietários,

encontramos, por exemplo, o inventariado José de Souza Barreto com a menor fortuna de todos. Apesar disso, seu processo de inventário traz a menção de que José de Souza era capitão quando morreu no ano de 1804.

As patentes militares eram consideradas postos régios, o que significa dizer que eram adquiridas como mercês.

Além do poder e do prestígio neles contidos (nos postos da Coroa), conferiam ganhos pecuniários aos seus titulares. Ao lado dos salários pagos pela Fazenda Real, as cartas-patentes dos oficiais e dos ministros do rei previam ‘gratificações’ sob diversas rubricas, como emolumentos e propinas. (...) Como se mencionou, a precondição para ocupar tais ofícios era os serviços prestados à coroa. Neste sentido, nada melhor do que ser conquistador ou seu aparentado para ter uma boa folha de serviços a *el Rey* e, portanto, solicitar tais benesses³¹⁸.

Possuir uma patente militar naquela sociedade fazia com que o sujeito fosse distinto dos demais. A ele cabiam funções, direitos e deveres específicos por portar, junto ao seu nome o título que o rei lhe concedera como mercê pelos serviços prestados. Portanto, apesar da aparente pobreza desse grupo, a documentação deixa transparecer a natureza da hierarquização social. Natureza não menos importante que a econômica, mas que não, necessariamente, andavam juntas. Na trajetória desse inventariado ou de sua família, fatores como o desbravamento da região fizeram com que possuíssem distinção. Nesse caso, o documento trouxe a menção ao nascimento. Trata-se de um português radicado nas Minas. Além do título de capitão, sua esposa, que, por ocasião de seu falecimento, foi a inventariante, era referendada no documento com o predicativo de dona. O fato de este designativo não ser comum a todas as mulheres da freguesia da vila, conforme analisamos no primeiro capítulo da dissertação, dá-nos outros indícios de seu uso como forma de diferenciar essa mulher das demais senhoras da vila.

Fato interessante na conformação desse grupo é a predominância de suas residências nas áreas urbanas da vila. Dos quatro representantes dessa faixa, três possuem, como bens de raiz, somente moradas de casas na área urbana da vila. O inventariado José Furtado de Figueiredo³¹⁹, natural do Rio de Janeiro, possuía, por exemplo, uma morada de casas na rua da Boa Morte. Já Manoel Nunes de Abreu³²⁰ residia em uma morada de casas na rua do Rosário. Verificamos, no segundo capítulo, que as maiores riquezas engendradas na região

³¹⁸ FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVIII. Algumas notas de pesquisa. In: *Tempo*. Rio de Janeiro. Nº 15, 2003. p. 15.

³¹⁹ Inventário *post-mortem* de José Furtado de Figueredo. AHMAS; Código: 1; Caixa: 36; Ordem: 04.

³²⁰ Inventário *post-mortem* de Manoel Nunes de Abreu. AHMAS; Código: 2; Caixa: 66; Ordem: 26.

estavam relacionadas à área rural. Entretanto eram as áreas urbanas da vila, um espaço privilegiado para a representação de suas qualidades. Para esse local emergiam e convergiam todos os principais assuntos do cotidiano daquela sociedade e, pelo maior aglomerado de pessoas, tornava-se um lugar onde as diferenças de qualidade, ou seja, de famílias tinham de estar muito bem demarcadas. O fato de estes homens terem assinado a petição demonstra ocuparem uma posição distinta no centro urbano da vila.

O único que não residia na vila foi o senhor José Garcia Pereira³²¹. Este era morador da fazenda do Bom Retiro na freguesia de Engenho do Mato. Possuía uma fazenda de agricultura que fazia divisa com as terras do capitão José Nunes de Campos e com as terras de dona Rita Angélica Pereira. A petição encaminhada ao visconde de Barbacena faz referência a assinaturas de representantes da freguesia da vila, de Engenho do Mato e de Simão Pereira. Esse processo indica a percepção do grupo sobre quem seriam os melhores indivíduos de todas as paragens do futuro termo de Barbacena.

O senhor José Garcia, ao falecer, possuía dois filhos. Uma era Ana Angélica Pereira, já casada com o tenente Miguel Antônio de Almeida e o outro, um menino de 8 anos, que levava o nome do pai. Vale destacar aqui que, apesar dos pais não possuírem título algum, casaram uma filha com um membro do corpo de milícias, a saber, um tenente. Mais uma vez, vemos reproduzida a idéia de que a hierarquia social não estava relacionada necessariamente, à riqueza auferida. Portanto entrar no círculo no poder fez com que muitos pudessem perpetuar suas posições de prestígio nessa sociedade.

No grupo dos médios e grandes proprietários, dos 13 nomes listados, oito possuíam títulos. Cinco são capitães, um é alferes, um brigadeiro e um, coronel. Não temos como auferir o ano da entrada das pessoas nesses cargos, mas com certeza, as concessões dos títulos proporcionavam-lhes uma posição de destaque na sociedade. Além do mais, conseguiram constituir certa proeminência econômica.

Como foi visto no capítulo anterior, quanto maior a fortuna, melhores são as oportunidades de investimento e, por conseguinte, de lucratividade. Nesse sentido, acreditamos que a criação da vila, com os cargos da câmara e os postos das milícias já existentes serviam, como fim último, para perpetuar a diferença e o prestígio da elite mineira.

De qualquer forma, vejamos a distribuição da riqueza em cada uma das faixas de proprietários dessa elite local.

³²¹ Inventário *post-mortem* de José Garcia Pereira. AHMAS; Código: 2; Caixa: 45; Ordem: 09.

Tabela 34:

Participação (%) das atividades e bens econômicos nos inventários <i>post-mortem</i> das pessoas que pediram a elevação do arraial à vila.														
NOME	ANO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Pequenos – 0 a 500 libras														
José de Souza Barreto	1804	1,36	2,66	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	13,42	82,56	NC
José Furtado de Figueiredo	1814	1,68	2,09	NC	NC	NC	NC	01	0,46	NC	NC	39,03	55,74	NC
José Garcia Pereira	1809	1,04	NC	NC	NC	NC	2,63	NC	NC	NC	NC	55,13	41,2	NC
Manoel Nunes de Abreu	1806	5,85	0,76	2,34	NC	NC	1,36	0,05	0,4	NC	0,27	24,94	22,65	41,38
Médios – 501 a 2000 libras														
Manoel Pinto Loureiro	1809	0,27	0,77	NC	NC	NC	0,41	NC	0,34	NC	0,55	NC	NC	97,66
José Antônio Ferras	1818	1,53	1,44	NC	NC	4,11	0,33	0,39	0,06	NC	1,12	46,06	16,75	28,21
Joaquim Marques da Silva	1806	5,11	1,81	NC	0,72	NC	0,08	NC	0,06	NC	0,36	34,94	13,84	43,08
Manoel da Costa Silva	1819	1,29	0,98	12,66	0,81	15,2	2,59	0,19	0,1	NC	NC	42,97	16,24	6,97
José de Castro Pinto	1793	4,46	NC	3,52	0,05	NC	0,44	0,08	0,07	NC	0,59	11,24	24,8	54,75
José Ribeiro de Queirós	1801	1,52	0,29	NC	NC	NC	0,31	0,26	0,17	NC	1,85	37,85	51,27	6,48
Grandes – acima de 2001														
José Vidal de Barbosa - filho	1823	1,06	0,33	NC	NC	NC	0,23	0,11	NC	NC	1,54	9,48	24,32	62,93
João do Vale Amado	1801	1,15	1,45	3,73	0,46	NC	2,39	NC	NC	4,00	2,44	62,42	20,90	1,06
Antônio de Miranda Magro	1792	3,61	0,25	NC	2,02	NC	0,22	0,06	0,21	0,60	2,25	26,46	13,07	51,25
João Aires Gomes	1806	0,45	0,25	NC	0,54	NC	1,53	NC	0,04	1,07	3,44	26,1	59,18	7,4
José Vidal de Barbosa - pai	1823	1,90	0,64	1,20	0,05	NC	0,32	NC	0,09	NC	16,59	29,43	28,47	21,31
Manoel de Sá Fortes De Bustamante Nogueira	1809	1,65	0,14	NC	1,16	NC	0,35	NC	NC	NC	9,88	22,07	62,23	2,52

1-Pertences e Utensílios; 2- Mobiliário; 3-Dinheiro; 4-Jóias; 5-Mercadorias; 6-Equipamentos; 7-Outros.
8-Instrumentos Profissionais; 9-Roças e Colheita; 10-Animais; 11-Escravos; 12-Bens de Raiz; 13-D. Ativa.
NC – Nada Consta

Fonte: Inventários *post-mortem*. AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Manoel da Costa Silva³²², já conhecido nosso do capítulo anterior, era proprietário de uma loja de fazenda seca e, possivelmente, loja de molhados. Pela tabela 34, percebemos que, apesar de sua maior concentração estar nos escravos, era um dos únicos que possuíam mercadorias relacionadas à fazenda seca. Soma-se a isso, a lista de seus devedores que representavam, aproximadamente, 7% de sua riqueza.

Muito parecido com o tipo de investimentos de Manoel fora o caso de José Antônio Ferras³²³. Seu inventário fora aberto no ano de 1818. Através da composição de seus bens, percebemos que ele era dono de uma botica dentro da vila de Barbacena, possuía escravos, uma casa assoalhada, forrada e assobradada na parte mais central da vila: na rua do largo da

³²² Inventário *post-mortem* de Manoel da Costa Silva. AHMAS. Código: 01; Caixa: 73; Ordem 04.

³²³ Inventário *post-mortem* de José Antônio Ferras. AHMAS. Código: 2; Caixa: 69; Ordem: 05.

matriz. Enquanto Manoel, que foi contemporâneo de José, possuía uma lista de 31 devedores por conta correntes, bilhetes e por rol, a lista de nosso boticário chegava a 46 pessoas devendo por receitas. Interessante destacar que ambos estão no grupo de médios proprietários. José Antônio Ferras também era licenciado, ou seja, era uma pessoa letrada e que havia se formado em leis. Não temos como saber se isso ocorreu antes ou depois de sua vinda para o Brasil, mas, de qualquer forma, ter estudado nessas paragens era significado de enorme prestígio e poder.

Durante o século XVIII, foi comum as famílias mais nobres enviarem seus filhos para estudarem em universidades de Portugal. A principal motivação para isso era, sem dúvida, a manutenção e preservação da qualidade familiar³²⁴.

Natural e batizado na cidade do Rio de Janeiro, Joaquim Marques da Silva³²⁵ era capitão e falecera no ano de 1806. Morador também ao lado da matriz da vila possuía um número significativo de pessoas que o deviam e que somava a maior parte de sua riqueza, seguida dos escravos e da morada de casas de sobrado que possuía. A natureza exata de sua riqueza não temos como afirmar com exatidão. O fato de alguns devedores o terem por crédito (número que ultrapassa 20 pessoas) sugere a atividade de prestamista. Poderia estar vivendo também de atividades de seus escravos. De seus treze escravos, dois não trouxeram a informação da idade. Dos onze restantes, somente três estavam em idade adulta sendo todas mulheres que, somando, geraram quatro filhos e, conseqüentemente, mais quatro escravos a seu senhor. Também ele pode angariar com a situação de capitão. Fato é que eram todas mulheres e o meio urbano no qual viviam era propício para desenvolverem algum tipo de atividade que pudesse render algo a seu senhor. Ainda possuía jóias, alguns móveis requintados, instrumento de música, talheres de prata e acessórios de ouro e prata.

Manuel Nunes de Abreu residia numa morada de casas na rua do Rosário e viveu até o ano de 1806³²⁶. Possuía cinco escravos. Tinha uma lista de 47 devedores. Na maior parte, não consta o motivo. Os que apareceram referência ditam ser de bilhete, rol, de aluguéis de escravos, por ação e por crédito. O que conseguimos adivinhar é a presença de ferramentas relacionadas às atividades manuais e instrumentos mecânicos relacionadas ao manuseio de metais, como forma de fundir pratos, outra ferramenta de cortar ferro, uma arroba e oito libras de ferro velho, duas bigornas. Tais ferramentas podem indicar a atividade de ferreiro e funileiro. A presença de escravos nos indica que ele poderia utilizá-los nesta e em outros tipos

³²⁴ Sobre o letramento de filhos da elite mineira ver: VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Edições Colibri. Instituto de Cultura Ibero-Atlântica. 2004.

³²⁵ Inventário *post-mortem* de Joaquim Marques da Silva. AHMAS. Código: 2; Caixa: 66; Ordem: 28.

³²⁶ Inventário *post-mortem* de Manoel Nunes de Abreu. AHMAS. Código: 2; Caixa: 66; Ordem 26.

de atividades que pudessem lhe garantir alguma renda. A dívida de Luis Monteiro para com esse senhor relacionava-se a aluguéis de escravos, demonstrando, claramente, o caráter rentista da atividade econômica de Manoel.

Também vivenciando esse caráter mais urbano da região que estamos analisando, pediram a elevação do arraial à vila o capitão José de Souza Barreto³²⁷, nascido em Portugal, e José Furtado de Figueiredo³²⁸. Moradores em ruas dentro da vila, depois de suas casas de morada (82,56% e 55,74% da riqueza destes), os bens de maior valor seriam os escravos (13,42% e 39,03% da riqueza destes). Possuíam, respectivamente, um e quatro escravos. Poderiam, então, viver de rendas dos serviços de seus escravos também. José Furtado possuía entre seus bens um tear com todos os seus pertences, o que também sugere outras possibilidades de investimento.

Mas pessoas com outro tipo de atividades também estiveram assinando o pedido. Manoel Pinto Loureiro³²⁹ nasceu na cidade de Bragança em Portugal, era casado com Maria Joana Carneiro, a qual ficou viúva no ano de 1809. Praticamente, todo o patrimônio deixado por ele (97,68%) concentrava-se em dívidas ativas, que somavam 146 devedores. Interessante notar que as pessoas que o deviam eram de diferentes localidades. Rio de Janeiro, São Paulo, Cabo Frio, Vila de São José Barroso, Prados, Ressaca, Vila Rica, Vila de Mage, Rio de São Francisco, Mogi das Cruzes, Lagoa Dourada, N. S. das Dores, Rio Grande e Sapucaí são algumas das moradas de seus devedores. Muito provavelmente, esse senhor acompanhava tropas, e isso justifica as dívidas tão dispersas. Levando e trazendo mercadorias, acabaria por comercializá-las. Poderia também emprestar dinheiro, uma vez que, transitando dessa forma, certamente era conhecido nas paragens e, com certeza, regressaria a elas. No ano de 1794, consta seu nome no Registro de Entrada de Matias Barbosa³³⁰, o que também corrobora a indagação.

Outras pessoas que assinaram a lista foram o capitão José de Castro Pinto, o alferes José Ribeiro de Queirós e José Garcia Pereira. Qual a característica comum entre eles? Eram todos proprietários de terras. Logicamente, alguns com mais e outros com menos, mas todos com residência e atividades econômicas mais voltadas para o campo.

³²⁷ Inventário *post-mortem* de José de Souza Barreto. AHMAS. Código: 1; Caixa: 65; Ordem: 01.

³²⁸ Inventário *post-mortem* de José Furtado de Figueiredo. AHMAS. Código: 1; Caixa: 36; Ordem: 04.

³²⁹ Inventário *post-mortem* de Manoel Pinto Loureiro. AHMAS. Código: 2; Caixa: 55; Ordem: 12.

³³⁰ Registro de Entradas. CC – Arquivo Nacional. Volume 0005. Rolo 002. Foto 339. Fl. 163 B. nº 09. Agradeço a amiga e historiadora Erlaine pela concessão desta informação.

O capitão José de Castro Pinto³³¹ faleceu no ano de 1793. Seu inventariante foi outra pessoa que, da mesma forma, assinou a lista, o qual encontramos em seu inventário. Era o seu genro, o também capitão José de Souza Barreto. A presença de mais de uma pessoa da mesma família, nesse grupo, sinaliza como a reprodução da hierarquia social era empreendida através de estratégias familiares. Também era possuidor de 4 escravos, 5 terras e concentrava cerca de 55% de sua riqueza em dívidas ativas (22 pessoas eram suas devedoras). Sendo proprietário de terras e possuindo essas dívidas, percebemos o quão mercantil era o meio rural.

José Ribeiro Queirós³³², proprietário de duas fazendas com todas suas benfeitorias e mais quatro sesmarias, possuía maior possibilidades de diversificação de suas atividades. Dono de 22 escravos criava boi, porco, possuía cavalo e mulas. Os serviços de ferreiro, provavelmente, eram todos executados na fazenda mesmo, pois possuía uma tenda de ferreiro com todos os seus pertences. Nos pertences e utensílios, os tachos de cobre aparecem associados à presença de um forno de cobre, além de ainda possuir algumas pessoas que o deviam.

Residindo um pouco mais afastado da vila estava José Garcia Pereira³³³, morador na freguesia de Engenho do Mato. Seus maiores bens eram seus cinco escravos e a fazenda na qual residia. Vimos, anteriormente, que José Garcia também possuía parentes com títulos concedidos por mercê pelo rei.

Da análise da participação dos ativos dos inventariados apresentados até aqui, na sua totalidade médios e pequenos proprietários na composição das fortunas, percebemos, primeiramente, não ser possível saber a que atividade se dedicava a nobreza da região. O caráter econômico que perpassa todas as unidades produtivas, sem dúvida nenhuma, é o caráter mercantil envolto em seus empreendimentos. Aliás, como observamos no capítulo anterior, esse aspecto emergiu como principal característica da freguesia da vila. Não obstante um pequeno grupo conseguiu estar no topo dessa hierarquia.

Dos inventariados acima descritos, conseguimos averiguar, através de uma listagem dos dirigentes da câmara de Barbacena que consta no livro de um cronista local, que o licenciado José Antônio Ferras e o capitão José de Souza Barreto chegaram a ocupar cargos na câmara³³⁴. A presença desses indivíduos na câmara demonstra os intentos em estarem no

³³¹ Inventário *post-mortem* de José de Castro Pinto. AHMAS. Código: 2; Caixa: 123; Ordem: 21.

³³² Inventário *post-mortem* de José Ribeiro de Queirós. AHMAS. Código: 1; Caixa: 22; Ordem: 11.

³³³ Inventário *post-mortem* de José Garcia Pereira. AHMAS. Código: 2. Caixa: 45; Ordem: 09.

³³⁴ MASSENA, Nestor. *Barbacena. A terra e o homem*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. 2v. p. 317-139.

poder. Com certeza, uma vez ocupados os postos, a qualidade de nobre estava referendada mediante a sociedade e a manutenção das diferenças eram melhores delimitadas.

Vejam, agora, o caso dos peticionários incluso no grupo dos grandes proprietários.

Natural da freguesia de Simão Pereira e filho de Antônio Vidal e Tereza Maria de Jesus, o Brigadeiro José Vidal de Barbosa³³⁵ teve seu processo de inventário aberto no ano de 1823, depois de falecer em julho de 1822, na fazenda da Cachoeira, freguesia e termo da vila de Barbacena. Possuía um monte-mor nada desprezível para a conjuntura de época de 24:245\$491 contos de réis, sendo a segunda maior fortuna da pesquisa. O grosso de sua fortuna estava concentrado em escravos (29,43%), bens de raiz (28,47%), dívidas ativas (21,31%) e animais (16,59%). Um patrimônio bastante diversificado. Na sua fazenda, além das benfeitorias, encontramos um engenho de farinha, campos de criar, capoeiras e matas virgens ainda por serem exploradas. Tinha a posse de 82 escravos e 431 cabeças de gado. Para comercializar sua produção contava com uma tropa própria composta de 19 animais muares dentre os quais 7 eram bestas de cargas arreadas. Controlar a produção e a distribuição, com certeza, fazia as atividades desta unidade muito mais rentável³³⁶. Além de esses animais, possuía ainda 74 cabeças de eqüinos que a contar pela grande presença de éguas paridas com crias e éguas solteiras, tratava-se de uma criação voltada para a comercialização deste animal no mercado regional. Para facilitar no trato e nos cuidados com as tropas, possuía uma tenda completa de ferreiro, além de instrumentos de uso mercantil como uma balança.

Foi um dos poucos processos da pesquisa no qual encontramos a presença de dinheiro e jóias que, como vimos, não era disseminado nesse tipo de sociedade. Ao morrer além do filho, capitão José Vidal de Barbosa, que falece pouco tempo depois (também dentro desse seletto grupo de grandes proprietários), deixou duas filhas já casadas com homens que possuíam distinção na sociedade, a saber, seus nomes carregavam os títulos de capitão e alferes. Para cada uma das filhas, havia dado em dote na quantia de 4:800\$000 contos de réis, um valor capaz de colocar a família de suas filhas entre os médios proprietários da região.

Provavelmente, o enriquecimento dessa família ocorreu ao longo do século XVIII após o estabelecimento dos pais e dos avós do brigadeiro José Vidal de Barbosa nas paragens de Simão Pereira (onde foi batizado) e, depois, na vila de Barbacena. Certo é que, como pertencendo aos primeiros desbravadores da região, essa família chegou ao final do século XVIII como uma das mais ricas e das mais nobres da região, posição estampada nos títulos que seus membros possuíam.

³³⁵ Inventário *post-mortem* de José Vidal de Barbosa. AHMAS. Código: 1 Caixa: 18; Ordem: 13.

³³⁶ Lógica esta presente nas economias do tipo pré-industrial. Ver: KULA, Witold. Op. cit. p. 35.

O caso dessa família serve para matizarmos alguns dos argumentos usados pela historiadora Mônica Ribeiro de Oliveira, em sua tese de doutorado³³⁷. Em sua pesquisa, a autora procedeu a um estudo do sistema sócio-econômico de todo o termo de Barbacena para o período de 1780 a 1850. O objetivo deu-se pela região ter proximidade com a zona da mata mineira, principal foco de análise da autora, por essa região ser considerada uma alternativa à fixação de famílias com a crise do ouro, e por causa da posição geográfica ao longo do caminho novo. Em suma, a tese partiu do princípio de que o termo de Barbacena constituiu-se na ante sala do sistema agrário exportador da Zona da Mata.

Primeiramente, apesar de a autora constatar o fato do termo de Barbacena englobar áreas da futura região da Zona da Mata, como as freguesias de Engenho do Mato e Simão Pereira, Mônica Ribeiro não se atém ao fato de que, assim como a freguesia da vila de Barbacena, essas freguesias têm seu povoamento remontado ao início do século XVIII, quando da abertura do Caminho Novo. Nesse momento, como salientamos ao longo do trabalho, a expansão das fronteiras mineiras fizeram-se, principalmente, para atender pessoas vindas do reino, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Apesar do crescimento populacional observado após o decréscimo na extração aurífera, esta região passa a atrair maior atenção pela potencialidade de mercantilização de sua produção. Entretanto, mesmo que algumas famílias do centro minerador tenham se dirigido para a região, não podemos perder de vista que um grupo de indivíduos já habitava a região e teve acesso privilegiado às melhores terras, além de serem os de melhores qualidades em relação aos que chegam. Portanto, não seria exagero falar que muitos dos maiores produtores do século XIX estejam relacionados aos primeiros povoadores da região, o processo de expansão da elite carioca e paulista em meados do século XVIII. Aliás, a região das Minas, apesar de suas particularidades, estava inserida no mundo luso-brasileiro, ou seja, não existia por si só.

Ao que parece, são essas as famílias que almejaram a elevação do arraial a vila, ou seja, a ampliação do aspecto do poder. Além de José de Souza Barreto e de José Antônio Ferras, Vidal Barbosa também chegou a ocupar cargo na câmara. Infelizmente, pelas fontes que dispusemos, não temos como saber se foi o pai ou o filho que também consideramos no grupo dos grandes proprietários, uma vez que seus nomes são homônimos³³⁸.

De qualquer maneira, o inventário do filho vem ratificar as origens da riqueza da família, assim como salienta que, mais do que indivíduos, esses grupos perpetuaram as

³³⁷ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias...* Op. cit. Ver principalmente os capítulos I e II.

³³⁸ MASSENA, Nestor. Op. cit.

diferenças sociais pelas suas gerações. O capitão José Vidal de Barbosa³³⁹ faleceu pouco tempo depois de seu pai. Também nasceu na freguesia de Simão Pereira, mas, ao morrer, além de uma morada de casa no largo da matriz da vila de Barbacena, tinha parte na fazenda de seu falecido pai. O grosso de sua riqueza concentrava-se nas dívidas ativas (62,93%). Seu monte-mor somava 12:814\$842 contos de réis. Juntando sua riqueza com a de seu pai, temos um monte-mor maior que 30 contos. Portanto, a riqueza auferida fora conquistada no decorrer do século XVIII.

Essa família constituiu-se na segunda maior unidade agropecuarista da pesquisa, a partir da unidade do brigadeiro José Vidal Barbosa. Aqui, vale ressaltar outra história vista anteriormente, como o caso da família Ferreira Armonde. De todas as unidades produtivas pesquisadas, a família Ferreira Armonde apresentou-se como a maior unidade pecuarista seguida da família Vidal Barbosa. As origens da família Ferreira Armonde também remontaram ao início do século XVIII e, além dos filhos tornarem-se grandes fazendeiros no século XIX, estão envolvidos no tráfico de escravos, ocupam cargos da câmara e chegam ao Conselho de Estado do Império. Apresentam-se também, ciosos de perpetuar o prestígio que os cargos oficiais poderiam auferir para as famílias.

Morador da freguesia de Simão Pereira era o grande agricultor João do vale Amado³⁴⁰. Seu processo de inventário foi aberto no ano de 1801, na fazenda Ribeirão de São José, termo da vila de Barbacena. Pelo testamento anexo ao inventário, sabemos que João nasceu nesta freguesia. Esse fator indica que seus pais já deviam ter se estabelecido naquele lugar, pelo menos no início da segunda metade do século XVIII. Era casado com Francisca Claudina de Abreu e Melo com a qual teve cinco filhos. O grosso de sua riqueza concentrava-se na posse de 88 escravos, o que correspondia a 62,42% dos bens. Entretanto sua fazenda era composta de matos virgens, capoeiras, com casa de moinho, engenho de cana de boi, rancho e mais benfeitorias. Foi um dos poucos engenhos que encontramos na pesquisa associado com a presença de um canavial, de 50 arrobas de açúcar, além de 700 alqueires de milho e roças de milho ainda por colher. Junto ao engenho, possuía também um alambique. Apesar de não possuir tropas, a presença do rancho demonstra a possibilidade da comercialização na própria fazenda, uma vez que ela era parada para os tropeiros. Encontramos também a presença de dinheiro nos seus bens, o que denota o caráter mercantil e lucrativo da produção.

³³⁹ Inventário *post-mortem* de José Vidal de Barbosa. AHMAS. Código: 2. Caixa: 187; Ordem: 25.

³⁴⁰ Inventário *post-mortem* de João do Vale Amado. AHMAS. Código: 1 Caixa: 74; Ordem: 14.

Exemplo claro da presença das grandes riquezas nas mãos das primeiras famílias é o caso do capitão João Aires Gomes³⁴¹. Por seu pai ter assinado o pedido e por este ser um grande proprietário, o consideramos em nossas investigações. Quando da sua morte em 1806, era possuidor de duas fazendas com benfeitorias, inclusive com engenho. Esses bens totalizavam 7:400\$000 contos de réis e juntamente com mais uma sesmaria, representavam 59,18% de seu patrimônio. Nas fazendas empregava 40 escravos (26,1%). Eram umas das poucas propriedades rurais de inventariados em que encontramos a menção de roças e colheita, sendo as culturas de milho e feijão as que foram relacionadas. Criava –se gado e ovelhas, além de possuir mulas e cavalos. Também foi possível verificar a presença de um tear com seus pertences. Possuía pertences requintados, além de jóias. Representando 7,4%, estavam as dívidas de duas pessoas por escrituras. Enfim, as atividades agropastoris o manteve como uma das pessoas, ou a pessoa, mais abastada da região.

As posses de sua família estão relacionadas à primeira sesmaria concedida na região, a saber, a sesmaria das terras da Borda do Campo, concedidas ao bandeirante Garcia Rodrigues Pais, como recompensa do desbravamento e abertura do Caminho Novo. Garcia Rodrigues Pais transferiu a posse da fazenda para seu primo e cunhado, o coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, o qual funda uma fazenda de cultura entre 1713 e 1723. Quando volta à São Paulo no ano de 1724, a fazenda passou para as mãos de Matias Domingos e Francisco da Costa, até chegar aos cuidados do sobrinho neto do coronel Domingos Rodrigues, o senhor Manuel Dias de Sá³⁴².

Manuel Dias de Sá era filho de Manuel de Sá e Figueiredo. Segundo o historiador André Figueiredo, Manuel de Sá e Figueiredo era:

Assistente no Registro Velho da Borda do Campo (...). Auxiliando o seu parente na conclusão das obras do Caminho Novo e na procura por áreas agriculturáveis, Manuel de Sá e Figueiredo adquiriu terras nos sertões da serra da Mantiqueira. Em 29 de março de 1746, recebeu carta de doação de sesmaria de três léguas em quadra de terras³⁴³.

A concessão da sesmaria está diretamente relacionada aos seus feitos desbravadores e de sua família. Seu sobrinho Manuel Dias de Sá foi casado com Ana Maria dos Santos, com a qual teve sete filhos. Depois de sua morte em 1742, sua esposa casa em segunda núpcias no ano de 1743 com Manuel Lopes de Oliveira. Desse consórcio, Ana Maria tem mais dois

³⁴¹ Inventário *post-mortem* de João Aires Gomes. AHMAS. Código: 2; Caixa; 66; Ordem: 29.

³⁴² Sobre a origem de João Aires Gomes, ver: RODRIGUES, André Figueiredo. Op. cit. p. 29-49.

³⁴³ *Ibidem*. p. 29.

filhos: José Lopes de Oliveira e Maria Inácia de Oliveira, futura esposa de José Aires Gomes, o inconfidente (pai de João Aires Gomes, anteriormente mencionado).

Entretanto, como destacou André Figueiredo, a riqueza de José Aires Gomes não é fruto, simplesmente, do consórcio com Maria Inácia de Oliveira. Antes mesmo de casar, seu sogro havia vendido a fazenda da Borda para o irmão mais velho de João Aires Gomes. João Aires, posteriormente, comprou a fazenda de seu irmão. No entanto, o consórcio só fez aumentar a riqueza de ambas famílias. Por seu turno, vale destacar que José Aires Gomes, com ascendência portuguesa, nasceu na freguesia do Engenho do Mato, futura freguesia do termo de Barbacena, no ano de 1734.³⁴⁴

Na trajetória desse núcleo familiar, em torno da primeira sesmaria concedida na região, percebemos, mais uma vez, a presença dos grandes proprietários do início do século XIX relacionados com o desbravamento da região. Não obstante ao desenvolvimento do sistema econômico analisado, o mesmo perpetua-se através dos entraves políticos que, em fins do século XVIII, foram capazes de fazer criar casa de câmara na vila.

Para finalizar a análise temos o caso do coronel Manoel de Sá Fortes de Bustamante Nogueira, que faleceu aos 11 dias do mês de junho de 1809. Era natural da própria freguesia de Barbacena, casado com dona Mariana Leocádia da Silva e, quando faleceu, deixou seis filhos. O dito coronel representa a maior fortuna de toda a pesquisa com o monte-mor de 24:465\$468 contos de réis.

A maior parte de sua riqueza estava concentrada nos bens de raiz (62,23%), divididos em duas sesmarias de terras com matos virgens, capoeiras e campos, sendo que uma possuía casas de vivenda, moinho, monjolo, paio e senzalas. Era proprietário da fazenda denominada o Curral, com três sesmarias que se compunham de matos virgens, campos e capoeiras, com casas de vivenda e sobrados, cozinha, senzalas, paiol, moinho e monjolo, tudo cobertos de telha, com quintal cercado de mourão e curral de madeira. Tantas terras serviram para o seu grande rebanho, nada menos que 347 cabeças de boi; 88, de porcos; 43, de eqüinos; 3 muares e o maior rebanho de ovinos com 150 cabeças. Toda a criação e propriedade contava ainda com a presença de 57 escravos.

Pela relação de sesmarias concedidas na freguesia da Borda do Campo ao longo do século XVIII, percebemos a concessão de, pelo menos, cinco sesmarias às famílias Dias de Sá e Bustamante Nogueira, na primeira metade do século XVIII. Provavelmente, a fortuna angariada por Manuel de Sá Fortes Bustamante Nogueira foi sendo construída ao longo de

³⁴⁴ Ibidem. p. 49.

todo esse século. Não somente no aspecto econômico, mas também político, essa família pode ser considerada de qualidade estimada, perceptível através da relação com o reino. Apesar de nascido no Brasil, o dito inventariado pertenceu ao quadro de alunos da Universidade de Coimbra³⁴⁵. Conseguir tal intento com certeza não estava ao alcance de qualquer um.

Manoel de Sá Fortes de Bustamante Nogueira sagrou-se após a criação da vila com a instituição da câmara. De 1791 até o ano de sua morte em 1809, o coronel esteve na câmara por oito vezes, das quais seis vezes em anos consecutivos. Essa informação sinaliza para o fato de que, com a criação da câmara, havia um grupo restrito de pessoas, de gente nobre, desejosos de captarem para si o poder local. Apesar de mudanças anuais no corpo da vereança, assim como nas vilas portuguesas, esta mudança ficava apenas na aparência. “Era apenas o processo de melhor distribuir o exercício dos cargos pelo grupo fechado que os monopolizava”³⁴⁶. A preeminência de Manoel de Sá Fortes só foi barrada mesmo com sua morte. Aliás, uma morte criminoso. Meses depois de seu falecimento, o juiz ordinário da vila manda pedir ajuda de uma “Esquadra de Soldados da Tropa de Linha”³⁴⁷, para poder fazer correr um mandato de prisão aos suspeitos de terem assassinado o dito coronel no meio de sua fazenda. Os acusados, além de andarem armados e com proteção, estavam coagindo as testemunhas do processo.

Mesmo sem adentrar nos motivos que levaram ao assassinato do dito coronel, de forma tão ousada dentro de sua própria fazenda, podemos, a partir do ocorrido, perceber que havia forças conflituosas no topo da hierarquia social da vila de Barbacena. O contexto ultramarino também deixou de atender parte da elite da comarca que reclamou tal realização como a câmara de São José. Ao mesmo tempo, com certeza, estavam abertas as discussões a partir de 1791 sobre quem teria direito à representação na câmara. Apesar de podermos considerar o círculo da nobreza como bem restrito, havia sempre a possibilidade de alguém adentrar neste grupo. Portanto as disputas existiam com o fim de tentar estabilizar e perpetuar o poder político e a representação social alcançada.

Exemplos dessa situação podem ser percebidas em um requerimento da câmara da vila de Barbacena em 1802, que pedia providências para os procedimentos ilegais a respeito das ocupações dos postos das Ordenanças por pessoas oriundas dos ofícios da justiça que divergiam das:

³⁴⁵ Para uma listagem dos filhos da elite mineira que estudaram na Universidade de Coimbra, ver: VALADARES, Virgínia Maria Trindade. Op. cit. p. 337-343.

³⁴⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. Op. cit. p. 330.

³⁴⁷ APM. SG. Cx. 79. Doc. 43.

(...) sábias e providentes luz, promulgadas pelos progenitores de Vossa Alteza Real, (que) mandam expressamente que para os postos das Ordenanças, qualquer que forem, não sejam propostos pessoas empossadas em ofícios de justiça como tabeliães, nem escrivães alguns, nem juizes de órfãos, nem meirinhos, nem alcaides, nem outro algum oficial de justiça, com que já forem eleitos nos ditos cargos, os não serviram mais e se elegeram logo outras pessoas desimpedidas, e sem ofícios. Estas são as expressas palavras das reais ordens sobre as ordenanças³⁴⁸.

De certo, a busca do monopólio do poder fez com que várias indivíduos buscassem ocupar cargos em instâncias diferentes. Nesse caso específico, o documento continua dizendo que “é certo que as câmaras predecessoras também parece serem cúmplices”³⁴⁹ de tais atos que iam contra o determinado. Entretanto, segundo os mesmos, “não deve ter desculpa os capitão-mor presidente dito daquelas propostas Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira (...) pessoa formada e iluminada”³⁵⁰. Enfim, é possível perceber que, não bastasse a riqueza já auferida, estava em jogo, através do poder, a reprodução das diferenças de qualidades daqueles que conseguissem ocupar tais cargos.

Portanto o contexto do desenvolvimento sócio-econômico da vila de Barbacena, na transição do século XVIII para o XIX, mais do que representar a perpetuação de um dado sistema econômico, teve, em seu âmago, a busca pela diferenciação social que estruturas presentes no poder poderiam perpetrar na sociedade. A riqueza econômica facilitou, em muito, o domínio da nobreza da terra, desta elite local nos postos de mando local. Apesar de tudo, havia algumas brechas para que se adentrasse nesse grupo. Seja como for, percebemos a importância dos feitos realizados por alguns no desbravamento dessas paragens para instituir os lugares sociais passados aos seus descendentes.

³⁴⁸ AHU. Cd 49. Cx. 165. Doc. 81.

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo das páginas anteriores, fazer um estudo da caracterização socioeconômica de uma vila mineira na transição do século XVIII para o XIX. A dissertação foi concebida com a intenção de problematizar certas questões já cristalizadas na historiografia, em uma região ainda pouco explorada pelos historiadores, apesar de sua importância histórica.

Impulsionada pelo chamariz das riquezas minerais, a Capitania mineira foi capaz de desenvolver, juntamente com a mineração, atividades diversificadas como a agricultura e a pecuária mercantilizadas, haja vista o que foi demonstrado pelo clássico artigo de Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis³⁵¹. Se de grande importância durante o auge da extração aurífera, essas atividades ganharam em importância durante o decréscimo da mineração. Esse fato ocasionou maior desenvolvimento das áreas com maior vocação agropastoril, como a vila de Barbacena, localizada na comarca do Rio das Mortes.

De fato, percebemos um vigoroso crescimento demográfico não só da comarca, como de todo o termo ao qual a vila fazia parte. Ao mesmo tempo em que a população livre aumentava, essa sociedade reproduziu o sistema escravista vigente na colônia. Por sua vocação agrícola e pastoril, o meio rural concentrou a maior parte de sua população.

Apesar de ser uma área estritamente rural e com um sistema econômico que se reproduziu de forma extensiva, as atividades desenvolvidas tinham uma clara vocação mercantil, otimizada pela localização estratégica da vila. Entretanto a diversidade de atividades que se apresentou neste novo espaço socioeconômico, político e geográfico, não significou uma distribuição mais igualitária da riqueza. Mesmo levando-se em conta as peculiaridades mineiras, através da análise das riquezas da vila utilizando inventários *post-mortem*, encontramos na pesquisa uma situação bem próxima a revelada por João Fragoso e Manolo Florentino³⁵² onde, “a dinâmica de funcionamento do mercado não capitalista brasileiro conduzia os mais pobres homens livres ao investimento nas atividades de menor lucratividade, com o que se perpetuava a pobreza e a reiteração temporal da altíssima diferenciação social – do poder, enfim”.

O crescimento demográfico e econômico não alterou o caráter excludente da sociedade. Apesar de encontrarmos os principais ativos da riqueza da região (bens de raiz, escravos, dívidas e animais), algumas pessoas conseguiram consolidar-se no topo da

³⁵¹ GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Op. cit.

³⁵² FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Op. cit. p. 184.

hierarquia social. Vale destacar que as atividades agropastoris desenvolvidas na vila tiveram importância significativa no abastecimento da praça carioca.

Por fim, verificamos que a formação de uma vila nas possessões do ultramar português, como foi o caso estudado, serviu em última análise para a reprodução das diferenças de qualidades sociais, na qual a elite local em última instância almejava as instâncias de poder. A trajetória não se conformou apenas após 1791, ano da criação da vila. Percebemos que os melhores dessa terra relacionavam-se com os primeiros desbravadores da região, a saber, o que podemos denominar de nobreza da terra. Portanto, a trajetória demográfica, o desenvolvimento de um sistema econômico, teve por finalidade última o alcance e a perpetuação da diferença através da esfera do poder, almejado nessa sociedade, demarcado pelas diferenças sociais.

ANEXOS

ANEXO 01

MAPA DE POPULAÇÃO DO TERMO DE BARBACENA DE 1808

FAIXA ETÁRIA	BRANCOS					PRETOS										MULATOS													
	C	Solteiros		Viúvos		Livres					Cativos					Livres					Cativos								
		H	M	H	M	C	Solteiros		Viúvos			C	Solteiros		Viúvos			C	Solteiros		Viúvos			C	Solteiros		Viúvos		
							H	M	H	M	H		M	H	M	H	M		H	M	H	M	H		M	H	M	H	M
0-5		651	484				39	37				269	272				330	248				78	78						
5-10		422	390				23	18				225	201				270	230				59	37						
10-20	132	554	526			6	50	32			70	581	427			67	378	358		2	2	129	109						
20-30	463	223	163	2	8	30	44	36		1	249	685	301		1	254	243	167	3	7	23	44	73						
30-40	432	99	76	4	24	37	27	19	2	3	277	510	188	2	6	253	96	71	5	8	30	25	34		1				
40-50	313	43	38	11	43	29	26	28	1	3	177	336	92	4	12	198	48	30	9	26	12	21	21	1	3				
50-60	185	25	21	7	37	31	23	22	2	9	79	225	61	4		99	26	19	12	23	8	2	8	1					
60-70	73	24	8	8	28	23	16	9		5	35	120	19	6	6	38	15	6	4	10	4	9	4	2					
70-80	36	7	2	8	14	12	8	3	1	4	8	43	13	4	5	12	11	5	2	7	1	1	1		1				
80-90	10	7	2	5		1	3	5	2	5	4	11	1		4	2	1	2	3	3									
90-100	2	2	1	1								1			1														
TOTAL	1646	2057	1711	46	154	169	259	209	8	30	899	3006	1575	20	35	923	1418	1136	38	86	80	368	365	4	5				

Fonte: APM, SG, Caixa 77, Doc. 84.

MAPA DE POPULAÇÃO DO TERMO DE BARBACENA - 1809

Freguesias*	Homens										Mulheres										Nasceram	Morreram		
	Livres					Escravos					Livres					Escravos								
	Branco		Pretos		Mulatos	Pretos		Mulatos			Branco		Pretas		Mulatas			Pretas		Mulatas				
	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S			C	S
1	643	1294	69	216	326	758	283	1753	21	193	601	1211	90	213	339	744	295	977	10	227	393	255		
2	19	37	06	16	30	71	60	250	05	28	22	23	--	02	29	46	82	83	06	35	43	38		
3	65	111	08	19	48	57	59	279	02	29	66	113	09	12	48	61	61	118	02	41	60	27		
4	105	243	03	05	115	324	14	208	--	14	94	179	01	01	125	236	15	80	--	21	45	18		
5	11	30	02	05	06	07	14	65	02	08	11	26	--	--	05	25	05	16	--	19	06	05		
Soma	843	1715	88	261	525	1217	430	2555	30	272	794	158	80	228	546	1112	458	1274	18	343	547	343		

*Freguesias: (1) Freguesia da Vila de Barbacena; (2) Freguesia de Simão Pereira; (3) Freguesia de Engenho do Mato; (4) Freguesia de Rio Pomba; (5) Parte da Freguesia de Prados.

C – Casados; S – Solteiros.

Fonte: Mapa de População, Fundo CC do APM - Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

MAPA DE POPULAÇÃO DO TERMO DE BARBACENA - 1813

Freguesias*	Homens										Mulheres										Nasceram	Morreram
	Livres						Escravos				Livres						Escravos					
	Branco		Pretos		Mulatos		Pretos		Mulatos		Branca		Pretas		Mulatas		Pretas		Mulatas			
	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S		
1	672	1306	76	208	357	818	257	1914	25	188	642	1294	72	225	376	832	264	1078	13	199	381	249
2	46	97	10	12	42	121	105	273	07	47	46	85	05	12	48	98	90	124	07	35	39	17
3	79	141	09	18	61	116	52	362	05	39	76	120	10	11	59	104	52	134	05	44	55	39
4	174	325	20	28	154	432	30	393	--	20	147	279	09	27	165	377	31	180	--	14	79	20
5	7	12	--	03	02	07	04	31	01	14	06	26	--	--	01	21	04	24	01	08	15	13
Soma	978	1881	115	269	616	1494	448	2903	38	308	917	1804	96	275	649	1432	441	1540	26	300	569	338

*Freguesias: (1) Freguesia da Vila de Barbacena; (2) Freguesia de Simão Pereira; (3) Freguesia de Engenho do Mato; (4) Freguesia de Rio Pomba; (5) Parte da Freguesia de Prados.

C – Casados; S – Solteiros.

Fonte: Mapa de População, Fundo CC do APM - Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

MAPA DE POPULAÇÃO DO TERMO DE BARBACENA - 1814

Freguesias*	Homens										Mulheres										Nasceram	Morreram
	Livres						Escravos				Livres						Escravos					
	Branco		Pretos		Mulatos		Pretos		Mulatos		Branca		Pretas		Mulatas		Pretas		Mulatas			
	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S		
1	662	1269	80	192	366	815	277	2084	21	195	640	1282	82	180	401	870	313	1093	20	164	413	209
2	27	67	19	06	63	169	68	244	12	26	27	57	15	03	63	104	64	151	12	25	41	47
3	81	157	07	19	91	149	53	305	04	30	71	137	08	10	85	98	60	138	04	41	42	41
4	203	363	25	34	167	418	35	410	--	25	180	308	14	25	170	379	34	186	--	27	75	30
5	04	14	--	04	07	04	04	57	01	08	04	21	--	04	07	13	02	23	01	02	20	02
Soma	977	1870	131	255	694	1555	437	3030	38	284	922	1805	119	222	726	1464	473	1591	37	259	591	329

*Freguesias: (1) Freguesia da Vila de Barbacena; (2) Freguesia de Simão Pereira; (3) Freguesia de Engenho do Mato; (4) Freguesia de Rio Pomba; (5) Parte da Freguesia de Prados.

C – Casados; S – Solteiros.

Fonte: Mapa de População, Fundo CC do APM - Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

MAPA DE POPULAÇÃO DO TERMO DE BARBACENA - 1815

Freguesias*	Homens										Mulheres										Nasceram	Morreram
	Livres						Escravos				Livres						Escravos					
	Branco		Pretos		Mulatos		Pretos		Mulatos		Branca		Pretas		Mulatas		Pretas		Mulatas			
	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S		
1	733	1485	87	196	403	952	304	2203	12	206	729	1536	82	218	444	1076	314	1250	12	196	511	228
2	40	105	07	03	26	112	123	307	--	--	37	104	07	13	25	62	123	207	15	18	33	22
3	103	191	04	24	97	95	56	462	04	31	99	171	05	22	96	168	62	186	03	51	48	38
4	182	326	14	27	142	360	20	249	--	23	158	299	18	29	143	320	18	138	--	28	96	33
5	04	14	--	04	07	04	04	59	01	08	04	21	07	04	07	13	02	23	01	02	03	01
Soma	1062	2121	112	255	675	1523	507	8340	17	268	1027	2131	119	286	715	1639	519	1804	31	295	691	322

*Freguesias: (1) Freguesia da Vila de Barbacena; (2) Freguesia de Simão Pereira; (3) Freguesia de Engenho do Mato; (4) Freguesia de Rio Pomba; (5) Parte da Freguesia de Prados.

C – Casados; S – Solteiros.

Fonte: Mapa de População, Fundo CC do APM - Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

MAPA DE POPULAÇÃO DO TERMO DE BARBACENA - 1819

Freguesias*	Homens										Mulheres										Nasceram	Morreram
	Livres						Escravos				Livres						Escravos					
	Branco		Pretos		Mulatos		Pretos		Mulatos		Branca		Pretas		Mulatas		Pretas		Mulatas			
	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S		
1	466	869	56	141	304	669	197	1399	10	128	466	886	46	115	288	728	200	915	28	145		
2	116	249	07	07	88	210	75	595	--	11	113	225	05	11	87	163	75	306	02	23		
3	73	144	05	05	51	143	118	416	06	13	79	97	05	05	62	99	120	191	06	05		
4	261	579	20	86	167	248	147	1577	02	60	277	549	19	33	147	296	128	449	04	40		
5	05	23	02	05	07	25	04	78	01	17	05	34	02	08	08	29	04	32	01	11		
6	277	489	16	38	227	542	36	397	--	26	257	434	14	26	234	516	24	291	--	21		
Soma	1198	2353	106	282	844	1837	577	4462	19	255	1197	2225	91	198	826	1833	551	2184	41	245	665	385

*Freguesias: (1) Freguesia da Vila de Barbacena; (2) Freguesia de Engenho do Mato; (3) Freguesia de Simão Pereira; (4) Freguesia do Ibitipoca; (5) Parte da Freguesia do Pomba; (6) Parte da Freguesia de Prados.

C – Casados; S – Solteiros.

Fonte: Mapa de População, Fundo CC do APM - Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

ANEXO 02

R.A.M. ano I n. 1. Jan 1896. Ouro Preto. 1896

Autos da criação da Villa de Barba-
cena na Comarca do Rio das Mortes

(MANUSCRITO ORIGINAL PERTENCENTE AO ARCHIVO)

III. mo e Ex. mo Snr.

Postrados omilmente aos pes de V. Ex.ª Suplicação os Pu-
vos da Reg.ª da Borda do Campo, Engenho, e Simão Pereyri
cari.º do Rio de Jan.º Com outros de remotas parages, Serri-
abaxo do Rio da Fomba, que elles experimentão: os mais que
abridos incomodados nas dependencias de suas demandas, conv-
lando huns a Sam Joze e outros ao tr.º de S. João: em distin-
cia os demais longe de trinta e seis legoas, em tempo de agoas e
perigosos caminhos, compasales de Rios que somº esta penur-
contribuição se fara condigna da Piedade de V. Ex.ª, para o pro-
vidente sororro das suas necess.ª quanto mais acreçida de
caza que se achão reduzidos com os avultados selarios das
Officias nas diligencias da Justissa, dos Escrivaens, e Tabelia-
nas escripturas, e approvação de testam.ºs, do Jus deofaço, e
seus officias, fazendo-se intoleraveis despezas aos miseraveis
fao nos inventarios, e tomadas de contas aos Jutores, enqui-
trando outros penozos trabalhos de irem os Escrivaens, enqui-
dor tirar test.ª quando estas se achão molestas, ou decrepu-
idade, e de convolarem a tam remotas parages aconselharem
e tratarem das suas dependencias, fazendo-se gastos com testi-
passagens de Portos Riis expostos finalmente a hum deza-
paro total de sua caza e familia, afim de acudirrem umas vezes
aos mandatos da Justissa como São amessados, outras a pro-
curar recurso as suas alicens, por cujos motivos imploram
suspiros o oportuno remedio na grandessa de V. Ex.ª faculta-

lhes a graça da criação de huma nova Villa no arraval da Igreja nova da Borda do Campo, assim como o tem a Fl.^{ca} de V. Ex.^{ca} facilitado a outros povos menos remotos com esta incomparavel grã p.^a refrigério de seus males e por conter aquelle d.^o arraval toda a capacid.^e p.^a hua numeroza povoação, chubdo em Estrada geral do commercio dos viandantes do Rio de Janeiro, e p.^a com o temor da justiça, e proximidade de seus respectivos officios a ver socorro p.^a approvação dos testam.^{tos}, e proçuracoens p.^a mais pobres, enfermids, e mauzas, e outras pessoas onestas de d.^o Villã e p.^a não poderem convolar nos Desertos das referidas Villãs e p.^a também os viandantes, guazarem seguros nos ditos camin.^{tos}; e sinão experimentar lam.^{tas} e acrandas mortes exorribos a contedidos na parajã da Mantiqu.^a e freg.^a da Borda do Campo, como a V. ex.^{ca} he notorio.

P. a V. Ex.^{ca} Seia Servido facultar-lhes a grã que Suplicão por cujo beneficio rogarão a Deos pela saude Espiritual e temporal de V. Ex.^{ca} e de sua esclarecida familia.

Fr.^{co} da Costa S.^o Thiago, João dos Santos Guimaraens, Manoel do Valle Armado, José Vidal de Barboza, Manoel Vidal Lage, Joaquim de Macedo Cruz, Gonçalo Gomes Miz, José Antonio de Carvalho, Fran.^{co} de Macedo Cruz, José Nunes de Campos, José Ayres Gomes, Joaquim Joze da Costa, Joze Rib.^o, de Queiroz, Fran.^{co} Homem da Costa, Pedro Frz. Alonso, Jacinto da S.^a Fialho, Ien.^{co} da Cunha, o P. Antonio Joze Roiz, Antonio Correa de Mello Albuquerque, Joze Antonio Frz. Agostinho Pinto Ferr.^o, Vicente Ferr.^o, Joze Glz. Ferr.^o, Manoel Rodrigues, Manoel da Costa Silva, o P. Manoel Dias de Sz.^a, Joze de Castro Pinto, Manoel de S.^o Fortes Bustam.^o No.^o, Manoel Alves Marques, Antonio da Motta Leite, Joaquim Alz.^o Corsino, Agostinho da S.^a de Miranda, Antonio Joze de Araujo, João Per.^o Cabral de Mello, Manoel de Barros, Manoel Nunes de Abreu, Luis M.^o Glz., Antonio de Freitas Bastos, João Batista Leite, Joze Rib.^o Teiz.^o, Manoel Joaquim de S.^a Anna, Domingos Glz. Barrozo, Joaq.^o Lopes dos Sanctos, Manoel Montr.^o da Costa, Albuq.^o Joze Alves de Freitas Belo, Joze de Souza Barreto, Luiz An.^o Frz., M.^o Glz. da S.^a e Sig.^o, Joaq.^o Per.^o dos Santos, Joaq.^o da S.^a Fialho, Manoel An.^o Mor.^o, o P. Manoel Ferr.^o Coelho, Carlos de Assis Fig.^o Vidal, Manoel Roiz, Lima, Manoel Roiz, Valle, Mart.^o Toze Ot.^o, Joze S.^a Fialho,

João da Costa e Albuquerque, Manoel da S.^a Souza, Placido V.^o, Antonio Silveira Peix.^o, Fran.^{co} da Costa Per.^o, Fran.^{co} Simões Sentelto, Joze Garmiro Fon.^o, Manoel Pinto Lour.^o, João S.^a Fialho, Gasiano Antonio da Rocha, José Lucindo Per.^o, Antonio Lopes da S.^a Joze Simões Sentelto, João da Costa Per.^o, Doria, Fran.^{co} Roiz, Valle, Joze Gar.^o Per.^o, Sebastião Teiz.^o de Carvalho, Jozequinim, Marques da S.^a, Joze Antonio da Rocha Belo, Joze Fran.^{co} dos Santos, João Furtado de Fig.^o, M.^o Joze V.^o, Joze Manoel da Fonseca, Manoel Per.^o da S.^a, Fran.^{co} Joze Esteves Soeira, Manoel Joaq.^o Miguel Roiz de Sá, Victoriano Alz. de Andrade, Luiz Teiz.^o dos S.^o, João Glz. de Carvalho, Vicente da S.^a Gonçalo Soares de Oliveira, Joaq.^o Joze Teiz.^o, Joze Ien.^{co} Ferr.^o de Avilla, Antonio Roiz Valle, Joze Pimenta X.^o Severino Roiz de Araujo, Domingos Antonio de Az.^o, Joze Furtado de Fig.^o, Antonio da Silva de Carvalho, Joze Roiz Vianna, João Glz. Lima, Domingos Santos, Jacinto Dias Costa, Vict.^o Joaq.^o de Oliv.^o Pires, Antonio Vieira, Francisco da Rocha, Estanislau Ferr.^o, José Suterio Peres Cazado, Miguel Antonio de Payva, Bernardo da S.^a Esteves, Fran.^{co} Mar.^o Alm.^o Vidal, Manoel Dias, Dantas, João Martins Coelho, Pedro Barboza da Costa, Antonio Teiz.^o de Souza, Simão Ferreira Amador, Antonio Roiz, Dias, Capat.

Auto de Creação que faz o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sor. Visconde de Barbacena Governador, e Capitão General desta Capitania, da Villa de Barbacena no que era Arraval da Igreja Nova de Campolide.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e sete Centos enoventa e hum, aos quatorze dias do mes de Agosto neste Arraval da Igreja Nova de Campolide termo da Villa de S.^a Joze Comarca do Rio das Mortes, e Cazas aonde se acha apozentado o Illustissimo, e Excellentissimo Senhor Visconde de Barbacena do Conselho de Sua Magestade Governador, e Capitão General desta Capitania de Minas Geraes Sendo presente o Doutor Luiz Antonio Branco Bernardes de Carvalho Ouvidor Geral, e Corregedor desta mesma Comarca, e maior parte da Nobreza, emuito povo do ditto Arraval, esua frequeza, e das de Nossa Senhora da Conceição do Engenho do Matto, e de Nossa Senhora da Gloria do Simão Pereira, Caminho do Matto do Rio de Janeiro, que de orden.^{do} do mesmo Illustissimo e Excellentissimo

123

ESTABELECIAMENTO DO MINEIRO

estmo, Senhor Governador toirão: convidados para este dia por
 Edital publico mandados alixar pelo ditto. Quidor: ahi: foi:
 ditto perante todos pelo illustissimo e Excelentissimo Senhor
 Visconde Governador, que tendo considerado a grande distan-
 cia, queha do ditto Arraial, e sua freguezia a Villa de Sam Joze,
 e das do Matto a de Sam Joao de El Rey, a Cujos termos per-
 tensem a qual em partes excede a trinta Legoads: resultando daqui
 não só o inconveniente dos particulares hirem tratar a aquellas
 Villas, os seus negocios forenses Com difficeis, em omdas forma-
 das, mas Com a maior dessem muitas vezes obrigados a de-
 xarem as suas accoes, e direitos por terem as avulladas des-
 pezas que devem fazer Com os Salarios de Camiños dos officiaes
 de Justiça maiores em muitas que o principal do negocio: que
 attendido tambem, e principalmente ao bem, e socego publico,
 que padesse Com a falta de Policia em que necessariamente
 devent viver os Povos, que assim se achão retirados das Justi-
 cas em carregadas de os promoverem, e aguardarem: Sendo
 esta falta de muitos maiores consequencias no Territorio ass-
 m, mencionado em razão de ser atravessado pela Estrada que
 communica esta Capitania, e as outras das Minas Com a Cidade
 do Rio de Janeiro, Cujas relações politicas, e Comerciantes ja
 zem hum objecto digno de toda a Contemplação, e do mais
 providente cuidado: que por todos estes motivos resolvera elle
 Excelentissimo Senhor Visconde Governador delectr ao reque-
 rimento dos moradores do sobre dito Territorio: o qual vai junto
 aeste auto, Creando Villa este Arraial não só por ser omals
 central, e populoso deste distrito, mas porque a sua situação na
 extremidade do Matto, eonde da estrada do Rio de Janeiro se
 dividem as das Comarcas desta Capitania, e as: que se encami-
 ão para a de Golas, e Matto Grosso: fazem ja mais necessarias,
 e interessantes neste Lugar a Policia, e Economia publica para
 segurança, e Conforto dos Viajantes, para bem emelhoramento
 do Comercio, o qual aqui tem como a sua chave, E com effeito
 disse elle Excelentissimo Senhor Visconde Governador que Cri-
 cha por Creado este Arraial da Igreja Nova de Campolide em Vil-
 la para o ficar sendo desde hoje Com todas as prerogativas pre-
 villegios, e honras, foros, e Liberdades, que nesta que-
 lidade lhe pertencem, e tirar pertencendo, e para Ser governada
 por hua Camara propria, Juizes ordinarios, e mais Justicas, que
 lhe convem Com toda a Jurisdição, que a estas fica tocando
 pela Lei na Nova Villa, e no Territorio, que lhe fica pertencen-
 do, o qual Comprehendera as sobre ditos freguezias de Nossa Se-
 nhora da Conceição do Engenho do Matto, e Nossa Senhora da
 Gloria de Sinão Pereira até onde Estas continão Com o termo
 da Cidade de Maranhã, e depois s egundo estas divisas ate onde

123

ARCHIVO PUBLICO MINEIRO

a freguezia da Matrix da Villa Creada confronta Com o termo
 da de Queluz: preservando se porém para ditiar nesta parte
 a se he tem feito sobre o territorio da Capela de Nossa dos
 Remedios, o qual sendo desta freguezia se acha presentemente
 sujeito as Justicas daquela Cidade E seguindo os Limites da
 sobre dita Villa de Queluz pelo Rio Carandahi abaixo se dividirá
 do termo da de San Joze pelas demarcações das Fazendas do
 Gama e da Bessaca ate encontrar novamente as desta freguezia
 Com o mesmo termo de San Joze Comprehendidas no novo
 Territorio as ditas duas fazendas: eoque mais pertense a freguezia
 dos Prados para a parte das Cabesseiras daquelle Rio
 Carandahi: Depois Continuará esta diviçáo pela mesma desta
 freguezia Com as de Sam Joze, e Sam Joao de El Rey ate a
 fazenda de Monte Vidto donde Seguirá pelo Ribeirão assina ate
 o Lenos e dahi á fazenda da Vertigoa, á do Morro alto a de
 Domingos Pinto á de Santa Rita á do Tenente Antonio de Al-
 meida Ramos a da Ponte alta de Antonio Pereira á do Pinhal
 de Joze Rodrigues Braga, Seguinto pelo alto do Morro Chamado
 Domingos Gonçalves, e dahi pela Tapera de Joze Pinto Rei-
 não chamada a Boa vista á fazenda dos Vallos Servindo nesta
 diviçáo aos dois termos a Tapera de Silvestre Diniz Seguirá
 pelo Sitio de Joze de Oliveira Tavares ao de Francisco Vieira
 da Rocha ao de Francisco da Silveira á Ermida de Sam Domi-
 gos, á Bochnia é ultimamente as Cabesseiras do Rio do Peixe
 incluído todo o Territorio das fazendas sobre ditas, e aparte do
 Seráo que seguindo o rumo destas lites corresponde até a extre-
 midade desta Capitania, o qual por ora Snao individua por ser
 informaçoes que se julgarem precisas. O qual Territorio assina
 de Matto vedado, e Sedemará sendo necessario havidas as
 informações para este fim da nova creação desmembra, e separa
 pertencia. Dizendo mais que os moradores da nova Villa, e seu
 Territorio ha por izentos da Jurisdição das Justicas de Sam
 Joao de El Rey, e Sam Joze para desde hoje serem so sujeitos
 as que nella seião enquanto Sua Magestade lhe não der Fo-
 competencia: aqual enquanto Sua Magestade Leis do Reino, e
 ral proprio, e privativo se governar pelas Leis do Reino, e
 pelos Costumes authenticos, das outras de que he separada,
 modificando os declarando os no que as diferentes Circunstan-
 cias opndirem por posturas e accordos para que as mesmas
 Leis do Reino autorizem a sua Governança. E havendo as-
 sim o ditto Excelentissimo Senhor Visconde Governador por
 Creada a referida Villa pelo modo que fica exposto assim o
 aceitarão os referidos moradores, nobrez e povo que presen-
 tes estavão protestando, e jurando neste mesmo acto firme e

Secretario do Governo, que o Escrevi.— *Vizeconde de Barbacena*.— Luiz Antonio Branco Bernardes de Carvalho, Manoel de Sá Fortes Bus.º Nogueira, Dom.º Agostinho Pilla de Castro, Antonio Roiz de Souza, Joze de Souza Barreto, Manoel do Valle Amado, Joze Vidal de Barbosa, Francisco de Macedo Cruz, João Roiz da Costa, Manoel Joze da Rocha e Sa., Domingos Antonio de Azevedo, Joaquim Joze Vieira, Tex.º (segue-se um nome indecifrável), o P.º Antonio Joze Roiz, Manoel Luis Corr. de Payva, Joze Antonio Ferraz, Manoel Francisco Lana, João Roiz, da Costa, Manoel de Faria Mor.º, Joze de Castro Pinto, Antonio da Mat. Leite, Manoel Joaquim de Araujo, Goncallo Mor.º de S. Payo, Manoel Moreira da Silva, Manoel Roiz, da A.º, João de Castro Guimarães, Joze Antonio de Carvalho, Joaquim Marques da Silva, Manoel Ferreira da S.ª Motta, Joze Per.º de Alvim, Joaquim Roiz, Valle, Bento Joze Per.º, Jacinto Glz. Campos, Joze Th. de Freitas, Francisco Marq.º Viana, Joaquim Roiz, de Ar.º, Gregorio Joze da Costa, Joaquim Joze Bandr.º, Joze Alz. Garsia, Francisco Alves Garsia, Joze Manoel da For.º, João Glz. Bahia, Francisco Gomes Ferr.º, Manoel Roiz Valle, Joze Carm. Mor.º, Joze Antonio Frz.º, Joze Lourenço Ferr.º, o P.º Joam Garcia da Silveira, o P.º Joze Roiz de Souza, o P.º Joze Ferr.º Paiva, o P.º Francisco Pereira da Cunha, o P.º Manoel Per.º da Cunha, Joze Roiz Vianna, Antonio Joze Leite, Joze Francisco Furtado, Pedro Joaquim da Silva, Joze Francisco dos Santos, Serafim Simoens Sen- teo, Joze da S.ª Valle, Caetano Ferr.º, Bern.º Gomes da Costa, Joze Marselino de Moraes, Joze de Ar.º Barb.º, Ant.º Dutra a Necasto, Jacinto Dias Costa, Manoel Ferr.º Coelho, Manoel Joze de Olivr.º, M.º Gomes Diniz, Fran.º Luiz de Medeiros, Silvestre Glz. Campos, Joze Faria Ferr.º, Joze Pereira da Roza, Vicente Alz. Ar.º, Joaquim Per.º dos Santos, Antonio de Ar.º Barboza, Fran.º Alz. da S.ª, João Joze da Roza, Antonio Lopes da S.ª, Manoel Machado de Miranda, Costocho Joze Roza, Joze Leonardo, Miguel Fran.º da S.ª, Fran.º Martins Roriz, João Pedro de Olivr.º, João Glaz Lima, Joze Roiz, de Araujo, Agostinho da S.ª de Miranda, Antonio Joze Glz.º, João Antonio de Ar.º, Manoel Joze Per.º, Henrique Ferr.º Velho, Luis Tavares de Souza, João da Costa Per.º Terra.

Centas-obediencia, e Sogeição, as Leis do Reino, como Legitimoes, effeiz, Vassallos da Munko, Alta, e Rodriguez, Baiaia, Dona Maria, Primeira Nossa Senhora, e seus Augustos Successores. Eho, mesm.º mo acto disserão elles Nobreza e Povo, que por ser muito exten- so, e improprio de uma Villa, osome deste Arraial desejavão muito que agora na sua Creação se lles desesse outro, que ao mes- mo tempo Conservasse em memoria sua antiguidade, e Excelen- tissimo Senhor Visconde Governador pelo muito que etes em- particular lhe deavam, e engeral toda esta Capitania na paz, sor- cago, e Justiça Comque agoverna Combinado o Comodo, eos an- teresses de todos com os de Sua Magestade. E que por isso propunhão para assua nova Villa o nome de Barbacena; Encar- sendo elle Excelentissimo Senhor Visconde Governador estao propozcois instarão todos Com acatamcaens as quaes foi neces- sario Ceder, e Com effeito disserão te assentado, que esta Villa ficava desde hoje para o futuro Com o sobredito nome de Bar- bacena, para Com elle ser apelidada, eaz todos os instrumentos publicos, autos, e termos judiciaes. (*) O que assun feito, e acat- bado como effito fica mandau elle Excelentissimo Senhor Vis- conde Governador, que todos Nobreza, e Povo se juntassem na Praça desta dita nova Villa para ali assistirem a Solemne Ce- remonia do Levantamento do Pelourinho, a que immediatamente se vai proceder. E para constar do; Sobredito em todo o tempo mandei fazer este auto, decriação, que assun, com os referi- dos, que presentes se achavão, e Eu Pedro de Araujo e Azevedo, (*) Parece de todo inproprio a encogção da Villa, quando o auto, e bo- breza do Visconde acatamcaens, e effito de Manoel de Barbace- na, eho, mesm.º mo acto disserão elles que acabavão de supplantar pro- prios: *kundateneze e os nos do capto-generoz, Impozitio, eoz supph- res, etc.* conforme o mesmo auto, photographia da submissão e oppressão da época. A comedia é transparente. Com a hypocrisia que o caracte- riza, pode bem se concluir que o Visconde quiz conciliar o prurido da propria vaidade com as cautelas convenientes contra a possivel desappro- vação régia, si elle mesmo figurasse ostensivamente dando seu nome no- biliarchico por titulo á villa recém-creada. E para tal precaução tinha elle o exemplo do governador Antonio de Albuquerque, que Estalára—Villa de Albuquerque— a que fundara (e não simplesmente fundalára após a con- cessão de loro proprio, etc.) no Ribeirão do Carmo, eho, mesm.º mo acto de D. João V desapprovou e não subsistiu; e para tal precaução de evitar a desapprovação de seus prediccados e servicos que nunca illustração, e nome, do Visconde de Barbacena. Na hypothesis da Villa de Albuquerque — havia indistinctiva para este titulo, o que não se dava com referéncia á denominação de Barba- cena. Esta, no entanto, preservava e foi substituido aquelle, não tardan- do muito a ser trocado o nome de Ribeirão do Carmo—pelo de—Marian- na—com elevação do local á categoria de cidade, só porque era esse o nome da rainha consorti. Pequenos caprichos régios e justiça do go- verno metropolitano, consontes aos usos e regimén do tempo, reinasse D.º João V, seu reinasse Maria I.ª. (Nota das redacções do Realto).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I- FONTES MANUSCRITAS

1. 1 - Arquivo Histórico Municipal “Prof. Altair José Savassi”.

- 302 processos de inventários *post-mortem* da 1º e 2º Secretaria de Vara Cível (1791-1822).

1. 2 – Arquivo Público Mineiro.

- Mapa de População, Fundo Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro - Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

- Avulsos da Secretaria do Governo:

- Mapa comparativo das produções, consumo e exportação das paróquias do termo da vila de Barbacena no ano de 1806. APM. SG. Caixa: 69. Doc. 12.

- Mapa de população do termo da vila de Barbacena de 1808. APM. SG. Caixa 77. Doc. 84.

- SG. Cx. 47. Doc. 64

- SG. Cx. 55. Doc. 53

- SG. Cx. 58. Doc. 67

- SG. Cx. 79. Doc. 43

- SG. Cx. 58. Doc. 22

1. 3 - Casa dos Contos - Ouro Preto/ MG.

- Décima Urbana da vila de Barbacena – 1810-1822.

1. 4 - Arquivo Histórico Ultramarino

- CD 49:

Cx. 145 Doc. 81

Cx. 167 Doc. 39

Cx. 168 Doc. 50

Cx. 168 Doc. 36

Cx. 166 Doc. 22

Cx. 166 Doc. 25

Cx. 167 Doc. 27

- CD 50:

Cx. 172 Doc. 15

Cx. 170 Doc. 27

Cx. 173 Doc. 32

Cx. 169 Doc. 32

Cx. 173 Doc. 66

Cx. 169 Doc. 24

Cx. 172 Doc. 43

Cx. 469 Doc. 25

Cx. 172 Doc. 44

Cx. 171 Doc. 54

- CD 51:

Cx. 177 Doc. 48

Cx. 174 Doc. 30

Cx. 175 Doc. 04

Cx. 176 Doc. 09

Cx. 175 Doc. 03

1.5 – Arquivo Nacional

- Intendência de Polícia. Códices 421 e 424. Disponível em CD rom. Banco de Dados do Ipea.

1.6 – Relatório de Presidente de Província

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837 pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto. Ouro-Preto, Typ. do Universal, 1837. Versão disponível na Internet, site: www.crl.edu/areastudies/lamp/index.htm. Consultado em 12/2006.

II- FONTES IMPRESSAS

AUTOS de criação da Vila de Barbacena. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. V. 1 p. 119-128. 1986.

BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1981.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1976.

Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 69-73.

IGLÉSIAS, Francisco. Suplemento Literário: *Minas Gerais: Os viajantes estrangeiros*. 4 ed. ano V. Belo Horizonte, 1970.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1975.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1981.

MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil (1817-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

POHL, Johann Emanwel. *Viagem no interior do Brasil (1817-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SAINT-HILLAIRE, Auguste. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1974.

_____. *Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1975.

SPIX J. B. von. & MARTIUS C. F. P. Von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

VELLOSO, Herculano. *Ligeiras Memórias sobre a Vila de São José nos Tempos Coloniais*. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

III – Livros, artigos, teses e dissertações.

⇒ LIVROS

ALENCARTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crese do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Geografia do Crime*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. O Imaginário Mineiro na Vida Política e Cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado Bacellar. *Viver e Sobreviver em uma Vila Colonial*. Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica*. Demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004.

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império*. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

BOSERUP, Ester. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues.(et al.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1981.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, comércio e Capitalismo nos séculos XV-XVIII*. Tomo II. *O Jogo das Trocas*. Lisboa: Teorema, sd.

_____. *História e Ciências Sociais*. 6 ed. Lisboa: Editorial presença, 1990.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo Vainfas (orgs.). *Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____(org.) *Escravidão e Abolição no Brasil*. Novas Perspectiva. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

_____. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *Os Métodos da História*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História*. Lavradores na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. A vida e a construção da cidade. Da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes – Mercadores das Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: ANNABLUME, 1999.

COSTA, Iraci Del Nero & LUNA, Francisco Vidal Luna. *Minas Colonial: Economia e Sociedade*. São Paulo: Pioneira, FIPE, 1982.

COSTA, Iraci Del Nero. *Vila Rica: População (1719-1826)*. São Paulo IPE/USP, 1979.

_____. *Arraia-miúda*. Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP Editores, 1992.

DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *O Cotidiano dos Negros no Brasil Escravista*. Madrid: Fundação Tavera (no prelo).

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras – Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no rio de Janeiro (1790-1840)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. A Dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luis. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 18 ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974.

FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope. História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1789-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as Novas Abordagens para uma História do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

_____. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p 143-179.

_____. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.p.169-178.

GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 6 ed. São Paulo: Ática, 2001.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da Decadência de Minas Gerais – São João Del Rei (1831-1888)*. Belo Horizonte: ANNABLUME, 2002.

HESPANHA, Antônio Manuel (org.). O Antigo Regime. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa : Estampa, 1993. v.4

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. 5 ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo III. V. 3.

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

KULA, Witold. *Teoria Econômica do Sistema Feudal*. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1979.

_____. *Problmas y Métodos de la historia Econômica*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 5 ed. Goiânia: UFG, 2002.

LINHARES, Maria Yedda Linhares (org.) *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve Econômico. 1600-1773*. Lisboa: Estampa, 1993.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucite, 2000.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro III. Vol V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MASSENA, Nestor. *Barbacena – A Terra e o Homem*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1985. v. 1 e 2

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990

_____. *Bahia Século XIX*. Uma Província no Império. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. 3 ed. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1995.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (orgs.) *Optima Pars*. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

NADALIN, Sérgio Odilon. *História e Demografia*. Elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.

NARDI, Jean Baptiste. *Sistema Colonial e Tráfico Negroiro: Novas Interpretações da História Brasileira*. Campinas: Pontes, 2002.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1984.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII*. 2 ed. Belo Horizonte: ANNABLUME, 2000.

_____. *VENDA NOVA – Séculos XVIII e XIX – Um estudo de História Regional*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

PAULA, João Antônio. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PÉREZ, José Manuel Santos. *Elites, poder local e régimen colonial*. El cabildo y los regidores de Santiago de Guatemala. 1700 – 1787. Salamanca: Cádiz, 1999.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RABELLO, Elizabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVII*. São Paulo: SAFADY, 1980.

REIS, João José. *Escola dos Annales – a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de Escala*. A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1998.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império*. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os Fios de Ariadne*. Tipologia de Fortunas e Hierarquias Sociais em Manaus: 1840 – 1880. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

SAVASSI, Altair. *Barbacena 200 anos*. Belo Horizonte: Editora Lemi S. A, 1991. v 1 e 2.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (orgs.). *Escritos sobre História e Educação*. Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.

SILVA, Marcos A. da (org.). *A República em Migalhas*. História Regional e Local. Rio de Janeiro: Marco Zero CNPq, 1990.

SILVA, Maria B. Nissa da (coord.). *O Império Luso-Brasileiro (1750 – 1822)*. Lisboa: Estampa, 1986. vol VIII.

_____, *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.

SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial – 1500/1822*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas*: conjugação de dois mundos. Lisboa. Edições Colibri. Instituto de Cultrua Ibero-Atlântica, 2004.

VASCONCELOS, Diego de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

_____. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1990.

WEBER, Max. *História Geral da Economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

⇒ TESES e DISSERTAÇÕES

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons*: produção e hierarquização social em Minas Colonial (1750-1822). Niterói: UFF, 2001. (Doutorado)

_____. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750/1850*. Niterói, UFF, 1994. (Mestrado)

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870 – 1914)*. Campinas: IE-UNICAMP, 2001. (Dissertação).

ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da Pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680 – 1729)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. (Dissertação)

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros Araújo. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo: FFLCH, 2003. (Doutorado).

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-1870*. Rio de Janeiro: IFCS-PPGHIS, 2004. (Dissertação).

BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*. Família e Sociedade (São João Del-Rei, séculos XVIII e XIX). Niterói: UFF, 2002. (Doutorado).

CARRARA, Ângelo. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais: 1674-1807*. Rio de Janeiro: IFCHS/UFRJ, 1997 (Doutorado).

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Melhoramentos no Brasil: Integração e Mercado na América Portuguesa (1780 – 1822)*. Niterói: UFF, 2001. (Doutorado).

CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica – São João Del – Rei: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e XIX*. Niterói: UFF, 2002. (Mestrado).

MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e Escravidão*. Dimensões materiais da Sociedade no Segundo Reinado: Bonfim/MG. São Paulo: FFLCH, 2000. (Mestrado).

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2005. (Doutorado).

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870*. Niterói: ICHF/UFF, 1999. (Doutorado)

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Doutorado).

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa. De Pombal ao Vintismo (1755-1822)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995. (Doutorado).

PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c. 1809- c. 1830*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007. (Mestrado).

RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c. 1680 – c. 1830*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2005. (Dissertação).

RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. (Mestrado)

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na Crise do Escravismo. Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. Niterói: UFF, 1994. (Dissertação).

SANTOS, Raphael Freitas. *“Devo que pagarei”: sociedade, mercado e práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas – 1712/ 1773*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Dissertação)

SILVEIRA, Marco Antônio. *Fama pública: poder e costume nas Minas setecentistas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (Doutorado)

TEIXEIRA, Vilmaria Lúcia Rodrigues. *Negras Senhoras: As mulheres africanas forras e sua inserção sócio-econômica na comarca do Rio das Mortes (1750-1810)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2006. (Dissertação).

⇒ ARTIGOS E PERIÓDICOS

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Campanha da Princesa. Formação e expansão de uma vila no Império*. Revista Eletrônica de História do Brasil, v. 6 n.2, jul.-dez., 2004. UFJF-MG.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. V. 13. n. 1. p. 59-97. jan.-jun.2005.

CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e*

XIX). In: Núcleo de História Econômica e Demográfica – UFOP. Mariana: Séries Estudos – 2, 1999.

_____. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – Séculos XVIII e XIX*. In: Núcleo de História Econômica e Demográfica – UFOP. Mariana: Série Estudos – 1, 1999.

CARVALHO, José Murilo. *Barbacena: a Família, a Política e uma Hipótese*. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Nº 2-, v. 10, janeiro de 1966. Belo Horizonte: UFMG.

CHAVES, Edneila Rodrigues. *Patrimônio e Distribuição de Riqueza na Província de Mineira: Rio Pardo (1833 – 1870)*. Anais do I Colóquio do LAHES. Juiz de Fora: ICHL/UFJF, 2005.

COSTA, Iraci Del Nero da.; NOZOE, Nelson Hideiki. *Elementos da Estrutura de Posse de Escravos em Lorena no Alvorecer do Século XIX*. Est. Econ., São Paulo, v. 19, nº 2, p. 319-345, maio-ago. 1989.

CUNHA, Alexandre Mendes; Marcelo Magalhães Godoy. *O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX*. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 5; Conferência Internacional de História de Empresas, 6: 2003, Caxambu (MG). Anais... ABPHE, 2003.

FILHO, Gilberto Guerzoni. *Política e Crise do Sistema Colonial em Minas Gerais (1768 – 1808)*. Ouro Preto: Imprensa Universitária da UFOP, 1986.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Funções, hierarquias e privilégios urbanos. A Concessão dos títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Varia Historia, nº 29, Janeiro, 2003. p. 39 – 51.

FRAGOSO, João Ribeiro & PITZER, Renato Rocha. *Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre fonte múltipla – inventários post-mortem*. In: Revista Arrabaldes. Ano I, nº 2 set./dez. 1998.

FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto Guedes. *Tráfico de escravos, mercadores e fianças, dois bancos de dados (despachos de escravos, passaportes e licenças)*. Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social (LIPHIS): UFRJ, S/D. Disponível em cd-rom.

_____. Alegrias e armtimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819 – 1833. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues..(et al.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001. p. 239-278.

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVIII. Algumas notas de pesquisa. In: *Tempo*. Rio de Janeiro. Nº 15, 2003.

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)*. R. Deptº de História da UFMG, Belo Horizonte, 1(2): 7-36, jun. 1986.

GUIMARÃES, Geraldo. *O Caminho Novo*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del Rei. V. 4, p. 27-43, 1986.

LEWKOWCZ, Ida. *Heranças e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 9. nº 17. set.88/fev.89.

LINHARES, Maria Yedda. *O Brasil no Século XVIII e a Idade do Ouro: A Propósito da Problemática da Decadência*. In: Seminário sobre a cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte: Conselho Estadual da Cultura de Minas Gerais, 1979.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. *Inventários e seqüestros: fontes para a história social*. In: Revista do Departamento de História. Nº 9, 1989. Pró Reitoria de Extensão, FAFICH/UFJF.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar Martins. Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais. In: *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Tarcísio Rodrigues Botelho... (et al.). Boiânia: ANPUH-MG, 2001. p. 185-226.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar e CRUZ DA SILVA, Helenice Carvalho. *Produção econômica de Minas Gerais em meados do século XIX*. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 5; Conferência Internacional de História de Empresas, 6: 2003, Caxambu (MG). Anais... ABPHE, 2003.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

OLIVEIRA, Pablo Menezes e. *A formação de vilas no final do século XVIII na Capitania de Minas Gerais*. Anais do XIV. Encontro Regional de História da ANPUH-MG. Juiz de Fora, julho de 2004.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Ocupação do espaço, formas de produção e território: uma nota sobre a formação territorial de Minas Gerais*. Muriaé: FAMINAS, vol. 01, nº 02, maio-agosto de 2005. p. 255 – 276.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador Dom Rodrigo José de Meneses*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23. nº 46, p. 253-270. 2003.

SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. In: Cadernos IFCH-UNICAMP, Campinas, nº 17, jun. 1985.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *A produção política da economia: formas não mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750)*. Topoi, v. 4, n. 7, v.4, jul.-dez. 2003, pp.276-312.

_____. *Crédito e Circulação Monetária na Colônia: O Caso Fluminense, 1650 – 1750*. Anais do V Congresso de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu: ABPHE, 2003.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)